

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA



**DINÂMICAS DE RISCO NA MODERNIDADE E
DESIGUALDADES SOCIAIS: O CASO DOS SEM-ABRIGO EM
PARIS, LISBOA E LONDRES**

FILIPA LOURENÇO MENEZES

Tese submetida como requisito para obtenção do grau de

Doutor em Sociologia

Especialidade: Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação

Orientador:

Professor Doutor José Manuel Paquete de Oliveira

Professor Associado Jubilado do ISCTE

Outubro de 2008

Dinâmicas de Risco na Modernidade e Desigualdades Sociais: O Caso dos Sem-abrigo em Paris, Lisboa e Londres

O presente estudo comparativo (FR, PT, UK) analisa sociologicamente um fenómeno de exclusão social – *homelessness* - tomando o conceito de risco como central. Para tal, são confrontadas duas vertentes de discurso fundamentais: a institucional e a dos sem-abrigo.

No plano institucional, essencial para a categorização, regulamentação e definição de formas de intervenção, incluem-se fontes bibliográficas e documentais (teorias de risco, análises empíricas, estudos internacionais) e as percepções dos agentes de apoio social (de coordenadores a técnicos sociais). No que respeita à população sem-abrigo, a análise centra-se nas suas trajectórias de vida e representações simbólicas que abarcam várias esferas, entre as quais, a sobrevivência nas ruas e a avaliação dos serviços de apoio social disponíveis no terreno.

A pesquisa empírica baseia-se em entrevistas semi-directivas nas cidades de Paris, Lisboa e Londres (2005-2006).

Os resultados obtidos permitem salientar que as divergências identificadas ao nível dos vários usos do conceito de risco assumem repercussões relevantes quanto à conceptualização de medidas preventivas, de controlo social, monitorização e de reinserção social. A análise das trajectórias, contemplando a situação de sem-abrigo como um processo, permite salientar a importância do capital social dos indivíduos para a superação dos momentos de crise. Verifica-se que a comparação das percepções de agentes de apoio social e sem-abrigo apresenta vários pontos de convergência, sendo tal fundamental para delinear propostas participativas e concertadas para o desenvolvimento das práticas de apoio social.

Palavras-chave: Sem-Abrigo, Risco, Exclusão Social, Serviços Sociais

Modernity Risk Dynamics & Social Inequalities: A Case-study on Homelessness in Paris, Lisbon and London

This cross-national comparative (FR, PT, UK) research on homelessness takes the concept of risk as fundamental analytical string. Risk is a cultural and social construct that to be analysed leads necessarily to compare the perceptions of different social actors. In this case the institutional level and the homeless themselves.

As the institutional plan, responsible for the categorisation and regulation of the phenomenon, are considered documental sources (risk theories, empirical researches and international studies) and the social workers (from volunteers to managers). In what regards the homeless, the analysis focus on their life trajectories and symbolic perceptions for several domains, including survival strategies and the evaluation of the social provision services.

The empirical research is based on semi-directive interviews conducted in Paris, Lisbon and London (2005-2006).

The main findings allow enhancing that the existing divergences on risk discourses assume relevant implications regarding the conceptualisation of preventive measures, social control and reinsertion plans. The life-trajectories, taking homelessness as a process, are of extreme importance to understand the role of social capital for coping with crisis susceptibilities. It is verified that cross-checking the perceptions of social workers and homeless constitutes a crucial tool for finding participative proposals for the development of the social support practices.

Keywords: Homelessness, Risk, Social Exclusion, Social Care Services

Very few cultivated people have less than (say) four hundred pounds a year, and naturally they side with the rich, because they imagine that any liberty conceded to the poor is a threat to their own liberty. Foreseeing some dismal Marxian Utopia as the alternative, the educated man prefers to keep things as they are. Possibly he does not like his fellow-rich very much, but he supposes that even the vulgarest of them are less inimical to his pleasures, more his kind of people, than the poor, and that he had better stand by them. It is this fear of a supposedly dangerous mob that makes nearly all intelligent people conservative in their opinions.

Fear of the mob is superstitious fear. It is based on the idea that there is some mysterious, fundamental difference between rich and poor, as though they were two different races, like negroes and white men. But in reality there is no such difference. The mass of the rich and the poor are differentiated by their incomes and nothing else, and the average millionaire is only the average dishwasher dressed in a new suit. Change places, and handy dandy, which is the justice, which is the thief? Everyone who has mixed on equal terms with the poor knows this quite well. But the trouble is that the intelligent, cultivated people, the very people who might be expected to have liberal opinions, never do mix with the poor. For what do the majority of educated people know about poverty?

George Orwell, Down and Out in Paris and London, 1933

AGRADECIMENTOS

A presente investigação foi, em momentos distintos, financeiramente apoiada por várias instituições, que sem as quais o trabalho desenvolvido não teria sido possível:

- Marie Curie Training Site Criminology: “The Governance of Urban Safety: Crime Prevention and Public Policy”, na Keele University, Reino Unido, de Abril a Setembro de 2004.

- Marie Curie Research Training Network - Demographic Sustainability and European Integration (Population Mobility), Institut national d'études démographiques (INED), France, Dra. Maryse Marpsat, de Novembro de 2004 a Fevereiro de 2005 e Julho de 2005 a Dezembro de 2005.

- Fundação para a Ciência e Tecnologia (2006-08).

Ao nível da coordenação científica é devida uma palavra de especial apreço ao Professor Doutor José Manuel Paquete de Oliveira, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), e à Dra. Maryse Marpsat, Institut National d'Études Demographiques (INED), que acompanharam a presente investigação. O trabalho empírico realizado em Londres contou ainda com o especial apoio da Dra. Joan Smith, London Metropolitan University – Centre for Housing and Community Research.

Para além do apoio formal, foram vários os professores, investigadores, amigos e familiares que, com as suas sugestões e leituras, contribuíram para que este trabalho se fosse desenvolvendo.

A pesquisa empírica contou com a colaboração de vários centros de acolhimento que permitiram que as suas instalações fossem utilizadas para a realização de entrevistas: Cité André Jacomet, em Paris; Connection at St. Martin-in-the-Fields, em Londres; e AMI, Centro da Graça, Lisboa.

Um agradecimento particular a todos os entrevistados das várias instituições contactadas, bem como a todos os indivíduos, que sem habitação fixa e a dormir nas ruas, se dispuseram a falar das suas vidas e a fazer parte deste estudo.

ÍNDICE

Introdução	1
- PARTE I: DELIMITAÇÃO DE CONCEITOS: ‘HOMELESSNESS’ E RISCO	5
Capítulo I. Definindo ‘Homelessness’: Desafios e Constrangimentos	7
I.I. Diversidade e Complexidade do Fenómeno de Sem-Abrigo	7
I.II. Perspectivas Sociológicas: Conceitos e Tipologias	9
I.III. Tipologia de Situações de Exclusão Habitacional no Contexto Europeu	12
I.IV. Conceptualização de Situações de Sem-Abrigo em França, Portugal e Inglaterra	15
<i>I.IV.I. França</i>	<i>15</i>
<i>I.IV.II. Portugal</i>	<i>17</i>
<i>I.IV.III. Inglaterra</i>	<i>20</i>
I.V. Revisão Sumária dos Principais Estudos Empíricos Conduzidos nos Três Países	25
Capítulo II. Compreendendo o Conceito de Risco	33
II.I. Definição Genérica do Conceito de Risco	33
II.II. Perspectiva Cultural	36
II.III. “Sociedade de Risco”	37
II.IV. Considerações acerca da Percepção Individual do Risco	42
- PARTE II: CONSTRUÇÕES DO RISCO DE HOMELESSNESS	47
Capítulo III. Vulnerabilidades Sociais e Risco de ‘Homelessness’	49
III.I. Tendências Gerais de Desenvolvimento e Dinâmicas de Risco	49
III.II. Populações Socialmente Vulneráveis e Trajectórias de Exclusão	55
III.III. O Risco de ‘Homelessness’	59
III.IV. Sem-Abrigo: Grupo de Risco com Especificidades Próprias?	63
Capítulo IV. Dilemas de Risco acerca dos Sem-Abrigo	67
IV.I. Discursos de Risco e Controlo Social	67
IV.II. Casos de Repressão dos Sem-Abrigo em França, Portugal e Inglaterra	72
IV.III. Discursos de Pobreza e Exclusão Social	77
IV.IV. Impasses do Paradigma do Apoio Social	80
IV.V. Estatutos e Identidades em Situação de Sem-Abrigo	86
- PARTE III: METODOLOGIA	91
Capítulo V. Considerações Metodológicas	93
V.I. Problemática e Objecto de Estudo	93
V.II. Porquê Questionar o Conceito de Risco de Homelessness?	95
V.III. Risco: Uma Abordagem do Conceito de Exclusão Social	96
V.IV. Enquadramento Metodológico	101
V.V. Perguntas de Pesquisa	103
V.VI. Esquema de Análise e Dimensões de Análise Empírica	104
V.VII. Design de Pesquisa	106
- PARTE IV: ANÁLISE EMPÍRICA	111
Capítulo VI. “Caderno de Pesquisa de Terreno”	113
VI.I. Objecto de Estudo: Homelessness	113
VI.II. Receios	114
VI.III. ... Dar Início aos Trabalhos	115
VI.IV. O Momento da Apresentação	119
VI.V. Estabelecer Contacto com Indivíduos em Situação Sem-Abrigo	121
VI.VI. Os Serviços de Apoio enquanto Universo de Análise	122
VI.VII. Factores Circunstanciais	128
VI.VIII. Posicionamento entre Mundos Distintos	130

VI.IX. Acolhimento do Estudo pelos Sem-Abrigo	131
Capítulo VII. Os Agentes de Apoio Social	133
VII.I. Universo de Análise	133
VII.II. Delimitação do Conceito de Sem-Abrigo	134
VII.III. Quantificação da População Sem-Abrigo	137
VII.IV. Princípios Gerais de Intervenção	139
VII.V. Avaliação das Respostas de Apoio Dirigidas aos Sem-Abrigo	144
<i>VII.V.I. Design e Filosofia dos Serviços de Apoio</i>	<i>144</i>
<i>VII.V.II Trabalho em Rede e Parcerias</i>	<i>149</i>
VII.VI. Trajectórias e Dinâmicas de Risco	153
VII.VII. Evolução Qualitativa do Fenómeno de Sem-Abrigo	159
VII.VIII. Domínio das Práticas de Apoio Social	160
<i>VII.VIII.I. Especificidades Atribuídas aos Sem-Abrigo e o Papel do Técnico Social</i>	<i>160</i>
<i>VII.VIII.II. Usos do Conceito de Risco</i>	<i>164</i>
VII.IX. Dinâmicas de Sobrevivência nas Ruas	166
VII.X. (In)tolerâncias	168
Capítulo VIII. Viver e Sobreviver Sem-Abrigo em Paris, Lisboa e Londres	171
VIII.I. Caracterização Sociodemográfica dos Entrevistados	171
VIII.II. Situação Actual e Ciclos de Privação Habitacional	174
VIII.III. Trajectórias de Homelessness	178
<i>VIII.III.I. Percursos de Vida e Vulnerabilidade Social</i>	<i>179</i>
<i>VIII.III.II. Dinâmicas de Sucessão de Eventos</i>	<i>190</i>
VIII.IV. Gestão do Local de Pernoita	192
VIII.V. Estratégias de Sobrevivência e o Dia-a-Dia	196
VIII.VI. Entre a Tolerância e a Repressão	203
VIII.VII. Redes Familiares e de Sociabilidade	205
VIII.VIII. Avaliação do Apoio Social e Necessidades	209
VIII.IX. Processos de Construção de Identidade e de Distinção Simbólica	217
<i>VIII.IX.I. Sem-Abrigo: Como? Porquê? Futuro?</i>	<i>217</i>
<i>VIII.IX.II. Os “Sem-Abrigo”</i>	<i>223</i>
<i>VIII.IX.III. Eu na Situação de Sem-Abrigo</i>	<i>224</i>
<i>VIII.IX.IV. As Várias Categorias de Sem-Abrigo</i>	<i>227</i>
Capítulo IX. Análise Empírica Comparativa Final	231
IX.I. Processo de Sem-Abrigo e Capitais Chave	231
IX.II. Diálogos de Homelessness: Agentes de Apoio Social e os Sem-Abrigo	237
<i>IX.II.I. Modelo Partilhado de Intervenção no Terreno: Avaliação e Constrangimentos</i>	<i>238</i>
<i>IX.II.II. Interações de Risco?</i>	<i>243</i>
<i>IX.II.III. Sugestões para o Desenvolvimento dos Serviços de Apoio</i>	<i>247</i>
IX.III. Discursos de Risco de Homelessness	250
- PARTE V: CONCLUSÕES	255
Capítulo X. Das Divergências Conceptuais à Convergência nas Práticas	257
X.I. Delimitação e Análise do Conceito de ‘Homelessness’	257
X.II. Trajectórias de Risco e Desigualdades Sociais	261
X.III. Risco no Contexto das Dinâmicas das Práticas de Apoio Social	265
X.IV. (De)usos de Risco?	270
Bibliografia	273
ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS	
Quadro 1. Revisão Empírica Sumária - Dados Quantitativos	25
Quadro 2. Revisão Empírica Sumária - Características Sociodemográficas e Situação Habitacional	27
Quadro 3. Revisão Empírica Sumária - Qualificações e Situação Face ao Emprego	28
Quadro 4. Revisão Empírica Sumária - Condições Sociais de Pertença e Redes de Sociabilidade	29

Quadro 5. Revisão Empírica Sumária – Saúde	30
Quadro 6. Revisão Empírica Sumária - Serviços de Apoio e Estratégias de Sobrevivência	31
Fig. 1. Esquema de Análise e Dimensões de Análise Empírica	104
Quadro 7. Agentes Apoio Social - Dimensões de Análise e Guião de Entrevista	105
Quadro 8. Sem-Abrigo - Dimensões de Análise e Guião de Entrevista	106
Quadro 9. Técnica de Recolha de Informação Empírica, Local e Período Temporal	109
Quadro 10. Interlocutores dos Agentes de Apoio Social Entrevistados	133
Quadro 11. Caracterização Sociodemográfica dos Sem-Abrigo Entrevistados	171
Fig. 2. Pernoita em Locais Não Previstos para a Habitação (Rua)	175
Fig. 3. Já dormiu nas ruas por local de pernoita actual	177
Fig. 4. Trajectória de Sem-Abrigo segundo a Vulnerabilidade Social	181
Fig. 5. Dinâmicas “On/Off” da Situação de Sem-Abrigo	183
Quadro 12. Nível de Trajectória de Homelessness por Tipo de Capital (enquanto Recurso/Obstáculo)	235
Fig. 6. Modelo Base dos Serviços Sociais Dirigidos aos Sem-Abrigo	238
Fig. 7. Constrangimentos do Sistema de Apoio segundo os Agentes de Apoio Social e Sem-Abrigo	239
Quadro 13. Imagens “Inter” e “Intra” Categorias dos Técnicos e Sem-Abrigo	245
Quadro 14. Sugestões para o Desenvolvimento dos Serviços de Apoio Segundo Técnicos e Sem-Abrigo	248

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo I - Síntese das Principais Tendências de Desenvolvimento (<i>Europa, FR, PT e UK</i>)	3
Anexo II- Caracterização Geral dos Serviços de Apoio dirigidos à População Sem-abrigo (<i>França, Portugal e Inglaterra – 2005/2006</i>)	21
Anexo III - Social Protection Design and Minimum Income Guarantee (<i>FR, PT e UK</i>)	31
Anexo IV - Apresentação Geral dos Agentes de Apoio Social Entrevistados (<i>Paris, Lisboa, Londres</i>)	43
Anexo V - Retratos de Vidas Sem-Abrigo & Breves Encontros de Rua	53
Anexo VI - Curriculum Vitae	73

INTRODUÇÃO

Sob o título “Dinâmicas de Risco na Modernidade e Desigualdades Sociais: O Caso dos Sem-abrigo em Paris, Lisboa e Londres”, a presente investigação visa contribuir para a análise da aplicação do conceito de risco ao estudo do fenómeno social de sem-abrigo – “homelessness”¹. O domínio empírico abarca três cidades capitais europeias - Lisboa, Paris e Londres - onde foram conduzidas entrevistas semi-directivas (2005-2006) a agentes de apoio social (desde coordenadores e directores a técnicos e voluntários) e indivíduos em situação de exclusão habitacional (predominantemente em situação de rua e em centros de emergência ou de longa duração).

A análise sociológica do conceito de risco que é proposta leva necessariamente a contemplar diferentes actores sociais e níveis de discurso. Neste sentido, a investigação segue uma distinção analítica de dois pólos fundamentais: discursos institucionais e o dos próprios sem-abrigo. No âmbito do primeiro incluem-se, para o domínio teórico e de contexto, teorias sociológicas que analisam as dinâmicas de risco na modernidade; a investigação social, incluindo organizações europeias que se debruçam sobre a delimitação de situações e parâmetros de risco de homelessness; e, na esfera empírica, os actores que intervêm no terreno ao nível do fornecimento de serviços de apoio. Para a população sem-abrigo é seguida uma análise de trajectórias de vida e das suas percepções em relação a várias dimensões, incluindo os serviços sociais, para assim melhor compreender as suas necessidades.

O discurso acerca de parâmetros de risco encontra-se em expansão, no entanto, sem que haja, particularmente no caso das ciências sociais, uma definição prévia ou categorização objectiva acerca do conceito. Está aberto um vasto leque de possíveis usos que num domínio relacionado com a exclusão social apelam a uma análise compreensiva. A título de exemplo, o conceito de risco pode servir para perpetuar um discurso separatista entre causas individuais e estruturais, que constituem factores inter-dependentes. Pode ainda constituir uma forma de levar a que os problemas sociais sejam vistos como individualmente geridos e não uma responsabilidade social, ou seja, os actores sociais são tornados sujeitos de projectos de regulação moral e de um mecanismo de governação, que se desenvolve pela gestão do risco de homelessness. Deste modo, um dos aspectos que contribui para justificar a pertinência

¹ “Homelessness” constitui um empréstimo do substantivo inglês. O mais aproximado seria “sem-abrismo” ou “sem-abriguismo” sem aplicação institucionalizada, tal como o “sans-abrisme” não parece ter vingado no caso do francês. Faz-se referência a “sem-abrigo” para designar o grupo alvo de análise e não visando, de modo algum, contribuir para a estigmatização de indivíduos em situação de exclusão habitacional.

desta investigação é a análise dos usos e significados atribuídos a um conceito em utilização crescente nas sociedades ocidentais actuais, o de risco.

A componente internacional do estudo realça também a sua relevância pois permite melhor compreender cada um dos contextos nacionais contemplados, bem como o fenómeno de homelessness enquanto partilhado. Tal remete para o debate acerca da harmonização de definições e metodologias de análise entre vários Estados-membros, no sentido da construção de uma definição europeia que servirá de base de trabalho à construção de políticas sociais comuns. Por outro lado, a investigação investe largamente numa dimensão qualitativa que dá voz a dois níveis de sujeitos em permanente interacção, técnicos sociais e sem-abrigo. Salienta-se que não se realizam avaliações qualitativas acerca dos respectivos sistemas de apoio social nacionais, mas antes que se enunciam e analisam as perspectivas dos diversos actores sociais.

Deve ainda ser referido que a presente investigação dá continuação, e segue como fonte, o trabalho desenvolvido pela rede europeia CUHP (*Constructing Understandings of Homeless Populations* – www.cuhp.org²) que inclui, entre outros, uma equipa de França (Institut National d'Études Demographiques- INED – Dra. Maryse Marpsat) e outra de Inglaterra (Centre for Housing and Community Research London Metropolitan University – Dra. Joan Smith). Foi fundamental o estágio de aproximadamente um ano realizado no INED (coordenador da referida rede) para a recolha de informação acerca das situações específicas de França e Reino Unido, que se passa a complementar com o caso de Portugal. A possibilidade de dar continuidade a um debate acerca de questões conceptuais e metodológicas é outro aspecto que releva a importância desta investigação, nomeadamente para o caso de Portugal em que as investigações nesta área são ainda particularmente escassas. A investigação não se procura assumir como uma análise essencialmente teórica, tendo sido desenvolvida no âmbito de um intenso e directo envolvimento no terreno, que moldou a escolha de temas e questões a dar prioridade, de acordo com investigadores, técnicos sociais e sem-abrigo. A título de exemplo, procura-se contribuir para dar resposta a uma das principais críticas apontadas pelos técnicos e sem-abrigo aos investigadores - o seu isolamento académico, discursos herméticos, e a indisponibilidade para seguir de forma próxima o que se passa no dia-a-dia.

A investigação está organizada em quatro partes principais:

² A rede é composta por investigadores da Dinamarca, França, Hungria, Itália, Holanda, Espanha e Reino Unido. Tem como principais objectivos partilhar experiências e conhecimento acerca de metodologias quantitativas e qualitativas, perspectivas teóricas, questões éticas e definicionais. O trabalho elaborado tem sido utilizado para informar agendas políticas. http://www.cuhp.org/about_us.cfm

A **Parte I**, “Delimitação de Conceitos: ‘Homelessness’ e Risco”, subdivide-se em dois capítulos. O primeiro acerca da definição geral de sem-abrigo, e em cada um dos países em análise (“Definindo ‘Homelessness’: Desafios e Constrangimentos”). O segundo sobre a definição do conceito de risco de acordo com vários autores (“Compreendendo o Conceito de Risco”).

A **Parte II**, “Construções do Risco de Homelessness”, centra-se na análise de várias fontes de informação de modo a articular os conceitos de homelessness e risco. Num primeiro momento, o capítulo “Vulnerabilidades Sociais e Risco de ‘Homelessness’” apoia-se no contributo de vários autores para salientar as características de risco nas dinâmicas de desenvolvimento das sociedades ocidentais actuais e o modo como as mesmas produzem e reproduzem a constituição de situações de vulnerabilidade social, e em particular em relação ao risco de homelessness. O capítulo seguinte, “Dilemas de Risco acerca dos Sem-Abrigo”, foca a dicotomia e ambivalência de concepções que associam o conceito de risco à população em situação de sem-abrigo. Estas concepções inserem-se quer em abordagens de desvio, quer de pobreza e exclusão social, e repercutem-se ao nível das práticas de apoio social, bem como no plano dos processos de construção identitária dos indivíduos em situação de privação habitacional extrema.

A **Parte III** explicita o modelo e questões de análise e considerações metodológicas que são essenciais para compreender a operacionalização dos conceitos e linhas de pesquisa empírica.

A **Parte IV** segue quatro fases fundamentais. A primeira refere-se aos aspectos práticos da investigação empírica em formato de considerações retiradas a partir do “Caderno de Pesquisa de Terreno”, que serviu de base de registo a cada passo de trabalho de terreno. A segunda e a terceira analisam autonomamente a informação empírica retirada a partir das entrevistas aos agentes de apoio social e aos sem-abrigo. Por fim, a quarta etapa analisa de forma comparativa os dois níveis de informação empírica referidos, permitindo delinear constrangimentos, bem como sugestões para o desenvolvimento dos serviços de apoio, partilhados, quer entre países, quer entre agentes de apoio social e sem-abrigo, independentemente do seu contexto nacional.

As “**Conclusões - Das Divergências Conceptuais à Convergência nas Práticas**” sintetizam os aspectos mais relevantes que permitem realizar um balanço global do estudo conduzido, envolvendo as teorias mobilizadas a par dos principais resultados empíricos obtidos. Salienta-se a preocupação de enquadrar o presente estudo ao nível das coordenadas europeia de actuação neste campo de exclusão social.

PARTE I

Delimitação de Conceitos: Homelessness e Risco

I. DEFININDO “HOMELESSNESS”: DESAFIOS E CONSTRANGIMENTOS

Resumo: O presente capítulo ilustra a existente multiplicidade de definições do conceito de “homelessness”. Como ponto de partida é feita uma súmula acerca das várias abordagens de cariz sociológico. Seguem-se os casos específicos de França, Portugal e Inglaterra evidenciando-se as definições delineadas no âmbito de estudos nacionais de referência e respectivos resultados. Por último, e tomando como fonte de informação primordial entidades internacionais (CUHP, FEANTSA, EUROSTAT), o debate da construção de definições é alargado a questões como a harmonização conceptual e metodológica, e a construção de uma tipologia de situações habitacionais aplicável aos vários Estados-membros.

I.I. Diversidade e Complexidade do Fenómeno de Sem-Abrigo

Estabelecer uma definição única para o fenómeno social de sem-abrigo não é, de forma alguma, uma tarefa linear. As dificuldades impostas relacionam-se, entre outras, com barreiras linguísticas e a diversidade de significados psico-sociais atribuídos a “casa” ou “lar”.

Ao contrário do conceito inglês de “homelessness” como fenómeno social³, os termos predominantes referem-se aos indivíduos, como, por exemplo no caso dos restantes países em análise, “sem-abrigo” ou “sans-abri”. Por outro lado, tem-se vindo a debater a opção por designações consideradas menos estigmatizantes como “inadequately housed”. Esta preocupação procura também dar conta da diversidade de situações incluídas sob uma mesma categoria de sem-abrigo (“áreas cinzentas”⁴) e da evolução da exigência dos standards habitacionais.

O significado de “lar” vai para além dos aspectos físicos e materiais da habitação, sendo uma referência de segurança, pertença social e bem-estar essenciais à integração dos indivíduos. Devido a esta vertente subjectiva torna-se complexo delimitar se determinado indivíduo está, ou não, numa situação de sem-abrigo. Neste sentido, um mesmo tipo de solução habitacional, como uma pensão, pode ser considerada por alguns como satisfatória, e, por outros, o inverso. Em contraste, indivíduos com habitação dormem nas ruas já que não a consideram um “lar” (conflitos familiares, traumas, etc.). Por outras palavras, o fenómeno de homelessness refere-se a dimensões materiais e sociais, pelo que é questionável a possibilidade de chegar a uma definição única, nomeadamente ao nível europeu.

As diferentes definições co-existentes diferem ao considerar o fenómeno de homelessness primordialmente como um problema habitacional ou de exclusão social. Não é invulgar que algumas classificações façam a distinção entre “houseless” (solução depende essencialmente de uma resposta de habitação) e “homeless” (a reinserção habitacional não é por si a solução sendo necessário apoio complementar). Apesar de ambas as perspectivas serem

³ INSEE/EUROSTAT, 2004:27

⁴ INSEE/EUROSTAT, 2004: 42,43

interdependentes, podem levar a estabelecer linhas de intervenção prioritárias diferenciadas, ou seja, se o eixo de actuação primordial deve ser a habitação (“housing first”) ou o apoio social.

As abordagens actuais salientam a necessidade de contemplar a diversidade e complexidade do fenómeno de homelessness através do desenvolvimento de um quadro compreensivo dos principais grupos que constituem a população sem-abrigo.⁵ A título de exemplo, há perspectivas que salientam que a população sem-abrigo é socialmente estratificada segundo um sistema de méritos e/ou a complexidade dos seus problemas e tipos de assistência pública recebida. Neste contexto, no topo da pirâmide estão os em necessidade de habitação, e na base estão os que acumulam problemas como a toxicodependência e a imigração ilegal.⁶

Ao nível das abordagens sociológicas é realçado um conjunto de características como, entre outras, a multi-causalidade das situações, heterogeneidade da população, e a diversidade de tipos de respostas disponíveis. A heterogeneidade da população refere-se, entre os factores mais frequentemente mencionados, a situações de habitação, características sociodemográficas, percursos e trajectórias de vida e tipos de necessidades.

Faca à variedade de classificações de sem-abrigo existente, o desenvolvimento de uma análise compreensiva e evolutiva do fenómeno apela à cooperação entre os vários agentes sociais (investigadores sociais, ONG, governos, media, entre outros), que seguem definições e metodologias divergentes.⁷

Destacam-se dois constrangimentos analíticos: a invisibilidade de determinados subgrupos da população (“hidden homeless”) e o predomínio de análises pontuais e restritas sem capacidade de chegar a uma compreensão articulada e global do fenómeno.

As situações escondidas não estão exclusivamente relacionadas com a definição adoptada que pode excluir determinados casos não visíveis (casa de amigos, familiares) mas, igualmente, com aspectos formais, como a inexistência de domiciliação, alojamentos provisórios (pensões, amigos ou familiares, albergue) e o significativo impacto das variações sazonais. Trata-se assim de uma população “pequena, móvel e flutuante”⁸ difícil de determinar com exactidão, quer quantitativamente, quer qualitativamente.

⁵ Homelessness Factfile 2003

⁶ Avramov, 1998: 33

⁷ O estudo por inquérito do INSEE/EUROSTAT passou pela análise factorial de uma listagem de situações que indivíduos com várias tarefas e pertenças profissionais classificaram, ou não, como sem-abrigo. Verificou-se que as percepções dos interlocutores variam em função de factores como a responsabilidade de actuação e as políticas de financiamento. Por outras palavras, é considerado sem-abrigo os casos sob a alçada de intervenção das respectivas instituições de pertença. Quanto aos investigadores sociais, estes apresentam diferenças intra-categoriais, como a diferença entre psicólogos e sociólogos exemplifica. INSEE/EUROSTAT, 2004: 38-41

⁸ INSEE/EUROSTAT, 2004: 89

Ao nível comparativo internacional destacam-se duas vias analíticas distintas que se podem assumir como complementares: a “harmonização de produtos”, ou seja, os investigadores concordam acerca da definição de sem-abrigo em sentido restrito, e procuram medir o conceito de acordo com os meios e métodos disponíveis e características específicas do seu contexto (abordagem quantitativa); ou a “harmonização de métodos”, em que os dados são construídos e reunidos de forma uniforme em cada país (abordagem qualitativa por exemplo a partir de um guião de questionário comum).⁹

I.II. Perspectivas Sociológicas: Conceitos e Tipologias

São várias as linhas de estudo que se têm vindo a seguir ao abordar o fenómeno de sem-abrigo. As diversas perspectivas sociológicas existentes contribuem para destacar a coexistência de níveis definicionais diversificados. A título de exemplo¹⁰:

Teoria	Exemplos de Aspectos do Processo de Homelessness Analisados
Funcionalismo	O que é “home” – definições e funções da habitação na sociedade Homelessness como um fenómeno interno às sociedades e como estas reagem Homelessness como um comportamento disfuncional Processos de exclusão da social e formação de subgrupos com normas e valores específicos
Estruturalismo	Como a legislação, Estado de Providência e governo actuam para aliviar o fenómeno e definições utilizadas Organizações que trabalham com os sem-abrigo: formas de trabalho, objectivos e grupos-alvo Papel das subculturas, hierarquias sociais
Interaccionismo Simbólico	Cultura sem-abrigo e o impacto da situação sobre as auto-percepções Normas e valores da cultura sem-abrigo e processos de aprendizagem Formas de se reinventar enquanto sem-abrigo Formas como a sociedade e organizações atribuem o rótulo de sem-abrigo e seus impactos Aptidões de auto-regulação e confronto às normas sociais (cultura sem-abrigo, toxicodpendência, etc.) Processos de reintegração como forma de ajuste à norma imperante Tratamento clínico dos sem-abrigo (curar, melhorar)
Construcionismo	Estereótipos presentes em relatórios anuais e promocionais, etc. Evolução das políticas sociais e percepções públicas acerca dos sem-abrigo Evolução da indústria dos sem-abrigo Evolução da legislação
Teorias de Risco	Factores de previsão da situação de sem-abrigo Agentes em posição de definir situações de risco Obstáculos e regras na reinserção Formas de prevenir a repetição de episódios Estratégias dos sem-abrigo para evitar a situação e/ou reintegração

Fonte: Adaptado de Ravenhill, 2005 (membro da rede CUHP)

Como evidencia o quadro síntese apresentado, no seio de cada abordagem teórica há enfoques conceituais diversificados. Assim, o conceito de desvio tanto é abarcado pelo funcionalismo (processos de exclusão e formação de subgrupos), como pelo estruturalismo (papel das subculturas ao nível das hierarquias sociais). O interaccionismo simbólico joga com factores psico-sociais (processos de aprendizagem), controlo social (percepção do próprio e estigmatização social), processos de normalização (tratamento clínico, processos de

⁹ Desrosières, 2003 in Marpsat e Snow, 2003

¹⁰ Adaptado de Ravenhill, 2005

reintegração, etc.). É de relevar que para as teorias de risco se destacam também vários enfoques desse conceito.

Da mesma forma, são várias as tipologias elaboradas acerca do fenómeno de sem-abrigo¹¹:

- *Tipologias baseadas em graus de qualidade habitacional:*

Cooper (1995)¹² equipara quatro situações habitacionais a graus distintos de homelessness: “absolute homelessness” corresponde a dormir nas ruas e outros locais não previstos para habitação; “first degree relative homelessness” engloba vários tipos de acomodação temporária e de meio-termo, como as hostels; “second degree relative homelessness” para pessoas obrigadas a viver permanentemente em quartos arrendados, e, “third degree relative homelessness” para habitação insegura e inadequada.

- *Tipologias baseadas no tempo:*

Kuhn and Culhane (1998) classificaram os utilizadores de centros de acolhimento (Filadélfia e Nova Iorque) em três categorias de duração - “transitionally homeless”, “episodically homeless” e “chronically homeless”, que encontram correspondência com características sociodemográficas e competências sociais diferenciadas¹³. Por exemplo, os primeiros (80%) são mais jovens, com menos probabilidade de ter problemas mentais ou de consumo. Para cada grupo devem ser desenvolvidas respostas adequadas: para os crónicos, habitação apoiada e acompanhamento de longo-termo; para os transicionais, medidas preventivas e serviços de assistência de reintegração; e, para os casos esporádicos, habitação transicional e tratamento residencial.

Por seu turno, Hertzberg (1992)¹⁴ propôs uma matriz de vários tipos de factores, desde a atitude face à situação às perspectivas de futuro, de acordo a duração de homelessness. De onde, maior o tempo nesta situação maior é também a dificuldade de reinserção, já que há uma acumulação, quer de factores de vulnerabilidade (ex. educação, problemas de infância), quer dos efeitos (ex. perda de perspectivas de futuro, desgaste psicológico e físico, perda de motivação, etc.). De um episódio breve para o longo termo, as atitudes tendem a passar da luta, para a ambivalência, até à aceitação. No mesmo sentido, o desejo em obter meios como a educação, e capacidades de inserção profissional, tornam-se menores, assim como a vontade

¹¹ Designação das tipologias segue como fonte o documento da UNCHS (Habitat), Nairobi, 2000

¹² UNCHS (Habitat), Nairobi, 2000

¹³ O estudo testa uma tipologia de sem-abrigo utilizando dados administrativos acerca da utilização de centros públicos em Nova Iorque (1988-1995) e em Filadélfia (1991-1995). Os diferentes grupos são encontrados utilizando a análise de clusters por número de dias em centros e o número de episódios de utilização de centros. *American Journal of Community Psychology*, Vol. 26, Nº 2, 1998.

¹⁴ UNCHS (Habitat), Nairobi, 2000

de ter uma habitação própria. Os que permanecem mais tempo afirmam com mais frequência que a situação vivida é fruto de uma decisão própria.

Na mesma linha, Leanne Rivlin¹⁵ tipifica os sem-abrigo em termos da duração do episódio de rua e seu consequente grau de vulnerabilidade. Distinguem-se quatro formas e graus de sem-abrigo: o crónico (associado ao alcoolismo e à toxicodependência), o periódico (que pode ter casa mas que a deixa quando a pressão se torna intensa), o temporário (situação motivada, por exemplo, por um desastre natural, desemprego súbito, doença grave, ou uma mudança de comunidade – mantendo-se as capacidades para manter habitação); e, por último, o total (o trauma da total devastação dos suportes sociais e físicos ameaça seriamente a capacidade de recuperação).

Como os autores referidos permitem destacar, a duração do episódio de sem-abrigo condiciona as capacidades de procura de saída da situação. Anderson e Snow¹⁶, para além de classificarem os indivíduos sem-abrigo de acordo com a duração da situação (sendo os outsiders os mais sedentarizados), salientam que, a sua natureza é consideravelmente variável ao serem consideradas três dimensões essenciais: “a residential dimension”; a “familial-support dimension”; e a “role-based dignity and moral-worth dimension”.¹⁷

Uma das críticas frequentemente apontadas a este tipo de classificação baseada na duração é a de erroneamente se supor que o episódio terminou, pelo que será mais correcto depreender que as características se reportam a fases, não necessariamente encadeadas, ao invés de pessoas.

- Tipologias baseadas no risco ou potencial:

Determinadas tipologias utilizam a noção de risco para distinguir diferentes tipos de pessoas sem-abrigo. Baseando-se no caso do Reino Unido, Daly (1996)¹⁸ oferece uma classificação de cinco situações: (1) pessoas em risco ou brevemente vulneráveis a homelessness (próximo mês) que necessitam de assistência a curto prazo; (2) pessoas cuja primária e única necessidade é habitação (trabalhadores temporários ou episodicamente sem casa que sem apoio financeiro terão graves problemas); (3) pessoas que se poderão tornar praticamente independentes mas que necessitam de ajuda ao nível das suas competências sociais e pessoais; (4) pessoas com dificuldades substanciais ou múltiplas mas que, com apoio, poderão habitar em grupo ou centros, como os que estiveram institucionalizados e necessitam

¹⁵ Leanne Rivlin, 1986, cit in PEREIRA et al, 2000: 19

¹⁶ Anderson e Snow, 1993

¹⁷ Para o caso do conceito de família, a escolha deve-se a três factores: enfatiza os laços sociais e redes de contactos sendo um elemento de socialização base; por afectar a capacidade de estabelecer afiliações de natureza social; associação da família tradicional às noções de lar para além de um tecto. Anderson e Snow, 1993: 7-9

¹⁸ UNCHS (Habitat), Nairobi, 2000

de tempo para se autonomizar; e, (5) pessoas com necessidades institucionais de apoio permanente.

- O contínuo de situações habitacionais:

O principal objectivo da criação de um contínuo de situações habitacionais, desde as situações de rua à habitação adequada, é evitar estigmatizar a população em situação de sem-abrigo, não a colocando estatisticamente num grupo distinto da restante população. A actual preocupação europeia, e essencial para que a este nível se definam políticas de habitação comuns, é precisamente encontrar uma definição para os vários casos de exclusão habitacional dos diferentes Estados-membros. Pela sua importância como instrumento de trabalho e análise, esta tipologia é seguidamente detalhada.

Concluindo esta breve apresentação das várias tipologias de análise do fenómeno de homelessness, é fundamental salientar um aspecto analítico essencial a qualquer abordagem: o de evitar um discurso separatista baseado numa diferenciação entre factores estruturais (pobreza, desemprego, mercado de habitação, políticas sociais, aspectos macroeconómicos, etc.) e individuais (doença mental, consumos, educação, etc.). Dito de outra forma, as abordagens radicais caem facilmente em falácias ideológicas e subjectivas que esquecem que o fenómeno de homelessness constitui um processo de várias rupturas, implicando uma interacção dinâmica entre ambos os níveis causais.

Apesar de ser imprescindível conhecer de forma detalhada a população em situação de homelessness, para melhor adaptar e desenvolver os tipos de resposta e apoios necessários, não devem as características sociodemográficas ser também utilizadas para delimitar as causas da situação de exclusão habitacional¹⁹.

I.III. Tipologia de Situações de Exclusão Habitacional no Contexto Europeu

Brousse (2004) salienta a existência de três tipos de definições que actualmente imperam no cenário europeu: “baseadas nas condições habitacionais”, de onde o Reino Unido é o exemplo mais representativo, são sinónimo de políticas menos dirigidas a dar um apoio imediato e mais ao facilitar do acesso de longo termo a acomodação; “baseadas na mobilidade ou falta de um domicílio fixo”, tal como no caso francês, considera-se haver uma categoria de casos que, devido à falta de conta bancária e endereço postal, necessita de um procedimento de apoio específico (exemplo, Rendimento Mínimo de Inserção); “baseadas em problemas sociais”,

¹⁹ Quando as discussões acerca do fenómeno de sem-abrigo falham em separar o problema da identidade dos indivíduos o resultado é um discurso de tipo patológico/doença. Tal, Cooper (1995) designa de “pathology of homelessness” e que é o frequentemente dominante. UNCHS (Habitat), Nairobi, 2000

incluem-se o caso português e francês, contemplam o problema da habitação a par de outras problemáticas sociais (como mulheres vítimas de violência e refugiados) sendo requerido um nível de intervenção social primário²⁰.

Para a construção de uma tipologia segundo um contínuo de situações habitacionais é referência fundamental a classificação de “housing-deprived” proposta por Brousse²¹ que combina as seguintes dimensões: física (tipo de instalações); legal (direito ou estatuto de ocupação) e, tempo (direito de permanência). Pode ainda vir a incluir uma quarta dimensão referida ao conforto (electricidade, poluição, ruído, etc.).

Pressupondo a existência de um contínuo entre situação habitacional adequada e de rua/centros acolhimento, procura-se evitar que se estigmatize a população sem-abrigo como um grupo isolado da restante população. Como demonstrado por vários autores²², o perfil social dos sem-abrigo é muito semelhante aos da população em agregados habitacionais em condição de pobreza, distinguindo-se apenas em função da situação imediata.

Os defensores desta abordagem salientam como vantagens, para além do evitar criar um “gueto estatístico”, a possibilidade de analisar os movimentos de entrada e saída na situação de sem-abrigo, melhor inventariar os tipos de respostas habitacionais disponíveis, conciliar definições latas e restritas, categorizar situações híbridas sem equivalência com categorias estanques²³, e facilitar a captação das situações invisíveis. As últimas são variáveis em função das metodologias e técnicas de recolha de informação seguidas em cada contexto nacional.²⁴

Ao passo que em relação a determinadas definições, o contínuo habitacional representa um alargamento, nomeadamente por incluir a acomodação temporária como precária, não contempla ainda todas as formas de habitação insatisfatória, em particular os que estão em situações de habitação desadequada ou em risco de perda de habitação.

De forma a ultrapassar alguns dos principais constrangimentos que se fazem sentir ao nível da análise europeia do fenómeno de homelessness, torna-se imperativo para os vários Estados-membros desenvolver metodologias capazes de chegar aos casos não incluídos nas estatísticas

²⁰ INSEE/EUROSTAT, 2004: 17-18

²¹ INSEE/EUROSTAT, 2004: 46

²² Firdion e Marpsat, 1998 in Marpsat, 2000: 1, 2

²³ Por exemplo, indivíduos que pagam uma renda como sub-arrendatários de uma organização de apoio e por um período determinado. Marpsat, 2000: 1

²⁴ Nos vários países diferentes grupos estão sub-representados. As abordagens que se centram na habitação não captam frequentemente os indivíduos isolados (Reino Unido); as que se focalizam na habitação temporária falham muitas vezes em chegar às famílias, ou identificá-las enquanto tal. Como regra geral, as estatísticas raramente incluem aqueles que se auxiliam de alojamento temporário junto de familiares ou amigos. A população em centros de acolhimento é a que tende a ser melhor conhecida, todavia a sectorização do apoio social contribui para que haja falhas ao nível da contabilização do universo total. Eurostat, 2004: 89

disponíveis, estimar o número de indivíduos em necessidade para criar os serviços adequados e compreender as dinâmicas de adaptação da população em risco de homelessness.²⁵

Neste contexto, a FEANTSA²⁶ é responsável pela delimitação de uma definição de trabalho, designada de ETHOS (European Typology on Homelessness and Housing Exclusion), que se baseia em três domínios conceptuais - o físico/material, o legal e o social - que, pelas suas intersecções, dão lugar a diversas categorias operacionais de exclusão habitacional:

Table 6.1 ETHOS European Typology on Homelessness and Housing Exclusion Revision 2005

Conceptual Category		Operational Category		Generic Definition	National Sub-Categories
ROOFLESS	1	People Living Rough	1.1	Rough Sleeping (no access to 24-hour accommodation) / No abode	
	2	People staying in a night shelter	2.1	Overnight shelter	
HOUSELESS	3	People in accommodation for the homeless	3.1	Homeless hostel	
			3.2	Temporary Accommodation	
	4	People in Women's Shelter	4.1	Women's shelter accommodation	
	5	People in accommodation for immigrants	5.1	Temporary accommodation / reception centres (asylum)	
			5.2	Migrant workers accommodation	
INSECURE	6	People due to be released from institutions	6.1	Penal institutions	
			6.2	Medical institutions	
	7	People receiving support (due to homelessness)	7.1	Residential care for homeless people	
			7.2	Supported accommodation	
7.3			Transitional accommodation with support		
7.4			Accommodation with support		
INSECURE	8	People living in insecure accommodation	8.1	Temporarily with family/friends	
			8.2	No legal (sub)tenancy	
			8.3	Illegal occupation of building	
		8.4	Illegal occupation of land		
INSECURE	9	People living under threat of eviction	9.1	Legal orders enforced (rented)	
			9.2	Re-possession orders (owned)	
INADEQUATE	10	People living under threat of violence	10.1	Police recorded incidents of domestic violence	
	11	People living in temporary / non-standard structures	11.1	Mobile home / caravan	
			11.2	Non-standard building	
11.3			Temporary structure		
12	People living in unfit housing	12.1	Unfit for habitation (under national legislation; occupied)		
13	People living in extreme overcrowding	13.1	Highest national norm of overcrowding		

Fonte: Edgar et al., 2005

Seguindo algumas das considerações dos autores a propósito da classificação elaborada²⁷, a importância de chegar aos casos invisíveis (hidden homeless) é explicitada pela categoria conceptual “insecure housing” (8-10), de onde a principal intenção é medir as situações de risco (“threatened with homelessness”) que surgem da insegurança provocada por: questões de arrendamento (ausência, iminência de despejo); questões de relação (ameaça de violência);

²⁵ A actual proposta da Comissão Europeia (2007) para a medição do fenómeno de sem-abrigo tem em consideração as recomendações para a análise de condições de vida proposta para os Censos de 2010.

²⁶ FEANTSA - European Federation of National Organisations working with the Homeless – foi estabelecida em 1989 como uma ONG e conta actualmente com mais de 90 ONG de 29 países europeus que fornecem serviços de apoio à população sem-abrigo. (<http://www.feantsa.org/code/en/pg.asp?Page=21>)

²⁷ Doherty et al, 2004

dependência de apoio social para manter habitação. No que respeita a categoria operacional de “unfit housing” (12), incluída na categoria conceptual de “inadequate housing”, a proposta é a de estendê-la a uma chamada “cultural definition” que permitirá seguir uma estipulação de standards habitacionais em função de cada contexto nacional e variável ao longo do tempo.

Um outro aspecto de extrema importância para o desenvolvimento desta definição operacional e desenvolvimento de estudos europeus comparativos é delinear uma classificação comum de “hostel accommodation” (“centro de acolhimento”; “pensões/rendas subsidiadas”), que forneça uma nomenclatura harmonizada da provisão de serviços de apoio. Para este efeito, Edgar et al. (2005) como critérios centrais: acesso (directo sem necessidade de referência); duração (uma única noite, sucessivas, etc.); e missão (dar acomodação a pessoas que de outra forma teriam de dormir ao relento). No entanto, a diversidade de serviços de apoio entre os vários Estados-membros torna complexa a tarefa de encontrar uma classificação partilhada, sendo essencial, para efeitos comparativos e de análise, que as instituições caracterizem os seus serviços de acordo com critérios comuns, como os explicitados.

I.IV. Conceptualização de Situações de Sem-Abrigo em França, Portugal e Inglaterra

I.IV.I. França²⁸

Não existe uma definição oficial de homelessness em França. As recensões mais recentes, conduzidas localmente pelo INED e ao nível nacional pelo INSEE, baseiam-se numa definição próxima da dos EUA, ou em sentido restrito (*sans-domicile au sens restreint*). Sem-abrigo são as pessoas que no momento do estudo (por exemplo, a noite anterior) dormem na rua ou em outros locais impróprios para habitação, em abrigos nocturnos, hotéis ou apartamentos pagos pelas agências não governamentais ou através de apoios do Estado.

Deste modo, a definição operacional partilhada pelo INED e INSEE combina dois indicadores fundamentais: a classificação do tipo de habitação (rua, centros, etc.) e o status de ocupação (pago por organismos de acção social), para a classificação de uma situação habitacional particular perspectivada ao longo de um contínuo de várias.

Contudo, os dois institutos referidos não seguem uma definição absolutamente idêntica, nomeadamente no que respeita à inclusão, ou não, de dois casos específicos: pessoas em hotéis ou com familiares e amigos numa base irregular (contemplado pelo INED) e mulheres grávidas ou com crianças menores de três anos de idade em situação de fronteira entre centros para sem-abrigo e para outro tipo de população, uma vez que não têm necessariamente de ser

²⁸ Segue como fonte de informação primordial o contributo dos investigadores do INED para a rede CUHP.

sem-abrigo para se qualificarem para estes “centres maternels” (podendo por exemplo ser consideradas “houseless” ou “without housing”) (INSEE). Consequentemente, as mulheres adquirem maior visibilidade no caso do INSEE.

Desde 1990 até à presente data, e em termos gerais da evolução e status da investigação nesta área, pode ser destacada a existência de dois grupos principais: o actual Plan Urbanisme, Construction et Architecture do Ministério para a Habitação que segue uma linha de análise sociológica qualitativa ou etnográfica baseada essencialmente nos casos mais visíveis no espaço público; e o National Council for Statistical Information (CNIS) que se ocupa da pesquisa quantitativa originária de um trabalho desenvolvido por vários parceiros (departamentos governamentais, ONG, sindicatos, investigadores, etc.).

Firdion e Marpsat (2003), no âmbito da rede de investigadores CUHP, salientam como as duas principais metodologias seguidas em França: as recensões estatísticas de sem-abrigo ou utilizadores de serviços, e a utilização dos registos e entrevistas a fornecedores de serviços.

▪ **Recensões estatísticas à população sem-abrigo e/ou utilizadores de serviços:**

Anualmente, e desde 1998, a parceria DRASS/FNARS/MIPES leva a cabo, numa dada noite na região de Paris (Ile-de France), a aplicação de um questionário aos utilizadores dos centros de acolhimento de urgência (CHU) e centros de acolhimento e reinserção social (CHRS).

Desde 1993 que o INED é responsável por vários projectos na região de Paris (1995, 1998, 2002) relevantes para testar as metodologias de recensão “rua e centro de acolhimento” e “utilizadores de serviços”. Quanto aos utilizadores de serviços, o estudo de 1995 contemplou Paris *intra muros* no período entre 6 de Fevereiro e 10 de Março e envolveu 591 indivíduos com mais de 18 anos utilizadores de abrigos e serviços de distribuição alimentar. O estudo de 1998, semelhante ao anterior, envolveu 461 sem-abrigo, utilizadores dos mesmos serviços, entre 16 e 24 anos em Paris e os subúrbios mais próximos. O de 2001-2002 tratou-se de uma recensão de pequena escala de 96 sem-abrigo contactados via equipas de rua em Paris, procurando chegar aos casos não contemplados nos estudos de utilizadores de serviços.

Em 2001, o INSEE²⁹ coordenou uma recensão ao nível nacional (campo geográfico de centros populacionais com 20.000 ou mais habitantes) sobre os indivíduos que na noite anterior utilizaram centros de acolhimento (incluindo centros maternels e refúgios para vítimas de violência doméstica), ou dormiram num local não previsto para habitação, como um lugar público.

²⁹ Resultaram 80 amostras aglomeradas recolhidas por 17 delegações regionais do INSEE compreendendo um total 4 084 utilizadores de centros de acolhimento e serviços de refeições contactados entre 15 de Janeiro e 15 de Fevereiro de 2001.

▪ **Registos administrativos dos serviços de apoio:**

Como exemplo, desde 1982, e em cada dois anos, é realizado pelo departamento de assuntos sociais um levantamento estatístico (formulário descritivo) acerca da população em CHRS e acomodação temporária, incluindo famílias.

Para além dos exemplos acerca das principais metodologias seguidas, o desenvolvimento de estudos longitudinais constitui actualmente uma prioridade. Como exemplos, utilizando registos administrativos, o do Observatório Regional de Saúde (Orsas), em Lorraine (Novembro 1995 a 2003) e o da DDASS/FNARS, em Haut-Rhin. De igual forma, os estudos do Paris Samu Social (serviço de emergência social) baseados nos registos de chamadas recebidas³⁰ seguem a mesma metodologia. Procuram-se também incluir questões acerca do fenómeno de sem-abrigo em estudos dirigidos à população geral, tais como a recensão de saúde do INSEE (2002-2003) e a recensão habitacional (2006). Em versões anteriores (1996 e 2002), a última incluía já as condições habitacionais dos inquiridos, nomeadamente os custos, espaço disponível, qualidade e dimensão do agregado habitacional, de forma a captar situações de “doubling up” (implicando a revisão da noção de “ménage” para passar a distinguir as denominadas “secondary living units” no seio da “primary unit”).

I.IV.II. Portugal³¹

Tal como em França, não há em Portugal uma definição única de situações consideráveis sem-abrigo. Os primeiros estudos datam dos anos oitenta, e têm sido maioritariamente desenvolvidos pelos próprios serviços de apoio. Consequentemente, a abordagem principal é à escala de um grupo limitado de utilizadores, de acordo com os critérios particulares de cada organização. Tal é útil para o design das respostas mas cinge-se a uma caracterização sociodemográfica sem hipóteses de oferecer bases de análise comparativa ou evolutiva. No entanto, mais recentemente têm sido realizados estudos de maior abrangência que combinam, à semelhança do caso francês, uma metodologia de recensão directa à população sem-abrigo e a utilizadores de serviços, com os casos conhecidos pelas instituições.

▪ **Registos administrativos dos serviços de apoio:**

O Instituto de Segurança Social³² (ISS) realizou, entre Maio e Dezembro de 2004, um inquérito a nível nacional que permitiu identificar os casos de sem-abrigo conhecidos pelos

³⁰ A mesma pessoa pode dizer respeito a múltiplos utilizadores se der identificações diversas, ou seja, nestes casos trata chamadas telefónicas e não indivíduos.

³¹ Para além dos estudos originais, a presente síntese refere o relatório de “Research Review - Portugal” elaborado pela FEANTSA, 2002.

³² <http://www.seg-social.pt/>

serviços das autarquias, pelos Centros Distritais de Segurança Social (CDSS) e os acompanhados pelas instituições³³. Quanto à explicitação do conceito utilizado procurou-se seguir uma aproximação à definição seguida pela FEANTSA (acima explicitada) tendo sido identificados dois grandes grupos de situações: indivíduos em situação de sem-abrigo (“espaços abertos” e centros de acolhimento) e situações de risco, bem como com probabilidade de que a situação se torne prolongada. No último caso, consideraram-se as seguintes subcategorias: “pessoa incapaz financeiramente de manter um alojamento (com/sem ajuda de serviços sociais)”; “pessoa que ocupa casas abandonadas, barracas...”; “pessoa com problemas do foro psiquiátrico ou de dependências (droga/alcoolismo) que esporadicamente dorme na rua”; “pessoa que tem casa, mas esporadicamente dorme na rua/centro de acolhimento devido a uma pressão intensa no universo familiar (ex: violência doméstica)”³⁴.

São devidas duas observações em termos de possíveis constrangimentos de análise. A primeira (clarificada pelos autores) deve-se ao facto de os resultados não se referirem a pessoas mas sim aos casos conhecidos pelas entidades, o que não evita duplas contagens. A segunda é que, apesar da intenção conceptual de distinguir situações correntes de em risco, são incluídos casos muito diversos sob esta segunda categoria, nomeadamente indivíduos em actual situação de sem-abrigo (casas abandonadas), ou que oscilam entre tipos de local de pernoita diferenciados (utilização esporádica dos centros/rua).

▪ **Estudos dirigidos à população sem-abrigo e a utilizadores de serviços:**

Gentil (1993) desenvolveu um estudo incidindo na área da saúde sobre uma amostra de 40 utilizadores da cantina dos Anjos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML). No âmbito da psicologia, Barreto e Barreto (2002) analisaram as relações afectivas e redes sociais de 21 sem-abrigo utilizadores de um centro de apoio social em Lisboa. Bento (2001) estudou 135 sem-abrigo ao longo de três anos (1998-2000) que frequentavam as consultas de psiquiatria do hospital psiquiátrico, em Lisboa, e comparou esta amostra com a obtida anteriormente a partir da experiência das equipas de rua (Bento et al., 1999). Esta última análise permitiu elaborar uma caracterização demográfica e diagnóstico psiquiátrico para um total de 511 sem-abrigo contactados via as equipas de rua entre 1994-1999, constituindo assim um estudo também de enfoque longitudinal.

O Gabinete de Ecologia Social do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)³⁵ conduziu uma análise longitudinal dos sem-abrigo em Lisboa (ruas e centros de acolhimento),

³³ Castro e Caeiro, 2004-05

³⁴ Castro e Caeiro, 2004-05

³⁵ Pereira et al., 2000

com o objectivo de definir a sua caracterização sociodemográfica, distribuição geográfica, tipos de locais de pernoita e obter uma caracterização geral actualizada dos serviços de apoio disponíveis. Para cada um dos vários objectivos, o trabalho de terreno, decorrido entre Janeiro e Maio de 2000, seguiu diversas técnicas de observação e de recolha de informação, desde entrevistas a interlocutores privilegiados a sem-abrigo, observação sistemática dos locais de pernoita, e uma observação intensiva visitando todos os locais recenseados numa só noite, com o intuito de “cruzar informações de carácter sincrónico e diacrónico do meio”.³⁶

Para além da contagem de indivíduos por observação directa em espaços abertos, espaços fechados e centros de acolhimento, foram incluídos “casos potenciais”. Esta categoria engloba, por um lado, uma “observação sistemática de fortes indícios ou referências, por parte de informadores privilegiados”³⁷, nomeadamente, a Polícia de Segurança Pública, postos de limpeza da Câmara Municipal de Lisboa e moradores, e, por outro, o apuramento de situações “híbridas” (situação fronteira entre sem-abrigo e residência precária), a partir da observação de espaços muito degradados e considerando como indicadores o vínculo dos indivíduos com o local, a instabilidade, degradação e salubridade.

Apesar de serem necessários estudos aprofundados para se conseguir chegar aos casos potenciais e escondidos, o relatório longitudinal procurou, assim, dar alguns passos no alargamento da definição mais restrita, contrariando a “imagem estereotipada que se tem desta população” e que “é ténue e dissimulada a fronteira que separa um sem-abrigo de um qualquer indivíduo em situação de pobreza absoluta ou, por vezes, de rendimentos baixos”.³⁸

A Câmara Municipal de Lisboa (CML) efectuou um levantamento sociodemográfico dos utilizadores de uma resposta temporária de Inverno (tenda montada de 12 Fevereiro a 02 Junho de 2003), cujas duplas contagens foram evitadas através da utilização um número único de identificação³⁹. Esta tenda constituiu inicialmente uma resposta de emergência mas acabou por se tornar num momento de avaliação e filtragem das situações de rua no âmbito do Plano Municipal para a Prevenção e Inclusão dos Toxicodependentes e Sem-Abrigo (Plano Lx).⁴⁰

³⁶ Pereira et al, 2000 : 24

³⁷ Pereira et al, 2000 : 28

³⁸ Pereira et al, 2000 : 27-28

³⁹ Os dados foram trabalhados no âmbito de uma tese de licenciatura – Soares, 2004 (não publicado).

⁴⁰ A designação do Plano mereceu várias observações por parte de investigadores de outros países no âmbito de conferências e outro tipo de encontros por ser considerado que a junção de toxicodependentes e sem-abrigo no mesmo programa de intervenção é uma inversão em relação às tendências de evolução de maior especialização por problemáticas específicas. Curiosamente, inicialmente estes dois grupos eram contemplados de forma individualizada tendo sido posteriormente decidido levar a cabo a sua fusão por se ter considerado que a maior parte dos casos acumulava as duas problemáticas.

No âmbito deste Plano, foi efectuada uma contagem de uma só noite (30 de Novembro de 2004⁴¹ das 20h à 01h) com a principal preocupação de “dimensionar e caracterizar o universo da população de rua da cidade de Lisboa”. A população entendida como “de rua” foi o “conjunto das pessoas que, sem alternativa, fazem dos espaços públicos, o seu lugar de viver, seja de forma circunstancial, emergente ou de forma definitiva”⁴², ou seja, inclui situações de toxicod dependência e prostituição que não são sem-abrigo. Foram aplicados questionários de forma indirecta (conhecimento das situações por parte dos trabalhadores sociais) em 53 freguesias e contactados 931 indivíduos, A definição seguida levou a considerar 140 situações, excluindo-se, ao contrário da definição habitual de sem-abrigo em sentido restrito, 499 indivíduos em centros de acolhimento (395 dos quais integrados no respectivo programa). Este estudo visou essencialmente efectuar um ponto de situação ao nível do Plano Lx e das respostas disponíveis.

O ISS⁴³, que uma primeira fase conduziu um levantamento nacional dos casos conhecidos pelas instituições, desenvolveu, num momento seguinte, três vertentes exploratórias: “Os sem-tecto: realidades (in)visíveis”; a “Caracterização das respostas sociais e serviços dirigidos aos sem-abrigo”; e “Quartos, pensões e hospedarias: a realidade do alojamento das pessoas que vivem em situação de alojamento apoiado pelos serviços sociais nas cidades de Lisboa e Porto” (aplicação de 30 entrevistas semi-directivas com aplicação de “life-lines”).

Na primeira vertente tomou-se como “objectivo de estimar o número real de pessoas sem-tecto ao longo do território nacional e compreender a situação desta população ao nível da identificação das causas e das expectativas face ao emprego e ao habitat”. Foi aplicado por equipas de rua um inquérito nocturno (19h do dia 19 de Outubro e 3h do dia 20 de Outubro de 2005) aos sem-tecto, tendo sido obtido um total de apenas 524 questionários, o que ficou muito aquém das estimativas já adiantadas em 2004.⁴⁴

I.IV.III. Inglaterra⁴⁵

No Reino Unido existe uma definição legal de homeless (“statutory homeless”). Em paralelo, o sector das ONG segue uma definição mais abrangente que inclui também os casos não considerados legalmente como homeless (“non-statutory homeless”).

⁴¹ Na opinião do entrevistado associado a este serviço, “uma noite particularmente chuvosa durante um Inverno predominantemente seco”.

⁴² NID-CML, 2004

⁴³ Castro e Caeiro, 2004-05

⁴⁴ As condições climáticas terão limitado o acesso aos sem-abrigo. Castro e Caeiro, 2004-05

⁴⁵ A informação segue como fontes primordiais o contributo da equipa inglesa para a rede CUHP; os relatórios da ONG Crisis e ODPM Housing Statistics.

Apesar de os vários países do Reino Unido (Inglaterra, Irlanda do Norte, Escócia e País de Gales) seguirem os mesmos princípios gerais, tomamos como exemplo o caso específico da Inglaterra. O primeiro “Homelessness Act” data de 1977, seguiu-se o de 1985, o de 1996, e a versão vigente é de 2002.

Definition of Homeless⁴⁶

(From Part VII of the Housing Act 1996, ratified with one change in 2002 - The reference to domestic violence has become changed to violence in order to include racial violence)

175-(1) A person is homeless if he has no accommodation available for his occupation, in the United Kingdom or elsewhere, which he – a) is entitled to occupy by virtue of an interest in it or by virtue of an order of court; b) has an express or implied licence to occupy, or c) occupies as a residence by virtue of any enactment or rule of law giving him the right to remain in occupation or restricting the right of another person to recover possession.

(2) A person is also homeless if he has accommodation but – a) he cannot secure entry to it, or; b) it consists of a moveable structure, vehicle or vessel designed or adapted for human habitation and there is no place where is entitled or permitted both to place it and reside in it.

(3) A person shall not be treated as having accommodation unless it is accommodation which it would be reasonable for him to continue to occupy.

(4) A person is threatened with homelessness if it is likely that he will become homeless within 28 days.

176-Accommodation shall be regarded as available for a person’s occupation only if it is available for occupation by him together with – a) any other person who normally resides with him as a member of his family, or; b) any other person who might reasonable he expected to reside with him.

177- It is not reasonable for a person to continue to occupy accommodation if it is probably that this will lead to domestic violence against him, or against – a) any other person who normally resides with him as a member of his family, or; b) any other person who might reasonable he expected to reside with him.

O Estado é responsável por atribuir habitação àqueles que, obedecendo a vários critérios, são considerados “statutory”. Para tal, são cinco as condições que as autoridades locais devem avaliar (“five basic hurdles”):⁴⁷

1. Determinar se a pessoa é elegível para assistência (ex. pedidos de asilo estão excluídos);
2. Avaliar se são “homeless” (não ser arrendatários legais, nem proprietários) ou “potentially homeless” (possibilidade de perda da habitação nos próximos 28 dias);
3. Se são “priority need”⁴⁸ de acordo com o previsto na lei (grávidas, indivíduos com filhos dependentes, vulnerabilidade resultante da idade, doença mental ou problemas físicos (também as mulheres); habitação ameaçada por desastres naturais ou incêndios; jovens de

⁴⁶ Joan Smith, 2003

⁴⁷ David Ginshall, London Borough of Tower Hamlets Intervention at the CUHP London Workshop.

Para informação esquematizada consultar “Local authority assessment of applicants and responsibilities under the current Homeless Persons legislation”, Scottish Executive - Statistical Bulletin HSG/2003/5 <http://www.scotland.gov.uk/stats/bulletins/00271-03.asp>.

⁴⁸ The **Housing Act, 1996** defined as **Priority Need Groups for Accommodation** (189-1): (a) a pregnant woman or person with whom she resides or might reasonably be expected to reside; (b) a person with whom dependent children reside or might reasonably be expected to reside; (c) a person who is vulnerable as a result of old age, mental illness or handicap or physical disability or other special reason, or with whom such a person resides or might reasonable be expected to reside; (d) a person who is homeless or threatened with homelessness as a result of emergency such as flood, fire or other disaster. **The 2002 Act** included (more) (a) young people aged 16 and 17 years, (b) looked after young people up to the age of 21 years, (c) those leaving institutions whether army, prison or hospital. Joan Smith, 2003

16 aos 17 anos; a sair de instituições como o exército ou prisões). Determinadas situações, como a vulnerabilidade associada a questões de saúde, lidam com dificuldades em apurar de forma objectiva cada caso individual (ex. analisar todo o historial médico);

4. Averiguar se é “intentional homelessness”⁴⁹ segundo centenas de leis baseadas em casos concretos (“case law” e “test cases”). Traduz-se em situações como: ter dinheiro para pagar a renda e decidir não o fazer, ou simplesmente abandonar o local de habitação; ser condenado a pena de prisão pode ser considerado como possivelmente evitável, e logo intencional sair de casa; acções consideradas “anti-social behavior, etc.” Nestes casos, a autoridade não tem obrigação de provir com habitação, à excepção de por um curto período de tempo;
5. A condição final é ter uma “local connection” na área administrativa em que é feita a candidatura para obter habitação. A acomodação temporária em serviços de apoio é válida para efeitos de prova de ligação local.

Apesar do teste de vulnerabilidade (ponto 3) tender a excluir os “single homeless” (homens, adultos, desempregados, sem problemas de saúde específicos) da classificação de “statutory”, pode, por outro lado, permitir incluir alguns destes casos sob problemas de toxicodependência, alcoolismo, HIV, etc. O efeito perverso desta situação é que, não havendo habitações sociais disponíveis, os que não são considerados um grupo prioritário acabam por ser constantemente “ultrapassados” pelos que o são.

No final de todo o processo, os indivíduos não considerados “statutory homeless” devem procurar alternativas no mercado privado de habitação ou recorrer ao sector do voluntariado, contactando, por exemplo, centros de dia.⁵⁰

Assim, os “non-statutory homeless”⁵¹ são os indivíduos não reconhecidos pelas autoridades locais e não prioritários, quer pelo facto da sua candidatura ter sido indeferida, quer porque nunca se candidataram. Estes subdividem-se em grupos de acordo com o local de pernoita: “rough sleepers” (ruas e outros locais não previstos para a habitação como carros abandonados, entradas de edifícios, parques e casas devolutas); em centros e hostels de alojamento temporário; em pensões (bed-and-breakfast) ou casas de familiares e amigos porque não têm outra alternativa habitacional.

⁴⁹ Intentionally homeless from the Homelessness Act 1996: 191 (1) A person becomes homeless intentionally if he deliberately does or fails to do anything in consequence of which he ceases to occupy accommodation which is available for his accommodation and which it would have been reasonable for him to continue to occupy” in Joan Smith, 2003.

⁵⁰ Crisis, Homelessness Act 2002

⁵¹ Homelessness Factfile 2003

Dada a existência de uma definição legal, as autoridades locais são também responsáveis por uma compilação de dados administrativos sistemática e regular. Neste sentido, uma das fontes de informação disponíveis são as estatísticas de “statutory homeless”.

▪ **Registos administrativos (“statutory homeless”)**

Os dados reunidos pelas autoridades locais devem ser lidos enquanto agregados familiares para os quais as autoridades locais têm o dever de fornecer alojamento, temporário ou habitação social. Seguindo os dados do OPDM Housing Statistics referem-se às seguintes categorias de necessidade prioritárias⁵²: “agregado familiar com filho dependente”; “grávidas”; “membro do agregado familiar vulnerável por – idade, deficiência física”; “doença mental”; “jovem – 16, 17 anos”; “violência doméstica” e “sem-abrigo em emergência”. Os dados evolutivos disponíveis denotam que a primeira categoria “agregado com filho dependente” tende a representar 50 a 60% da totalidade dos casos aceites.

De acordo com a mesma fonte, os motivos para a perda de habitação considerados aceitáveis, ou seja, de não intencionalidade, contemplam as seguintes situações: “familiares/amigos indisponíveis para dar estadia”; “ruptura com parceiro (incluindo violência doméstica)”; “problemas de hipoteca e empréstimo”; “problema de renda”; “fim de usufruto de habitação de curta duração”; “perda de alojamento” e “outras razões”. Neste âmbito, os problemas associados à habitação têm vindo a aumentar.

Os grupos não considerados “statutory homeless” representam um campo de pesquisa independente, essencialmente levado a cabo pelas ONG. Este sector desempenha um papel essencial para tornar visíveis os grupos que são “administrativamente invisíveis”, nomeadamente os “rough sleepers” (rua) e “hidden homelessness” (“casos escondidos”).

▪ **Recensões sobre “hidden homelessness”**

Os denominados “concealed households” e outros casos potenciais não são alcançados pelas recensões sobre “statutory”, “rough sleeping” e “temporary accommodation”, requerendo a construção de indicadores acerca das condições habitacionais, como overcrowding⁵³, em paralelo com a análise das “intenções” de ambos o arrendatário e usufrutuário “escondido”.

As estimativas sobre os “hidden homelessness” tendem a seguir abordagens focalizadas:

⁵² A realização de análises longitudinais deve ter em consideração as revisões legislativas dos vários Actos que levaram à inclusão de novas categorias entre os grupos em necessidade prioritária.

⁵³ Este indicador deve ser tomado com atenção: “What are we measuring when we measure overcrowding? Are we measuring the housing crisis of a capital city? Are we measuring poverty? Are we measuring households with large families in small houses?” in Joan Smith, 2005

- **Número de agregados “sem-abrigo escondidos” incluindo os rejeitados sob a categoria de intencionalidade:** A título de exemplo, a ONG Shelter⁵⁴ tem realizado estimativas adicionando ao valor dos “statutory” o somatório dos casos rejeitados e dos números referentes aos “hostel homeless”. Estes dados são posteriormente utilizados para apresentar estimativas do número de unidades de habitação que necessitam ser construídas, bem como para estimativas do número de homeless excluídos das figuras oficiais, que apesar de serem julgados homeless não são incluídos por razões de intencionalidade, falta de ligação local, ou não serem prioritários.

- **Estimativas de jovens sem-abrigo:** têm sido efectuadas estimativas aplicando os dados oficiais da Escócia à Inglaterra, já que naquele país há mais informação sobre este grupo.

- **Estimativas de “single homeless”:** levado a cabo pelas ONG para identificar os que não são incluídos em grupos de prioridade, e que se baseia numa escala de todas as diferentes situações de homeless/housing. As estimativas recentes do Policy Institute para a Crisis no relatório *How Many, How Much* constituem um exemplo.⁵⁵

▪ **Recensões de “rough sleepers”**

As opções analíticas e metodológicas seguidas na quantificação de “rough sleepers” são objecto de várias críticas. A definição do ODPM é “pessoas a dormir, ou deitadas, em espaços abertos (como ruas, entradas de edifícios, parques) e em espaços fechados não destinados à habitação (celeiros, parques de estacionamento, barcos abandonados, estações).” Logo, entre outros, não inclui os indivíduos em casas abandonadas ou situações que pela sua mobilidade não são captáveis em momentos singulares de contagem. Alvo de contestação está também o facto de indivíduos vistos a consumir álcool e a vaguear (mesmo que com um saco cama ou cobertor) não serem contabilizados, a não ser que estejam claramente deitados.⁵⁶ Este é um dos “detalhes” que tem vindo a gerar alguma polémica uma vez que contribui para diminuir os resultados das contagens.

As contagens são conduzidas pelas autoridades locais em parceria com as ONG e fornecem um retrato geral do número de pessoas a dormir nas ruas em determinada área geográfica, numa noite específica. Apesar de ser considerado que esta metodologia não permite chegar a uma quantificação anual dos sem-abrigo em situação de rua, é afirmado que é uma forma de realizar uma avaliação longitudinal.⁵⁷

⁵⁴ Para informação adicional consultar a 1 million campaign (www.shelter.org)

⁵⁵ www.crisis.org cit in Joan Smith, 2005

⁵⁶ ODPM, <http://www.odpm.gov.uk>

⁵⁷ <http://www.odpm.gov.uk>

Todavia, a ONG Crisis⁵⁸ defende que é utilizada uma “inteligência institucional” que leva a que as contagens sejam de validade questionável, por dois motivos fundamentais: há sempre indivíduos que não são contabilizados (dormem em locais desconhecidos pelas autoridades locais) e mesmo que numa noite todos sejam contados e alojados, na seguinte mais aparecerão. Assim, para que se conheça a extensão do problema são necessárias estimativas de fluxo e duração.

I.V. Revisão Sumária dos Principais Estudos Empíricos Conduzidos nos Três Países

Considerando a multiplicidade de definições e metodologias seguidas nos três países em análise, a apresentação dos principais resultados empíricos obtidos nos estudos referidos não deve basear-se em termos comparativos. Os retratos empíricos sintetizados são pertinentes para identificar os casos conhecidos em cada cidade e país, ou, dito de outro modo, como em termos genéricos a população sem-abrigo é caracterizada em termos de perfil sociodemográfico, situação habitacional, qualificações e situação face ao emprego, condições sociais de pertença e redes de sociabilidade, saúde, e serviços de apoio e estratégias de sobrevivência. Assim, permitem lançar algumas pistas para a discussão do impacto das definições sobre a invisibilidade de algumas situações de sem-abrigo.

As “estatísticas” disponíveis realçam as divergências existentes (definições, metodologias, escala de análise, etc.) no seio de cada contexto nacional:

Quadro 1. Revisão Empírica Sumária - Dados Quantitativos

	Dados Quantitativos
França	(Dados nacionais) - 200.000 a 400.000 pessoas em dificuldade de alojamento (ATD QuartMonde, 1987) - 202 000 sem-abrigo (Hexagone, 1992) - 250 000 SDF (ministère des affaires sociales, 1993) - 627 000 (FEANTSA) - 800 000 (Abbé Pierre, 1998) - 20 000 et 25 000 clochards + 40 000 et 90 000 « compagnons de route » (Patrick Declerk, 2001) - 86 000 personnes sans domicile (INSEE, 2001)
Portugal	- 1.000 sem-abrigo na cidade do Porto (2001) - 1366 sem-abrigo, sendo 736 em centros de acolhimento, e 91 situações potenciais (dos quais 9 em situação híbrida), em Lisboa; entradas e imediações de edifícios e espaços residenciais e não residenciais abandonados (Pereira et al., 2001) - De acordo com o tipo de instituição: 698 em centro de acolhimento + 560 em casas abandonadas/barracas e rua (Autarquias); 1.044 na rua (CDSS); 2.173 “pessoas que têm casa mas esporadicamente dormem na rua/centro de acolhimento + 1.855 na rua (Instituições) (ISS, 2004) - 467 inquéritos em situação de rua em Portugal + 30 em acomodação temporária apoiada em Lisboa e Porto (ISS, 2005) - 140 “sem-abrigo” entre as situações de rua em Lisboa (Plano Lx, Novembro 2004) - 841 utilizadores da tenda da CML em Lisboa de 12 de Fevereiro e 2 de Junho de 2003 (Soares, 2004 (não publicado)
Inglaterra	- 504 situações de rua na Inglaterra “em qualquer noite” sendo 267 na Grande Londres (ODPM, Julho 2003) - 380.000 “single homeless” incluindo hostels, B&Bs, squats, com amigos e habitações sobreocupadas na Grã-Bretanha (Crisis, 2003) - Em Londres: 63.607 agregados em alojamento temporário + 3.870 “homeless at home” + 2.832 agregados em B&B (Homeless Boletim, Outubro de 2005) - 134.430 casos aceites como “statutory homelessness” em 2003/2004, sendo 51% das situações por gravidez. Para um total de 300.840 decisões das autoridades locais, 163.840 casos não foram considerados em necessidade prioritária (ODPM, Março 2005)

⁵⁸ Homelessness Factfile, 2003

Os dados quantitativos reunidos permitem evidenciar grandes variações, que para além de gerarem polémica ao nível nacional, são também de questionável utilização para comparações entre países. Em França, os dados nacionais variam entre 86.000 e 800.000, conforme os casos incluídos. Em Portugal, a tentativa de realização de um inquérito nacional dirigido à população sem-abrigo em espaços abertos e não previstos para a habitação, obteve uma amostra inferior a contagens já realizadas (e apenas nas principais cidades). Grosso modo, os dados disponíveis centram-se nas situações de rua e centros de acolhimento e principalmente para a cidade de Lisboa. Na Inglaterra, a par de um conhecimento segmentado e especializado por tipos de situações – statutory, alojamento temporário e rough sleepers – fica a faltar uma análise global. É de denotar que o resultado dos casos de rua obedece ao cálculo de uma média para o número de pessoas a dormir na rua “em qualquer noite”, o que diminui substancialmente as contagens.

O facto de os estudos existentes não permitirem captar o universo total é justificado por vários factores, entre os quais, os custos e escassez do financiamento à investigação, existência de situações escondidas ou invisíveis e a mobilidade da população. Os esforços, embora que com impulsos diversos, para chegar às situações invisíveis ou pouco conhecidas são partilhados. Salientam-se os seguintes grupos: alojamento temporário; a ficar em casa de amigos e familiares e habitação sem condições por factores como ocupação excessiva. A respeito dos indivíduos em alojamento temporário, alguns autores alertam para os possíveis efeitos de estigmatização dos que têm um alojamento, mas são incapazes de o manter de forma autónoma, ao serem incluídos entre a população sem-abrigo.

Considerando as “**características sociodemográficas e situação habitacional**”, o quadro que abaixo se apresenta permite evidenciar a maior representatividade em relação à população geral de indivíduos nascidos no estrangeiro; problemas e separações familiares precoces; baixos níveis de qualificações e falta de certificação de competências, etc.

Porém, estas características podem não ser as predominantes entre a população sem-abrigo. De uma forma geral, o perfil e situação mais comum do sem-abrigo que se encontra em situação de rua ou centros de emergência é o já bastante conhecido: homem; solteiro; idade média entre os 30 e os 50 anos; nascido no território nacional; previamente sem habitação própria ou arrendatário; utilização frequente de centros de acolhimento; duração média do corrente episódio de um ano havendo por outro lado casos de longa duração.

A análise do parâmetro da duração e repetição dos episódios de homelessness carece de ser desenvolvido nos vários contextos. Pode passar-se o caso de se subestimar os que saem

rapidamente da situação, e apresentar estimativas mais elevadas para os que apresentam episódios mais longos.

Quadro 2. Revisão Empírica Sumária - Características Sociodemográficas e Situação Habitacional

	Características Sociodemográficas e Situação Habitacional
França	<ul style="list-style-type: none"> - Maior representatividade de indivíduos nascidos fora do território nacional ou territórios DOM-TOM (Départements d'outre-mer et Territoires d'outre-mer); períodos de separação familiar durante a infância – profissões itinerantes (INED, 1998) - Homens; idade predominante 30-49, nascidos em França (INSEE, 2001 e INED, 2001-2002) - Maior representatividade de jovens (em relação à população geral) deve-se ao facto de os indivíduos com mais de 60 anos terem acesso a instituições especializadas; maior representatividade de estrangeiros; ¼ nunca teve habitação própria e ¾ como arrendatários; problemas na infância explicam dificuldades habitacionais; 40% perdeu a habitação durante o ano precedente (separação do parceiro (37%), mudança de região ou país (20%), incapacidade de suportar a renda (21%) e despejo (13%) (INSEE, 2001) - 51% em centros, 40% em pensões e quartos apoiados e 9% em “abris de fortune”; utilização de centros com saída compulsória com uma média de quatro meses nos últimos doze (20% durante 3 meses e 5% após 2 anos) e muitas vezes forçados a passar de um centro a outro devido a limites de estadia (CNAF, 2003) - 5% nas ruas há mais de 10 anos; 1/3 nunca utilizou centros acolhimento (insegurança, higiene, “preferir rua”); duração média do corrente episódio de 7 meses (INED, 2001) - <u>Utilizadores de CHRS</u>: homens (proporção das mulheres aumenta com a idade); solteiros (parte significativa das mulheres está separada); franceses; bom estado de saúde; 21% a utilizar entre 1 e 2 anos, seguindo-se mais de 2 anos; homens com tempos de permanência mais longos; metade dos entrevistados esteve num determinado CHRS, 16% a ficar em casa de familiares ou amigos (especialmente os mais jovens), 6% em centros de emergência, 1% em alojamento privado, 4% num CHRS diferente, 3% nas ruas, 4% numa residência social, 6% a ocupar casas abandonadas e 2% em instituição de cuidados médicos; 38% nunca foi proprietário ou arrendatário (mais para as mulheres e quanto mais jovens) e 18% não tem um alojamento depois de 2-5 anos; 59% tomaram acções para encontrar uma habitação (mulheres mais representadas) contra 38% que não o fez (não ter o nível de rendimento suficiente e falta de documentos necessários) (FNARS, Fevereiro 2003) - Aumento das chamadas de mulheres isoladas com filhos, de Novembro de 2002 para 2003; perfil genérico: homem, solteiro, entre 26 e 44 anos e à procura de alojamento. (Linha Samu Social, 2004)
Portugal	<ul style="list-style-type: none"> - Maioria do sexo masculino; entre 20 e 40 anos; escolha de espaços de rua abertos e mais indivíduos em centros de acolhimento (Pereira e tal., 2001) - Maioria homens, brancos, portugueses, 35 e 60 anos de idade (média de 45 anos de idade), 76% com pais falecidos, solteiros, sem filhos, 57% com três ou mais anos de situação sem-abrigo (média de 4,7 anos), 92% a dormir no centro da cidade, 83% sem contacto com a família ou amigos (Bento et al. 1999) - 48% portugueses e 30% de outras nacionalidades - Europa de leste (58,9%), PALOP (23%), Brasil (8,9%); principais problemáticas: o desemprego e a ilegalidade para a população imigrante (CML, Soares, 2004) - Homens em idade activa, solteiros, escolaridade básica (1º e o 2º ciclo); 25 aos 34 anos; nacionalidade portuguesa; os imigrantes que se destacam são os Ucrânios e os Africanos (Angola e Cabo Verde); mais de 50% é a primeira vez que se encontra na rua e 33% são reincidentes (a primeira vez foi há “2 a 9 anos” (39), “10 a 20 anos” (28) e “mais de 22 anos” (11); maioria na rua há mais de um ano; 34% “entre 1 a 5 anos”; 30% há mais de 5 anos e 24% há menos de 6 meses; como causas 25% refere problemas familiares, 23% problemas de saúde, 22% problemas de emprego e 17% problemas de alojamento; 48% dormem na rua isolados e 32% com outras pessoas; 57 afirmam ter casa mas dormem na rua por “não querer lá viver” ou “não o querem em casa”; 32% vivia em casa de familiares; 31% em casas ou quartos arrendados ou pensões; 17% em casa própria (perda por disputas de casa ou dívidas de empréstimo ou de renda); mais de 1/3 passou pelo hospital, 18% pela prisão, 17% por centros de alojamento temporário ou por comunidades terapêuticas (caso toxicod dependência), apenas 13% não passou por nenhum tipo de estruturas (ISS, 2005)
Inglaterra	<ul style="list-style-type: none"> - 25-34 anos e 35-49; maioria homens (maior presença das mulheres entre o grupo mais jovem); minorias étnicas mais presentes em centros e a ficar com amigos, mais representadas entre os utilizadores mais jovens, mulheres com maior probabilidade de pertencer a uma minoria; nacionais brancos mais representados nas ruas; poucos refugiados e pedidos de asilo (Crisis, 2003) - Rough Sleepers: 25% idades entre os 18 e 25 anos, 6% mais de 60, cerca de 90% são homens e metade esteve na prisão ou centro similar e 40% dos reclusos são sem-abrigo quando saem do estabelecimento (SEU, 1998) - Razão principal para os jovens é a expulsão de casa dos pais ou ruptura familiar; hostel e organização e raramente passagem pela rua (Smith, 2005) - Residentes de hostels média de 7.5 anos; 37% passam directamente da hostel para a rua; 1 em 5 utilizou pela primeira vez há uma década (Crisis, 2001) - 20-25% se tornou sem-abrigo nos últimos seis meses e 1/4 há mais de cinco anos (Crisis, 2003) - 15 a 20% de reincidentes (Ginshall, 2005) - “Statutory homelessness”: “relatives/friends no longer able or willing to provide accommodation” é 22% - pais e 15% - amigos; “relationship breakdown partner”, por violência 13%; e, “end of assured shorthold tenancy”, 13% (ODPM, 2005)

Tal como a diversidade de quantificações existente, também as características sociodemográficas da população é condicionada pelo tipo de respostas disponíveis (exemplo

de centros para jovens, idosos, etc.). Verifica-se uma melhor situação social, profissional e de saúde daqueles que utilizam os centros de longa duração, nomeadamente pela procura de soluções habitacionais e de emprego e acesso a fontes de rendimento. Neste universo, as mulheres, jovens e famílias estão mais representados.

Um parâmetro particularmente evidente no caso da Inglaterra é a expulsão da casa dos pais entre os motivos para a situação de sem-abrigo. Este é um factor que tem levado vários autores a explorar o conceito de “family welfare”, numa perspectiva comparativa. A referência a passagens pela prisão e reincidência é também mais comum neste país, mas possivelmente por questões de delimitação de subgrupos na amostra. Atendendo às “qualificações e situação face ao emprego”:

Quadro 3. Revisão Empírica Sumária - Qualificações e Situação Face ao Emprego

	Qualificações e Situação Face ao Emprego
França	<p>- 4 em 10 sem diploma de escolaridade completa e estrangeiros com problemas de equivalência; natureza técnica e alguns casos de nível elevado; rendimentos do trabalho em 2º nível de importância (mais para as mulheres que também frequentemente referem não ter qualquer recurso); 24% dos homens actualmente a trabalhar – trabalho precário (assistido, curto termo, centros); 95% já trabalhou – operariado e profissões itinerantes (exército, comércio); mais mulheres entre os que nunca trabalharam; Constrangimentos: empregadores não fazem contrato; manter uma imagem aceitável e respeitar horários de trabalho incompatíveis com os horários de funcionamento dos centros de acolhimento (INED, 1995)</p> <p>- Pequena parte não estudou e 15% ainda a estudar (3/4 raparigas em CHRS); mais de metade sem ensino secundário ou técnico completo (INED, 1998)</p> <p>- 43% dos sem-abrigo estão desempregados (metade há 1 ano, 15% depois de 5), 29% empregados (empresas privadas (56%), em ONG ou centros (26%) e administrações do sector público (8%); apenas 1/4 foi contratado com um vínculo indeterminado (CDI), 15% a curto termo (CDD) e os restantes são trabalhadores temporários (17%), formandos (7%) ou sob uma medida social (“contrat emploi solidarité”) (11%). Em suma, 16% trabalham sem contrato e 3 em 4 casos para ONG, frequentemente em troca de alojamento e refeições; 28% inactivos (sem procurar emprego) = a percentagem de desemprego é seis vezes superior do que para a restante população; Inactividade: 1/4 são estrangeiros não autorizados para trabalhar; saúde (30%), não desejar procurar emprego (12%); os empregadores consideram-nos ou muito jovens ou muito velhos (9%) e indisponibilidade para trabalhar (na maior parte jovens mães); maioria trabalhadores não qualificados ou operários; alguns ocuparam anteriormente posições de técnicas e de coordenação intermédias (11%) ou foram trabalhadores independentes (Brousse, 2002 – INSEE, 2001)</p> <p>- 71% dos sem-abrigo entre 18 e 60 anos estão desempregados; em relação à população geral maior representatividade dos que nos últimos 2 anos procuraram emprego e menor de inscritos no centro de emprego; rede de sociabilidades estreita (Rochère, 2003 – INSEE, 2001)</p> <p>- Utilizadores de CHRS: 58% desempregados - 48% há 1 ano e mais, 30% depois de 1 mês e até 1 ano, e 22% nunca teve um emprego (especialmente jovens com menos de 25 anos e mulheres) - saúde, falta dos documentos necessários e ter frequentado estágios sem correspondente colocação profissional; mulheres e jovens mais frequentemente empregados; 49% têm um contrato indeterminado (CDI) e 33% determinado (CDD); 44% a tempo inteiro (mulheres - tempo parcial); 77% com fonte de rendimento (43% salários, 28% “mínima social” - RMI (68%), seguindo de pensões de invalidez (15%), pai e mãe isolados (8%) e pensão de inserção social (2%)-, 19% pensões familiares, 9% subsídio de desemprego e 10% outras fontes) contra 18% sem qualquer fonte (FNARS, Fevereiro 2003)</p>
Portugal	<p>- 76% dos sem-abrigo com escolaridade elementar (Bento et al., 1999)</p> <p>- 84% com quatro ou mais anos de escolarização (Bento, 2001)</p> <p>- 20% iletrados e 78% com menos da quarta classe, apesar de 13% terem o secundário; situação das mulheres particularmente adversa; sem-abrigo com algum tipo de formação não excede os 25%; 80% desempregados, 12% reformados, 5% um emprego temporário e apenas 4% um trabalho permanente; maioria com emprego irregular no ano precedente; rejuvenescimento da população nos passados 4 anos (de 1995 a 1999) - casos com educação secundária e graduados (FEANTSA, 2004, Dados 1999)</p> <p>- Maioria já trabalhou; 11% actualmente a trabalhar – operariado, não qualificados e serviços; profissão actual ou anterior - sem vínculo ou contrato a termo certo contrastando com 30% de efectivos; despedimento para 1/3 (dependências e álcool e rupturas conjugais), pedidos de reforma (3%) e abandono deliberado (25%); 50%-50% os que procuram emprego, ou não – dependências, falta de motivação; desemprego há dois anos ou mais e reincidência; nunca ter recebido subsídio de desemprego; maioria não inscrita no centro de emprego (ISS, 2005)</p>
Inglaterra	<p>- escolaridade inferior especialmente se começando na adolescência – abandono escolar precoce sem certificação; 30 a 50% contra 10% da população geral não têm qualificações; a maioria já teve um emprego remunerado; apenas uma minoria em posições técnicas e de coordenação sendo maioritariamente operariado, manufactura e construção, serviços de protecção e vigilância, serviços de restauração, forças armadas, e várias ocupações ocasionais indiferenciadas (Crisis, 2003)</p> <p>- 85% teve uma actividade profissional remunerada; 47% possui qualificações - 48% com “GCSEs”, 16% com “A levels”, 15% com licenciatura e 13% qualificações profissionais (Crisis, dados de 2002)</p>

Verifica-se que a população sem-abrigo está, de um modo geral, numa situação de desvantagem em relação ao mercado de emprego. Tal associa-se ao predomínio de experiência laboral em áreas não qualificadas, falta de competências e baixa escolaridade, dificuldades de acesso a reciclagem formativa, problemas de saúde, etc. Neste sentido, a grande maioria já trabalhou anteriormente (menos no caso das mulheres) e apenas uma pequena parte se encontra actualmente empregada (mais as mulheres e em centros de acolhimento). Os empregos actuais tendem a ser precários, em áreas não qualificadas, incluindo os que são para serviço dos próprios centros de acolhimento, ou outras formas de emprego socialmente protegidas. O desemprego de longa duração tende a ser mais representativo do que na população geral. Por outro lado, os constrangimentos para encontrar trabalho enquanto sem-abrigo são de diversos tipos como: empregadores não fazem contrato; dificuldade em manter uma imagem aceitável e respeitar horários de trabalho incompatíveis com os horários de funcionamento dos centros de acolhimento.⁵⁹

As “**condições sociais de pertença e redes de sociabilidade**” reflectem as dificuldades de relacionamento familiar consequentes da situação social e económica de origem.

Quadro 4. Revisão Empírica Sumária - Condições Sociais de Pertença e Redes de Sociabilidade

	Condições Sociais de Pertença e Redes de Sociabilidade
França	<ul style="list-style-type: none"> - Pais com profissões independentes ou proletárias e nascidos no estrangeiro ou em territórios DOM-TOM; separação familiar prematura (orfanatos, divórcio, vítimas de violência, um dos pais falecido ou desconhecido); problemas de saúde, prisão, drogas e álcool e associando-se a problemas conjugais; estrangeiros - traumas de conflitos armados (INED, 1995) - 14% viveu em casal, 24% com os filhos (mais em habitação assistida) e 2/3 sozinho; 97% tem família (mãe, filhos, irmãos, tios, etc.) mas menos frequente entre os sem-abrigo nas ruas; mais precária a situação habitacional mais fracas as relações amicais; aumenta a idade os contactos tornam-se mais fracos; as mulheres têm mais probabilidades de desenvolver uma rede social e ser imigrante representa um obstáculo; maior parte teve contactos com familiares e amigos mas a ausência com familiares é superior à população geral e os amigos estão na mesma situação; representatividade de agressões verbais e físicas; solidão (Monrose, 2004 – INSEE, 2001)
Portugal	<ul style="list-style-type: none"> - 30% viviam sozinhos; 17% viviam com os seus pais; 34% das mulheres e 21% dos homens viviam acompanhados; 21% das mulheres com os seus filhos (FEANTSA, 2004 – Dados 1997) - Maior número de experiências problemáticas como institucionalizações (orfanatos, hospitais psiquiátricos, prisões, serviço militar), associadas a factores pessoais (doença grave, violência e agressões, consumo de álcool e droga, doença mental), afectivas (falecimento de alguém próximo, emprego distante de casa, divórcio) e económicas (despedimento, desemprego de longa duração, perda de bens) - que afectam as suas estruturas psicológicas, afectivas e relacionais a partir das quais se desenvolvem sentimentos de identidade, pertença e inclusão; privação com origens prematuras e reforçada por experiências recentes (Bento e Barreto, 2002) - Maioria vivia com os pais (mais jovens), com o cônjuge e filhos (adultos), 19% vivia só; mais de 1/3 com filhos menores (10% em instituições de acolhimento ou integradas em famílias); família directa a principal fonte de apoio para mais de metade mas decréscimo de importância em favor dos amigos e de profissionais; apoio dos indivíduos na mesma situação (ISS, 2005)
Inglaterra	<ul style="list-style-type: none"> - Conflitos familiares, ausência de família desde a infância (1/4 a 1/3), recusa do contacto; jovens com maiores probabilidades de ter contactos familiares; isolamento dos mais velhos e principalmente em situação de rua em relação aos que utilizam hostels; maioria dos contactos com indivíduos na mesma situação, especialmente os mais velhos e há mais tempo; mulheres com maior probabilidade de já terem sido casadas; predomínio dos solteiros, viúvos e divorciados; casais sem-abrigo visíveis (Crisis, 2003) - Jovens: 2/3 a causa é o conflito familiar; 86% são forçados a sair de casa; é mais provável que tenham vivido com companheiros dos seus pais, pais adoptivos ou familiares pela idade de 12; 45% teve experiências de violência com a família; 1/3 tentaram o suicídio (1/5 durante o ano anterior) (Crisis, Dados de 2001, 1998 e 1999) - Ruptura de relações restringe a rede de sociabilidades; mais de 50% das mulheres violência doméstica; - Assaltos, ofensas verbais, vítimas de crimes (75% pelo menos uma vez nas suas vidas), suicídio (35 vezes mais de probabilidade), esperança média de vida pelos 42 anos, maiores probabilidades de reincidência por dificuldade em manter o alojamento; solidão e o isolamento (Crisis, 2003)

⁵⁹ Em suma, e segundo Marpsat et al. (2003), “Ce parcours du combattant est bien résumé par la formule souvent entendue: “pas d’emploi, pas de logement ; pas de logement, pas d’emploi”.

No entanto, apenas uma minoria viveu anteriormente em casal. Os vários casos referem manter um contacto familiar apesar de se sentirem isolados. A maioria dos contactos sociais estabelecidos é com indivíduos nas mesmas circunstâncias. Os casos de violência doméstica são frequentemente referidos entre as mulheres e a expulsão de casa dos pais entre a população mais jovem.

A “saúde” mental e depressões, problemas de várias ordens, e as dependências, são particularmente referidos, melhorando consoante a qualidade das condições de alojamento, onde há geralmente também um acesso mais facilitado a cuidados médicos. As hospitalizações e a mortalidade precoce são mais frequentes do que em relação à população geral. Os temas da dependência do álcool, estupefacientes e problemas mentais são frequentemente apontados tanto como a causa (que vai sendo agravada), como consequência, da situação de rua.

Quadro 5. Revisão Empírica Sumária - Saúde

	Saúde
França	- Pertença a baixo nível social com piores condições de trabalho – maior frequência de vários tipos de problemas; problemas de foro nervoso associados à perda de habitação; consumos; dificuldades de acesso aos serviços de saúde; maior frequência de hospitalizações – problemas psicológicos e psiquiátricos, agressões, suicídio; problemas mentais entravam acesso à saúde (Rochère, 2003 – INSEE, 2001 e Kovess et al., 1999)
Portugal	- Consumos, problemas mentais, HIV, problemas pulmonares; acesso à saúde maioritariamente através das urgências (falta de morada) (Gentil, 1993) - Alcoolismo, psicoses, desordens personalidade; mulheres minoritárias mas mais representadas entre doentes psiquiátricos do que nas ruas (Bento, 2001) - Maioria com problemas de saúde; alcoolismo, toxicoddependência, problemas vários; maioria recorre hospitais e apenas 7% não possui apoio médico (ISS, 2005)
Inglaterra	- 42% de mais de 3.000 casos em Londres não se conhece o estado de saúde; evidentes problemas físicos, mentais e de abuso de álcool e droga variando com a região, sexo, idade e etnia; problemas de várias ordens, neurológicos – 30 a 50% com problemas de saúde mental, 12 a 26% com esquizofrenia, e acidentados e agressões; hospitalizações mais frequentes; pior situação dos casos de rua; mortalidade mais elevada; problemas mentais entravam acesso à saúde; mutilações e suicídio (Crisis, 2003)

Para os “serviços de apoio e estratégias de sobrevivência” são menos os que referem não ter qualquer fonte de rendimento do que aqueles que afirmam possuir. As principais fontes são o trabalho e os benefícios sociais. A Inglaterra destaca mais os benefícios sociais em relação ao trabalho, do que a França e Portugal. A França mais o RMI do que Portugal, mas sendo este o tipo de subsídio mais referido em ambos os casos. Como já mencionado, os universos de amostragem podem condicionar estes resultados.

Destaca-se uma polaridade entre aqueles que estão em centros e os que estão em situação de rua, predominando a ausência de formas de apoio e um maior distanciamento em relação às instituições, no caso dos segundos. A maioria contactou já um serviço social contudo persistem aspectos a melhorar como, entre vários, encontrar o que comer, apoio financeiro,

para além dos obstáculos psicológicos como a humilhação e capacidade de passar pelo processo burocrático⁶⁰.

Quadro 6. Revisão Empírica Sumária - Serviços de Apoio e Estratégias de Sobrevivência

	Serviços de Apoio e Estratégias de Sobrevivência
França	<p>- Principal fonte de rendimento é o trabalho (1 em 3) seguindo-se o RMI (23%) que 5 a 15% não estão intitulados; menor acesso das situações de rua; 3% os utilizadores de refeitórios e centros que num ano não contactou com nenhuma instituição, médico ou técnico (mais os homens); 82% sem-abrigo contactaram num ano um assistente social; instituições sociais as mais contactadas (exclui emprego e saúde); contacto directo preferencial e 81% declara-se satisfeito (Avenel e Damon, 2003 – INSEE 2001)</p> <p>- 1/3 sem ter feito refeições durante o dia; 18 tiveram um rendimento de trabalho (ocasional ou regular) durante o mês anterior, 61 uma pensão, 52 uma doação, sendo em 45 casos de outro sem-abrigo e 7 declararam uma completa falta de recursos (Marpsat et al., 2003 – INED, 2001)</p> <p>- 37% consideram receber ajuda importante para a reinserção social importante e 21% para dormir e comer; 47% gasta o dia à procura de trabalho ou local de pernoita (38% destes via centro de dia), 32% à procura de um local para descansar e 20% à espera que o tempo passe; 50% considera que a situação vai melhorar (os mesmos que procuram activamente emprego), 37% que se manterá e 31% piorar; 44% têm problemas em encontrar o que comer durante o dia, especialmente os mais jovens, nas ruas há mais de 5 anos ou em centros de emergência; 20% com constrangimentos associados a ter vida sexual e 12% com acesso a sanitários; 83% utilizadores de centros sentem rejeição da população geral e comerciantes; 88% espera vir a assentar em algum lugar e 9% continuar em mobilidade; 70% prefeririam uma casa privada arrendada no futuro; para o sentimento de pertença, 35% é em relação a “França”, seguidamente a rua depois a “ville” e 13% não tem qualquer sentimento de pertença. (Emmaüs, Dezembro 2005 - Estudo decorrido de 17 Novembro a 5 de Dezembro para uma amostra estratificada por género, idade, nacionalidade e tipo de estrutura de 400 indivíduos com mais de 18 anos utilizadores de uma das estruturas da associação)</p>
Portugal	<p>- Movimento pendular de permanente entre: local de pernoita, receber comida ou serviço de apoio e actividades de sobrevivência material; movimentos migratórios (Pereira et al., 2001)</p> <p>- 176 contra 139 afirma nunca ter tido contacto com uma instituição social; as formas de acesso são através de outros sem-abrigo (31%), equipas de rua (27%) e profissionais (18%); 45% recebe (mais de metade de IPSS e ONG – equipas de rua e congregações religiosas e 18% da SS) para alimentação (29%), vestuário (20%) e higiene (13%) e 55% não recebe apoios; apenas 16% considera ter resolvido os seus problemas, 50% não resolveu e 27% apenas em parte (insuficiente, continuar na rua, falta de apoio financeiro, no ano decorrido a situação piorou); a melhorar é o alojamento (39%), o emprego (31%), problemas de saúde (9%) ou o acesso a tratamentos de desintoxicação (7%), resolver assuntos burocráticos e reforço das respostas existentes, e, para imigrantes a legalização da situação; mais de metade (58%) sobrevive através de actividades pontuais (incluindo ilícitas) e apenas 12% referiu não possuir qualquer fonte de rendimento; diminuto o número a receber prestações/subsídios da Segurança Social mais especificamente, rendimento de inserção social (24 indivíduos, e a 12% já foi cancelado e 8% aguarda resposta – 50% há mais de 6 meses), subsídio de acção social (4 indivíduos) e subsídio de desemprego (1 indivíduo); 25 indivíduos (6%) cujo principal modo de vida é o trabalho; apenas 22% está inscrito no centro de emprego (condição para receber o RSI) (ISS, 2005)</p>
Inglaterra	<p>- Principal fonte de rendimento benefícios sociais; poucos não têm alguma fonte de rendimento – mais nas ruas; 65% alegou benefícios sociais, 1% trabalho regular ou ocasional; 15% mendicidade, uma pequena parte prostituição e 1/5 não tinha qualquer rendimento sem ter tentado obter benefícios sociais (falta de documentos, não ser cidadão, receio de ser localizado por um parceiro abusivo; mudança frequente de local; não querer passar pelo trabalho ou humilhação de fazer um requerimento sem domiciliação; problemas mentais; dificuldades de compreender a informação e os requisitos; incapacidade de lidar com o processo burocrático; desconhecer que se tem direito; recear ser tratado de forma antipática pelos técnicos); roupa de centros de dia e lojas de caridade; formas de utilização do tempo como descansar, andar sem rumo, mendicidade, beber, etc.; não ter onde deixar bens pessoais (Crisis, 2003)</p>

⁶⁰ Como afirmam Marpsat et al., (2003), e para os que recebem um benefício e continuam a dormir nas ruas ou num abrigo precário, a questão que se coloca não é porque recusam os centros mas antes “pourquoi n’ont-ils pu accéder à un logement ou s’y maintenir? Plusieurs éléments entrent ici en jeu: l’état actuel du marché du logement et le manque de logements bon marché, la complexité des démarches à entreprendre pour retrouver un logement, ainsi que la difficulté de se réadapter à un logement après une longue période dans la rue.»

Os autores Pereira et al. (2001) apresentam como principais constrangimentos ao nível da filosofia das práticas de apoio social: a falta de empowerment dos sujeitos e serem tomados como intervenientes activos com as suas próprias sugestões; os planos de reinserção social serem baseados essencialmente na vertente do trabalho o que exclui automaticamente vários casos; grupos com falta de apoio ao nível do alojamento como mulheres com crianças e pessoas com graves problemas mentais; e a lacuna existente ao nível das avaliações de follow-up dos casos. A competição entre as várias instituições e a inexistência de conhecimento acerca da totalidade de respostas existentes torna difícil a construção de uma estratégia coordenada de combate ao fenómeno social dos sem-abrigo.

II. COMPREENDENDO O CONCEITO DE RISCO

Resumo: É feito um enquadramento teórico do conceito de risco focando questões subjacentes à sua definição. Os autores seleccionados baseiam a sua análise, a um nível geral, nas dinâmicas de desenvolvimento das sociedades ocidentais actuais, e, num plano particular, na interpretação do conceito de risco.

II.I. Definição Genérica do Conceito de Risco

A definição do conceito de risco implica, segundo Beck, “definitional struggles”⁶¹. Por outras palavras, a atribuição de uma consequência indesejável a um evento futuro é fruto de um processo de legitimação social, em que a racionalidade científica e as dinâmicas sociais são simultaneamente independentes e interdependentes.

Em termos evolutivos, as várias perspectivas desenvolvidas acerca do conceito de risco têm tido a afastar-se, nomeadamente a partir dos anos oitenta, de um posicionamento exclusivamente positivista, maioritariamente desenvolvido por economistas, para tomar também em linha de conta factores subjectivos, ou seja, aproximando-se do relativismo. Segundo a primeira abordagem, o conceito é definido em termos de um comportamento racional para estabelecer uma função relativa de valor para resultados prováveis, ou melhor, constitui uma base de cálculo entre custo e oportunidade segundo uma dada probabilidade. Posteriormente, a análise do risco veio a ser complementada por factores como, entre outros, a escolha (voluntária), contingências de ordem natural, a reversibilidade, etc.

De uma forma geral, os positivistas concordam que o risco é uma designação meramente científica para a caracterização e análise integral da realidade, através da compilação de informação e respectivo tratamento quantitativo. Por seu turno, os relativistas defendem que o risco é essencialmente uma reacção subjectiva a uma experiência pessoal ou social.

É fundamental ter presente que os pólos positivismo e relativismo constituem cada um dos extremos opostos de um contínuo de possibilidades analíticas. Ao passo que os primeiros são susceptíveis de ser criticados por negligenciar o contexto social, os segundos são questionados por ignorar a análise das consequências e probabilidades associadas a situações de risco. Deste modo, é imprescindível procurar uma articulação entre ambos.

Para uma compreensão genérica do conceito de risco é útil estabelecer a diferenciação entre “risco e acaso/perigo” (“risk and hazard”). Lupton⁶² veio delinear três posições fundamentais: realista ou materialista; a cultural e a pós-moderna. Para a primeira, o risco está directamente associado a um perigo subjacente com o potencial de causar danos, inserindo-se, assim, numa

⁶¹ Beck, 1992: 29

⁶² Lupton, 1999: 18,19

“culture of blame”, de onde os julgamentos morais vão para uma redução de risco e a ênfase para a educação individual, medidas de prevenção e estratégia corporativa. Na segunda, o risco é “natural e neutro” e associado a uma avaliação e gestão individual. Deste modo, é essencial um levantamento sociológico informado que poderá superar a “ingenuidade” da avaliação técnico-científica e tomar em consideração o mundo real de acasos, e como estes influenciam, por exemplo, o trabalho quotidiano. No caso da última posição, as vulnerabilidades sociais são invocadas para delimitar comportamentos de risco, ou seja, os riscos advêm de uma construção social baseada nos juízos contingentes acerca daquilo que constituem os resultados indesejados das escolhas dos indivíduos.

Para, entre outros, Beck e Foucault o conceito de risco não se refere exclusivamente a um fenómeno objectivamente identificável, calculável e mensurável (abordagem técnico-científica), nem a uma resposta puramente individual de acordo com diversas molduras de percepção (relativista). A título de exemplo, o primeiro autor tende a mover-se de forma ambivalente entre as duas posições, sugerindo, por vezes, que os riscos são um fenómeno objectivo em proliferação e fora de controlo, e por outras, chama a atenção para a sua mediação através de processos sociais e culturais. Por seu turno, Foucault leva a cabo uma abordagem próxima da relativista já que não se demonstra interessado em investigar a natureza do risco em si mas antes as formas de conhecimento, discursos dominantes, técnicas de peritos e institucionais que servem para torná-lo identificável e calculável, ou seja, construindo-o como uma realidade.⁶³

É a complementaridade entre as várias abordagens que permite contemplar os diversos aspectos essenciais para a compreensão do conceito de risco. A título de síntese geral, e servindo de introdução a uma posterior apresentação mais detalhada dos vários autores seleccionados, o conceito de risco reúne várias características:

- Paradoxos:

“Risk is about individual fears and social rights. Risk is something chosen and something imposed. Risk is manageable and can be insured against or, alternatively, is overwhelming and uncontrollable.”⁶⁴

- Elemento Estratégico:

“Risk analysis has always been part of the strategic considerations of organizations, corporations, groups and nation-states.”⁶⁵

⁶³ Lupton, 1999: 5

⁶⁴ Culpitt, 1999: 9

⁶⁵ Culpitt, 1999: 9

- Probabilidade de Consequência Adversa:

“Risk is the potential for realization of unwanted, negative consequences of an event.”⁶⁶

- Instrumento de Racionalização e Governança:

“There is no such thing as risk in reality. Risk is a way – or rather, a set of different ways – of ordering reality, of rendering it into a calculable form. It is a way of representing events so that they are governable through particular goals. It is a component of diverse forms of calculative rationality for governing the conduct of individuals, associations, and populations. It is thus not possible to speak of incalculable risks, or of risks that escape our modes of calculation, and even less to speak of a social order in which risk is largely calculable and contrast it with one in which risk has become largely incalculable.”⁶⁷

- Mecanismo de Responsabilização:

“The nature of risk involves the possibility of random fate, whether individual or social, shrouded in the intellectual and political dilemmas of endless rationalization about cause and responsibility.”⁶⁸

- Forma de lidar com o Futuro:

“From an abstract point of view: since we cannot know the future (or it would not be the future) and since, because of its structural novelty, we cannot describe the society in which we now live, a peculiar symbiosis arises between the future and society, that is to say, between certain uncertainties in the temporal and in the social dimension.... risk indicates a form for confronting the problem represented by the future, i.e., it is a form of dealing with time; and we may assume that this form cannot be used without taking into account the subject matter and without taking into account the social consequences.”⁶⁹

- Atribuído a uma Decisão:

“... the potential loss is either regarded as consequence of the decision, that is to say, it is attributed to the decision; the possible loss is considered to have caused externally, that is to say, it is attributed to the environment. In this case we speak of danger”.⁷⁰

- Reflexivo:

“We also appear to lay great store by the generally appreciated value of safety/security. This rapidly (much too rapidly) gives rise to the idea that one really desires security, but that, given the state the world is in (formerly one would have said: beneath the moon), one has to accept

⁶⁶ Rowe, 1988: 24

⁶⁷ Luhmann, 1993

⁶⁸ Culpitt, 1999: 9

⁶⁹ Luhmann, 1993: 48, 51

⁷⁰ Luhmann, 1993: 21,22

risks. The risk form thus becomes a variation on the distinction of desirable/undesirable.... Security as a counter-concept to risk remains an empty concept in this constellation, similar to the concept of health in the distinction ill/healthy. It thus functions only as reflexive concept.”⁷¹

- Construção Subjectiva:

Risco é uma atribuição de valor influenciada por crenças, valores e experiências pessoais. Por outras palavras, depende da observação dos agentes sociais que o definem e percebem.⁷²

II.II. Perspectiva Cultural

Pelo início dos anos oitenta, Douglas e Wildavsky assumem-se como referências da perspectiva cultural e antropológica do risco. Este conceito reflecte a estrutura de relações sociais na medida em que é produto dos valores e normas vigentes, sendo, assim, uma construção colectiva apenas analisável mediante uma abordagem cultural, que integre os juízos morais acerca de como viver (percepção individual) com considerações empíricas sobre como a realidade é de facto (contexto social envolvente).⁷³

A percepção do risco, como um fenómeno, quer social, quer individual, implica que sejam tomados em consideração os factores sociais subjacentes à aceitação do mesmo, e que residem nos próprios princípios de valor, ou seja, na cultura.

De uma forma geral, os indivíduos seleccionam a apreensão de determinados perigos de forma a se conformarem a um modo de vida específico. Consequentemente, as pessoas que aderem a diferentes formas de organização social têm também variáveis disposições para aceitar (e evitar) diversos tipos de risco. Assim, alterar os processos de selecção e percepção de risco implica, de igual modo, transformar o modo de organização social.⁷⁴

Os autores⁷⁵ salientam que o crescimento sectário das sociedades permite, face a uma ausência de evidências de que a insegurança está a aumentar (aumento da esperança média de vida, melhoria das condições de saúde são elementos contraditórios), que se seleccionem riscos, entre um leque de perigos possíveis, susceptíveis de levar a que os indivíduos alterem as suas formas de viver. Neste sentido, as questões colocadas pela análise dos processos de construção do risco são antes “que tipo de sociedade é desejável?” mais do que “qual a importância do factor risco?”

⁷¹ Luhmann, 1993: 20

⁷² Douglas e Wildavsky, 1982

⁷³ Douglas e Wildavsky, 1982:10

⁷⁴ Douglas e Wildavsky, 1982: 9

⁷⁵ Douglas e Wildavsky, 1982: 14

Douglas sublinha a existência de um “private risk budget”.⁷⁶ Segundo esta noção, cada sujeito leva a cabo a construção do seu próprio projecto moral de acordo com o tipo de indivíduo que planeia ser, a consistência racional que procura dar ao seu plano de vida e os riscos que se dispõe a tomar para alcançá-lo. Por outras palavras, a partir do que é socialmente aceite como risco são também obtidos indicadores acerca da capacidade de adaptação social dos indivíduos, sendo que cada modo de vida tem associado um “portfolio” de risco distinto.

Acima de tudo, os riscos são seleccionados mas também ignorados.⁷⁷ A distinção entre ocorrência voluntária e involuntária de um perigo não é objectivamente identificável. Por exemplo, optar por viver num local poluído pode ser fruto de constrangimentos económicos e não de uma escolha voluntária. Os riscos são também irreversíveis gerando um processo em escalada e para as futuras gerações. São ainda invisíveis, ou latentes, manifestando-se algumas vezes apenas muito mais tarde.

II.III. “Sociedade de Risco”

De acordo com Nick Fox⁷⁸, a identificação de riscos não pode ser desassociada das dinâmicas políticas subjacentes à valorização de determinados modos de vida em detrimento de outros.

Ulrich Beck defende que a sociedade de risco pode ser vista como um desafio motivante representando uma nova etapa para o desenvolvimento da modernidade, que vem permitir a abertura de novas formas de participação activa.⁷⁹ Risco opõe-se a perigo na medida em que implica reflexividade e previsibilidade, ou seja, racionalização. Por outras palavras, “The concept of risk is directly bound to the concept of reflexive modernization. *Risk* is a systematic way of dealing with hazards and insecurities induced and introduced by modernization itself. Risks, as opposed to older dangers, are consequences that relate to the threatening force of modernization and to its globalisation of doubt. They are *politically reflexive*”⁸⁰

Tomando em consideração as opções técnicas oferecidas pelo progresso científico e tecnológico, o conceito de risco adquire uma dimensão global, ao mesmo tempo que surgem novos e áreas de risco que se tornam racionalizáveis.

⁷⁶ Fazendo referência à obra *Anatomy of Values*” de Charles Fried in Douglas, 1985: 15

⁷⁷ Douglas e Wildavsky, 1982: 18-27

⁷⁸ Fox, 1999: 30

⁷⁹ Para Lupton (1999:160), Douglas e Beck são diferenciáveis apenas em termos analíticos. Se a primeira oferece uma abordagem “sociocultural” dos processos de risco, o segundo avança uma ponderação do risco nos processos socioculturais.

⁸⁰ Beck, 1992: 7

Apesar de determinados riscos, como o desastre nuclear de Bhopal é exemplo, poderem ser infligidos primeiramente a países em vias de desenvolvimento, as suas consequências não deixam de vir a assumir uma escala global – “boomerang effect”. Neste contexto, é relevante tomar em linha de consideração a relação estabelecida entre juízos racionalmente baseados, pressupondo que os vários agentes sociais sejam informados acerca de como agir em contextos de risco, e a consequente atribuição de responsabilidade às vítimas. No caso referido, as populações afectadas foram susceptíveis de ser responsabilizadas pela sua falta de preparação para lidar com um desastre de tipo nuclear, tendo o papel empresarial e governamental sido passado para segundo plano. Processos de responsabilização semelhantes inserem-se claramente em estratégias de carácter político e económico.

Segundo Luhmann⁸¹ a informação é politicamente controlada sendo fundamental analisar quem decide, e em que contextos materiais e temporais, que riscos devem ser tomados, ou não, em linha de conta. A questão da selecção de riscos tornou-se assim um elemento essencial de análise.

A inexistência de alternativas de vida pode estar, em maior ou menor grau, presente ao nível de diversos momentos de uma biografia. No contexto actual, a proporção de oportunidades directamente consequentes de processos de tomadas de decisão está em decréscimo. Inversamente, a proporção biográfica do que é individualmente construído está em crescimento (“kits of biographical combination possibilities”⁸²). Consequentemente, os indivíduos “terão de pagar” pelas consequências mesmo de decisões não tomadas. As situações de dependência institucional são sinónimas de “susceptibilidade a crises”.

Mais riscos os indivíduos enfrentam também mais decisões têm de tomar, e são os menos estabilizados os a sofrer maior ansiedade. Saber que determinado factor ou evento é pouco provável de acontecer não diminui necessariamente os receios. Desta forma, o discurso de risco envolve uma extensa variedade de medos e ansiedades que são chamados a ser racionalizados.

A expansão do leque de possibilidades de tomada de decisão e variedade de combinações biográficas está a ser abordado nas sociedades modernas ocidentais por uma linguagem conceptual que leva a uma transformação de perigos em riscos.⁸³

Para Frank Furedi⁸⁴ é o próprio contexto social que se define estruturalmente como de risco. Neste sentido, apesar de políticos e opinion-makers divergirem quanto à identificação dos

⁸¹ Luhmann, 1993: 4

⁸² Beck, 1992: 135

⁸³ Luhmann 1993: 46

riscos predominantes, a aversão pelo mesmo é partilhada, pelo que as condutas sociais devem ser baseadas no “princípio da precaução”.

Por outro lado, se as sociedades se tornarem genericamente organizadas em torno do “princípio da precaução” podem vir a tornar-me mais conservadoras e irracionais, gerando-se um processo de paralisação social. Por outras palavras, as preocupações acerca do risco são produtos imaginários produzidos por uma “cultura do medo”.⁸⁵

“New Prudentialism” é a noção utilizada por Pat O’Malley⁸⁶ para ilustrar que a minimização do risco se tornou uma componente essencial das escolhas dos indivíduos, em várias esferas sociais desde, agregados familiares, consumidores e utilizadores de serviços, etc. A transversalidade do risco leva a que os domínios sociais a serem monitorizados e geridos aumentem. Por outro lado, cabe também aos cidadãos o dever de controlar os riscos. Categorias como classe e desigualdades surgem reinscritas no seio da diferenciação central entre “cidadãos activos” (capazes de gerir os seus riscos) e “populações-alvo” (“em risco”) que requerem uma intervenção de apoio. Assim, o risco é um contínuo, e não uma fractura entre categorias sociais, que vem permitir identificar situações de vulnerabilidade fluidas e transversais à população.

Criticando a análise de Beck, Dean Mitchell⁸⁷ advoga que as sociedades não se tornaram necessariamente mais reflexivas, ou melhor informadas nos processos de tomada de decisão, mas sim que a modernidade se encontra num estado de auto-confrontação com os efeitos não assimilados da sociedade industrial. O autor considera que o risco não pode ser considerado como uniforme (mesmas características em todas as esferas) e omnipresente, pelo que é essencial tomar em consideração várias formas de entendimento qualitativo (categorias e grupos segundo factores de risco como a educação, nacionalidade, etc.) e a medição de procedimentos contra os riscos. Deste modo, o conceito é plural e heterogéneo e a sua significância não se exausta numa narrativa de globalização de riscos incalculáveis. A solução analítica proposta pelo autor fundamenta-se numa “nominalist position”⁸⁸, isto é, considerar o risco parte integrante dos mecanismos sociais desenvolvidos para levar a que os indivíduos estejam informados e actuem sobre si próprios, bem como sobre os outros, no âmbito de um leque de programas morais, políticos e tecnologias sociais.

⁸⁴ Furedi, 2002

⁸⁵ Jackson e Scott, 1999: 103

⁸⁶ O’Malley in Mitchell, 1999: 145

⁸⁷ Mitchell, 1999: 135-137, 145

⁸⁸ Mitchell considera a abordagem de François Ewald sobre “insurance risk” mais próxima de alcançar um consenso acerca do progresso. Ewald trata as desigualdades capitalistas concebendo a segurança social como uma tecnologia de solidariedade passando da ideia de culpa, baseada numa subjectividade legal, para uma socialização do risco. Mitchell, 1999: 137-142

Contrariando uma percepção da evolução histórica como cumulativa, Anthony Giddens⁸⁹ caracteriza a situação actual de período de modernidade tardia em que as transformações sociais são mais aceleradas e atingem proporções globais. Tal não significa que se esteja perante um novo tipo de sociedade, mas que as consequências da modernidade se estão a tornar progressivamente mais radicalizadas e universais.⁹⁰ O risco é modelado pela natureza reflexiva da modernidade, que implica uma constante reformulação das práticas sociais através dos fluxos de informação permanentes recebidos acerca das mesmas. Para o autor não significa que a realidade tenha passado a ser mais “arriscada”, mas antes que pensar em termos de avaliação de risco se tem vindo a tornar um exercício constante.

Stephen Crock⁹¹ advoga que é necessário analisar as especificidades da gestão do risco dos regimes modernos. Estes dizem respeito a uma “gestão organizada do risco”; “regimes neo-liberais” e “gestão ritual do risco” ou “comunidade reflexiva”. O primeiro centraliza-se no Estado que assume a tarefa de regulação, e se possível de erradicação dos riscos, como parte de um incentivo à modernização. Os regimes neo-liberais (onde os mecanismos da gestão organizada do risco permanecem) colocam a ênfase nas capacidades auto-reguladoras dos indivíduos (responsáveis pelos seus estilos de vida e opções), ou seja, na sua prudência, operando tipicamente através do fornecimento de informação e aconselhamento especializado (também vigilância e disciplina). A “gestão ritual do risco” ou “comunidade reflexiva” diz respeito a uma junção de recursos e factores heterogéneos: conhecimento dos peritos, tecnologias mainstream e alternativas, processos de formação de grupos, símbolos e formas narrativas e fenómenos naturais. O carácter ritualizado destes regimes reside em dois factores fundamentais: a repetição de práticas promissoras de previsibilidade ou certeza (como os mantras de “reduzir”, reutilizar”, “reciclar”) e as múltiplas associações a situações fronteira (entre natureza e cultura, a desvios sociais e a comunidades anti-hierárquicas).

Segundo a interpretação de Jackson e Scott⁹², a monitorização reflexiva e individual do risco prevalece sobre as condições sociais da sua produção, ou seja, a avaliação e gestão do risco

⁸⁹ Giddens, 1995

⁹⁰ As transições históricas assumem-se como processos de subjacente facilidade devido a três fontes, dominantes e interdependentes, das dinâmicas de modernidade: sistemas abstractos, reflexividade e a separação do tempo e espaço. A distância entre espaço e tempo é abolida e tornada uniforme a uma escala global. Em consequência, as relações sociais podem ser alargadas admitindo uma extrema capacidade de transformação uma vez que deixam de ser contextuais às instituições, ou seu local de origem. Os sistemas abstractos referem as formas de troca entre os indivíduos e que deixam de requerer uma presença física num contexto específico (exemplo das aquisições e trocas por sistemas de pagamento de crédito). Os sistemas de peritos dizem respeito ao conhecimento especializado e tecnologias subjacentes à organização das sociedades. Giddens, 1995: 51

⁹¹ Crock, 1999: 160-185

⁹² Jackson e Scott, 1999: 89

cabe aos indivíduos. Para tal, é necessário que sejam construídos pontos de segurança, monitorizando espaço e tempo, como trabalho e lazer.

O discurso de controlo dos riscos é susceptível de ser utilizado como um instrumento político para a manutenção da ordem social (*status quo*). Neste sentido, o risco é um conceito reflexivo que permite subestimar a incerteza associada às várias esferas sociais, desde a económica, social e política, das sociedades modernas ocidentais. A actual “political economy of uncertainty”⁹³ deve contemplar o problema da pobreza.

Para David Le Breton⁹⁴, nas sociedades ocidentais actuais, a identidade social dos indivíduos está a tornar-se progressivamente mais precária. Há uma ausência total de sistemas simbólicos capazes de sustentar o desenvolvimento de um sentido de identidade social. Consequentemente, e em último recurso, os indivíduos procuram distinguir-se dos outros de forma a restaurar o valor da sua existência através de um teste a situações limite, incluindo o “desafiar da morte” em desportos de aventura e outras actividades de risco voluntário. A este título, Zuckerman⁹⁵ salienta que as condutas de risco, e a paixão pelo risco em si, reflectem dimensões como a sede de sensações (medida pela prática de desportos extremos); a desinibição pelo relaxamento moral (álcool, relações sexuais, saídas nocturnas); e a procura de novas experiências.

Deborah Lupton⁹⁶ salienta que viver com o risco implica paradoxalmente aceitar a incerteza quando nos tornamos simultaneamente obcecados pelo controlo. Por seu turno, Zigmunt Bauman⁹⁷ considera que a civilização ocidental oferece uma troca precária e vulnerável entre liberdade e segurança, pelo que qualquer decisão implica ganhos e perdas. Deste modo, a insegurança é também o reverso da liberdade. Para o autor⁹⁸ os indivíduos procuram encontrar uma política de sobrevivência de “self-care”, face à única certeza inevitável, ou seja, a de morte. Quando “Deus”, “causas comuns”, “amor”, parecem ser referências normativas e de pertença social insuficientes para lidar com o processo de mortalidade, os indivíduos necessitam da legitimação proveniente dos peritos, para assim “re-colectivizarem” os seus “medos privados”.

⁹³ Bauman, 2001: 117

⁹⁴ “... la liberté n’est jamais simple pour l’homme dont le sentiment d’identité fait la part belle à l’ambivalence, à l’ambiguïté, à la nécessité aussi d’un minimum d’orientation pour apprivoiser le fait de vivre.”. Le Breton, 2002: 12

⁹⁵ Zuckerman, 1979

⁹⁶ Lupton, 1999: 10

⁹⁷ Bauman, 2001: 42

⁹⁸ Bauman in Featherstone (org.), 1992: 20,21

Outros autores⁹⁹ salientam ainda que a ansiedade de risco constitui uma condição social engendrada pelo aumento da falta de confiança, quer no projecto de modernidade, quer no conhecimento especializado dos peritos. A ansiedade permanente pode levar, tanto a uma paralisação e bloqueio, como a uma precipitação numa espécie de fuga para a acção. O papel dos peritos surge como elemento essencial da organização da sociedade de risco e regulação da acção social.

II.IV. Considerações acerca da Percepção Individual do Risco

Segundo a perspectiva dominante de que a causalidade no meio exterior é radicalmente distinta dos resultados das percepções individuais, o risco é uma consequência directa dos perigos iminentes das condições físicas, enquanto as atitudes face ao mesmo dependem das personalidades individuais.¹⁰⁰ Todavia, esta divisão, entre riscos físicos objectivamente calculáveis e percepções individuais subjectivamente baseadas, é inapropriada.

Para Slovic et al.¹⁰¹, o risco é, quer um sistema analítico (lógica formal), quer um sistema empírico (intuitivo). As teorias de psicologia cognitiva salientam a dimensão de “racionalidade afectiva” que articula sentimentos e percepção do risco. Contudo, a intuição continua a ser o método predominante de avaliação do risco. A capacidade de associar probabilidades e benefícios a uma situação pode nem sempre ser evidente. Assim, o aconselhável é diferenciar, não apenas as atitudes e valores que sustentam as percepções de risco individuais e de grupo, mas, de igual forma, os diferentes tipos de risco. Os riscos demonstram diversos graus de familiaridade, reversibilidade, possibilidade de intuição, etc.

Os autores referidos consideram que o afecto é essencial à acção racional, sendo altamente improvável que os seres humanos consigam aplicar um pensamento analítico sem qualquer elemento de orientação. Em resultado das “qualidades afectivas” evocadas por cada interpretação perceptiva e simbólica, os indivíduos reagem diferentemente ao pensamento empírico. Dito de outra forma, o modo como a informação afectiva é organizada determina o estímulo das imagens sobre a denominada “affect pool” dos indivíduos. Esta contém todos os marcadores positivos e negativos associados (consciente ou inconscientemente) às imagens. Em suma, os afectos servem como base de muitos julgamentos e avaliações relevantes, incluindo os de probabilidade.

⁹⁹ Jackson e Scott, 1999: 88

¹⁰⁰ Douglas e Wildavsky, 1982: 193

¹⁰¹ Slovic et al., 2004: 311, 313

Apesar da “heurística afectiva”¹⁰² ser o modo dominante da avaliação do risco pode contudo levar a falsas interpretações, uma vez que é manipulável (marketing, media, etc.), limitada, e existem estímulos externos que não obedecem a uma representação afectiva válida. Problemas semelhantes surgem quando os resultados a ser avaliados são viscerais, como a fome, sede, desejo sexual, emoções, dor, dependência de drogas, etc. A preocupação com o risco é ainda sensível aos valores “soft” subjacentes a qualidades como medo, equidade, controlo, etc., bem como aos níveis de ignorância ou incerteza científica. Neste âmbito, o princípio da precaução¹⁰³ procura ultrapassar os constrangimentos de uma avaliação técnica de risco que não deixa de ser limitada.

As características dos riscos que aumentam a sua percepção são: ser voluntário, novo e não identificável; produto da acção humana e não natural; controlado por outros ao invés do próprio; trazer poucos ou nenhuns benefícios; estar desigualmente distribuído; afectar crianças mais do que adultos; e ser produzido por fontes não fidedignas.

Philip Schrodtt¹⁰⁴ defende que os decisores políticos e cientistas sociais estão culturalmente inclinados para considerar que a aversão ao risco é um fenómeno generalizado. Esta tendência é demonstrada pelos: a) uso do pior cenário plausível na avaliação da relação risco e benefício; b) avaliação marginal de riscos e benefícios; c) uso da distinção entre riscos voluntários e involuntários; e d) o subestimar de benefícios futuros.

Um outro autor, Miller Sprangler¹⁰⁵ veio desenvolver o conceito de “value syndrome” que consiste num conjunto de conceitos concorrentes, incluindo emoções e predisposições de tomada de decisão, que formam um padrão de atitudes identificável. As síndromes têm um carácter colectivo envolvendo ideias morais e reflectindo experiências sociais partilhadas. São caracterizados pelas crenças que seleccionam e pela dialéctica de considerações inter-relacionadas que ignoram.

Douglas¹⁰⁶ destaca que a avaliação do risco decorre de uma base de atenção selectiva, pelo que é fundamental analisar as preocupações sociais que a influenciam. Os indivíduos não aceitam, ou rejeitam, o risco de uma forma isolada. Deste ponto de vista¹⁰⁷, grande parte da codificação dos riscos decorre de um processo de interacção social. As dinâmicas específicas a cada grupo social justificam porque apenas alguns riscos são ignorados. O grupo social de

¹⁰² Os riscos estão inversamente associados a escalas bipolares (bom/mau), ou seja, superiores para uma situação percebida como “boa”, Slovic et al., 2004: 314

¹⁰³ Slovic et al.: 2004: 319, 320

¹⁰⁴ Schrodtt, 1980 in Douglas, 1985: 26

¹⁰⁵ Sprangler, 1980 in Douglas, 1985: 35

¹⁰⁶ Douglas e Wildavsky, 1982: 187

¹⁰⁷ Douglas, 1985: 68

pertença pode funcionar simultaneamente como um compromisso social, que leva a associar valores a qualquer acção de tomada de risco, e, de igual modo, como uma força de união que atenua a responsabilização individual (indivíduos correm mais riscos em grupo). A comunidade pode também estabelecer a precaução como uma norma pelo receio de criticismo.

A percepção do risco na vida quotidiana assemelha-se a um caso de saúde.¹⁰⁸ Os “papéis doentes” são moldados pelo aconselhamento de diversas “comunidade terapêuticas” que conferem aos indivíduos um sentido fictício de orientação e pertença. O papel da comunidade, como condicionante da percepção de risco, reflecte os processos de interacção social existentes que definem limites morais, sentido de responsabilidade e culpa. Para mais, uma vez que as expectativas culturalmente estandardizadas ajustam também as individuais ao que é mais provável, torna-se complexo destrinçar a decisão de risco pessoal.

Por outro lado, na maioria das actividades diárias há uma tendência para minimizar a probabilidade de maus resultados, ou “subjective immunity”.¹⁰⁹ Os riscos são subestimados e raramente esperados, e havendo também outros que podem ser simplesmente desconhecidos.

Douglas salienta que a ignorância em relação a determinados riscos remete para o papel da educação. Ao analisar os processos de tomada de decisão, os mais pessimistas afirmam que a tarefa de educar é extremamente complexa, dado que os indivíduos tendem a seguir uma memória errática e estão próximos de poder ser considerados irracionais. Dito de outra forma, os indivíduos são fracos em termos de pensamento probabilístico. Contudo, é necessário tomar também em conta que os sujeitos sociais possuem todo um conjunto de motivações e objectivos, de onde uma avaliação probabilística se torna alcançável apenas para os peritos.

A informação não reduz o risco de forma directa, funcionando mais como uma coordenada para o controlo e avaliação do risco.¹¹⁰ Porém, é importante considerar que os níveis de acesso à informação diferem entre os vários indivíduos, e que o desacordo entre os vários grupos sociais acerca dos riscos existentes se deve a discrepâncias de interpretação.

A grande diferença entre peritos e leigos¹¹¹ na avaliação do risco é que ao passo que estes não escondem o seu compromisso moral utilizando-o como argumento, os primeiros afirmam ser despolitizados e restringidos pelos limites impostos pelo conhecimento técnico. O indivíduo isolado não identifica separadamente os elementos de risco para os endereçar de forma

¹⁰⁸ Douglas, 1985: 82

¹⁰⁹ Douglas, 1985: 29

¹¹⁰ Lupton, 1999: 21, 22

¹¹¹ “When information is handed to him on a plate, the individual tends to look the other way.” Douglas e Wildavsky, 1982: 73, 76. Os cientistas chegam mais facilmente a um consenso quando se trata de riscos físicos do que quando são sociais, e logo culturalmente baseados. Douglas e Wildavsky, 1982: 61

directa, procurando consultar pessoas que compreendam a sua situação pessoal como forma de aconselhamento. Apenas em situações de desespero é que ele se socorre de um conhecimento técnico especializado. Por seu turno, os peritos advogam que o risco é um problema político que requer ser despolitizado. Há também que considerar que os próprios peritos discordam entre si.

Ambos instituições e indivíduos recorrem ao parecer dos peritos¹¹² (*ninguém está disposto a admitir que se lançou às cegas numa decisão*), porém no espaço da vida privada não há lugar para uma abordagem de tipo tecnicista de avaliação de risco, baseada num cálculo de probabilidades. Ao passo que os peritos chegam a afirmações sobre o que “deve ser” partindo do “que é”, os indivíduos começam pela primeira premissa. A questão é que o conhecimento acerca do risco é necessariamente parcial e limitado, sendo a selecção baseada, quer no que é socialmente valorizado, quer no conhecimento. Nas sociedades contemporâneas ocidentais, os indivíduos delegaram os processos de tomada de decisão nas instituições que constituem agentes de simplificação.

Luhmann¹¹³ salienta que, em algumas situações, a escolha de uma determinada solução não é livre de constrangimentos, mas sim a única possibilidade entre duas ou mais opções equivalentes. Neste sentido, o risco deve ser atribuído à decisão e certas condições devem ser satisfeitas, entre as quais é necessário distinguir claramente a possibilidade de ocorrência de uma perda.

Bourdieu contraria a ideia de que os sujeitos encontrem na prática (tempo limitado, informação limitada, etc.) as condições do cálculo racional imperando antes uma opção por simplesmente “aquilo que há a fazer” (« la seule chose à faire »¹¹⁴). Dito de outra forma, muita lógica seria muitas vezes incompatível com a prática, ou mesmo contraditória aos fins práticos da prática.

A noção de “jogo”¹¹⁵ (conjunto de pessoas participantes numa actividade regulada e que, sem ser necessariamente produto de uma obediência a regras, segue certas regularidades que se reconhecem jogando) permite engendrar uma infinidade de respostas adaptáveis a diversas situações possíveis, que nenhuma regra, por complexa que seja, pode prever. Neste sentido, o

¹¹² Douglas e Wildavsky, 1982: 80-81

¹¹³ Luhmann, 1993: 23

¹¹⁴ Bourdieu, 1987: 21. Na maior parte das condutas quotidianas somos guiados por esquemas práticos - “príncipes imposant l’ordre dans l’action”, ou “schèmes informationnels”, que são princípios de classificação, de hierarquização, de divisão, ou tudo o que permite fazer um julgamento separador. A percepção é “foncièrement diacritique” distinguindo o que é central do que não é; actual ou não. Estes princípios de julgamento, de análise, de percepção, de compreensão, são quase sempre implícitos e, da mesma forma, as classificações que operam são coerentes, mas até um certo ponto, pelo que por vezes também contraditórias. Bourdieu, 1987: 97

¹¹⁵ Bourdieu, 1998: 2

conceito de estratégia vem substituir a noção de regra, já que as várias situações podem variar consideravelmente entre os sujeitos e circunstâncias. A mesma refere-se à orientação prática que não é consciente nem calculada, ou mecanicamente determinada. Por outro lado, as estratégias são frequentemente também relações de força ou de satisfação de necessidades inerentes a uma posição na estrutura social (figura de “*négociateurs*”). O *habitus* como sistema de esquemas adquiridos, quer como categorias de percepção e apreciação ou como princípios de classificação, quer como princípios organizadores da acção, vem reconhecer ao indivíduo a capacidade de sujeito construtor de objectos.

Na medida em que o campus normaliza através de uma selecção de eventos e objectos merecedores de atenção, tal implica também a delimitação de determinados riscos. Dominique Van Nuffelen¹¹⁶, seguindo Bourdieu, considera que os indivíduos num determinado campo do espaço social, pelas disposições adquiridas (*habitus*), encontram-se predispostos a conceber e tratar os riscos de um determinado modo específico.

O conceito de risco vem trazer em evidência a separação entre campo de peritos (*habitus* de risco), essencialmente científico e técnico, e o campo extra-escolástico, cujo conhecimento possuído é jamais reconhecido pelos primeiros. Os peritos partilham e legitimam o seu conhecimento acerca do risco cultivando simultaneamente a sua distinção em relação ao senso comum, ou leigos. O espaço social baseia-se na ideia de exclusão suportada por princípios distintivos reproduzidos numa base de *habitus*. Assim, é fácil surgirem problemas de comunicação. Leigos e peritos não partilham o mesmo nível de conhecimento acerca do risco, pelo que a distorção escolástica é elevada proporcionalmente à sua distância ao campo não escolástico.

A informação acerca do risco que não chega à população alvo, sendo que classe social constitui uma variável fundamental de acesso¹¹⁷, reflecte uma falta de compatibilidade entre campo e *habitus*. As classes situadas nos níveis inferiores da estratificação social são as que simultaneamente estão mais vulneráveis aos riscos e menos preparadas para os enfrentar.

¹¹⁶ Van Nuffelen, 2004: 2-4

¹¹⁷ Estes não têm a “fortune of being able to be preoccupied with the risks preoccupying the superior classes” Van Nuffelen, 2004: 4

PARTE II

Construções do Risco de Homelessness

Essential characteristics of a critical sociology is a refusal to be satisfied with merely describing the regularities discerned in society... This dark side of life, this burden of disappointment when expectations come to nothing, must be all the more evident the more one is compelled to rely on events taking a normal course.
Niklas Luhmann, 1993

Risk and randomness are the twin 'devils' of the chance that is the context of the lived life... Given the obvious fragility of life, and its randomness, individual perception of risk typically provoked reflex responses to private sets of complex fears about health, safety and survival
Ian Culpitt, 1999

III. VULNERABILIDADES SOCIAIS E RISCO DE ‘HOMELESSNESS’

Resumo: Este capítulo vem destacar exemplos de interpretações sociológicas das dinâmicas de desenvolvimento actuais analisando a construção de vulnerabilidades sociais e factores de risco de homelessness.

III.I. Tendências Gerais de Desenvolvimento e Dinâmicas de Risco

Tomando em consideração os dados estatísticos compilados em Anexo¹¹⁸ acerca das principais dinâmicas de desenvolvimento das sociedades ocidentais actuais, nomeadamente dos casos específicos de Portugal, França e Reino Unido, enquanto Estados-membros da União Europeia, procurou-se salientar as problemáticas mais marcantes de evolução segundo esferas diversificadas¹¹⁹ (evolução demográfica, educação, habitação, protecção social, emprego). Deve ser referido que não se nega a existência e o impacto de especificidades nacionais, inclusivamente sobre as diversas concepções de Estado-providência,¹²⁰ nem a criação de dinamismos positivos (aumento da esperança média de vida, expansão das oportunidades de ensino e do nível das qualificações dos mais jovens, etc.). Contudo, para a construção do campo macro-sociológico dos factores de risco de homelessness importa relevar os aspectos que a este nível se destacam, ou seja, a questão das vulnerabilidades sociais.

As dinâmicas de risco na modernidade, apesar das especificidades locais, podem ser reunidas em torno de um conjunto convergente de fenómenos: subida do desemprego, precariedade do trabalho, dificuldade crescente dos sistemas clássicos de protecção para cobrir os riscos sociais; e, no plano dos laços sociais, o isolamento social, dissociação familiar, entre outros.

¹¹⁸ Os dados estatísticos que baseiam esta explicitação sumária constam em Anexo- “Síntese das Principais Tendências de Desenvolvimento - Europa, FR, PT e UK”.

¹¹⁹ **França:** taxa de emprego inferior à média; inferior percentagem de trabalhadores entre os 55 e 64 anos; inferior taxa de emprego dos homens; taxa de desemprego mais elevada; mais jovens desempregados;

Portugal: a representatividade dos pedidos de asilo é muito inferior; existem menos pessoas a viver sozinhas mas a tendência é a de que a situação se venha a alterar; abandono escolar e níveis de educação atingidos são inferiores; maior ratio de desigualdades sociais; taxas mais elevadas de risco persistente de pobreza; maior percentagem de trabalhadores em risco de pobreza; elevada taxa de pessoas a viver sozinhas com mais de 65 anos e com baixo rendimento; redução do risco de pobreza após transferências é inferior; transferências sociais pouco representativas; habitação mais precária e stock de habitação social inferior; mais trabalhadores a termo; mais desemprego de longa duração;

Reino Unido: os pais isolados com crianças dependentes estão mais representados; maior proporção de crianças em agregados sem emprego; maior proporção de desempregados com um baixo rendimento; idosos em maior risco; evolução positiva do emprego desde 2002; superior trabalho a tempo parcial (opção – mulheres).

¹²⁰ O *Welfare State*, instituído na Grã-bretanha em 1943 pelo plano Beveridge, era seguramente muito diferente da segurança social francesa, criada em 1945, mas neste dois casos, como em todos os outros, a figura central da vida económica e social era o Estado. Actualmente, a Europa pode aspirar ao retorno à economia dirigida mas paira uma dúvida constante acerca da eficácia do modelo social europeu. Touraine, 2005: 35,36; 66; 86

Para Castel¹²¹ o conjunto de factores convergentes referido leva a um défice de integração dos indivíduos, ou desafiliação. A vulnerabilidade crescente das sociedades capitalistas avançadas centra-se em dois eixos fundamentais: o trabalho (aumento da instabilidade e formas precárias de emprego) e relações concretas de sociabilidade (enfraquecimento das redes de protecção mais próxima como a solidariedade familiar e vizinhança). As especificidades das dinâmicas actuais (“história do presente”) referem-se a dimensões como o plano psicossocial, nomeadamente à capacidade de adaptação dos indivíduos a um contexto em que o aumento da flexibilidade é acompanhado de falhas na rede de protecção social.

Segundo o autor, as zonas periféricas da vida social (excluídos) decorrem da própria reorganização da estrutura social. Se no fim dos anos sessenta, a zona de vulnerabilidade foi reduzida na maior parte dos países da Europa ocidental (consolidação da condição salarial, classe operária estabilizada e em vias de integração), actualmente ganha terreno em relação à zona de integração: as pessoas integradas tornam-se vulneráveis aumentando o número de excluídos. Paralelamente às suas dimensões económicas (fim do crescimento contínuo e quase pleno emprego), a crise actual enfraquece o sistema de protecções sociais que tinha permitido o desenvolvimento de uma dinâmica de integração. Logo, as zonas de vulnerabilidade são mais fluidas.

Como uma outra especificidade da situação de risco actual, Castel refere a implementação das novas políticas ditas de inserção, que, desde os anos oitenta, têm vindo a proliferar. Todavia, a situação dos beneficiários é de instabilidade tornando-se, em grande parte dos casos, um estado, ao invés de uma etapa. O sucesso da reinserção é negativamente afectado pelo referido aumento da zona de vulnerabilidade social (em cada pessoa que consegue inverter o seu percurso rumo à inserção dez caem na exclusão). Consequentemente, as políticas que procuram reduzir a vulnerabilidade, ou preventivas, são as mais eficazes para combater a exclusão (políticas de emprego, etc.), sendo as de inserção insuficientes.

De acordo com Serge Paugam¹²², a desqualificação social (também “nouvelle pauvreté”) diz respeito a um processo que envia faixas crescentes da população para a esfera da inactividade e da assistência, aumentando para as mesmas o risco da acumulação de dificuldades sociais e económicas. A seguir a uma desqualificação profissional, ou sucessivas tentativas falhadas de inserção profissional, os indivíduos perdem progressivamente a sua dignidade. Estas situações podem agravar-se e conduzir a situações de ruptura dos laços sociais (família, mercado de emprego, etc.). Este fenómeno é consequente das evoluções estruturais, nomeadamente da

¹²¹ Castel em Soulet, 2000: 30

¹²² Paugam em Soulet, 2000

degradação do mercado do emprego e enfraquecimento dos laços sociais (laço conjugal cada vez mais instável, isolamento). Às mesmas acresce-se o enfraquecimento das solidariedades de classe. Neste contexto, e muitas vezes contra a sua vontade, os indivíduos são obrigados a frequentar os serviços de acção social, o que representa um constrangimento adicional sobre a desqualificação profissional. O autor salienta assim os efeitos psicossociais do processo de desqualificação, ou seja, a ausência de perspectivas, sentimento de ser inútil para o mundo, ter perdido a sua dignidade, que podem levar a uma ruptura com a sociedade em geral. Seguindo Castel, Quelo¹²³ propõe a delimitação de quatro zonas sociais - da autonomia à desafiliação -, segundo os dois eixos trabalho e relações sociais:

Figura 1: Da autonomia à desafiliação



Fonte: Quelo¹²³ em Soulet, 2000:191

Como a figura ilustra, a zona de autonomia (integração + inserção) refere-se aos “integrados-inseridos” que representa o estatuto social mais favorável. A zona de individualismo sem ligações (integração sem inserção) inclui os “individualistas auto-suficientes”. A de vulnerabilidade (integração e inserção mínimas) refere-se aos “vulneráveis”. Na zona de assistência (não-integração + inserção relativa) situam-se os “assistidos”. Por último, na zona de desafiliação máxima (não-integração + não-inserção) estão os excluídos (estatuto social mais desfavorável). Esta tipologia é útil para compreender o dinamismo das trajetórias dos indivíduos socialmente excluídos, bem como salienta a importância de ambos os tipos de políticas sociais, ou seja, a reparadora e a preventiva.

¹²³ Quelo¹²³ em Soulet, 2000

Contribuindo para especificar as linhas de actuação referidas, Walgrave¹²⁴ defende que a acção preventiva se pode efectuar segundo duas vertentes: a defensiva (perigos colocados aos outros ou a si próprio) e a ofensiva (estimula, desbloqueia e tenta aumentar as oportunidades do grupo alvo). No âmbito do segundo tipo de acção preventiva, a informação, consciencialização e participação são fundamentais para que a população contribua activamente para encontrar as soluções necessárias (auto-confiança, motivação).

Bourdieu¹²⁵ considera que o neo-liberalismo visa o extermínio das formas de organização colectiva pelo fomento da competição no mercado de trabalho através da “violência estrutural de desemprego, instabilidade do trabalho e a ameaça de despedimento”, que assim conduz à individualização. Este sistema socorre-se de uma “reserva de trabalhadores” (para todos os níveis hierárquicos) que, em situação competitividade, não representam uma força de contestação. O autor designa este contexto de utopia que cultiva o “culto do vencedor” e torna subversivas as forças de resistência baseada nas velhas solidariedades.

Por seu turno, Alain Touraine¹²⁶ defende que o modelo neo-liberal triunfa em todas as esferas sociais levando a processos de ruptura conducentes ao declínio social. A crise de decomposição do paradigma da vida social criou um caos, onde se reúnem a violência, a guerra e a dominação dos mercados, que escapa a toda a regulação social.

O modo europeu de modernização adquiriu o seu poder concentrando todos os recursos nas mãos de uma elite dirigente. Trata-se de uma polarização geradora de tensões e conflitos entre os que estão no alto e os que estão em baixo, entre os *have* e os *have not*. É no domínio do trabalho que os conflitos adquirem maior força, face a um aumento crescente da precariedade. Neste sentido, as desigualdades sociais encontram-se em ascensão, levando os indivíduos em situações precárias e de exclusão a ocupar uma posição abaixo da escala social, ou seja, a estar “suspensos no vazio”.¹²⁷ O autor¹²⁸ defende que o subemprego, em lugar de favorecer a formação de um exército de reserva de trabalhadores (Marx, Bourdieu, Foucault), vem encorajar a multiplicação de marginalidades dispersas fora do mercado de trabalho organizado. É este o caso da marginalidade urbana, das zonas periféricas, guetos e concentração de habitações sociais.

¹²⁴ Walgrave em Soulet, 2000: 191

¹²⁵ Bourdieu (December, 1998), “Le Monde Diplomatique”, <http://mondediplo.com/1998/12/08bourdieu>

¹²⁶ « On voit en effet prospérer une idéologie que j’ai toujours combattue, et qui voudrait que le marché soit maître de tout. » Touraine, 2005: 190-192.

¹²⁷ Touraine, 2005: 26

¹²⁸ Touraine, 2005: 114

Para Bourdieu¹²⁹ as relações objectivas dependem da posição ocupada na distribuição de capitais e podem ser mobilizadas, ou tornadas eficientes, como num jogo, na concorrência pela apropriação de bens raros de que esse universo social é lugar. Os agentes são distribuídos no espaço social, na primeira dimensão segundo o volume e tipo de capital e, na segunda, de acordo com a estrutura, ou seja, o peso relativo das diferentes espécies de capital (intra-composição qualitativa), no volume total do seu capital. Assim, exemplificando a inter-relação entre tipos de capital, o cultural (competências) representa uma mais-valia quando o campo do mercado de trabalho o reconhece como necessário, tornando-se assim em capital simbólico. Daqui são mais elevadas as probabilidades de melhorar o capital económico, e assim sucessivamente.

No contexto actual, as regras do jogo vieram a alterar-se para desvantagem dos não qualificados, que vêem os seus conhecimentos e competências tornarem-se obsoletas. A pertença a agregados de baixos rendimentos e a idade são factores que contribuem para estreitar o capital social dos indivíduos, condicionando o seu universo de oportunidades.

Os sujeitos aderem às pressuposições e crenças fundamentais de cada “campus” e são apanhados pelas regras do “jogo”. Os dominantes distinguem-se de forma natural, no sentido em que ocupam uma posição positivamente distinta, uma vez que o seu habitus está ajustado de forma imediata às exigências imanentes do jogo, ou seja, “... il leur suffit d’être ce qu’ils sont pour être ce qu’il faut être, c’est-à-dire naturellement distingués de ceux qui ne peuvent pas faire l’économie de la recherche de la distinction. »¹³⁰

Numa sociedade pós-industrial, a pobreza e o desemprego são temporais e democratizados. A primeira característica salienta que a pobreza é reversível, ou uma fase particular (maior ou menor), num momento dado das trajetórias de vida. A segunda torna claro que a pobreza deixou de estar confinada às classes de mais baixos rendimentos para se ter tornado um fenómeno ‘*open-class*’. Na perspectiva de Beck¹³¹ o risco não tem uma afiliação de classe sendo consequência de uma correlação de factores, como não ter família e outras formas de segurança, aplicáveis a várias condições sociais e, por vezes, fruto de acidentes. Contudo, o autor não nega a existência de uma distribuição socialmente desigual do risco. Num domínio normativo, onde confiança e segurança se quebram, os riscos aderem inversamente à distribuição de classes: o rendimento acumula-se no topo e os riscos na base. O conceito de risco vem assim reforçar desigualdades sociais e a pobreza atrai uma abundância de riscos.

¹²⁹ Bourdieu, 1979: 127, 152

¹³⁰ Bourdieu, 1987: 20-21

¹³¹ Beck, 1992: 35

Em contraste, os com mais capital (em rendimento, poder, educação) podem adquirir a sua segurança e liberdade do risco. Assim, as diferenças em termos educacionais e económicos são inversamente proporcionais ao risco, ou seja, criam situações de vulnerabilidade social quando escassos estes recursos.

As sociedades modernas ocidentais transportam novas categorias de risco, uma vez que as formas de segurança previamente existentes tendem a tornar-se mais precárias. Sistemas provisionais anteriores (governo, empregadores e famílias) deixam de poder oferecer garantias de apoio social. Esping-Andersen¹³² identificou os mercados e a família como as duas fontes principais, a par do Estado, de gestão de riscos sociais. O autor refere a produção de uma estrutura social do risco radicalmente nova, que se impõe de maneira dramática ao longo dos cursos de vida. Neste contexto, as dinâmicas de evolução demográfica salientam o aumento do isolamento social, dos divórcios, do desequilíbrio do ratio entre população idosa e em idade activa, sem formas alternativas de apoio social.

O peso dos laços e sistemas de apoio sociais desempenham um papel fundamental, nomeadamente na definição dos estatutos sociais¹³³. Assistimos a uma multiplicação de categorias administrativas intermédias entre emprego de duração indeterminada e o não emprego; multiplicam-se os estados incertos e provisórios que se associam à proliferação de riscos de precariedade e o número daqueles em situação ambígua não cessa de aumentar. O Estado-providência, apesar de essencialmente compensatório, continua a ser um factor de integração social. No entanto, as transferências sociais têm o efeito perverso de dar aos beneficiários um estatuto de assistidos, que vem consagrar o seu insucesso.

Na análise que realizaram acerca do envelhecimento e percepção de risco, Kemp e Denton¹³⁴ constataam que a nova configuração de responsabilidades pela terceira idade é atribuída aos indivíduos, que de forma privatizada devem planear e gerir a sua sobrevivência. Face à actual retracção do sistema de providência social e alteração de padrões de emprego e familiares, surgem novos riscos associados ao envelhecimento como a pobreza, o isolamento social e a perda de independência. Os governos e empregadores estão a assumir menor responsabilidade pela segurança contra os riscos associados à velhice. Ao mesmo tempo, as alterações familiares como os padrões de emprego femininos, dispersão geográfica, divórcio, e segundos casamentos, colocam em questão a capacidade dos membros familiares prestarem apoio.

¹³² Esping-Andersen, 1999

¹³³ Schnapper em Paugam, 1996: 23

¹³⁴ Kemp e Denton, 2003: 737, 738

Consequentemente, os indivíduos estão a ser responsabilizados pelas suas vidas na velhice, uma vez que são estes que sofrem também os riscos.

Desta forma, assiste-se a uma reconfiguração das noções de responsabilidade. Os indivíduos são responsabilizados pela gestão e planeamento dos seus projectos de vida. Alguns autores consideram que, no contexto das dinâmicas de modernização das sociedades ocidentais actuais, é sociologicamente inútil debater a relação entre risco e atribuição de responsabilidades à luz de noções como escolhas¹³⁵ e ausência de oportunidades, nomeadamente ao longo de um processo de acumulação de rupturas.

Em suma, e de acordo com Capucha¹³⁶ a “pobreza e a exclusão social constituem problemas sociais que, como tal, só podem ser compreendidos no quadro da análise das dinâmicas históricas de desenvolvimento das sociedades que os produzem e reproduzem”.

III.II. Populações Socialmente Vulneráveis e Trajectórias de Exclusão

As vulnerabilidades apontadas afectam as instituições chave da vida económica e social, ou seja, o plano que contribui para fornecer aos indivíduos recursos financeiros e estatuto social. Ao plano da exclusão enquanto produzida pelas instituições, alia-se um processo que respeita mais especificamente certas categorias de indivíduos ao longo da sua existência. Dito de outro modo, a exclusão é também um “processo biográfico” que não pode ser compreendido sem traçar as etapas de percurso que se distanciam cada vez mais da integração económica (acesso ou retorno ao emprego) e afiliação social (pertença a um colectivo).¹³⁷ A exclusão deve ser lida como um processo ou trajectória que inclui períodos de permanência e saída.

A análise das trajectórias de exclusão, considerando o processo de socialização primária (aquisição de um estatuto social e entrada na idade adulta) e secundária (integração no mundo profissional e o reconhecimento do valor social) destaca como etapas de vida fulcrais: os percursos escolares, as modalidades da passagem da escola à empresa, as formas de mobilidade ao longo da vida activa e o processo de saída da actividade profissional. Em suma, a organização social dos ciclos de vida considerados do duplo ponto de vista das organizações e dos indivíduos¹³⁸.

¹³⁵ “In sociological analysis, the notion of choice is unfashionable, perhaps even politically incorrect and reactionary – both Marxist and Weberian traditions emphasized the constraints on action to be experienced by agents, while a Foucauldian understanding of the construction of the self has described a human subject seemingly incapable of resistance.... Choice may be exerted negatively, in a refusal resistance, as well as positively in affirmation. Choices may be temperamental or unconscious, or collective, as opposed to rational or individual. But such choosing are processual...rather than a state of being.” Fox, 1999: 24

¹³⁶ Estão no “coração dos processos de desenvolvimento das sociedades modernas”, Capucha, 2006

¹³⁷ Dubar em Paugam, 1996: 112

¹³⁸ “L’hypothèse synthétique est la suivante: ce que l’on appelle exclusion, et qui n’est qu’une façon de nommer

O factor encadeamento de eventos/etapas deve ser explicitado uma vez que a precariedade surge não só das situações, mas, e sobretudo, da sucessão das situações. Por outras palavras, momentos biográficos chave, marcados por situações de risco, condicionam as hipóteses de trajectos futuros, ou seja, os sujeitos entram em “itinéraire de l'échec”¹³⁹. A natureza do percurso sobre o mercado de trabalho nos primeiros meses de inserção determina a qualidade de empregos futuros, e assim por diante. Deste modo, as condições de vulnerabilidade reflectem-se ao nível do capital social dos indivíduos condicionando as suas hipóteses de inclusão em vários domínios sociais.

Apesar das dinâmicas de evolução se basearem na afirmação da fluidez das várias categorias de pertença social¹⁴⁰, e nesse sentido se realçarem contextos de risco estruturais globais, não deixa de, ao mesmo tempo, se reconhecer que determinados grupos se encontram em particular situação de vulnerabilidade. No contexto europeu¹⁴¹, apesar das especificidades nacionais existentes, salientam-se:

- Os indivíduos com mais de sessenta e cinco anos cujos níveis de dependência aumentam quando a população europeia envelhece;
- Os indivíduos com baixos níveis de escolaridade apresentam maior risco de desemprego;
- A população de idades mais elevadas com competências inferiores que deixam de ter capacidade de colocação no mercado de trabalho;
- A situação das mulheres na educação e no emprego é pior que a dos homens, sendo mais propensas ao desemprego;
- Risco de pobreza é superior para os pais isolados com filhos dependentes, jovens, idosos e mulheres a viver sozinhas;

ce double processus (structurel et biographique), est le résultat de cette transformation globale de la socialisation qui tend à disqualifier socialement (Paugam, 1991) tout ceux qui n'entrent pas dans cette nouvelle « logique de la compétence » (autonomie, initiative, responsabilité) et à provoquer des formes diversifiées de désaffiliation (Castel, 1991) selon les manières dont se combinent le rapport à l'emploi, devenu le critère principal du statut social (Schnapper, 1990), et les formes de sociabilité, devenues les seules médiations de la reconnaissance sociale. En combinant les étapes du processus de nonaccès à l'emploi (ou d'expulsion de l'emploi) et celles de la dissolution des relations sociales (ou de l'impossibilité d'en construire), on peut reconstituer le processus d'ensemble que l'ont veut désigner sous le terme d'exclusion, qui n'est jamais une fatalité irréversible (ce qui rend le terme d'exclusion peu adéquat et même dangereux), mais une série d'enchaînements biographiques liés à des mécanismes structurels et qui peut toujours, avec des probabilités variables, faire place à d'autres enchaînements appuyés sur d'autres mécanismes. » Dubar em Paugam, 1996 :117.

¹³⁹ Werquin em Paugam, 1996: 125

¹⁴⁰ « La notion de classes sociales s'est imposée à l'époque où les diverses catégories de salariés, à commencer par celle des ouvriers, étaient avant tout définies par des rapports sociaux vécus dans le travail. Quand on parle de globalisation, c'est de catégories générales qu'il faut se servir et celle de classes ne l'est pas assez..... La définition de l'acteur historique n'est plus donnée en termes sociaux mais dans un vocabulaire d'une autre nature, mettant plus directement en causa la dignité de certains individus, les conditions de survie de la planète ou la diversité des cultures. Les notions proprement sociales, comme celle de classe sociale, perdent de leur force d'explication et de mobilisation. » Touraine, 2005 : 44,

¹⁴¹ Eurostat, The Social Situation in the European Union, 2004

- Agregados de mais baixos rendimentos em maior risco de pobreza persistente, salientando-se que estes não implicam necessariamente baixos standards de vida sendo a acumulação, ou multiplicidade, de desvantagens que leva à pobreza e exclusão social;
- Agregados sem nenhum membro empregado com maiores probabilidades de viver abaixo do nível da pobreza;
- Desempregados de longa duração com menores probabilidades de obter emprego.

As categorias enunciadas evidenciam factores de vulnerabilidade de diversa ordem¹⁴², desde a idade até às qualificações profissionais, que condicionam o estatuto social dos indivíduos, particularmente em termos do seu posicionamento no mercado de trabalho. A organização social, ao invés de estruturada em função da classe social de pertença, apresenta agora ritmos de transformação mais acelerados analisáveis através de noções dicotómicas como incluídos/excluídos, e por conceitos como marginalização social que engloba critérios sociais, para além de económicos, sociais e étnicos.¹⁴³ Tal, dando lugar a tipologias de “grupos problemáticos” como, por exemplo, “desempregados”, “mães solteiras”, “idosos”, que podem, em alguns casos, ser redefinidos por referência a combinações de variáveis, de que “jovens mães solteiras” é exemplo.

As denominadas “trajectórias de exclusão”¹⁴⁴ salientam um leque de handicaps individuais e encadeamento de etapas de vida partilhado, nomeadamente baixas qualificações académicas, duração significativa do desemprego, ausência de emprego estável, passagem intensa por medidas de ajuda à inserção social. Os percursos dos desempregados compreendem uma série de passagens repetidas por desemprego indemnizado, regimes estáveis de trabalho temporário, regressos à inactividade. As populações particularmente presentes neste tipo de itinerários são: mais mulheres que homens, pouco qualificados, mais de 45 anos (ou menos de 30).

Na hierarquia de factores de risco de desemprego de longa duração está, em primeiro lugar, a idade (variável de primeiro nível), seguindo-se o estado civil que traz desvantagem para as mães de família, a ausência qualificações certificadas, a antiguidade do desemprego (mais tempo, menor probabilidade de encontrar um emprego). As variáveis como nacionalidade,

¹⁴² Para Hill et al.¹⁴², os elementos de previsão de transições de pobreza incluem: características fixas (sexo e raça); condições iniciais (infância); variações temporais (casamento, nascimento de um filho); duração do corrente episódio (associado, em ambas as direcções, negativamente com as alterações de transição de pobreza por causa do “estado de dependência”), 1998: 85-107

¹⁴³ Leisering and Walker, 1998

¹⁴⁴ Dubar em Paugam, 1996: 115

categoria socioprofissional anterior, habitat, entre outras, constituem variáveis de “terceiro nível”, estando menos correlacionadas com a duração do desemprego.¹⁴⁵

A crise social parece estar por toda a parte - os grupos de proximidade, a família, os amigos, os meios escolares, deixando o indivíduo, sobretudo jovem ou idoso, sem cônjuge e sem família, estrangeiro ou migrante, numa solidão que conduz ou à depressão, ou à procura de relações artificiais e perigosas. Tal afecta sobretudo as categorias mais frágeis e dependentes, e aqueles que são rejeitados, fora do mundo do trabalho ou nas suas margens: desempregados de longa duração, assistidos permanentes, assalariados temporários ou a tempo parcial, e os “working poor”, formam massas consideráveis que se encontram escondidas na obscuridade das classificações sociais.¹⁴⁶

As trajectórias de exclusão social reflectem-se também ao nível cultural, relações interpessoais, entre grupos e com as instituições. Por outras palavras, a pobreza e a exclusão cobrem uma variedade de posições, disposições e trajectórias, que correspondem a diversas maneiras de ser, de pensar e de se sentir como pobre, ou modos de vida.¹⁴⁷

Viver numa situação de vulnerabilidade social afecta naturalmente os indivíduos no plano psicossocial, nomeadamente ao nível da construção da sua própria identidade. Como referido por Paugam, o processo de desqualificação social assume dimensões psicológicas e identitárias que podem levar a um processo de total ruptura com a sociedade.

O dinamismo e fluidez dos papéis sociais criam constrangimentos ao nível da constituição de grupos de referência. Um indivíduo pode estar simultaneamente excluído da sua categoria profissional e incapaz de se auto-posicionar noutra, ou em qualquer categoria associada, como área residencial, hábitos culturais, etc. Por outro lado, um indivíduo desempregado, que em poucos meses passará para um novo emprego, encontra-se numa situação muito distinta de um desempregado de longa duração. Neste contexto, é fundamental considerar as trajectórias individuais segundo variações temporais.¹⁴⁸

A perda de estatuto social (exemplo, desemprego) reflecte-se sobre a identidade dos indivíduos em função de três dimensões centrais¹⁴⁹: a apetência para adoptar actividades de substituição ao trabalho e o investimento num estatuto alternativo ao de desempregado (reformado, estudante, artista...); a intensidade e forma de sociabilidade (maior integração em

¹⁴⁵ Rouault-Galdo, 1992, Dubar em Paugam, 1996: 115

¹⁴⁶ Touraine, 2005: 113

¹⁴⁷ Almeida et al. (1994) propõem, articulando dados de enquadramento socio-económico e experiências vividas em projectos de investigação-acção, para o contexto português vários tipos de modos de vida, desde a destituição às trajectórias diferenciadas.

¹⁴⁸ Fitoussi e Rosanvallon, 1997: 14, 41-42

¹⁴⁹ Demazière em Paugam, 1996: 339-342

redes sociais alternativas ao trabalho, menos o desemprego será negativo); e a integração familiar (tanto que as dificuldades familiares agravam esta crise de estatuto). A partir destes factores, o desemprego pode ser “total”; “invertido” (construção de estatutos alternativos) e “diferenciado” (multiplicação de vários tipos de actividade). De modo geral, as reacções dependem de uma combinação complexa de variáveis heterogéneas: a posição no ciclo de vida, na estrutura social e na trajectória social, antecipações subjectivas de futuro, recursos relacionais e estatutos sociais objectivamente possíveis.

Em suma, a fluidez dos actuais estatutos de emprego abre espaço para a definição de novas identidades sociais, bem como o estatuto de beneficiário de apoio social constitui uma categoria administrativa em torno da qual os indivíduos gerem as suas construções identitárias.

III.III. Risco de ‘Homelessness’

De acordo com o salientado, as tendências de desenvolvimento da modernidade apresentam vários níveis de vulnerabilidade social que afectam negativamente as possibilidades de inserção de determinadas populações. As análises a respeito dos factores de risco de homelessness enquadram-se na mesma conjuntura de dinâmicas de risco, mas salientam simultaneamente alguns factores específicos.

Neste sentido, a rede de investigadores CUHP identificou um conjunto de factores sociais como causas principais de homelessness: ruptura familiar ou falta de uma rede familiar devido a morte ou migração; desemprego; alterações no mercado de habitação e/ou preços praticados; alterações nos direitos a benefícios ou acesso a serviços particulares, dependência de álcool e droga, problemas mentais, problemas físicos, etc.

A FEANTSA¹⁵⁰ enaltece uma série de constrangimentos que contribuem para que determinados grupos sociais estejam numa situação de risco de sem-abrigo: falta de habitação a baixo custo; falta de protecção social adequada; falta de comunidades de cuidados de saúde mental, entre outros. O quadro seguinte fornece uma síntese dos principais factores de vulnerabilidade que são transversais aos sem-abrigo na Europa:

¹⁵⁰ Avramov, 1998

Table 2.1 Factors of Vulnerability and Risk of Housing Exclusion		
CAUSE	FACTOR OF VULNERABILITY	COMMENT
STRUCTURAL	Economic Processes	Affect on income, unstable employment
	Increasing immigration	Effects of xenophobia, racism and discrimination
	More rigorous definition of full citizenship	Growing importance of eligibility in relation to access to social protection
INSTITUTIONAL	Available mainstream services	Do not match care needs
	Lack of available services	To meet demand
	Allocation mechanisms (services and publicly allocated housing)	inappropriate to needs (spatial concentration, delivery procedures)
	Shortages of appropriate services	Prevention, outreach etc
	Lack of co-ordination between existing mainstream services (including housing)	Affects continuum of support and housing careers
RELATIONSHIP	Family Status	Single people more vulnerable
	Relationship situation	Abusive partners; step-parents
	Relationship breakdown	Death, divorce, separation
PERSONAL	Economic / employment status	Disposable income
	Ethnic status	Likelihood of facing discrimination
	Citizenship status	Access to social protection
	Disability / long-term illness	Includes mental health and learning disability
	Educational attainment	Low attainment
	Addiction	Alcohol, drugs, gambling
	Age / Gender	Young / old, female
	Immigrant situation	Refugee status / recent arrival

Fonte: Edgar et al., 2005: 12

Ao analisar o impacto das tendências de evolução actuais sobre o fenómeno de exclusão habitacional, vários autores, destacam a falta de habitação a baixos custos. Entre outros, Hartman¹⁵¹ afirma que se fosse disponibilizada habitação a baixos custos o problema reduzir-se-ia substancialmente. A falta de habitação económica é agravada pelos baixos rendimentos, concentração da pobreza nas cidades principais, deslocalização dos empregos das cidades para os subúrbios, etc.

Os processos sociais mais relevantes que tiveram um impacto nas condições habitacionais das pessoas de baixos rendimentos (anos oitenta e noventa) foram a expansão do desemprego e desqualificação social, nomeadamente para os indivíduos que são fracos competidores no mercado de trabalho. Sob condições de aumento de insegurança de rendimento, mais pessoas lutam para se manter nas suas residências e sofrem dificuldades económicas devido ao elevado preço das rendas, que aumentaram a um ritmo superior aos salários. As dificuldades habitacionais repercutem-se a vários níveis, como falta de acesso a bons sistemas de transportes, escolas, serviços de saúde, entre outros básicos, a par da maior concentração de delinquência e criminalidade.¹⁵²

¹⁵¹ Hartman, 2000: 62,63

¹⁵² Avramov, 1998

O factor habitação, e havendo nas três cidades em análise uma lacuna significativa ao nível do investimento estatal nesta área e falta de habitação a baixos custos, assume-se como crucial, quer ao nível das causas, quer a respeito do bloqueio dos serviços de alojamento para sem-abrigo. Por outro lado, a análise de tendências de evolução destaca que as rendas e custos relacionados com a habitação são permanentes, e entre as despesas mais elevadas para a maioria dos agregados dos Estados-membros.

Um outro factor de grande peso associado ao fenómeno de homelessness é o acesso a cuidados de saúde, nomeadamente de saúde mental. Neste contexto, a desinstitucionalização¹⁵³ contribuiu para o agravamento da situação dos doentes mentais que ficaram consequentemente sem-abrigo.

Desta forma, a dimensão e composição dos grupos vulneráveis ao risco de sem-abrigo depende da eficácia do sistema de protecção social e redes familiares¹⁵⁴. Em todas as sociedades, apenas uma porção dos que se encontram no mundo de sem-abrigo é capaz de desenvolver estratégias de adaptação e de recorrer aos seus próprios recursos para sair da situação. Alguns são eficazmente assistidos pelas autoridades públicas, enquanto outros derivam e limitam-se a uma sobrevivência diária. Uma regra universal é que quanto mais longa a duração da situação de exclusão habitacional, maiores as dificuldades para encontrar uma reinserção profissional e social.

Em suma, o risco específico de sem-abrigo remete para dois níveis essenciais: as dinâmicas habitacionais e de emprego, no contexto das denominadas sociedades de risco; e a questão, que paradoxalmente parece ser minimizada pela análise das vulnerabilidades sociais e risco, da transferência inter-geracional da pobreza.¹⁵⁵

¹⁵³ Centenas de milhares de doentes mentais não hospitalizados tiveram morte precoce devido a desastres, suicidaram-se ou não receberam tratamento para as doenças que contraíram. “... os alicerces da “desinstitucionalização” foram o politicamente correcto e não os conhecimentos científicos.” Quando o processo aumentou de velocidade, logo no início dos anos 60, só um estudo tinha sido feito, que incidia sobre os efeitos resultantes de pôr os portadores de doenças mentais graves fora dos hospitais a conviver com a comunidade. Foi uma política baseada claramente em argumentos ideológicos. Neste sentido, há a fazer e estar atento: a responsabilidade dos serviços deve ser fixada a nível local; apoios financeiros dados em tranches de subsídios; extinguir as camas é mais custoso a longo prazo bem como manter os doentes medicados é menos custoso do que os readmitir; responsabilização deve ter uma relação de causa e efeito – os serviços devem ser avaliados de 2 em 2 anos; revisão da lei da obrigatoriedade e internamento involuntário – normalmente a única razão para ser estabelecida a obrigatoriedade involuntária como legal é a perspectiva de o indivíduo representar uma ameaça à sociedade – antes do tratamento é preciso incluir “necessita de tratamento” ou “pioras sensíveis”; perigo de se aceitar a “desinstitucionalização” – o sem abrigo limitasse ao bêbado e agora as pessoas aceitam e estão habituadas”. Fuller in Magnet, 2001: pp. 337-349

¹⁵⁴ Avramov, 1998: 28,29

¹⁵⁵ “Si 11% des sans-domicile sont cadres ou exercent une profession intermédiaire, la majorité d’entre eux se recrute dans les classes populaires: quatre sur dix ne possèdent aucun diplôme; quand ils travaillent, neuf SDF sur dix sont ouvriers ou employés, tout comme leurs parents. La «nouvelle pauvreté», longuement analysée, décrite, dénoncée depuis vingt ans, a doucement mais sûrement fait oublier l’ancienne, celle dont on hérite... » Mougín, 2005

Segundo Bruto da Costa¹⁵⁶, a pobreza, como realidade pluri-dimensional tem um carácter necessariamente cumulativo, bem como é uma situação com forte probabilidade de ser transmitida como herança, o que se prende com o seu carácter estrutural. Neste contexto, a família não deve ser considerada como uma causa, mas como um sistema de transmissão ou de reprodução da vulnerabilidade social¹⁵⁷.

A diversidade e multiplicidade dos problemas da população sem-abrigo são frequentemente expressas por uma enumeração de subgrupos: pessoas de rua; famílias sem-abrigo, crianças de rua, jovens sem-abrigo, doentes mentais, toxicodependentes, vítimas de HIV, sem-abrigo urbanos, sem-abrigo utilizadores de instituições, etc. A este respeito, alguns autores defendem que é necessário compreender as especificidades particulares a cada grupo, para assim analisar como se distribui o risco de homelessness.

Referida a importância do desenvolvimento de medidas preventivas para a atenuação dos factores de vulnerabilidade, a análise do fenómeno de homelessness em termos de risco vem constituir-se como um mecanismo de resposta a esta preocupação. Actualmente os esforços de várias entidades internacionais vão no sentido de delimitar categorias em risco de exclusão habitacional, para assim construir medidas de apoio anteriores à visibilidade da situação. A exclusão social, e mais concretamente as políticas de erradicação deste fenómeno, são conduzidas para a importância da prevenção dos riscos¹⁵⁸.

A título de exemplo, o Eurostat¹⁵⁹ salienta que devem ser consideradas em risco as pessoas que “a) tenham actualmente acesso de forma regular a acomodação que percepcionem como própria quer seja sua propriedade legal, arrendada, fornecida por instituições ou empregadores, ocupada numa base contratual livre ou outro tipo de acordo legal, ou à qual não tenham nenhum direito legal, mas em que haja bases para esperar que este acesso venha a terminar num futuro próximo e; b) que após tal termo fiquem sem acesso regular a acomodação alternativa, e; c) consequentemente ficaram obrigadas a ou dormir nas ruas, centros de emergência, ou em instalações não previstas para fins habitacionais.”

A definição de grupos de risco vem exigir uma revisão (na maior parte dos casos um alargamento¹⁶⁰) das definições de sem-abrigo seguidas nos vários Estados-membros.

¹⁵⁶ Bruto da Costa et al., 1985: 150-153

¹⁵⁷ Walgrave em Soulet, 2000

¹⁵⁸ “Activação dos sistemas e prevenção dos riscos de exclusão” baseados no primado da responsabilidade pública. Capucha, 2006

¹⁵⁹ DOC. E2/SEP/EG-H/09; p6 in European Commission, 2007: 56

¹⁶⁰ De forma a incluir condições de habitação precária ou insegura, como “in illegally-occupied accommodation (eg. squat)”; “in hospital wards, mental homes, old-age centres if leaving within 3 months and no home of one’s own”; “in prisons, prison cells, borstals if leaving within 3 months and no home of one’s own”; “in accommodation of one’s own but having received legal notice to quit within 3 months”. INSEE/EUROSTAT,

Contudo, em termos analíticos, é ainda considerada ambígua a inclusão de critérios referentes a ameaças futuras, ao invés da mensurabilidade do passado e presente (isto é, insegurança habitacional), e de pessoas com habitação dependente quase permanente através de benefícios sociais. Por outro lado, a vontade de disponibilização de medidas de apoio não deixa de ser um reflexo de oscilações políticas¹⁶¹ e modos de avaliação subjectivos. Não apenas ao nível do desenvolvimento de medidas reparadoras, as respostas de combate à pobreza remetem para o domínio fundamental da ética.¹⁶²

III.IV. Sem-Abrigo: Grupo de Risco com Especificidades Próprias?

A perspectiva anglo-saxónica distingue duas ordens de factores: "risk factors" e "triggers".¹⁶³ Os factores de risco referem-se aos atributos que prevalecem em relação à média entre a população sem-abrigo (institucionalização em criança, problemas mentais, absentismo escolar, dependências, passado prisional, baixo rendimento e dívidas, etc.). Os elementos-chave de sinalização são os problemas precedentes relacionados com as causas (alterações somáticas, mudanças nas relações interpessoais, ser tornado redundante, despejo).

Procura-se realizar, com o auxílio de estudos empíricos levados a cabo nos vários países, uma enumeração sumária dos denominados factores de risco de homelessness:

- ***Pais ausentes e condições sociais de pertença desfavorecidas***

Os sem-abrigo foram mais afectados, que a maioria da população, pela: perda de um pai ou mãe; aos 16 anos não estarem a viver com nenhum dos seus pais; pais com profissões maioritariamente não qualificadas; experiências passadas de conflitos com pais, madrastas ou padrastos, envolvendo agressões físicas.¹⁶⁴

- ***Deslocação geográfica e trabalho itinerante/precário***

As migrações são, por vezes, em situações de dificuldade, no decurso de guerras e conflitos, discriminação racial ou perseguição política, ou com problemas associados à regularização da situação num país estrangeiro, com as dificuldades de acesso à habitação daí advenientes. Por

2004:7

¹⁶¹ "...distinction between emergency cases and cases for reintegration or between priority and non-priority sectors of the population demonstrates the exact limit of the efforts to which public authorities are prepared to go in terms of social housing. Thus, when analysing the British situation, R. Widdowfield (1998) observes that "..., the number and proportion of applicants accepted as homeless can be seen to be as much, if not more, a reflection of council resources, attitudes and procedures than an indication of the extent of the problem." in INSEE/EUROSTAT, 2004:21.

¹⁶² "This is particularly relevant when the question at stake is not specifically poverty, but poverty alleviation, there is the means that a society, in a precise point of time, is willing to dedicate to eradicate the causes and consequences of that social problem", Lúcio e Rysdahl, 2007

¹⁶³ Homelessness Factfile 2003, Crisis, <http://www.crisis.org.uk/>

¹⁶⁴ Firdion e Marpsat, 1996: 1

outro lado, levam à fragilização do capital social dos indivíduos que se reflecte ao nível das dificuldades de inserção laboral.¹⁶⁵

▪ ***Perda de habitação ou nunca ter tido uma***

Não é pouco usual que os sem-abrigo tenham tido, pelo menos uma vez, uma habitação (arrendatários, proprietários, através do trabalho, etc.). É também significativamente representativa a percentagem dos que já foram hospedados por outras pessoas. Entre os motivos para terem deixado a sua residência estão constrangimentos financeiros, ruptura familiar, morte, conflitos familiares. Para as situações de nunca ter tido habitação própria, foram mencionados aspectos como incapacidade em pagar e a existência de outras soluções (amigos).¹⁶⁶

▪ ***Saúde e patologias***

São vários os autores que salientam a relação entre dificuldades económicas e sociais e o agravamento da saúde física e mental e adopção de comportamentos de risco (álcool, drogas, etc.). A presença de patologias entre os sem-abrigo é visível sendo simultaneamente causa e consequência do seu estado de privação.

▪ ***Género***

Existem mais sem-abrigo homens do que mulheres nas ruas. Tal não implica necessariamente que as mulheres enfrentem menos riscos de se tornar sem-abrigo, mas sim que as representações dos papéis sociais de género influem numa menor aceitação da sua permanência nas ruas. Assim, a situação das mulheres é o que se pode denominar “uma vantagem com limites”¹⁶⁷, ou seja, têm maior a facilidade de acesso aos serviços de apoio imediato mas não a respostas de longo termo para a inclusão profissional e autonomia.¹⁶⁸

▪ ***Idade***

Os jovens a viver em hostels têm perfis de risco semelhantes: famílias pobres, denominadas disfuncionais, marcadas por conflitos violentos, atritos com as mães e elevadas taxas de exclusão social. Salientam-se ainda aspectos como o baixo nível de benefícios sociais atribuídos aos jovens e a fragilidade do sistema de tratamento para toxicodependentes.¹⁶⁹

¹⁶⁵ Firdion e Marpsat, 1996: 2, 3

¹⁶⁶ Firdion e Marpsat, 1996: 4

¹⁶⁷ Marpsat, 2000: 1,2

¹⁶⁸ Subdividem-se vários grupos que atraem diferentes tipos de respostas de apoio: as mães, que têm prioridade na habitação e centros de longo termo (pelo menos se tiverem com elas as crianças); as jovens extremamente vulneráveis a drogas e à exploração sexual mas que podem receber um tratamento preferencial como extensão das políticas de protecção infantil; e, finalmente, as com mais idade e sozinhas, cuja situação é particularmente complicada especialmente se sofrerem de distúrbios mentais (estereotipadas como ‘clocharde’, ‘bag lady’). Marpsat, 2000: 31

¹⁶⁹ Da Costa in Avramov, 1998: 97

▪ ***Imigração e minorias étnicas***

Os sem-abrigo em situação de rua não evidenciam uma relevância deste factor, o que se pode explicar pelas redes de sociabilidade mais fortes entre membros de minorias étnicas. Contudo, como referido por Avramov, pode constituir um factor de desvantagem em termos de acesso ao mercado de trabalho. A composição do grupo de sem-abrigo cujo principal problema é o acesso a habitação inclui, na maior parte dos países, chegadas recentes ao mercado de habitação, nomeadamente os imigrantes com baixas remunerações, e “mais particularmente aqueles que diferem pela aparência física ou não têm as mesmas normas culturais que o país de acolhimento.”¹⁷⁰

Pelo que foi referido até ao momento, os indivíduos em situação de homelessness acumulam carências particulares, comparativamente aos grupos genericamente identificados como vulneráveis à exclusão social. Todavia, é fundamental que seja evitado um trajecto analítico redundante limitado à caracterização da situação actual, sem uma real compreensão das suas dinâmicas, nomeadamente sem distinguir efeitos de causas.

Assim, ao se considerar que os problemas de dependência (álcool e droga) constituem factores de risco de situação de sem-abrigo não se poderá deixar de ter em conta que o acesso a formas de apoio é condicionado pelo estatuto económico dos indivíduos, e, logo, que a visibilidade de uns casos não serve para negar a existência de outros. É por factores como este que se alega que uma compreensão inter-relacionada de diferentes formas de capital, ao invés de uma mera divisão estrutural e individual, é a mais adequada, já que permite destacar que uma situação de risco não deixa de ser fruto de uma acumulação de vulnerabilidades. Por outro lado, os factores de risco podem tornar-se vectores de vantagem, nomeadamente no acesso ao apoio social, e daí que se tenha realçado que a composição desta população seja moldada pela estrutura dos sistemas de apoio disponíveis.

¹⁷⁰ Avramov, 1998

IV. DILEMAS DE RISCO ACERCA DOS SEM-ABRIGO

Resumo: Este capítulo explora o impacto das representações sociais acerca dos sem-abrigo (de desviantes a excluídos) sobre práticas de controlo social, de apoio social, e para os próprios sem-abrigo enquanto beneficiários.

IV.I. Discursos de Risco e Controlo Social

Uma das formas de discurso de risco acerca dos sem-abrigo é considerar os mesmos desviantes, estereotipados enquanto alcoólicos, toxicodependentes, criminosos, delinquentes, entre outros. Neste sentido, esta população é retratada como um risco para a segurança e higiene pública, e consequentemente alvo de medidas de controlo social.

Para Declerck¹⁷¹ a sociedade necessita que a sua vida seja estruturalmente difícil para que se reforce a ordem social e a marginalidade pareça uma alternativa, se não impossível, difícil e dolorosa à normalidade. Dito de outra forma, os sofrimentos infligidos aos transgressores têm a função de estigmatizar para desencorajar as vocações e os fantasmas que podem suscitar.

Numa perspectiva evolutiva, constituem referência emblemática da Escola de Chicago os estudos desenvolvidos acerca dos Skid Row¹⁷², nomeadamente o trabalho etnográfico de Nels Anderson (1923). O autor distinguiu diferentes tipos¹⁷³: o vagabundo, que se desloca mas que não trabalha; o ‘casanier’, que trabalha mas sem mobilidade, e, o ‘clochard’, sem trabalho nem mobilidade. No contexto do desenvolvimento das sociedades americanas, estas categorias representavam tentativas de adaptação a condições de extrema instabilidade que se impunham primordialmente ao proletariado. Por outras palavras, o “hobo”¹⁷⁴ assume uma função social ambivalente de acordo com a situação económica: ora uma vagabundagem diminuída e dependente, ora trabalhador migrante com tarefas sazonais ou temporárias (exemplo, construção dos caminhos-de-ferro). Este é um indivíduo itinerante sem vínculos

¹⁷¹ “Le clochard, comme le criminel, le toxicomane et la prostituée, est une des grandes figures de la transgression sociale. Il est la figure emblématique de l’envers ricanant de la normalité et de l’ordre social. Il en est bouffon et négatif. Il en est, de par son existence même, le radical critique. De plus, il présente l’apparence d’être libre, sans attaches et sans obligations. En cela, il est séducteur. En cela, il est dangereux. Séduction et dangerosité, dont se protège l’ordre social, en condamnant les clochards, comme les autres marginaux transgressifs, à une souffrance minimale, mais structurelle. Supportable, mais visible» Declerck, 2001: 347-348

¹⁷² “Skid Row é um fenómeno peculiar dos EUA... usado para descrever a pista onde os troncos de madeira eram encalhados para as serrações, e à volta das quais viviam os transportadores de madeira numa comunidade de sítios para dormir, bares, salas de jogo e outras instituições comuns aos sem-abrigo. Bento e Barreto, 2002: 73.

¹⁷³ Versão francesa - Anderson, 1993: 10-14

¹⁷⁴ O “tramp”, “bump”, a par do “hobo” “constituted the triadic folk typology that was particularly prominent in the vernacular of the road during the first third of the century, especially among the hoboies (migratory workers) who regarded themselves as the cream of the road and who looked down scornfully in the tramps (migratory non-workers) and the bums (non-migratory non-workers) (Anderson 1923, 1931). By the 1950s, this threefold distinction had apparently lost its conceptual utility. The terms “tramp” and “bum” were still bandied about, but the hobo concept no longer seems to be a useful, generalized descriptor.” Anderson e Snow, 1987:1354

sociais estáveis, imprescindível para a produtividade económica, acabando por ser, de certo modo, promovida a sua desafiliação.

Samuel Wallace e Howard Bahr são autores que se debruçaram sobre a mesma realidade. O primeiro¹⁷⁵ considera os skid row um modo de vida caracterizado inicialmente como de inserção e participação numa comunidade, mas que, ao tornar-se uma situação permanente (carreira), leva a que os indivíduos sejam associados a uma subcultura desviante, em torno de figuras como o alcoólico. Criado um processo de estigmatização, os indivíduos tendem consequentemente a isolar-se.

De acordo com Bento e Barreto (2002), Wallace entende “o processo de se tornar sem-abrigo como uma carreira: o sem-abrigo é julgado pelos outros e avaliado com padrões de vida sem-abrigo. Como noutras comunidades há estatutos hierárquicos, só que, neste caso, trata-se de uma hierarquia invertida: quanto mais afastado dos padrões convencionais mais aceitável.... Wallace distingue ainda outras figuras que constituem carreiras dentro da hierarquia do modo de vida sem-abrigo, progressivamente afastadas do grau máximo de aculturação, a figura do ‘bêbado’: o alcoólico, o *hobo*, o pedinte, o cicerone (os primeiros que os visitantes – jornalistas, técnicos, investigadores – conhecem, e que se oferecem sempre para conduzir a *tour* por aquele mundo), os utilizadores de missões religiosas e dos serviços sociais (encarados como colaboradores ou ‘bufos’ pelos outros).”

No mesmo sentido, de acordo com as teorias do controlo social, o comportamento desviante surge como resposta a um etiquetamento dos indivíduos pelos denominados “labellers” ou “controllers”¹⁷⁶. Lemert alega que se rotulado enquanto desviante, o indivíduo é forçado a continuar a actuar enquanto tal, tornando-se uma carreira, ou seja, o desvio constitui uma reacção.

No contexto actual, o período marcante para a institucionalização do fenómeno dos sem-abrigo como um problema social agudo foi os anos oitenta. A ênfase pública sobre o crescimento da visibilidade e exigências da população sem-abrigo levou os cientistas sociais, media e o governo, a investirem em estudos e relatórios sobre a natureza das causas do fenómeno. Os sem-abrigo foram renomeados como “novos sem-abrigo” alegando-se que havia algo único e diferente em relação a momentos anteriores.¹⁷⁷

As percepções actuais retratam esta população como um “grupo de risco”, no sentido ambivalente de vítimas e desviantes, consoante oscilações económicas e políticas.

¹⁷⁵ Wallace, 1965 in Bento e Barreto, 2002: 75-76

¹⁷⁶ Fieldman, 1978:202

¹⁷⁷ Rossi, 1989 in Hartman, 2000: 58

Neste contexto, o discurso de risco pode reforçar os mecanismos sociais de atribuição de responsabilidades, nomeadamente por situações de desvio, ao se associar à legitimação de princípios morais. Como Mary Douglas¹⁷⁸ salienta o risco reflecte e reproduz fronteiras culturais de natureza diversa que delimitam expectativas e valores: entre indivíduos, entre grupos sociais de uma comunidade e entre comunidades; entre sociedades ocidentais e não ocidentais.

Foucault defende que a modernidade representa um período histórico organizado em termos de visões do mundo e discursos específicos, ou “episteme”, estipulados como “verdade”. O conhecimento é construído em torno de categorias distintivas - “‘normal and healthy’ people from ‘deviants and perverts’, and which can be treated.”¹⁷⁹, inseridas em práticas de divisão ou diferenciação ao nível de várias instituições sociais, como hospitais, escolas, etc. As instituições disciplinadoras das sociedades modernas organizam as suas práticas através de uma produção escandalosa de identidades e papéis individuais (“lógica do escândalo”¹⁸⁰), como o delinquente, que servem como “o outro” contra o qual a normalidade se pode tornar mensurável.

O discurso de risco assume um papel central nas estratégias de normalização e disciplina dos cidadãos, na medida em que estabelece pontos comparativos na capacidade de adaptação às normas sociais.¹⁸¹ Assim, constitui um mecanismo de encorajamento (e algumas vezes de coerção) para que rotineiramente os indivíduos sigam as práticas que os aproximam da norma. O discurso de risco constitui um pivô essencial das estratégias de normalização utilizado para diferenciar indivíduos que, por serem designados “em risco”, requerem aconselhamento, vigilância e auto-regulação.

A vigilância permanente e silenciada (“panopticon”) constitui uma forma de monitorização (do corpo, comportamentos, formas de pensar e olhar o mundo, etc.). Para Foucault, esta forma contemplativa suporta um dos princípios fundamentais das culturas modernas ocidentais, o ‘descending individualism’. A relação entre a posição ocupada na estrutura social e individualização é proporcionalmente inversa. Assim, os que ocupam posições de maior poder são os menos susceptíveis de ser captados por estudos, censos, relatórios de progresso e avaliação no trabalho, etc.¹⁸² A própria auto-vigilância é superior para as

¹⁷⁸ Douglas, 1992

¹⁷⁹ Danaher et al., 2000: 25-26, 29

¹⁸⁰ Danaher et al., 2000: 61, 62

¹⁸¹ Lupton, 1999: 61

¹⁸² Danaher et al., 2000: 57-59

categorias que caem fora da normalidade (não saudáveis). Neste sentido, o “biopower”¹⁸³ serve para manter os indivíduos normalizados por sua própria iniciativa (“technologies of the self”¹⁸⁴) colmatando assim esferas não monitorizadas pelas instituições (que só o podem fazer em contextos e períodos delimitados).

Por seu turno, Anthony Giddens¹⁸⁵ defende que a vigilância assume um papel positivo trazendo mais formas de obter informação a respeito dos indivíduos e suas actividades, proporcionando um aumento das opções de realização pessoal. A vigilância é condição essencial da organização das sociedades modernas extremamente planificadas e baseadas na gestão de informação. Grande parte da informação reunida acerca dos cidadãos em fontes centralizadas (como os Censos) serve aos mesmos de feedback (reflexividade) para monitorizarem as suas posições, perspectivas e estilos de vida.¹⁸⁶

No que respeita o caso particular dos problemas sociais, Dean Mitchell¹⁸⁷ defende que as várias tecnologias governamentais devem ser diferenciadas: as “technologies of agency (Yeatman)”; as “technologies of citizenship (Cruikshank)” e “technologies of performance”. As primeiras dirigem-se às denominadas “targeted populations”, ou grupos de risco, e levam a que os indivíduos sejam obrigados a concordar com um leque de medidas terapêuticas normalizantes, desenhadas para a promoção da sua autonomia. Incluem acordos destinados a “dar voz” e “representação” com o intuito de tornar os indivíduos activos e capazes de gerir os seus riscos, e adquirir os serviços e instrumentos que necessitam para responder às suas necessidades. As segundas, de agência, envolvem os agentes activos, consumidores, membros de comunidades e organizações, protagonistas de movimentos sociais e, acima de tudo, capazes de tomar o controlo dos seus próprios riscos. Por fim, o terceiro tipo refere-se à monitorização e implementação de sistemas de avaliação comparativos em domínios específicos (médico, assistente social, professor, etc.), bem como, às técnicas de restauração de confiança baseadas em princípios de transparência e controlo democrático.

Mitchell destaca que as tecnologias enumeradas permitem evidenciar que o risco se privatizou, individualizou, e em certa medida, (re)socializou. Isto porque, de acordo com as diferentes esferas sociais a que os indivíduos pertencem, associam-se distintos níveis de agregação de risco: a família, o local de trabalho, as identificações políticas, etc. Por

¹⁸³ Danaher et al., 2000: 75

¹⁸⁴ “...series of techniques that allow individuals to work on themselves by regulating their bodies, their thoughts and their conduct. These processes are offered to us as avenues through which we can achieve a degree of perfection, happiness, purity and wisdom”. Danaher et al., 2000: 128

¹⁸⁵ Giddens, 1994

¹⁸⁶ Giddens, 1991 in Webster, 1996:69

¹⁸⁷ Mitchell, 1999: 147, 148

consequente, determinadas esferas sociais e privadas passam a ser politizadas. Por outras palavras, “It is now open a new subpolitics field where what as been understood as non-political assumes a growing awareness”¹⁸⁸, de onde importa ter presente que esta política não se trata simplesmente da existência de uma maior apreciação do risco entre determinadas populações mas, de igual forma, do modo como os indivíduos se passam a compreender a si mesmos, o seu futuro e necessidades, dependendo da assistência de especialistas e tutores para a identificação e gestão do risco.

A postura da Comissão Europeia é a de que a disponibilização de informação acerca dos indivíduos em situação de sem-abrigo é essencial para o desenvolvimento de estratégias preventivas. Todavia, as definições baseadas na mobilidade ou falta de domiciliação denotam que há também um elemento de ponderação de risco em função da manutenção da ordem pública. Dito de outro modo, a preocupação de contornar o facto de estes indivíduos serem mais dificilmente encontrados, localizados e, logo, vigiados.¹⁸⁹

A questão se os sem-abrigo devem, ou não, ser recenseados e monitorizados, e com que finalidades, está relacionado com a forma como os governos, cientistas e media, discutem as responsabilidades do fenómeno. De uma forma geral, nos dias actuais, a presença dos sem-abrigo nas ruas é tolerada. Contudo, podem ser identificadas medidas de desmobilização ou repressão pontuais que, pela sua natureza habitualmente informal ou silenciada (“dissimulada”), se tornam de complexa identificação. Factores como as atitudes da comunidade, arquitectura e design urbano, iniciativas policiais, podem ser parte de uma acção de controlo sem a mesma ser assim explicitamente intitulada. Por outro lado, a assumpção de que qualquer meio se justifica para “tirar as pessoas da rua” pode ser enganadora, já que vem inviabilizar a possibilidade de participação dos visados. De um modo geral, as formas de intervenção tendem a oscilar entre abordagens de coerção, tratamento médico e apoio social.

Em suma, a concepção do fenómeno revela uma dupla percepção: como transgressão e como doença misturando-se uma lógica penal e a vontade de reforma do habitus desta população:

¹⁸⁸ “It may be that this proliferation of risk rationalities and reliance on the prudential individual means that authorities of all sorts – including national governments – have found a way of governing without governing society. Yet we must realise that there are limits to the “solutions” that have been generated out of the diverse problematizations of the welfare state. If the development of social citizenship, the emergence of social government, and the socialization of risk correspond to the solution of an enduring problem of liberal-capitalist societies, i.e. the existence of inequality and poverty in a society of equals, the such a problem cannot be simply wished away by those who would retract the welfare state, individualize responsibility for the ills of the social system and disperse risks onto the multiple communities and bodies who are to be made to bear them. From a durkheimian perspective, the problem of organic solidarity, of the interdependence of all these “diferents”, has been left unresolved. One does not have to appeal foundational normative morality to assert the necessity of the social.” Mitchell, 1999: 150

¹⁸⁹ INSEE/EUROSTAT, 2004:18

« Volonté de punir, d'enfermer et de contenir, d'une part, tentative de réforme et de "traitement" du sujet, d'autre part. Nous ne sommes pas sortis de cette contradiction dont l'origine tient à une double perception du phénomène : comme transgression et comme maladie. »¹⁹⁰

IV.II. Casos de Repressão dos Sem-Abrigo em França, Portugal e Inglaterra

Atentemos sobre os casos em análise acerca da regulamentação e formas de controlo aplicadas à população sem-abrigo:

- **França:**

Seguindo como fonte a análise evolutiva das principais medidas de controlo social dirigidas aos sem-abrigo em França de Damon (2002)¹⁹¹, verifica-se que a inversão de uma tendência de repressão para assistência é ainda muito recente.

As medidas iniciais de combate ao fenómeno de sem-abrigo foram tomadas no seguimento da iniciativa do padre Pierre, em Fevereiro de 1954, num período de falta de habitação, em consequência da II Guerra Mundial e gerando uma política pública de habitação social. Até aos anos setenta não havia uma única medida especificamente direccionada aos sem-abrigo e a provisão social baseava-se nas doações de agentes privados, nomeadamente da Igreja. É depois da segunda metade dos anos setenta que são abertos os "centres d'hébergement et de réadaptation sociale" (CHRS) financiados por fundos públicos. Inicialmente foram estabelecidos grupos prioritários (deficientes, viúvas, mães e pessoas isoladas) e apenas posteriormente, em parte devido ao criticismo aos sistemas de asilo, os pobres e marginais. Os vagabundos, pedintes e "clochards" eram considerados desintegrados e desviantes.

Desde 1950, as ofensas de vagabundagem e mendicidade passaram a ser endereçadas pelo melhoramento do acesso ao apoio social, ao invés da aplicação de sentenças. Pelos anos sessenta o número de ordens judiciais decresceu de forma significativa. Por volta dos anos oitenta, o número anual de decisões judiciais era inferior a cem. Os mecanismos subjacentes a esta tendência reflectem as alterações dos comportamentos tomados como objecto de medidas coercivas, pelos juizes, polícia e população geral. Porém, apesar do geral decréscimo de pressão penal, uma parte significativa das práticas públicas era ainda (60s-70s) baseada em eixos coercivos.

A primeira polícia especializada em sem-abrigo foi criada nos anos cinquenta, em Paris. A seguir ao Inverno de 1953-54 foi instaurada uma equipa para unificação de vagabundos que

¹⁹⁰ Declerck, 2001: 23

¹⁹¹ Este ponto segue a tradução de Damon (2002)

mais tarde se tornou na “Brigade d’assistance aux personnes sans-abri” (BAPSA). Nesta altura, a coerção policial focalizou-se nos “nouveaux clochards” que eram jovens, muitas vezes estrangeiros ou indocumentados.

A vagabundagem e a mendicidade foram removidas da lei penal em 1994. Posteriormente, os agentes sociais no terreno passaram a ter mais dificuldades em definir o âmbito da sua intervenção. A BAPSA intensifica a sua acção durante o Inverno e as longas filas de espera de sem-abrigo que aguardam as carrinhas constituem um facto de que o serviço é solicitado. Apesar de, na teoria, apenas desmobilizar para os centros os casos voluntários, uma acção forçada pode ser justificada em prol da protecção dos próprios sem-abrigo (incapazes de prover pela sua sobrevivência). As formas como a polícia actua e as estratégias que os sem-abrigo desenvolvem levam a verificar a existência de alguns paradoxos. A título de exemplo, auto-provocar a prisão é uma forma de esse indivíduo conseguir um abrigo temporário.

Segundo Declerck¹⁹², o dispositivo de transporte e encaminhamento do metro de Paris (RATP) sofre de uma ambiguidade estrutural: evacuar os sem-abrigo do metro, eventualmente de maneira coerciva, e propor um livre serviço de transporte ao centro de Nanterre nos autocarros. Esta problemática associada à dupla natureza – repressiva e humanitária – da missão dos agentes traduz-se simbolicamente no facto da recolha social depender do departamento de segurança da RATP. Apesar da tendência de transição do repressivo para o humanitário, a violência contra uma população fisicamente fraca e pouco inclinada a apresentar queixa persiste. Por outro lado, os superiores hierárquicos e sindicatos, entre outros, conhecendo as dificuldades de trabalho dos agentes da RATP, preferem pouco intervir.

A abolição da vagabundagem do código penal foi em grande parte anulada pela proliferação, nos últimos anos, das “arrêtés municipaux” e “arrêtes anti-mendicité” interditando a mendicidade nas grandes cidades. Estes procedimentos permitem levar a cabo “pratiques de déportation quasi sauvages. Bricolages locaux, discrets, complaisants et incontrôlés, dont on peut craindre le pire.”¹⁹³ Estas medidas de controlo social estão previstas sob a lei civil e têm sido maioritariamente levadas a cabo durante o Verão em localidades específicas. Constituem uma espécie de resposta a preocupações locais e eleitorais geradoras de um efeito de “pingue-pongue” de pessoas, responsabilidades e de problemas, de uma região para outra. De uma forma geral, assiste-se a uma oscilação de medidas de actuação sazonal: “l’articulation entre

¹⁹² Declerck, 2001: 62,63

¹⁹³ Declerck, 2001: 62

la sécurité et la solidarité (en été), ou l'articulation entre le droit de circuler et la non-assistance à personne en danger (en hiver)".¹⁹⁴

Uma das principais preocupações da definição de comportamentos como “anti-cívicos” ou “anti-sociais” é que acaba por levar a julgar a situação do indivíduo, ou status, e não o seu comportamento, ou seja, a sua presença. Na essência, um estatuto é confundido com uma actividade. No caso dos sem-abrigo o problema é que o excluído é considerado como “o outro”, o mendigo é apreciado como “diferente”, quando necessitariam de intervenções, ao menos em termos policiais, diferenciadas. Para mais, a denominação “anti-social” designa comportamentos e fenómenos muito diferenciados, incluindo delitos jurídicos referenciados. Desconhecendo-se se estes fenómenos estão realmente em expansão, uma vez que não são captados pelas sanções penais nem pelas estatísticas, as sondagens de opinião indicam uma inquietude face à progressão ressentida destas práticas. “Les incivilités sont estimées comme plus fréquents et plus exaspérantes qu’auparavant.”¹⁹⁵

Uma outra forma de “censura silenciada” é os mecanismos utilizados para evitar uma permanência continuada, como os “pics anti-clochards” nas estações de transportes, ou a irrigação permanente de jardins e depósitos de lixo, destruição dos cartões, etc.¹⁹⁶

O caso francês demonstra a particularidade da imagem do “clochard”.¹⁹⁷ Pelos anos cinquenta, o “clochard” era caracterizado por ser uma espécie de “poeta libertário” e praticamente parte integral da paisagem parisiense. Acreditava-se que os vagabundos eram incorrigíveis e exigiam repressão, ao passo que os clochards eram tranquilos não constituindo uma ameaça e, logo, devendo “ser deixados em paz”.

- **Portugal:**

Não existem actualmente medidas registadas de controlo social dirigidas aos sem-abrigo. Porém, o conhecimento de práticas discriminatórias existe numa base informal: durante a presidência portuguesa da União Europeia em 2000 houve acções de desmobilização dos sem-abrigo das zonas históricas centrais para outros locais menos visíveis; as alterações arquitectónicas, que incluem o fechamento de entradas de prédios em formato de arcada, são

¹⁹⁴ Damon, 2002

¹⁹⁵ Damon, 2002

¹⁹⁶ Em suma, “Ce rappel de l'importance de la dimension répressive dans la prise en charge des SDF, avec les ambiguïtés de sa mise en application, était nécessaire. Il a permis d'insister sur le poids de la question de la sécurité (sécurité des espaces publics, comme sécurité des personnes SDF). Il permet également de relever d'ores et déjà, d'une part, que des SDF en grande difficulté peuvent agir de manière intentionnelle (quand ils cassent, par exemple, la vitre d'un commissariat pour être hébergé), d'autre part, que des acteurs de la prise en charge peuvent s'arranger (« bricoler ») avec les ressources, normatives et matérielles, dont ils disposent.” Damon, 2002

¹⁹⁷ « ... parce qu'il faut bien leur donner un nom. Celui-là n'est en rien meilleur que les autres, sinon qu'il renvoie à des images partagées, en France, par tout le monde. Il fait référence au passé et à la longue durée de sa répétition » Declerck, 2001: 12

também verificáveis; o encerramento intensivo de casas abandonadas terminando-se com os squats, sem que sejam necessariamente propostas alternativas de acolhimento e apoio. Neste sentido, também em Portugal se tem vindo a assistir a uma oscilação entre tendências de repressão e tolerância.

O Decreto-Lei nº 365 de 15 de Maio de 1976 veio reformular a concepção legal do fenómeno estipulando que “a mendicidade é consequência do nível de desenvolvimento socio-económico e cultural de uma comunidade sendo que na sua origem estão essencialmente causas de impossibilidade de angariar meios de sustento (por motivos de idade, de deficiências físicas ou sensoriais, de doença física ou mental e de desemprego) e outras de natureza psicológica (instabilidade e desvio de comportamento)”. Assim, houve uma procura de passagem da percepção do fenómeno enquanto individual para social, e uma consequente responsabilização da sociedade. Actualmente, dormir nas ruas não é punível e são os vários agentes sociais obrigados a agir numa base de consentimento com o indivíduo sem-abrigo.

A Lei n.º 36/98, de 24 de Julho, de Saúde Mental, “estabelece os princípios gerais da política de saúde mental e regula o internamento compulsivo dos portadores de anomalia psíquica, designadamente das pessoas com doença mental”. É segundo esta lei que se discutem as bases de intervenção para os casos de distúrbios mentais a dormir nas ruas sendo estabelecido que “a prestação de cuidados de saúde mental é assegurada por equipas multidisciplinares habilitadas a responder, de forma coordenada, aos aspectos médicos, psicológicos, sociais, de enfermagem e de reabilitação.” No entanto, na prática, a definição de responsabilidades de actuação entre social e saúde carece de uma maior articulação.

- **Inglaterra**

A Inglaterra representa um caso particular da aplicação da política de comportamento anti-social. O que merece ser questionado são os processos sociais subjacentes às definições e entendimentos de anti-social, e a sua tradução em parâmetros de avaliação objectivos. O "anti-social behaviour" (ASB) e a segurança da comunidade caminham lado a lado ao longo dos discursos públicos que endereçam problemas sociais. O discurso oficial foi recentemente desenvolvido em torno de “exaltações morais”¹⁹⁸ que têm levado a uma responsabilização dos indivíduos para participarem na vigilância e garantirem a segurança das comunidades a que pertencem. Esta ideia de que é necessário “marcar uma diferença” pode aumentar a distância entre “insiders” e “outsiders”.

¹⁹⁸ David Blunkett, Home Secretary na Inglaterra pode ser tomado como um exemplo destas práticas tal como foi referido durante várias apresentações da British Criminology Conference 2004 na Portsmouth University

A governação dos espaços públicos é também trazida à questão pela política do ASB, já que é construída uma ordenação simbólica de usos e comportamentos socialmente aceitáveis e recomendados. Da mesma forma, os fundos públicos são utilizados para privatizar, delimitar zonas exclusivas e fortificação do design urbano (construção de portões, etc.). Os governos podem facilmente seguir uma política de privatização do espaço público sob o argumento de bem-estar geral, afectando a população geral a par dos sem-abrigo.

Várias questões podem ser colocadas a respeito do ASB, como “onde está a fronteira da sua aplicabilidade?”. São vários os que afirmam que esta política é utilizada para “apanhar as pessoas” sem provas claras, como por exemplo alegando tráfico de droga. Esta é uma forma de “tirar os sem-abrigo” da visibilidade das ruas contribuindo assim para atingir os alvos planeados de redução de rough sleepers. “For a decade, the objective has been the same: ending rough sleeping in Britain. It’s hard to see how it could be done without sending many of them to jail...”¹⁹⁹

Seguindo o Crisis Homelessness Factfile,²⁰⁰ a Social Exclusion Unit (SEU), criada em Dezembro de 1997, veio estipular uma estratégia de redução do número de rough sleepers (dormir nas ruas) em 2/3. Neste âmbito, e assumindo um carácter problemático, várias camas em centros e hostels são reservadas para este grupo específico da população sem-abrigo, excluindo outros. Ao mesmo tempo, assiste-se a um aumento de medidas mais assertivas e menos tolerância para com os indivíduos que recusam assistência e continuam a permanecer nas ruas. Estas medidas, tidas como do interesse dos “rough sleepers”, adicionaram um elemento de “normative social engineering” ao serviço de respostas sociais desenvolvido durante os últimos nove anos, afectando utilizadores e prestadores.

A Rough Sleepers Unit (RSU) intervém ao nível dos programas e agências criando uma cooperação mais próxima. Ao mesmo tempo, trouxe uma flexibilização das regras de expulsão dos centros, que se considerava um obstáculo para atingir o alvo de redução proposto. A polícia uniu-se ao trabalho das equipas de rua tomando uma abordagem mais activa para lidar com a mendicidade, consumo público de álcool e uso de drogas. As forças policiais podem utilizar o Criminal Justice Act e o Police Act 2001 para introduzir áreas de consumo de álcool controladas, bem como incentivar os sem-abrigo a utilizar os serviços disponíveis.

Fitzpatrick and Jones (2005) salientam que se deve distinguir coesão e justiça social sublinhando que a repressão das políticas dirigidas aos sem-abrigo nas ruas se baseia em três

¹⁹⁹ The Economist, 14th August, 2004

²⁰⁰ Homelessness Factfile 2003, Crisis, <http://www.crisis.org.uk/>

justificações fundamentais: os danos para o negócio e turismo; a intimidação da população geral e os impactos negativos para os próprios sem-abrigo, que se envolvem em actividades associadas e mendicidade. Enquanto se pode alegar que as políticas coercivas promovem uma sociedade socialmente mais coesa, tornam-se difíceis de justificar no âmbito do quadro de justiça social. Para a perspectiva de justiça social, o uso da coerção dirigida a grupos marginalizados levanta sérias preocupações dado a sua destituição de poder, significando que os seus interesses são facilmente sobrepostos pelos de outros sectores sociais. Neste sentido, o impacto das medidas de força apenas pode ser superado promovendo o welfare.²⁰¹

IV.III. Discursos de Pobreza e Exclusão Social

No âmbito da relação social em relação aos sem-abrigo assiste-se a períodos de oscilação entre, por um lado, imagens de desvio, marginalidade e repressão e, por outro, de pobreza, exclusão social e medidas de reinserção social.

Para Declerck²⁰² a exclusão social, por vezes causa, por vezes estado, dá às pessoas designadas como excluídas um estatuto de vítimas inocentes que é necessariamente acompanhado de uma negação da transgressão, e logo, a absolvição da culpa. O termo exclusão organiza as representações ao realizar uma operação segundo múltiplas dimensões, entre outras: engloba categorias de pessoas muito diferentes entre elas (imigrantes, sdf, etc.); atribui uma causa unívoca (ou um tipo) a este conjunto de situações diversas (tripla tautologia estrutural: envia-se a si mesma ou é causa sobre si própria cujo valor heurístico é fortemente discutível); nega a transgressão associada a todos estes casos diversos já que os sujeitos “excluídos” não o seriam de forma voluntária; confere estatuto passivo de vítimas inocentes; e, da mesma forma que o sofrimento advém da exclusão, então a felicidade está implicitamente associada à inclusão e ao funcionamento normal (teoria normalizadora da felicidade social).

Por seu turno, Castel²⁰³ defende que a exclusão não é sinónimo de marginalização, ainda que a tal possa conduzir. A situação sem-abrigo pode ser entendida como derivante de processos de desafiliação e pauperização em itinerários de vida raramente escolhidos, contrariamente à representação “fantasma” do vagabundo que optou pela aventura. Contudo, a exclusão marginaliza e produz marginalidade, no sentido em que o indivíduo se de-socializa. Assim, a marginalidade constitui uma forma de denominar as formas mais fragilizadas da

²⁰¹ Fitzpatrick and Jones, 2005

²⁰² Declerck, 2001: 290-293

²⁰³ Castel em Paugam, 1996: 35-39

vulnerabilidade popular, consequente da instabilidade das situações de emprego. Apesar de a exclusão dever ser lida no contexto da organização do trabalho e sistema de valores dominantes, persistem os discursos que associam os sem-abrigo à categoria estigmatizante de “mauvais pauvres”, ou seja, os “falsos desempregados” ou “instalados na cultura do apoio social”. Para o autor, não haveria “falsos” se não houvesse desemprego, já que não foram estes que escolheram as reestruturações industriais e as regras de competição internacional. Neste sentido, novos modos de integração poderiam ser construídos num tipo de organização social distinto de uma sociedade assalariada desigual.

Como salienta Gazier²⁰⁴, a primeira geração de teorias económicas acerca da exclusão social salientou duas categorias anónimas de pobres - “le pauvre laborieux et prévoyant” e o “pauvre surnuméraire”, de onde, para os primeiros, se trata de um estado estacionário, ao nível da sobrevivência mínima, e, para os últimos, da constituição, segundo Marx, inevitável no sistema capitalista, de um exército de reserva. Posteriormente, os grupos em situação de exclusão passaram a ser identificados de forma directa, ou seja, os que abaixo dos limites de pobreza perdem no “jogo económico”, que são os jovens sem emprego, mulheres, imigrantes, portadores de deficiências, etc. Para Alfred Marshall distinguem-se ainda os pobres “ordinaires”, pouco qualificados mas capazes de uma actividade normal, e os “résidu”, fisicamente, mentalmente ou moralmente, incapazes de trabalhar. Nos anos sessenta, nos EUA, a designação “underclass” serviu para referir aqueles que, em situação de pobreza, representam uma classe social inferior, ou subcultura, onde normas e valores específicos são transmitidos ao longo de gerações, permanecendo inalteráveis mesmo caso o rendimento destes indivíduos venha a aumentar.

Numa segunda geração de teorias, os excluídos deixam de ser uma classe de sujeitos específicos tomando-se como relevante o factor “escolha individual”. É neste contexto que se lança o debate acerca do desemprego voluntário como um cálculo economicista racional em relação aos efeitos de desincentivo da protecção social. Contudo, tal abarca vários autores, nomeadamente os empregadores.²⁰⁵

A evolução e conjuntura socioeconómica das várias sociedades contribuem para moldar as imagens sociais em relação aos excluídos. Paugam²⁰⁶ delimitou três ideais-tipo da relação social em relação à pobreza e exclusão de acordo com três cenários de evolução social e económica, nomeadamente “pauvreté intégrée”, “pauvreté marginale” e “pauvreté

²⁰⁴ Gazier em Paugam, 1996: 43-49

²⁰⁵ “Les employeurs manifestent ici un “goût pour la discrimination”, Gazier em Paugam, 1996 :49

²⁰⁶ Paugam, 1996: 393

disqualifiante”. A primeira enquadra-se em sociedades menos desenvolvidas (exemplo dos países do sul da Europa) de onde a pobreza surge como um fenómeno indiferenciado e não associado a uma “underclass”. Consequentemente, os indivíduos em situação de pobreza são menos estigmatizados podendo socorrer-se de redes de solidariedade ao nível familiar e da própria vizinhança, ou seja, de uma lógica de organização colectiva. Todavia, esta indiferenciação constitui um obstáculo ao desenvolvimento de medidas de protecção social personalizadas, esperando-se que o apoio familiar seja a principal forma de apoio.

A Alemanha e os países escandinavos, como sociedades com um maior crescimento económico, exemplificam o segundo tipo de relação social em relação à exclusão identificado pelo autor. Nestas sociedades, os pobres ou excluídos formam uma pequena franja da sociedade sendo uma categoria fortemente estigmatizada por ser considerada o resíduo do progresso, e incapaz de se adaptar às normas impostas pelo desenvolvimento industrial. A presença dos excluídos deve ser combatida através de instituições que têm o objectivo de os enquadrar, sendo fortemente pressionados por uma intervenção social individualizada.

Por último, e em países como a França e o Reino Unido que sentiram um período de forte crescimento económico seguido de um significativo aumento da precariedade e instabilidade do emprego, a pobreza desqualificante constitui uma “nouvelle question sociale”. Aqui os pobres e excluídos são cada vez mais numerosos e ao serem excluídos da esfera produtiva tornam-se dependentes das instituições. A pobreza é vista como um processo de acumulação de vários handicaps, desde a habitação à saúde e laços familiares. Da instabilidade do emprego cria-se uma engrenagem que conduz à inutilidade social. Neste sentido, a relação social à exclusão é a de angústia social, já que cada vez mais pessoas são consideradas como pertencendo a essa categoria. Este aumento leva a uma crescente preocupação com o aumento das despesas sociais. Dito de outra forma, o que vai acontecer a estes dependentes sem colocação no mercado de trabalho?

A denominada “nouvelle pauvreté” que afecta populações até aqui socialmente integradas sob todos os pontos de vista, veio reformular a anterior visão de pobreza. A pobreza dos anos sessenta em França constituía um estado, transmissível de forma hereditária, ao passo que no momento actual se tornou uma “carreira”²⁰⁷ de dependência de apoio social. Contudo, a denominada “pobreza estagnante” não deixa de ser relevante, particularmente ao nível da acumulação de factores de vulnerabilidade à exclusão social.

²⁰⁷ Paugam, 1993

IV.IV. Impasses do Paradigma de Apoio Social

Contrariamente aos esforços sociológicos em evitar abordagens do fenómeno social de sem-abrigo radicalizadas, ou em factores estruturais, ou individuais, o domínio do apoio social não deixa de evidenciar a persistência de discursos contraditórios, patentes ao nível das percepções morais e atribuição de responsabilidades, e conseqüente direito, ou não, a receber apoio. Por outras palavras, é avaliado se aqueles que procuram apoio são “vítimas” (causas estruturais ou determinadas situações de vulnerabilidade) ou “culpados” da sua situação (factores individuais). Do mesmo modo, se é uma situação de desvio ou de exclusão social.

Grosso modo, se a imagem acerca das causas do fenómeno residir em factores como “consequência de más escolhas” ou “deficits individuais” tender-se-á a chegar a um determinado leque de sentimentos, se, pelo contrário, forem salientadas as falhas das instituições sociais ou da sociedade em geral, a reacção será oposta, nomeadamente no sentido da não culpabilização, e logo, os sujeitos considerados merecedores de apoio.²⁰⁸

De acordo com Goffman²⁰⁹ quando surgem evidências de que determinado indivíduo possui alguma característica que o torna diferente dos outros, ou maioria, - estigma - toda a interacção social é condicionada pela posse de tal elemento distintivo. Os estigmas podem ser de três tipos: as deformidades físicas, as culpas de “carácter individual (percebidas com vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualidade, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical), e estigmas tribais de raça, nação e religião.”

Segundo Blasi²¹⁰, para compreender as causas dos comportamentos, o observador tende a sobrevalorizar as características da pessoa em relação ao contexto situacional em que actua (“fundamental attribution error”). Para mais, o rótulo de sem-abrigo resulta em elevadas classificações de distância social e avaliação de perigo.

A simpatia é definida como a combinação da empatia (tomar o papel do outro) e o sentimento em resposta à emoção do outro, expressando-se em oferecer alguma forma de apoio. Clark²¹¹ defende que a simpatia demonstrada a alguém numa situação de dificuldade é produto de um juízo envolvendo vários elementos: se a situação é socialmente considerada merecedora de simpatia, o que varia ao longo do tempo e entre grupos; o valor moral da pessoa em

²⁰⁸ “Those who stress structure are in essence arguing virtually all homeless people are deserving of aid *and*—until otherwise shown—assumed to be competent. Those who stress personal causes are implicitly arguing virtually all homeless people are at most deserving of charity and at least of nothing at all. These positions, of course, are being outlined here in their most extreme forms. In practice, most theorists from all perspectives understand individual cases are far more complex than theoretical schemata allow”. Hartman, 2000: 114

²⁰⁹ Goffman, 1980

²¹⁰ Blasi, <http://www.igs.berkeley.edu/events/homeless/papers/Blasipaper.html>

²¹¹ Candace Clark, 1987 in Marpsat, 2000: 24

dificuldade; a sua responsabilidade pessoal para o que lhe sucedeu; o resultado da comparação entre a situação do observador e pessoa em dificuldade. Em situações idênticas, a condição social do indivíduo em dificuldade é também tomada em consideração: mais facilmente para crianças que adultos; um homem com crianças sozinho mais do que uma mulher na mesma posição, e assim por diante. Dar simpatia envia uma mensagem de cuidado ou ligação mas também é um factor de superioridade: os “fortes” são quem apoia os “fracos merecedores” em necessidade. Por outro lado, a simpatia é condição de capacidade de apoio efectiva, pelo que a incapacidade de o prestar pode levar a culpabilizar a vítima, de forma a proteger os sentimentos de valor próprio.

Os prestadores de serviços tendem a seguir uma filosofia de “handicapologie”²¹², baseada em categorias pré-definidas, como famílias monoparentais, fundadas na imagem dos indivíduos como “deserving poor”, uma vez que têm “deficiências”, e logo, não são responsáveis pela sua vulnerabilidade.²¹³

Sob a mesma linha temática, Rosenthal analisou o papel das imagens de “deserving e undeserving” nos movimentos de defesa dos sem-abrigo chegando a três categorias: “slackers”, “lackers” e “unwilling victims”²¹⁴. Os “slackers” são “incompetentes” devido às suas falhas (preguiça, irresponsabilidade, e a maior parte dos casos de dependência) e logo, quer pobres, quer sem-abrigo, considerados não merecedores. Os “lackers” têm falta de competência mas não devido a uma falha pessoal, e daí serem merecedores de apoio (crianças, doença mental ou física, e alguns casos de dependências). As repostas para os seus problemas devem ser personalizadas, embora que determinadas por outros, sendo considerados incapazes de participar e sem capacidade de autonomização. Neste caso, ser merecedor envolve um estigma. Por último, os “unwilling victims” são competentes mas apanhados pelas circunstâncias que escapavam ao seu controlo (falências de fábricas, algumas formulações de abuso físico) sendo considerados, quer merecedores, quer competentes. A

²¹² Marpsat, 2000: 25

²¹³ Elster e Herpin desenvolveram a análise da ética das escolhas médicas que pode ser adaptada aos sem-abrigo. As três lógicas são as de perfeccionismo, máxima eficiência e compaixão e tomam em consideração, apesar de levando a diferentes conclusões, a gravidade da condição do paciente (nível de dificuldade do sem-abrigo) e o resultado previsto caso receba, ou não, tratamento (se o sem-abrigo é, ou não apoiado). A primeira lógica de perfeccionismo leva a seleccionar os casos menos graves já que têm maior probabilidade de sucesso (o apoio irá para os menos marginalizados e que ainda disponham de recursos já que a sua reintegração apresenta maiores hipóteses de sucesso). A de eficiência máxima dá prioridade aos que a situação apresenta mais probabilidade de melhorar (como Marcel Drulhe, 1987) verificou num abrigo para mulheres vítimas de violência em que são excluídos de apoio quem tenha problemas sociais extremos, ou ainda possua alguns recursos materiais). Finalmente, a compaixão dá prioridade aos pacientes em pior situação (os mais marginalizados ou em maior desvantagem) apesar do risco de insucesso ser elevado. Os três princípios podem ser operacionalizados de forma simultânea. Marpsat, 2000: 29

²¹⁴ Rosenthal, 2000: 111-126

título de exemplo, os assistentes sociais tendem a seguir a categoria dos “lackers” e os activistas a de “unwilling victims”.

Por outro lado, as vantagens podem ter limites²¹⁵. As mulheres (vistas como “lackers”) são simultaneamente parte de um grupo prioritário e consideradas menos competentes em termos de colocação no mercado de trabalho, ou de enquadrar outras respostas que promovam a sua autonomia efectiva. Como Bourdieu o coloca, ser mulher ou criança pode ser quer um recurso, quer um handicap, de natureza simbólica. Relembrando que a relação assistente/assistido não deixa de ser uma forma de exercer dominação, o autor alega que reportam ao poder simbólico²¹⁶, havendo grupos que no mesmo espaço social são segregados. De acordo com a FEANTSA²¹⁷, o apoio disponível para os sem-abrigo reproduz a discriminação social ao seleccionar os clientes “mais fáceis” para as melhores estruturas, e pela standardização de serviços marginalizantes para os casos não adaptáveis, ou com múltiplos problemas (exemplo, grandes dormitórios). De uma forma geral, os serviços estabelecem critérios de admissão para subgrupos da população sem-abrigo e, por conseguinte, o próprio sistema torna-se assim um quadro de marginalização e segregação dos grupos particularmente complexos.

O reconhecimento da existência de grupos em risco pode levar a que seja estabelecida a obrigação das administrações governamentais em assistir os mesmos. Entre responsabilidades de actuação, imagens acerca das causas e delimitação de casos sujeitos de ser classificados como sem-abrigo e de consequentemente terem direito a apoio, surgem algumas divergências. Tal deve-se em parte ao facto de as categorias profissionais de pertença condicionarem as imagens acerca do fenómeno.²¹⁸

²¹⁵ Marpsat, 2000: 24

²¹⁶ O capital simbólico corresponde ao económico e cultural reconhecido, constituindo um reforço e reprodução das relações de força que constituem a estrutura do espaço social. A ordem social resulta do facto dos agentes aplicarem às estruturas objectivas as estruturas de percepção e apreciação advenientes dessas estruturas e tendem por conseguinte a perceber o mundo como evidente. Bourdieu, 1987: 151-152, 160-161.

²¹⁷ Avramov, 1998: 33

²¹⁸ A título de exemplo, dada a responsabilidade das administrações sobre os grupos em risco, 3/4 das mesmas consideram que os indivíduos em risco de despejo ou a sair das prisões se incluem na categoria de sem-abrigo. Por seu turno, os peritos em estatísticas tomaram uma posição diametralmente oposta à das administrações centrais, uma vez que é para eles desconfortável uma categoria abstracta como “em risco de se vir a tornar sem-abrigo”. Assim preocuparam-se mais em construir categorias homogéneas tomando em consideração toda a população que se enquadre no conjunto de critérios, e não apenas aqueles que se candidataram a uma organização. Porém, aqueles que estão numa situação de risco são difíceis de ser localizados e apenas aqueles que se candidataram têm de facto oportunidade de ser identificados. Os peritos em estatísticas são reticentes em lidar com uma imagem incompleta e parcelar de um universo mais abrangente, neste caso o dos indivíduos em risco. Dai que apenas 1 em 10 classificou os em risco de despejo como sem-abrigo, e 2 em 10 os reclusos a ser libertados sem uma acomodação para onde ir, mas, no entanto, estando mais inclinados a incluir ex-reclusos na perspectiva que é mais fácil identificar eventos passados. INSEE/EUROSTAT, 2004: 39-40

Declerck analisa a evolução da filosofia de reinserção social e as práticas institucionais, existentes em França (mas transponível para várias realidades), num capítulo da sua obra “Les Naufragés” intitulado “De la charité hystérique à la fonction asilaire”²¹⁹, e que se passa a sintetizar como abordagem crítica de referência.

Seguindo o autor, a noção de reinserção corresponde a um fantasma e ideologia que é colocada à frente de qualquer outro aspecto, tanto como objectivo imediato, concreto e realizável, como um ideal modesto e assintomático, mas não menos estruturante e garantia do sentido da acção. O conjunto dos dispositivos de apoio (do RMI²²⁰ à sopa dos pobres) e os discursos do campo reflectem o papel ideológico implícito na noção de reinserção pela ideia de retorno do sujeito ao seio da normalidade social e económica. A ideia de fantasma associa-se ao facto de a grande maioria das pessoas em situação de clochardização jamais ter conhecido funcionamentos psíquicos, relacionais, económicos e sociais “normais”. Consequentemente, o mais que se pode fazer é criar situações particulares efémeras (“ateliers protégés”), em que uma vez retirada a possibilidade de um funcionamento pseudo-normal, os sujeitos se clochardizam em alguns dias (senão horas). Ou seja, como falar de reinserção para indivíduos nunca inseridos?

Trata-se de um humanismo aparente sob a vontade totalitária e inconsciente de reduzir as diferenças dos homens a uma inquietante produção massificada de cidadãos. Neste contexto, coloca-se outro fantasma que é a falta de reconhecimento das dificuldades estruturais para um indivíduo pouco ou nada qualificado, estigmatizado pela idade e exclusão social, em conseguir obter um emprego decente, bem remunerado, de duração indeterminada, quando as taxas de desemprego afectam uma larga margem da população. A sociedade parece recusar financiar a existência deste largo segmento da população impondo-lhe a responsabilidade de ter vontade de se reinserir. Dito de outro modo, não é garantido o acesso ao trabalho, mas sim uma recompensa do esforço, que pode ser medido de acordo com os sujeitos²²¹.

Ao nível da relação entre técnico e assistido, verifica-se que os relatos de vida assumem uma tripla função: normalizar, aliviar a ansiedade e desculpabilizar o sujeito tanto aos seus próprios olhos, como dos outros, fazendo apelo a uma etiologia objectivante à qual qualquer

²¹⁹ Declerck, 2001: 319-374

²²⁰ A postura foi a de que trazer um clochard para um local e data determinada para receber o RMI acreditando que traria passos positivos para a sua ligação às malhas do sistema. O que é facto é que grande parte se deixa vaguear e acaba por perder o benefício. Este exemplo ilustra como a noção de reinserção é fluida e a hipocrisia do sistema obriga a que se permaneça não na lógica de um rendimento mínimo de inserção, mas de um rendimento mínimo de existência. As consequências das formas de gestão dos dispositivos sociais das pessoas gravemente dessocializadas podem ser múltiplas, profundas e por vezes trágicas. Declerck, 2001: 327

²²¹ “Ce sont les sujets les plus pathétiquement désirants, c’est-à-dire les plus systématiquement frustrés, qui bénéficieront le plus de l’allocation et ce, justement, parce que leur désir est impossible...” Declerck, 2001

um se deve poder identificar. O projecto comum simbólico, ou pacto de identificação, do “Eu quero curar-me e tornar-me como tu curadora”, no sentido do reforço da normalidade para ambos. Dito de outra forma, a interacção entre assistente social e assistido constitui uma troca simbólica que vem reforçar o status quo como o projecto moral aceitável.

Por outro lado, é obrigação dos técnicos velar pela “boa utilização” dos benefícios, tornando-se assim protagonistas de um controlo do prazer dos pobres pelos ricos, e da distinção tradicional entre merecedores e perversos. É avaliada a inocência simbólica dos indivíduos (ser etiologicamente inocente – ‘não é culpa sua’), e no que respeita também aos seus prazeres (álcool, droga, etc.).

Para o autor, a sociedade suporta a pobreza e não o prazer ou, muito menos, os excessos repugnantes auto-destrutivos daqueles que nada têm a perder. Assiste-se a uma clivagem entre o discurso nobre da reinserção e a bricolage das práticas, visível, por exemplo, pela falta mais do que previsível de estruturas em cada Inverno. Tal induz a duas consequências lamentáveis: por um lado, a prática de uma caridade histórica e, por outro, a inevitabilidade de rupturas entre a ligação “soignants e soignés”.

A caridade histórica caracteriza o estilo da ajuda inadaptado às necessidades reais de uma população que não é pensada concretamente, revelando a confusão perversa do cristianismo: “o sofrimento do outro não tem valor se não na medida em que é a cura do que dá”. A inconveniência estética e insegurança com que a sociedade olha a presença dos sem-abrigo torna que seja imperativo, e parte das metas, afastá-los para um social invisível.²²²

Nas respostas de reinserção de longo termo, o contrato de normalização é baseado no alojamento e frequência de actividades propostas – educativas, formação, reinserção, etc. Se não respeitado, um indivíduo pode ser expulso, se satisfatória a performance, o alojamento pode ser renovado (como privilégio e não um direito).

A ironia da importação do termo jurídico “contrato” para o campo médico-social está no pressuposto de haver uma base de negociação, quando se verifica que as alternativas, para além da rua, fome e frio, são inexistentes. É também necessário sublinhar a insuficiência da resposta psiquiátrica frequentemente banalizada e reenviada ao “social”. Tal traduz-se num acordo generalizado (muitas vezes frequente) em não hospitalizar os sem-abrigo, sendo a postura psiquiátrica a de não se querer ocupar de casos consequentes da sociedade, fora do quadro fechado da psiquiatria, ou seja, a vontade técnica no seu ethos.

²²² O Samu social é um mal-estar institucional porque a realidade das práticas não corresponde às representações idealizadas. Ao mesmo tempo há uma instrumentalização por parte dos beneficiários, que fingem integrar, para apenas ter um transporte fácil e gratuito. A questão vai então para além do utilitarismo para o paradoxo geral da promoção do “assistencialismo”. Declerck, 2001: 343, 344

As pessoas na rua são consideradas as mais difíceis de chegar e ajudar, circulando aqui todo um vocabulário de “dialogar, convencer, aprovisionar, etc.”. O paradoxo desta actuação reside em ser necessário começar por levar os cuidados aos sujeitos (que têm tendência a recusá-los), gastando-se grande parte da energia em fazer com que o sem-abrigo queira pedir apoio, e quando este pedido se instala e perdura, abandona-se a pessoa à sua melhora, que regressa rapidamente ao estado anterior, e o ciclo recomeça. É promovida a existência de uma clientela móvel sob o pressuposto de que o sedentarismo não cabe na lógica de urgência social: se o beneficiário se organiza para explorar as ajudas (vestiário, duches, comida) é porque tem liberdade psicológica e autonomia suficientes.

A partir da sua experiência etnográfica enquanto utilizador de serviços, o autor caracteriza a relação directa entre assistente e assistido. Esta é em síntese uma relação baseada em graves mal-entendidos estruturais e que terminam, em geral, em rupturas dolorosas. Trata-se de um cenário repetitivo de transferências e contra-transferências entre ambas as partes, em grande parte determinado pelos elementos da realidade clínica. Neste sentido, a relação terapêutica tem tendência, seguindo um cenário clássico, a desenvolver-se em três tempos²²³: elaboração do projecto terapêutico, seguindo-se o colocar em acção e, por fim, o abandono.

A relação terapêutica é antes mais uma troca: a de cuidados por um pagamento real ou simbólico. Resta para os técnicos a angústia estrutural de não saber até que ponto estão a ser pagos em “falsa moeda”. Há uma desmoralização e desinvestimento dos técnicos no trabalho terapêutico, já que crêem tudo ter visto, não acreditando na possibilidade de transformação dos sujeitos.

Como forma de melhoramento da filosofia das práticas institucionais actuais, o autor defende uma alteração do paradigma das práticas de reinserção social, deixando-se de tentar curas impossíveis e de planificar caminhos de reinserção. A terapia deve consistir em evitar o pior: sofrimentos inúteis e mortes prematuras. É uma necessidade ética fundamental permitir aos

²²³ 1º Momento: acordo instrumental, teleológico e axiológico, ou seja, a fase da “lua-de-mel”: o soigné sente-se melhor e o soignant vai, de igual forma, ser confortado pela crença na eficácia do seu poder e na legitimidade e sentido da sua acção (gratificação narcisista). Vivem uma aliança no decurso da qual elaboram e definem os objectivos da intervenção terapêutica e os meios a colocar em marcha. Precipitam-se em projectos operatórios de “faire”, nas exigências pseudo objectivas muito longe das reais. Trata-se menos de fazer curar e mais de obter uma atenção maternal e regressiva na interacção com o soignant (ao nível enfermeiro, geralmente feminino) que “renarcisa” ao ocupar-se do corpo. 2º Momento: colocar em marcha o projecto tem a função de conter as ansiedades de uns e outros ao tentar acantonar os termos da interacção ao nível do decidido, consciente e realizável. Surge, neste momento, uma colisão operatória e uma posterior dissonância crescente entre os desejos do soigné e as suas possibilidades reais – o sujeito encontra-se tragicamente confrontado com as suas insuficiências e a sua patologia. Sujeito desenvolve disfunções num contexto em que tem de atingir metas que não deseja. Desvalorização infantil do soigné. 3º Momento: abandono do projecto e a relação de transferência tem a hipótese de depressão e/ou o ódio do outro. Ruptura brutal do laço. A desvalorização é aqui paga com a crítica ao soigné, acompanhado de injúrias e agressões. O ressentimento é alargado à instituição e às regras podendo acabar em expulsão. A traição do soigné. Declerck, 2001: 350-351

loucos existirem e encontrarem protecção sem contrapartidas, nem esperança de que se venham a tornar em outros que não eles próprios²²⁴.

Bolle de Bal²²⁵ afirma que a constituição de re-alianças é o desafio crucial que o trabalho social enfrenta actualmente. O “novo trabalho social” ou “trabalho sócio-analítico” deve ser orientado por objectivos culturais preocupando-se em evitar o reforço da sociedade de assistidos. Do ponto de vista político, ideológico e normativo, os assistentes sociais devem abandonar uma acção de tipo ortopédico (normalização, rectificação, normalização) e de tipo demiúrgico (preocupação da revolução ou de transformações sociais), adoptando acções de tipo maiêutico (ajudar os sistemas sociais a auto-desenvolverem-se). Assim, os temas chave do novo trabalho social são: mudança, participação, autonomia, ajuda. Para tal, devem os assistentes sociais adoptar uma atitude prática de “implicação controlada” que, em termos sociológicos, significa não impor o seu envolvimento. Em suma, os grandes desafios passam a ser a pesquisa (investigação-acção), a profissão (novas capacidades de ordem psicológica, sociológica, política, de negociação institucional e relacional) e a formação (renovada e adaptada às novas necessidades).

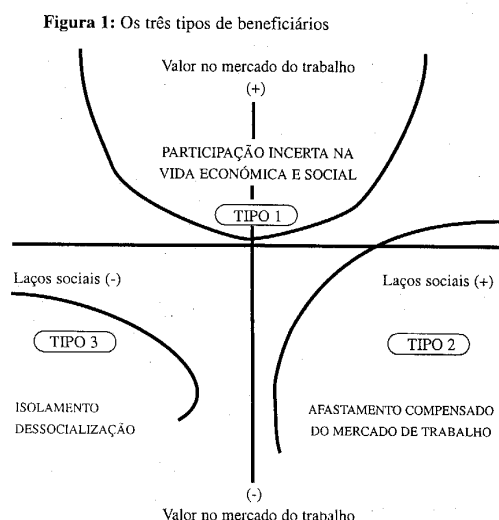
IV.V. Estatutos e Identidades em Situação de Sem-Abrigo

Se ao nível do design e filosofia do sistema de apoio persistem vários dilemas, também no plano micro-sociológico, a identidade e estatutos sociais dos beneficiários passa por reconfigurações. Paugam²²⁶ analisou o percurso dos beneficiários do RMI, tendo chegado a conclusões positivas sobre esta medida, nomeadamente sobre o grupo dos indivíduos mais seriamente excluídos e isolados (incluindo os sem-abrigo). O autor construiu uma tipologia de beneficiários de acordo com dois eixos fundamentais, a situação no mercado de trabalho e laços sociais:

²²⁴ “Et si, plus tard, il arrive que ma fille me demande à quoi, exactement, j’ai servi auprès de ces grands souffrants, je pourrai toujours lui répondre que – si beaucoup de choses restent discutables – au moins j’ai servi un jour un thé à une vieille femme qui ressemblait à la mort. Un vrai thé, avec du vrai sucre. Et j’ajouterais que la vieille le trouva bon. » Declerck, 2001 : 192

²²⁵ Soulet, 2000

²²⁶ Paugam em Soulet, 2000



Fonte: Paugam em Soulet, 2000: 126

No tipo 1 encontram-se mais os jovens e famílias, no 2 os assistidos, e o terceiro refere-se a indivíduos que viveram a experiência de uma queda e se encontram em situação de isolamento e de-socialização profundos (idade, graves problemas de saúde, sem-abrigo).

A par da necessidade do apoio social face ao processo de desqualificação social existente nas sociedades ocidentais actuais, o autor identificou várias fases (não lineares) no contacto dos beneficiários com os serviços e técnicos sociais. A primeira é a de fragilidade em que, face a uma perda de dignidade e auto-confiança, os indivíduos tendem a distanciar-se dos serviços, já que tal é visto como uma confirmação, ou certificação, da sua desqualificação (“pobres com vergonha” de passar por provas como esperas em fila nos atendimentos). No momento seguinte de assistência ou dependência, os testemunhos vão no sentido da aceitação do estatuto de privação e desqualificação (“percebi que tinha direito e encontrar-me nesta situação não era escandaloso”). Nesta fase, em que os indivíduos estão mais dispostos a estabelecer relações cordiais com os técnicos sociais, é, contudo, mais complexo procurar uma reinserção laboral, uma vez que houve uma desistência, com o passar do tempo, e várias tentativas falhadas. Por fim, a ruptura ou marginalidade corresponde a uma etapa em que as desvantagens se acumularam, nomeadamente a perda de laços sociais, capacidade de procura de apoio, e problemas de saúde.

Michel Messu²²⁷, considerando os assistidos sociais como agentes com capacidade de dar às suas acções uma dimensão estratégica, identificou três tipos identitários em função dos modos de utilização dos dispositivos da assistência social:

a) *O assistido envergonhado assume uma estratégia de sujeição*: as disfuncionalidades das instituições sociais incrementam o seu sentimento de decadência social, pelo que recusa a

²²⁷ Soulet, 2000

racionalidade burocrática, podendo mesmo levar à rejeição da procura de apoio. Apesar de poder existir com o técnico uma relação de confiança, a estratégia é de atitude de reserva, ou recusa passiva. O indivíduo deseja o trabalho como via de integração.

b) *Aquele que “tem direito” e a sua estratégia de manutenção de dependência*: encaram a sua situação presente e futura unicamente no quadro de uma relação de dependência quase absoluta com os serviços sociais. Os direitos sociais vêm substituir o valor-trabalho. Estratégia caracterizada por: satisfação global com o sistema de ajudas sociais; intensidade de trocas com os trabalhadores sociais (pode assumir uma função utilitária no sentido de cultivarem o seu empreendedorismo); adequação ao perfil necessário para ser beneficiário, entre outros. Assim, os indivíduos sentem-se na categoria social “daqueles que têm direito” (tanto como os contribuintes) e aspiram à aquisição do estatuto social de assistido.

c) *O assistido escrupuloso e a sua estratégia de espera*: é uma estratégia de expectativa transitória, e não uma fase de transição entre as duas anteriores (a primeira não autoriza o seu abandono em benefício da segunda). O indivíduo estabelece uma relação indecisa com os assistentes sociais e conjunto dos serviços, ou seja, se por um lado reconhece as vantagens do sistema de assistência, por outro, os custos exigidos parecem inaceitáveis. Está numa situação de verdadeiro conflito de valores, já que para si a sujeição é irrealista e a dependência é contra a moral social. Muitos juntam-se no futuro aos dependentes, quando o conflito de valores está resolvido.

O autor realça que os dispositivos da assistência social constituem um espaço de negociação de identidades sociais: processo de identidade individual apreendido como um processo interactivo que mobiliza simultaneamente os recursos do indivíduo, os do meio em que está inserido e os oferecidos pela própria situação de assistência. Os beneficiários negoceiam simultaneamente a sua aceitabilidade perante os outros e si próprios, ou seja, enfrentam os desafios da negociação identitária, que envolve, entre vários factores, a capacidade de mobilizar recursos (tempo dilatado), aceder e assimilar informação acerca das oportunidades e gerir estereótipos (indicar uma identidade susceptível de ser recebida pelos serviços sociais).

O contributo de Anderson e Snow²²⁸ é relevante para o estudo dos processos de construção de identidade entre os sem-abrigo, tendo sido explorada a relação entre “role, identity²²⁹ e self”.

A análise dos dados obtidos levou à distinção de três padrões genéricos de “identity talk”: 1)

²²⁸ Anderson e Snow, 1987

²²⁹ Distingue-se “social identities” – “identities attributed or imputed to others in an attempt to place or situate them as social objects”, ou seja, informação primária na base da aparência, comportamento; “personal identities” – “meanings attributed to the self by the actor”, ou seja, auto-designações atribuídas no decurso da interacção (identidade social e pessoal podem ser antagónicas); “self-concept” – “one’s overarching view or image of her-himself “as a physical, social spiritual or moral being (Gecas, 1982, p.3)”, Anderson e Snow, 1987: 1347-1348

“distancing”; 2) “embrace”, e 3) “fictive storytelling”. O primeiro ilustra as situações em que os indivíduos se distanciam das instituições e papéis que implicam identidades sociais inconsistentes com as suas (também as desejadas). O distanciamento pode assumir as formas de categórico, de papéis e institucional. No segundo padrão de construção de identidade, os sujeitos confirmam a aceitação do papel que lhes é designado, conjunto de relações, ou ideologia particular. Por fim, as histórias ficcionais envolvem narrações passadas, presentes ou futuras, subdividindo-se em embelezamento e fantasia. Tomando em consideração o tempo de rua, a “progressão típica” vai de um distanciamento categorial para a aceitação dos papéis designados e o romantizar de experiências e encontros do passado.

Hartman (2002) salienta que aqueles que são sem-abrigo recentes raramente apontam a falta de habitação a baixos custos ou as alterações económicas como razões justificativas da sua situação. A maioria tende a ver o seu problema como uma falha pessoal, como a incapacidade de manter um emprego, abuso de álcool ou drogas, ou um problema doméstico.

Por seu turno, Firdion e Marpsat²³⁰ indicam que a única razão universalmente apontada pelos sem-abrigo para a sua situação é a falta de habitação financeiramente suportável. A maior parte refere também o subemprego ou desemprego (por vezes crónico, outras episódico) como factores críticos. Os motivos de desemprego incluem: doença ou dependências, entre os de desemprego crónico e, no caso dos esporádicos, o divórcio, abuso doméstico e dispensa temporária.

A FEANTSA²³¹ destaca que, de acordo com as pessoas questionadas, os factores que levam à situação de sem-abrigo mais frequentes têm a ver com saúde, desemprego, e problemas familiares e relacionais. A relevância da toxicod dependência não é clara. A experiência de perda de laços afectivos é fortemente expressa pelos sem-abrigo.

Viver nas ruas apresenta múltiplos perigos mas pode também ser uma forma de auto-afirmação (os jovens podem vê-lo como uma oportunidade para demonstrar aos seus pais que conseguem sobreviver - Guillou, 1994²³²) ou de liberdade. O próprio apoio social impõe a aceitação de determinadas condições que podem gerar riscos para os sem-abrigo. Constitui um imperativo evitar o denominado “ethnocentrisme de classe”²³³ que leva a impor aos sem-abrigo as mesmas expectativas sociais que ao geral da população, quando a sua capacidade de projecção no futuro é praticamente inexistente e os seus capitais demasiado frágeis. Os

²³⁰ Firdion e Marpsat, 1996: 1

²³¹ FEANTSA, 2004: 9,10

²³² Marpsat, 2000: 25

²³³ Firdion e Marpsat, 1998: 122

próprios técnicos são susceptíveis de ser percebidos como um risco: “parce qu’ils nous mentent, nous trompent. Ils nous appellent à nous intégrer dans une société désintégrée. »²³⁴

De certa forma, a população sem-abrigo, nas ruas e em centros de emergência, está habituada às lógicas carcerais e à gestão do perigo, mas o medo e a iminência do conflito não deixa de estar sempre patente. O risco das doenças para além da violência é também inaceitável.

A clochardização²³⁵ torna-se a própria forma de sobrevivência. Os casos mais graves referem-se à desertificação do sujeito, sem passado nem futuro, e à “coisificação” do corpo, ou indiferença à dor e a ignorar a urgência de patologias somáticas muito graves (espécie de masoquismo). O sujeito é incapaz de tomar consciência dos seus próprios comportamentos e da sua própria vida psíquica, numa desordem geral de comportamentos masoquistas diversos, verdadeiras “mises en scène” da auto-destruição lenta do sujeito.

²³⁴ Jovem em formação que diz recear a polícia e seguidamente os assistentes sociais. Touraine, 2005:114-115

²³⁵ A clochardização é o extremo e caricatural dos sujeitos mais ou menos destabilizados na sua existência e identidade social e económica. É a manifestação, « *in fine*, d’un désir inconscient du sujet qui recherche et organise le pire. Cette recherche du pire passe, de faux pas en actes manqués, par la destruction brutale ou progressive de tout lien libidinal. Il s’agit de rendre tout projet impossible. Le sujet n’y organise rien moins que sa propre désertification » ; “... Le monde lui est odieux. Non pas ceci ou cela dans le monde, mais le monde lui-même, le monde dans sa structure, le monde dans son être. Le clochard n’a jamais pu se réconcilier avec ce que Kant a appelé les catégories du jugement : le temps, l’espace et la causalité, qui sont les conditions de possibilité de la pensée et de l’existence dans le monde. Sans le temps, pas de pensées, car il est impossible alors de distinguer les pensées entre elles. Sans l’espace, rien de possible en dehors de la pure représentation. Sans causalité, rien à se représenter... Le clochard, égaré dans la poursuite d’une impossible ataraxie, s’abandonne à exister aux portes de la mort. » Declerck, 2001: 294, 305-316

PARTE III

Metodologia

V. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Resumo: São sublinhados os principais aspectos metodológicos da presente investigação. São explicitadas as questões e esquema de análise, bem como detalhado o design da pesquisa empírica.

V.I. Problemática e Objecto de Estudo

O presente estudo toma como objectivo central desenvolver uma análise comparativa dos vários níveis de discurso acerca do risco de homelessness, visando assim contribuir para o desenvolvimento da compreensão sociológica deste fenómeno. Para tal, distinguem-se dois planos de análise fundamentais: o institucional e os sem-abrigo.

O primeiro corresponde ao entendimento da situação de sem-abrigo de vários agentes sociais que desempenham um papel de definição social e categorização do fenómeno. Neste contexto, as fontes de discurso consideradas são, a um primeiro nível teórico, as abordagens sociológicas de risco e estudos de referência, e, no plano empírico, as percepções de agentes de apoio social (de directores a técnicos e voluntários).

Quanto aos sem-abrigo (em situação de rua e centros de acolhimento), estes são entendidos como sujeitos cujas trajectórias de vida podem ser analisadas de modo a compreender o percurso de homelessness, de acordo com a identificação de eventos chave e a sua interacção com os recursos individuais e sociais disponíveis, bem como as suas percepções contribuem para melhor conhecer as implicações que têm para si, e para a sociedade em geral, a sua situação de exclusão habitacional.

Desta forma, e seguindo Paugam²³⁶ como contributo fundamental, a reflexão sociológica proposta não se fundamenta apenas numa abordagem substancialista, já que contribui para a compreensão da relação social em relação ao fenómeno segundo as duas dimensões referidas. Uma de ordem macro-sociológica apreendida pela análise das formas institucionais de categorização e das intervenções sociais no terreno, ou seja, as representações colectivas e sociais das situações consideradas sem-abrigo, ou em risco de passar por tal situação de exclusão. Dito de outro modo, como a sociedade entende quem está em risco de sem-abrigo e decide tratar os que experienciam a situação. E, num plano micro-sociológico, é focado o sentido que as populações assim definidas dão às experiências vividas, os comportamentos que adoptam em relação aos que o definem enquanto tal e os modos de adaptação às diversas situações com que são confrontadas.

Por outro lado, as representações sociais acerca dos sem-abrigo podem variar em função da forma como as várias sociedades apreendem as causas da situação. Neste sentido, a interacção

²³⁶ Paugam, 1996:392

entre os dois planos referidos é contextualizada em três cidades europeias distintas: Paris, Lisboa e Londres.

O desenvolvimento de uma comparação transnacional neste domínio não deixa de reenviar o debate para a questão dos diferentes Estado-providência. São numerosos os trabalhos realizados a este respeito, discutindo-se questões de base essenciais como se o Estado-providência poderá transformar em termos fundamentais a sociedade capitalista, ou quais são as suas forças de desenvolvimento²³⁷. Se considerarmos as várias qualificações de regimes de segurança social as opiniões divergem. Por exemplo, Esping-Andersen²³⁸ considera a França um exemplo de Estado-providência corporativista e a Grã-Bretanha liberal. Por seu turno, Hemerijck²³⁹ coloca o Reino Unido num sistema anglo-saxónico, a França no continental e Portugal no mediterrâneo. Estes modelos reflectem concepções básicas acerca da constituição de receitas de apoio social e a quem as mesmas se devem dirigir. No entanto, dar conta de forma objectiva das várias posições defendidas remeteria para um trabalho de investigação especificamente destinado a analisar esse tema.

Desta forma, não sendo negado que a concepção de Estado-providência é um factor condicionante, visa-se antes estabelecer pontos de convergência entre países que partilham cenários de risco de evolução socioeconómica, através das percepções de interlocutores associados ao terreno do apoio social e dos sem-abrigo, também enquanto clientes. Apesar das diferenças em termos de sistemas de apoio disponíveis, as situações de precariedade social não deixam, do ponto de vista daqueles que as experienciam ao viver nas ruas ou centros de acolhimento, de poder evidenciar grandes semelhanças. Importa conhecê-las para assim compreender o fenómeno de homelessness enquanto partilhado por vários países europeus, quer ao nível das causas e percursos individuais encontrados, quer quanto à avaliação da situação ao nível da sobrevivência quotidiana, que inclui naturalmente os serviços de apoio. Em suma, trata-se de debater as diversificações de um fenómeno partilhado.²⁴⁰

Um outro importante desafio enfrentado pelos investigadores nesta área é estabelecer até que ponto o seu trabalho deve, ou não, assumir contornos práticos úteis para os intervenientes no terreno (exemplo dos assistentes sociais), ou seja, seguir uma linha de investigação-acção. Neste caso concreto, procura-se estreitar a comunicação entre investigação social e prática no terreno. Assim, a investigação aposta essencialmente em dar voz a dois planos de

²³⁷ Esping-Andersen, 1999

²³⁸ Esping-Andersen, 1999

²³⁹ Conferência, ISCTE, 17 Junho 2008

²⁴⁰ Cooper in Blumer, 2000: 90-108

interlocutores que no plano prático surgem em permanente interacção: os trabalhadores sociais e os sem-abrigo.²⁴¹

A participação na rede europeia CUHP (*Constructing Understandings of Homeless Populations*), como referido na introdução, constitui um meio essencial de apoio à análise. Tal, não só pelo acesso a pesquisas realizadas em França e Reino Unido, mas, igualmente, pela cooperação de investigadores destes países (Maryse Marpsat – França e Joan Smith - Reino Unido) que se tornou fundamental para a interpretação dos resultados empíricos obtidos.

V.II. Porquê Questionar o Conceito de Risco de Homelessness?

O contributo de Peretti-Watel²⁴² é o seleccionado como referência essencial para uma análise crítica dos usos do conceito de risco. O autor alerta para os seguintes possíveis “desusos” da identificação de factores de risco: a aposta na prevenção sem compreensão, e a centralidade do indivíduo no seio de multi-factores de probabilidade sem tomar em consideração o contexto social. Por outras palavras, promove-se a construção de múltiplos factores de risco (nenhum é suficiente, mas cada um aumenta a probabilidade do efeito negativo) enquanto a ideia de causa é abandonada (“une toile des causes centrée sur l’individu”), ou seja, assiste-se a uma privatização ou individualização do risco.

Um dos problemas metodológicos advenientes desta abordagem está na passagem de uma estimativa colectiva para uma probabilidade individual, levando à estigmatização do indivíduo responsabilizando-o (*blaming the victim*). Na cultura de risco contemporânea, o indivíduo é um agente de decisão autónomo que, convenientemente informado e incitado pelas acções de prevenção, gere os riscos que o ameaçam. Assistimos a um aumento da identificação retroactiva de condutas de risco, já que se tomam os comportamentos observáveis como sinónimo das causas da situação (circularidade).

Esta perspectiva salienta a tendência para “biologiser” o social, reduzindo-se as características individuais a um “processo de contágio”. As possibilidades de condutas de risco aumentam (substâncias psicotrópicas, condução imprudente, falta de exercício, etc.), e, por outro, são visados factores de risco extremamente heterogéneos (características sociodemográficas, sociais, culturais, predisposições comportamentais) que anulam a diversidade do objecto. Em

²⁴¹ “... les chercheurs construisent, peu à peu, un ensemble de connaissances qui contribuent à mieux comprendre ce que l’on appelle l’exclusion. Ces travaux restent malheureusement éclatés et souvent peu accessibles » Paugam, 1996 : 18

²⁴² Peretti-Watel, 2004

resultado reúnem-se situações de domínios muito distintos que em comum têm ser resultado de múltiplos factores de risco (“toutes choses égales par ailleurs”²⁴³).

A par da crescente utilização do termo “factor de risco”, o modelo epidemiológico tornou-se um objecto estabilizado. É um discurso que ultrapassou o domínio científico (jornalistas, políticos, associações, etc.) assumindo a forma de uma “epidemiologia popular”, que se socorre da afirmação de uma relação estatisticamente significativa mas incompreendida. O conceito de risco transformou-se numa “boîte noire”.

Em suma, quando aplicado a um domínio de exclusão social, o conceito de risco pode servir para perpetuar um discurso separatista entre causas individuais e estruturais, prevalecendo como factor explicativo as condutas dos indivíduos. Pode ainda constituir uma forma de levar a que os problemas sociais sejam vistos como individualmente geridos e não uma responsabilidade social, ou seja, os actores sociais são tornados sujeitos de projectos de regulação moral, e de um mecanismo de governação que se desenvolve pela gestão do risco de homelessness. Pode ainda ser argumentado que alguns dos estudos existentes contribuem para criar o estigma dos sem-abrigo como o idoso, alcoólico e doente mental, segregando-os do resto da sociedade, ao invés de compreender os seus percursos. Dependendo dos grupos que são identificados como de risco, o fenómeno é compreendido como afectando o todo social, ou apenas alguns indivíduos, consequentemente rotulados de desviantes.

Neste sentido, é também uma tarefa da disciplina da sociologia²⁴⁴ desconstruir os usos do conceito de risco. Para a presente investigação, importa averiguar o que vários actores, em dois planos distintos, entendem por risco de sem-abrigo (e de sobreviver enquanto tal).

V.III. Risco: Uma Abordagem do Conceito de Exclusão Social

Tendo em conta a problemática e objecto de estudo, a seguinte questão parece tornar-se evidente e carece de ser justificada: porquê delimitar esta pesquisa em torno do conceito de risco? A resposta reside no facto de ser considerado relevante delimitar um conceito analítico complementar e condutor para analisar um fenómeno de exclusão social. Por outras palavras,

²⁴³ “Ainsi, pour un problème de santé donné, peut-on vraiment mesurer l’impact du fait d’être afro-américain, à niveau d’études, profession et zone de résidence contrôlés, sachant que l’appartenance à une minorité déforme justement la structure des opportunités scolaires, professionnelles et résidentielles, donc toute la trajectoire biographique de l’individu?” Peretti-Watel, 2004.

²⁴⁴ A reafirmação do compromisso da erradicação da pobreza no início do presente século, veio solicitar às ciências sociais, e em particular à sociologia, um novo esforço que implica, entre outros factores, a afinação de conceitos e esclarecimento de confusões conceptuais, bem como novas abordagens de operacionalização baseadas em indicadores adequados, quer para o acompanhamento da evolução do fenómeno da pobreza, quer quanto aos efeitos das políticas dirigidas ao seu combate. Capucha, 2006

o tema da exclusão social tem assistido a uma proliferação de sentidos e aplicações diversificadas, que vem agora levar a questionar se não se estará a regressar ao ponto de partida da racionalidade moderna da pobreza baseada no problema das desigualdades.²⁴⁵ O título seleccionado “Dinâmicas de Risco na Modernidade e Desigualdades Sociais” reflecte esta preocupação.²⁴⁶

Assim, procura-se consolidar a fluidez do conceito de exclusão social por intermédio da sua articulação com o conceito de risco.²⁴⁷ Tal pode também constituir uma forma de corresponder à posição metodológica que nega a exclusão social como um fenómeno apenas de desigualdade social²⁴⁸. Por outro lado, considera-se também relevante analisar os usos do conceito de risco por vários níveis de actores, tomando-o como uma construção social.

Estabelece-se ainda que exclusão social, pobreza e sem-abrigo são conceitos que se inter-relacionam no âmbito da análise de trajectórias de vida. As pesquisas empíricas disponíveis acerca do perfil social e económico dos sem-abrigo comprovam a representatividade de casos em que o deficit de recursos (incluindo habilitações escolares e profissionais) e redes de segurança é perpetuado ao longo de várias gerações familiares.

Todavia, a partir dos anos oitenta, o debate acerca da exclusão social passou a salientar as dificuldades sentidas por grupos populacionais outrora incluídos no mercado de trabalho, que passam a engrossar a camada dos excluídos e a depender do apoio social. O conceito de exclusão passa a reportar a um conjunto heterogéneo de situações instáveis geradas por novas dificuldades que se impõem às camadas sensivelmente acima do nível de pobreza, ou seja, o fenómeno da “nouvelle pauvreté”²⁴⁹.

²⁴⁵ “C’est bien le problème de l’inégalité, qui avait été au cœur de la rationalité politique moderne de la pauvreté, qui est refoulée par les analyses en termes d’exclusion sociale » Procacci in Paugam, 1996 : 415

²⁴⁶ “O estudo da pobreza é o estudo de uma das formas de manifestação das desigualdades sociais. Algumas outras dessas formas não são em si mesmas negativas, já que existem diferenciações que geram complementaridades, dinâmicas criativas e produtivas. A pobreza, em contrapartida, independentemente das gradações de gravidade que se revelam em cada sociedade e em cada época, passou já há muito a ser considerada como problema social que importa resolver ou atenuar. O termo denota e resume, com efeito, todo um conjunto de exclusões e marginalidades sociais; ele denota a privação de recursos materiais e culturais que um certo momento histórico produz e define como desejavelmente acessíveis.” Almeida et al., 1994

²⁴⁷ “La notion d’exclusion, au fur et à mesure qu’elle se généralise, devient, en effet, de plus en plus floue et équivoque comme catégorie de pensée scientifique. Elle s’est tellement banalisée que tout le monde y recourt pour caractériser diverses situations ou populations dont il est parfois bien difficile de saisir ce qu’elles ont de commun ». Paugam, 1996: 17

²⁴⁸ Para alguns autores, o risco da identificação entre pobreza e desigualdades sociais é que elimina aspectos específicos da primeira, bem como leva a conceber que a erradicação da pobreza apenas será possível numa sociedade perfeitamente igualitária. “A desigualdade só se converte em pobreza quando gera a exclusão de alguns cidadãos dos padrões de vida, costumes e actividades correntes na sociedade. Essa exclusão exprime-se de diversos modos: escassez de recursos, perda de poder e de participação, carências nos mais variados domínios da vida individual, familiar e social” Bruto da Costa et al., 1985: 22

²⁴⁹ “Le succès de la notion d’exclusion est, par conséquent, en grande partie lié à la prise de conscience collective d’une menace qui pèse sur des franges de plus en plus nombreuses et mal protégées de la population ».

Ao nível europeu assiste-se à passagem de uma definição estática da pobreza, fundada sobre factores económicos, para uma perspectiva dinâmica e multidimensional. Logo, a noção de exclusão passou a constituir uma alternativa ao impasse metodológico e conceptual sobre o qual os trabalhos tradicionais de medição da pobreza haviam recaído. Agora, não se trata de designar um ou vários grupos sociais caracterizados por uma exclusão de facto, mas sobretudo sublinhar a existência de processos que podem conduzir a situações extremas.

Para Paugam, actualmente, as desigualdades sociais, que permanecem e surgem renovadas sob diversas formas, não são por si suficientes para explicar os fenómenos de ruptura e crise identitária que caracterizam o processo de exclusão. A vulnerabilidade dos assalariados, por exemplo, não será hoje resultado apenas de uma relação de dominação no trabalho, mas de um conjunto variado de situações de incerteza, que se traduzem numa angústia individual face ao risco de desemprego. Consequentemente, uma nova anotação é devida ao título seleccionado, a referência às “Dinâmicas de Risco na Modernidade”.

Em suma, é fundamental compreender a evolução das relações sociais, ou capital social dos indivíduos. O conceito de exclusão social deve tomar em consideração os processos de acumulação de desvantagens sociais, ou o que Bourdieu designa de “*misère du monde*”.²⁵⁰

Apesar desta perspectiva da exclusão social se distanciar do pensamento económico liberal dos anos sessenta, que considerava a pobreza como um fenómeno individual (procurando-se incentivar os pobres a trabalhar), tal postura, como referido, poderá ser reavivada pela individualização dos factores de risco.

No contexto dos países em análise, a tradição francesa e a anglo-saxónica evidenciam tratamentos do conceito de exclusão social diferenciados. A abordagem francesa debruça-se sobre questões relacionais, ou seja, a ruptura dos laços sociais entre indivíduo e sociedade. Por seu turno, na pesquisa anglo-saxónica o ponto central é a falta de recursos económicos dos indivíduos e agregados familiares.²⁵¹ Para Merrien²⁵², a abordagem da exclusão em França reporta às de noções de solidariedade, inserção e integração (Durkheim), ao passo que na tradição anglo-saxónica a perspectiva preponderante baseia-se na economia, ou em termos dos direitos individuais (Marshall).

Para a articulação de ambas as perspectivas é necessário diferenciar as causas das condições de vida precárias em termos dos processos geradores (laços sociais) e as repercussões que assumem (pobreza), bem como os seus impactos (reprodução da situação de exclusão). Neste

Paugam, 1996: 12-15

²⁵⁰ Bourdieu, 1995

²⁵¹ Berger-Schmitt, 2000

²⁵² Paugam, 1996

sentido, para o desenvolvimento de uma perspectiva multi-dimensional, a noção de capital social, enquanto uma propriedade relacional e não individual, é essencial.

Por outro lado, os vários contextos nacionais em análise correspondem a diversificados ideais-tipo²⁵³ ilustrativos da relação social em relação à pobreza e exclusão, nomeadamente Portugal a uma “pobreza integrada”, e o Reino Unido e a França a uma “pobreza desqualificante”.

A presente pesquisa, ao articular o conceito de exclusão e risco, procura estabelecer esferas sociais em relação às quais os indivíduos se encontram em situação de desfavorecimento social, pela qualidade e quantidade dos capitais que possuem, contemplando uma dimensão temporal, ou seja, ao longo das suas trajectórias de vida. Não se designa assim sem-abrigo como uma categoria de pessoas ou um estado, mas como um processo de várias formas de exclusão.

Para Bourdieu, os diferentes tipos de capital incluem o económico (material e riqueza), cultural (conhecimento e competências), simbólico (acumulação de conhecimento e reconhecimento) e o social (relações sociais, grupos de pertença).²⁵⁴ Para a promoção de uma análise dinâmica que contribua para a compreensão do processo de homelessness, a adaptação de Bourdieu por Firdion e Marpsat²⁵⁵ serve de referência à análise empírica que é proposta nesta investigação:

- *Capital físico e de saúde mental*: é de primordial importância para a população sem-abrigo. Pode haver alterações ao nível desta condição que transformam toda a situação de vida, como um acidente de trabalho gerador de desemprego e consequente perda de habitação. Por outro lado, a vida nas ruas deteriora rapidamente as condições de saúde. Se tomarmos em consideração a filosofia de “handicapologie”, este handicap pode ser utilizado como um recurso. A cor da pele, associada a reacções racistas e xenófobas, pode ser incluída nesta forma de capital.

- *Capital social*: inclui as relações familiares (apoio psicológico e financeiro) e profissionais. O apoio financeiro familiar pode ser traduzido em “*actually received*” e em “*available help*” em caso de dificuldades, constituindo-se como um factor de segurança²⁵⁶. Entre os sem-abrigo, factores como a morte ou pais desconhecidos, formas de trabalho itinerantes e precárias, podem comprometer a acumulação deste capital.

²⁵³ Paugam, 1996: 393

²⁵⁴ Bourdieu, 1987

²⁵⁵ Firdion e Marpsat, 1998 : 122, 119-123

²⁵⁶ Paugam e Zoyem, 1997 in Marpsat, 2000: 12

- *Capitais de qualificações e profissionais*: dizem respeito quer ao nível, quer ao tipo de competências. Algumas profissões são mais vulneráveis que outras a crises de emprego, ou desenvolvimentos tecnológicos que podem tornar as qualificações iniciais obsoletas. No caso de imigração, é possível que os diplomas obtidos no estrangeiro não encontrem equivalência no país de actual permanência.

- *Capital cultural*: ter uma boa aparência, boa vontade, habilidade para explicar a corrente situação, escolher que dados apresentar e ocultar, estão relacionados com as origens sociais, capital corporal, etc. Pode ser mencionado que a aquisição do capital cultural específico às subculturas de rua é um recurso fundamental para as estratégias de sobrevivência.

- *Capital económico*: este recurso é geralmente escasso entre os sem-abrigo apesar de alguns poderem ter algumas poupanças que constituam alguma forma de apoio, pelo menos no início da situação. Outros podem possuir um salário, uma reforma ou outras formas de rendimento, ou ainda recursos materiais provenientes de actividades ilegais ocasionais.

- *Capital simbólico*: valor associado à pessoa e reconhecido pelos outros sem que tenham necessariamente a mesma condição habitacional, como por exemplo os assistentes sociais.

É importante salientar que os sem-abrigo apresentam características e recursos muito variados que condicionam as suas diferentes possibilidades de acesso ao sistema de apoio, e os diversos modos como organizam a sua sobrevivência. Para uma mesma pessoa, diversos capitais podem ser acumulados e combinados (por exemplo, um benefício para uma deficiência física e simultaneamente mobilizar uma qualificação profissional incompatível com tal handicap). A este respeito, Gershuny²⁵⁷ constata que as características individuais são salientadas, como impulsos ou constrangimentos, pela natureza das instituições com que se interage. Uma característica humana, uma competência, que não tenha equivalência para as instituições envolventes não é estruturalmente significativa (um experiente praticante de desportos de neve não poderá tirar partido do seu benefício recreativo numa floresta tropical). Como os autores mencionados evidenciam, a leitura dos vários tipos de capital é contextualizada em dois níveis fundamentais: ao longo das suas trajectórias de vida, quanto aos processos de exclusão de variadas esferas sociais (habitação, educação e emprego, redes sociais); e no que respeita o acesso a medidas de apoio social, quer como forma de prevenir a sua situação, quer como modo de conseguir sair da situação de sem-abrigo.

²⁵⁷ Gershuny, 1998

V.IV. Enquadramento Metodológico

O posicionamento metodológico da presente investigação baseia-se na assumpção de que a exclusão social e as dinâmicas de risco na modernidade exigem categorias analíticas flexíveis, capazes de lidar com o ritmo das mudanças sociais, impacto da acumulação de eventos, reconfiguração de papéis sociais, dos valores, normas, etc. Neste caso, materializadas numa análise de trajectórias de vida e a contraposição das percepções de vários agentes sociais.²⁵⁸

Tal implica que classificações sociológicas como classe social, etnia e género, sejam trazidas para o contexto de dinâmicas de risco na modernidade. Pode ser afirmado que a contingência e ambivalência da modernidade trazem simultaneamente novos campos de oportunidade e a desagregação das estruturas e divisões sociais anteriormente mais estáveis. As ciências sociais lidam com as mesmas contingências.

Assim, os denominados eventos chave biográficos (“life-event”) constituem uma fonte fundamental para chegar à identificação de rotas e duração de exclusão social, devendo ser relacionados com indicadores macro, como as dinâmicas de desemprego. As alterações de vida antecipadas pelos indivíduos (rendimento, qualidade do emprego, etc.) afectam as suas decisões familiares e pessoais, não deixando de ser moldadas por factores como a condição social de origem, educação e apoio social disponível.²⁵⁹

Neste contexto, a análise da pobreza deve tomar em consideração as trajectórias de entrada, permanência e saída, enfatizando os indicadores que precipitam os eventos cruciais de entrada em episódios de pobreza, bem como os factores que medeiam o impacto desses eventos (incluindo as políticas de apoio social).²⁶⁰

Leisering e Walker²⁶¹ defendem que a análise de histórias de vida passa por um primeiro passo de definição de estado de interesse, podendo ser a pobreza, o tipo de família, etc., sendo que cada indivíduo pode apenas ocupar um estado. Um evento é a transição de um estado a outro, como pobreza para não pobreza. A duração é o tempo passado num estado particular, ou seja, o tempo entre eventos. Finalmente, o conceito de conjunto de risco é o grupo de

²⁵⁸ A realidade social é também um objecto de percepção. A sociologia deve incluir a construção das visões do mundo que contribuem elas mesmas para a construção desse mundo. A visão de cada sujeito depende da posição que ocupa no espaço social. Bourdieu, 1987: 155.

²⁵⁹ McKay, 1998: 115, 123

²⁶⁰ “The modern individual is perpetually faced with the task of constructing a life amid external pressures for change. The ‘life course’ is not simply a description but has become a project in which individuals are actively and consciously engaged. Social institutions expect and ensure that people plan their lives and, in part, establish the states, events and transitions that define the life course. A crucial agency in this process is welfare state: public policies to a large degree “life course policies” aiming to sustain ‘normal’ life courses in a society in which risks have become a way of life.”, Walker e Shaw, 1998: 266

²⁶¹ Leisering e Walker, 1998: 18-25

pessoas em risco de passar por um evento particular, e o de período de risco é a extensão de tempo durante a qual o indivíduo está exposto ao risco.

Apesar da vida quotidiana de grande parte dos indivíduos não parecer sofrer grandes alterações, outros eventos são distintos no impacto que provocam. Os factores relacionados com o contexto macro podem afectar a relação entre características pessoais acumuladas e o ambiente institucional de interacção. São estes relacionados com a “distribuição das características pessoais ao longo da população”; “circunstâncias das instituições” ou alterações nas “acções ou práticas das instituições” (fenómeno regulador).²⁶²

Alguns autores mencionam que o retorno das ciências sociais aos métodos biográficos procura clarificar as inter-conexões entre individual e social, no âmbito da discussão acerca dos efeitos relativos da estrutura e livre arbítrio, que permanece até hoje abstracta. O movimento do pós-modernismo impôs-se contra o positivismo social sublinhando a liberdade e arbitrariedade da subjectividade e a negação do determinismo de alegadas estruturas sociais, incluindo os determinismos de classe e, de igual modo, outras categorias posicionais²⁶³.

Durante os anos 90²⁶⁴, a análise biográfica foi direccionada ao estudo de pessoas vulneráveis no sentido do seu empowerment para ultrapassarem situações de estigma. Assim, este método não pressupõe necessariamente a normalidade social, questionando antes as experiências durante períodos de transformação social e momentos de crise, e a emergência de necessidades de novas práticas sociais para prevenir a exclusão. A presente investigação procura dar alguns passos exploratórios no sentido de incorporar as sugestões dadas pelos próprios entrevistados, ou seja, promover a sua participação no design dos serviços.

No entanto, deve ser tomado em linha de consideração que as construções auto-biográficas de populações estigmatizadas, e neste caso particular de sem-abrigo, constituem também um instrumento para que o actor social auto-legitime a sua existência²⁶⁵. São utilizadas como um processo causal caracterizado pela afirmação de “inocência e normalidade”, e daí que a sua objectividade, como facto social, esteja fora do alcance do investigador. Assim sendo, a análise de trajectórias de vida é realizada a partir da identificação de eventos chave a par das percepções dos entrevistados, dimensão simbólica, e sobre variados temas, que vão desde a avaliação dos serviços de apoio social à sua própria identidade.

²⁶² Gershuny, 1998: 37

²⁶³ Blumer, 2000

²⁶⁴ Apitzsch and Inowlocki in Blumer, 2000: 53-72

²⁶⁵ « La première fonction du discours est d’abord de disculper le sujet à ses propres yeux. Ses échecs, ses dysfonctionnements, sa vie lamentable, tout cela être mis à distance, expliqué, rationalisé par une étiologie qui ne l’implique en rien. » Declerck, 2001: 31

Para Touraine²⁶⁶ face a uma crise da representação, os retratos sociais tornam-se imperantes e as referências ao ambiente social indirectas. As características individuais são reforçadas dando vida a um género que parecia não interessar mais aos historiadores: a biografia. Segundo o autor, a perspectiva do início da sociologia obteve os maiores sucessos a denunciar as ilusões dos actores sociais que, sob uma aparente liberdade, têm as suas condutas determinadas por mecanismos sociais camuflados. A ideia central de Durkheim era mostrar as desigualdades sociais: “*Dites-moi quelle est votre origine social, et je vous dirai le parcours que vous ferez dans le système d’éducation.*”. Este modelo tem vindo a ocupar uma posição dominante que, precisamente no contexto actual, passa a dar lugar a uma sociologia dos sujeitos (“*La sociologie des systèmes doit laisser la place à une sociologie des acteurs et des sujets.* »). A sociologia deve colocar-se ao lado das injustiças e das vítimas reconhecendo a vontade de lutar contra aquelas. O seu trabalho consiste precisamente em descobrir em cada indivíduo uma referência a si próprio como sujeito, fazendo a separação das representações impostas pela ordem social e ideologias que dominam a vida intelectual.²⁶⁷

V.V. Perguntas de Pesquisa

Tomando em consideração a apresentação da problemática, objecto de estudo e pressupostos metodológicos, sistematizam-se as seguintes questões de pesquisa segundo esferas de análise:

A) Trajectórias de Vida

A1) Quais as dinâmicas estabelecidas entre os diversos tipos de capitais (*físico e saúde mental; social; qualificações profissionais; cultural; económico e simbólico*) em termos de domínios de exclusão social (*habitação, educação e emprego, redes sociais, e apoio social*)?

B) Situação de Sem-Abrigo e Apoio Social

B1) Como são mobilizados os vários tipos de capital (*físico e saúde mental; social; qualificações profissionais; cultural; económico e simbólico*) no acesso ao apoio?

B2) Os capitais determinantes para o acesso aos serviços de apoio (*físico e saúde mental; social; qualificações profissionais; cultural; económico e simbólico*) são semelhantes entre as várias cidades?

C) Diálogos de Homelessness: Agentes de Apoio Social e os Sem-Abrigo

Os discursos dos agentes de apoio social e dos sem-abrigo, estão em congruência, ou discordância, quanto:

²⁶⁶ Touraine, 2005: 87-89

²⁶⁷ É essencial o trabalho dos « *intellectuels engagés* » que não pertencem a nenhuma instituição política mas que têm a vontade de fazer emergir estas questões fundamentais. Touraine, 2005: 172-180, 182

- C1) À relevância das dinâmicas de risco na modernidade para a explicação do fenómeno?
- C2) Ao design e filosofia dos serviços de apoio social no terreno?
- C3) À imagem social dos sem-abrigo?
- C4) À imagem social dos técnicos de apoio social no terreno?
- C5) Sugestões para o desenvolvimento dos serviços de apoio?

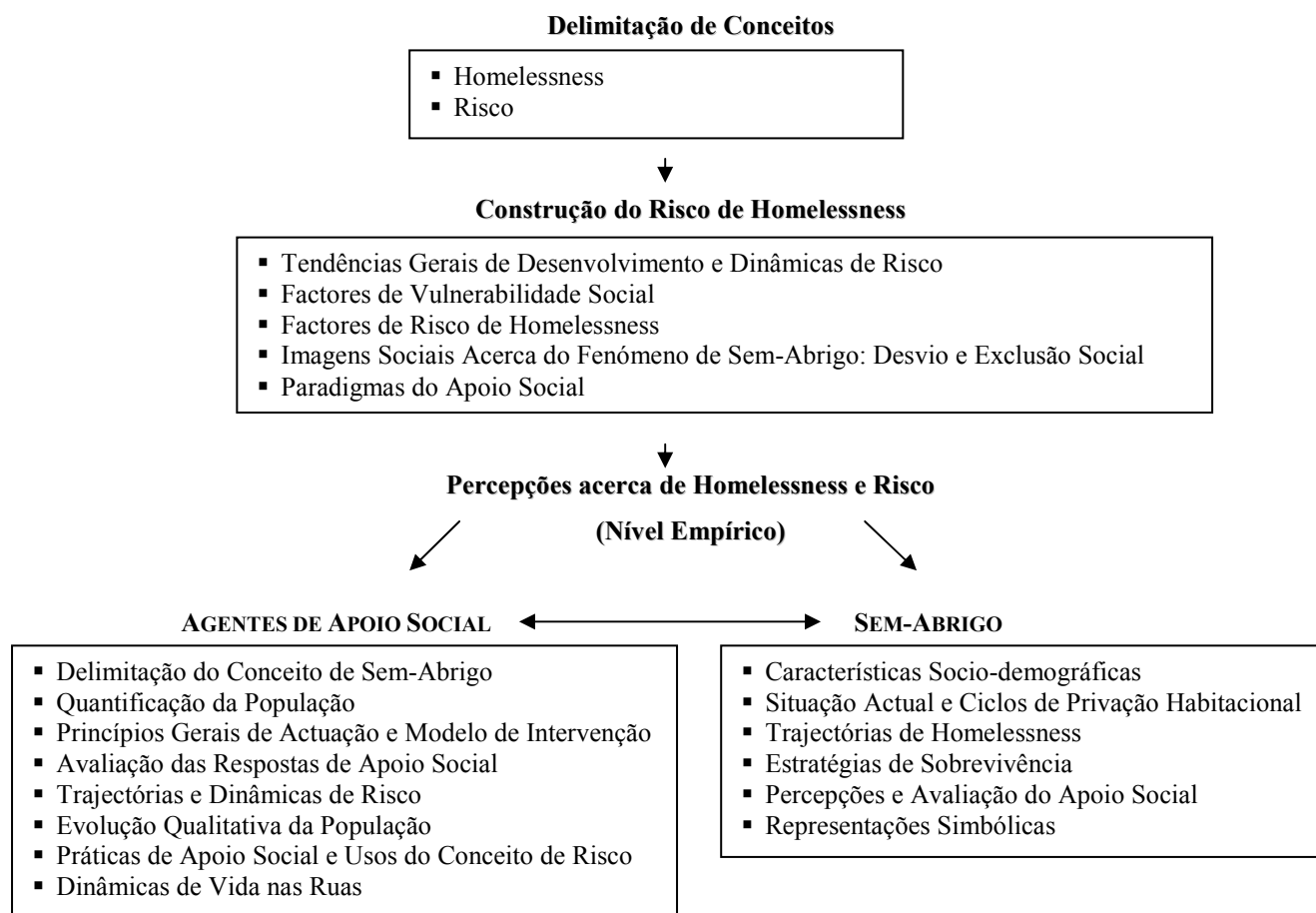
D) Discursos de Risco de Homelessness

- D1) Articulação dos discursos de risco ao nível macro e micro
- D2) Modos de aplicação do conceito de risco às práticas de apoio social

V.VI. Esquema de Análise e Dimensões de Análise Empírica

A imagem seguinte esquematiza a estruturação das diversas fases de pesquisa:

Fig. 1. Esquema de Análise e Dimensões de Análise Empírica



A um primeiro nível de enquadramento teórico foram explorados vários discursos de ordem institucional, ou macro-sociológica, acerca do conceito de risco aplicado ao campo do fenómeno social de sem-abrigo: Tendências Gerais de Desenvolvimento e Dinâmicas de

Risco; Factores e Grupos de Risco; Desvio, Controlo Social e Risco; Paradigmas do Apoio Social.

Ao nível da pesquisa empírica são considerados aqueles que no terreno caracterizam e categorizam a população excluída, ou seja, os agentes de apoio social (vertente institucional), e os sem-abrigo, quer enquanto experienciando um percurso de homelessness, quer enquanto clientes, ou beneficiários. Desta forma, a operacionalização das dimensões empíricas associadas a cada um dos planos de entrevistados carece de ser explicitada, indicando as questões a colocar, ou indicadores relevantes:

Quadro 7. Agentes Apoio Social - Dimensões de Análise e Guião de Entrevista

AGENTES DE APOIO SOCIAL	
<u>- Apresentação pessoal</u> , nome, formação académica, percurso e experiência profissional	
<u>Delimitação do Conceito de Sem-Abrigo</u>	<i>Conceito:</i> Como se define quem é sem abrigo? Que distinções entre tipos de carência habitacional são efectuadas? Por exemplo, como se distingue e caracteriza quem é sem abrigo e quem tem uma situação habitacional precária? <i>Situações Invisíveis:</i> Existem indivíduos em situação de sem-abrigo que são desconhecidos às instituições e trabalhos de investigação? O que fazer para localizar os denominados “sem abrigo escondidos” como, por exemplo, os imigrantes ilegais que partilham apartamentos sem as mínimas condições de habitabilidade? Ou os jovens desempregados que sem direito a outro regime de protecção social, para além do subsídio de desemprego, retornam à casa dos seus pais?
<u>Quantificação da População</u>	Considera relevante a produção de estatísticas acerca deste fenómeno? As mesmas repercutem-se ao nível do design dos serviços e delimitação de políticas de intervenção? Como são realizadas as contagens? Que dizem os dados em termos evolutivos?
<u>Princípios e Modelo de Intervenção</u>	<i>Caracterização Institucional:</i> Quais são os principais objectivos da instituição? Quando foi criada? Porque foi criada? Que serviços presta? <i>Grupo-Alvo:</i> Quem são os beneficiários? A que situações pode a instituição dar resposta? Quais são os casos que não se enquadram e porquê? <i>Grupos Prioritários:</i> Quem tem prioridade? Como é avaliada a sua situação? Como se lida, na prática, em termos de prioridades e linhas de actuação, com as diferentes situações de dificuldade habitacional? <i>Acesso ao Apoio:</i> Quais são as formas dos beneficiários chegarem até a este serviço? Que tipos de encaminhamento existem? Como decorre o plano de inserção desde o primeiro contacto à definição de soluções de reinserção?
<u>Avaliação das Respostas de Apoio Social</u>	<i>Design e Filosofia dos Serviços de Apoio:</i> Como avalia os serviços prestados pela instituição? Quais os principais constrangimentos sentidos na área de apoio aos sem-abrigo? <i>Relação Inter-Instituições:</i> Com que outros serviços se articula? Existem parcerias? De que modo?
<u>Trajectórias e Dinâmicas de Risco</u>	É possível fazer um balanço aproximativo das principais razões que determinam, ou levam a uma situação de sem abrigo? Têm as vulnerabilidades sociais vindo a tornar-se mais visíveis? Podem ser tipificados perfis/ grupos de sem abrigo segundo as causas que os leva a tal situação? Com que frequência se processam os ciclos de sair da rua/ voltar para a rua/ tornar a sair da rua? Que motivos?
<u>Evolução Qualitativa da População</u>	No decorrer dos últimos 10 anos, a população sem-abrigo que recorre ao Serviço tem-se modificado? Quais são as suas características sociodemográficas ou perfil, se é que é legítimo pôr a questão nestes termos? A referência à existência, entre os sem abrigo, de mulheres vítimas de violência doméstica, jovens com escolaridade média desempregados e imigrantes, tem vindo a ser cada vez mais frequente. É esta informação válida?
<u>Práticas de Apoio Social</u>	<i>Características Psicossociais e o Papel do Técnico Social:</i> Têm os sem abrigo particularidades que os distinguem de outro segmento populacional carenciado? De que tipo? Qual considera ser o papel do técnico de apoio social? <i>Usos do Conceito de Risco:</i> Actualmente, quem se poderá dizer que está em risco de se tornar sem abrigo? Como é entendido este conceito no âmbito das práticas de terreno?
<u>Dinâmicas de Vida nas Ruas</u>	Onde dormem? Que recursos possuem? Há factores de discriminação que dificultam a sua sobrevivência? As acções de repressão social existem? De parte de quem? São necessárias?

No caso dos sem-abrigo, as diversas subdimensões seleccionadas procuram explorar as intersecções e impacto dos vários tipos de capitais (*físico e saúde mental; social; qualificações profissionais; cultural; económico e simbólico*) ao nível de várias esferas de exclusão social, nomeadamente habitação, educação e emprego, redes sociais, e apoio social, bem as suas representações simbólicas e avaliação dos serviços a si destinados.

Quadro 8. Sem-Abrigo - Dimensões de Análise e Guião de Entrevista

SEM-ABRIGO	
<u>Perfil Sociodemográfico</u>	Em que ano nasceu? Onde? Estado civil? Nível de escolaridade? Qual a sua situação actual perante o emprego? Que rendimentos possui?
<u>Ciclos de Privação Habitacional</u>	É esta a primeira vez que não tem um local de residência fixo? Quantas e como foram as vezes anteriores? Há quanto tempo está nesta situação? Porque motivo perdeu a sua habitação anterior?
<u>Trajectórias de Homelessness</u>	<i>Matrix cronológica de situação habitacional/familiar/profissional:</i> <u>Habitacional:</u> Como era a sua primeira habitação? Com quem vivia? Mudou de casa? Para onde, que motivos? Descrição das várias situações de habitação. <u>Familiar:</u> Com quem vivia? Como eram as suas relações com os seus familiares? Estado civil actual, divórcios, novas uniões. <u>Escolar e Profissional:</u> Frequentou a escola? Porque deixou de estudar? Quando começou a trabalhar? O que fazia? Que trabalhos foi tendo? Motivos de despedimento e trabalhos sucessivos. Que rendimentos? <i>Aspectos complementares:</i> <u>Saúde/Mental:</u> problemas de saúde e dependências. <u>Institucionalização:</u> natureza judicial, cuidados de saúde, assistência social, militar. <u>Dinâmicas de Sucessão de Eventos:</u> ritmos e dinâmicas das rupturas cruciais. Como se intersectam as várias dimensões habitacional/familiar/profissional
<u>Estratégias de Sobrevivência</u>	<i>Gestão do Local de Pernoita:</i> Onde e como escolhe o seu local de pernoita? <i>Sobreviver no Dia-a-Dia:</i> Como sobrevive? Que apoios possui? Como ocupa o tempo? <i>Tolerância/Repressão:</i> Como sente que a população geral vê os sem-abrigo? Foi vítima de acções de repressão? Considera que a sociedade geral, polícia ou outros agentes discriminam os sem-abrigo? <i>Redes Familiares e de Sociabilidade:</i> Que relação mantém com os seus familiares? Amigos? Com os restantes indivíduos na mesma situação? Relações afectivas?
<u>Avaliação do Apoio Social e Necessidades</u>	Recorre aos serviços? Como os avalia? Quais os principais constrangimentos? Que aspectos devem ser melhorados? Como se desenrola o contacto com os técnicos?
<u>Construção de Identidade e Distinção Simbólica</u>	<i>Sem-Abrigo: Como? Porquê? Futuro?:</i> Quais as principais causas para a sua situação? Quais as suas expectativas para o futuro? <i>Os Sem-Abrigo:</i> Quem são os sem-abrigo? Porque estão nessa situação? <i>Eu na Situação de Sem-Abrigo:</i> Considera-se sem-abrigo? O que significa para si esta situação? Mudou a forma como se considera a si próprio? <i>Categorias de Sem-Abrigo:</i> No seio dos sem-abrigo, existem diferentes situações? Porquê? Quais os factores que as diferenciam?

V.VII. Design de Pesquisa

A pesquisa empírica (entrevistas e observação) tomou lugar em Paris, Lisboa e Londres em 2005 e 2006.

A delimitação do universo de análise empírica carece da explicitação dos critérios de selecção seguidos. A selecção do caso francês é justificada pela visibilidade e tradição de pesquisa empírica nesta matéria. O caso da Inglaterra constitui um exemplo em que existe uma definição legal de homelessness, onde as situações de risco estão juridicamente definidas.

Considera-se que o caso português poderá ser enriquecido pelo desenvolvimento de uma pesquisa que incorpore outras realidades nacionais, nomeadamente as referidas, precisamente dado o seu contraste. Por outro lado, estes países, pelo seu percurso social, político e económico, denotam diferenças quanto ao nível macro-sociológico (tipos de pobreza, Paugam) que condicionam a percepção e categorização das populações em situação de exclusão, e que os resultados empíricos poderão, ou não, permitir corroborar.

Quanto aos grupos-alvo do estudo, os agentes de apoio social engloba várias categorias profissionais: técnicos, coordenação, voluntários de rua e auxiliares. O total de entrevistados é de vinte e um, sendo treze a cargos de direcção e coordenação (quatro em Paris, quatro em Lisboa e cinco em Londres), seis de nível intermédio (dois em Paris, três em Lisboa e um em Londres) e dois voluntários (Lisboa). A título exploratório foi realizada uma entrevista na área da investigação social (Lisboa).

No outro pólo de discurso e percepções estão os sem-abrigo entendidos como os indivíduos que dormem nas ruas de Lisboa, Paris e Londres, nos centros nocturnos de emergência ("Cité André Jacomet", em Paris e Connection at St. Martin-in-the-Fields, em Londres) e num centro de último nível (Centro da Graça, em Lisboa). Os centros de emergência definem-se a partir da necessidade de referência (pela linha nacional de emergência social, caso de Paris, por diversas ONG, caso de Londres) e de pedido de renovação de estadia e pela saída matinal compulsória. O centro de último nível enquadra indivíduos inseridos no mercado de trabalho mas incapazes de suportar financeiramente a sua habitação, sendo a estadia de maior duração. O facto de não se seguir o mesmo tipo de alojamento nas três cidades reflecte questões formais, como o tempo para pesquisa e acessibilidade das instituições. Contudo, o universo de rua é comum. Para mais, foram incluídas outras situações habitacionais pontuais, que não as referidas, de forma a enriquecer a discussão dos percursos de homelessness, nomeadamente a precariedade das soluções de saída. A análise dos dados empíricos faz referência explícita às situações de alojamento dos entrevistados.

As entrevistas a sem-abrigo correspondem a um total de cinquenta e quatro (rua e centros, quarenta e cinco no total das três cidades; e outro tipo de situações de habitação insegura, inadequada e subsidiada, um total de nove). Grosso modo, os sem-abrigo entrevistados são maioritariamente homens, foram incluídos imigrantes (na sua maioria o tempo de permanência no país de acolhimento é já longo), e procurou-se chegar a diversas idades.

Em suma, a investigação segue uma abordagem qualitativa sem intenções de produzir extrapolações quantitativas. As amostras foram constituídas por um mínimo de quinze entrevistas a sem-abrigo em cada cidade, e de seis a agentes de apoio social.

Quanto aos métodos de amostragem, os sem-abrigo foram contactados essencialmente de forma aleatória nas ruas, centros de dia e centros de acolhimento nocturnos. A selecção dos agentes de apoio social procurou cobrir a diversidade de serviços disponíveis.

As entrevistas seguiram um formato semi-directivo para ambos os níveis de entrevistados, como explicitado nas grelhas de operacionalização das dimensões empíricas. No caso dos sem-abrigo, seguiu-se um conjunto de questões indicativas com grande margem de liberdade de resposta²⁶⁸, incidindo sobre o seu percurso de vida, desde o momento que nasceu ao momento actual. Todavia, num primeiro momento, foi ensaiado um modelo de entrevista composto por indicadores concretos ao nível da habitação, situação profissional, educação, família, ao longo da trajectória de vida do entrevistado (Matriz cronológica de idade e eventos – “Ageven”). Dada a desmotivação dos entrevistados em seguir tal formato rígido de conversação, procurou-se, na medida do possível, reconstruir a mesma matriz após a entrevista para a análise das trajectórias de vida. Por conseguinte, não se obteve um levantamento de informação estandardizado que acompanhe em detalhe todos os anos de vida dos entrevistados. Várias razões explicam estas oscilações, como falha de memória e perda de noções de espaço e tempo, assuntos que são evitados pela sua ilegalidade ou natureza traumática, processos psicológicos de bloqueio, tempo disponível, pudor, cansaço, falta de vontade, etc.

Complementando as entrevistas, foi seguida uma aproximação à abordagem etnográfica, em centros de dia e nas ruas, incluindo a utilização das equipas de rua pelo investigador na qualidade de cliente. Foi desenvolvida a observação participante em actividades de voluntariado em centros de acolhimento e equipas de rua, e ao se assistir a atendimentos (interacção assistente/beneficiário). Para mais, o facto de a investigadora ter já experiência nesta área (equipas de rua nocturnas, socióloga para uma IPSS) constituiu uma mais-valia para a inserção no terreno. A informação compilada a este respeito, essencial a título de contextualização, e ilustradora do “espírito do trabalho de terreno”, é apresentada nos moldes de considerações acerca do caderno de pesquisa, onde foram registadas, passo a passo, todas as acções, desde contactos efectuados a itinerários seguidos nas ruas.

O quadro abaixo indica a técnica de recolha de informação empírica, local e período:

²⁶⁸ Em alguns pontos semelhantes à técnica de Anderson e Snow (1987) de “interviewing by comment”.

Quadro 9. Técnica de Recolha de Informação Empírica, Local e Período Temporal

Técnica/Actividade	Cidade	Conduzida em ⁽¹⁾	N.º	Período de Tempo	
Entrevistas semi-directivas a sem-abrigo	Lisboa	Rua	11	Março/Junho 2005	
		ONG	3		
		Centro Acolhimento	8		
	TOTAL			22	
	Paris	Rua	4	Agosto/Dezembro 2005	
		Centro Dia	8		
		CHU	5		
	TOTAL			17	
	Londres	Rua	5	Maio/Julho 2006	
		Centro Emergência	10		
TOTAL			15		
TOTAL GERAL			54		
Entrevistas semi-directivas a agentes apoio social	Lisboa ⁽²⁾		9	Outubro 2004 e Março/Junho 2005	
	Paris		6	Agosto/Novembro 2005	
	Londres		6	Maio/Julho 2006	
	TOTAL GERAL			21	
Observação etnográfica e participante	Lisboa			Março/Junho 2005	
	Paris			Agosto/Novembro 2005	
	Londres			Maio/Julho 2006	
TOTAL PESQUISA EMPÍRICA			76	11 meses	

⁽¹⁾ Este parâmetro não é sinónimo de local de pernoita mas onde a entrevista foi realizada.

⁽²⁾ Foi realizada uma entrevista na área da investigação social, em Lisboa, não contabilizada como agente de apoio social.

A análise de conteúdo assumiu uma função heurística no âmbito de categorias que têm um carácter exploratório, de forma a organizar a informação reunida num procedimento aberto que contradiz uma rígida pré-definição de categorias e hipóteses. “Content analysis is a research technique for making replicable and valid inferences from data to their context”²⁶⁹.

Como referido, ao longo de toda a análise, incluindo comentários acerca dos resultados empíricos, a investigação contou com a colaboração de investigadoras dos respectivos países, e membros da rede CUHP: Dra. Maryse Marpsat, Paris e Dra. Joan Smith, Londres.

²⁶⁹ Krippendorff, 1980:21

PARTE IV

Análise Empírica

“Et c’est en cela justement qu’ils se révèlent fascinants et précieux ces clochards, zèbres inouïs, effarants professeurs du négatif. C’est en cela qu’ils ont, par delà leurs silences, des choses à nous apprendre. C’est pour cela que je suis resté si longtemps à les regarder, à les humer, à les écouter. C’est pour cela qu’il est des soirs, maintenant que je les ai quittés, où ils me manquent un peu. »
Patrick Declerck, 2001

All in all we hadn’t done so bad. The next thing was to get the feel of the land. It didn’t take us long to find out what the situation was. Jacksonville was filled to overflowing with poor dopes like ourselves, all returning from the boom country bellow. If we had had any sense we would have turned about immediately and trekked homeward, but pride made us determined to stick it out for a while. “There must be something we can do,” we kept telling one another. But there was not only nothing to do, there wasn’t even a place to sleep. In the daytime we hung around at the Y.M.C.A., which had come to resemble a Salvation Army shelter. No one seemed to be making any effort to find work. Everyone was waiting for a letter or a telegram from the folks back home. Waiting for a train ticket, a money order, or just a plain dollar bill. It went on like that for days. We slept in the park (until the cops caught up with us), or on the floor of the jail, in the company of a hundred or more filthy bodies wrapped in newspapers, some vomiting, some shitting in their pants. Now and then in an effort to create work, we would wander off to a neighboring village and try to invent a job which would at least keep us in food. On one of these forays, not having eaten for thirty-six hours and having walked eight miles to the mythical job, we had to walk back again on empty bellies, our legs creaking, our guts rumbling, so dog-tired, so utterly weary and dejected that, like Indians, we walked single file, one behind the other, heads down, tongues hanging out. That night we tried to storm the Salvation Army. Useless. One had to have a quarter to be allowed to sleep on the floor. In the toilet there my guts began to fall out.
Henry Miller (Copyright 1963), Plexus, N.º 2 – *The Rosy Crucifixion*

Some day I want to explore that world more thoroughly. I should like to know people like Mario and Paddy and Bill the moocher, not from casual encounters, but intimately; I should like to understand what really goes on in the souls of plongeurs and tramps and Embankment sleepers. At present, I do feel that I have seen some more than fringe of poverty.
George Orwell, *Down and Out in Paris and London*, 1933

VI. “CADERNO DE PESQUISA DE TERRENO”

Resumo: As presentes considerações resultam do caderno de pesquisa que contém as observações realizadas ao longo de onze meses de trabalho empírico nas três cidades em análise – Lisboa, Paris e Londres. Constituem um sumário de momentos, situações e sentimentos que não devem ser entendidos como um manual.

VI.I. Objecto de Estudo: Homelessness

O facto de que investigador deve relacionar teorias, metodologias e técnicas de forma objectiva, filtrando a possível interferência dos seus valores, ideologias e crenças, constitui uma observação clássica da sociologia. Sem a intenção de revisitar os princípios básicos da investigação social, é merecida, porém, uma nota a respeito do quão frequentemente essa constatação pode ser relembrada pelo investigador enquanto abordando o tema de homelessness. Esta área de estudo envolve, entre outros, a análise de percepções acerca de justiça e protecção social, processos de atribuição de culpa, juízos morais que, paralelamente a questões de natureza ética, podem conduzir o investigador a um exercício de auto-análise. Este pode tornar-se particularmente proeminente no âmbito do intenso investimento exigido pelos métodos etnográficos.

Neste contexto, as leituras e consultas bibliográficas foram diversificadas e diferentes realidades inter-relacionadas, mesmo que por vezes não directamente associadas ao objecto de pesquisa. Tal foi considerado necessário de forma a alargar as perspectivas do investigador sentidas inicialmente como limitadoras da realidade empírica, a dever ser recebida sem pré-valorizações.

Tendo em conta que diferentes actores sociais foram incluídos na observação de terreno (sem-abrigo, assistentes sociais, voluntários, pessoal de apoio, etc.), um desafio subsequente emergiu: a impressão de haver informação de perspectivas muito variadas parecendo perder-se o fio analítico condutor. Cabe ao investigador saber discernir os dados que vai, ou não, utilizar, estabelecendo limites, mas deixando-se, simultaneamente, levar pelo desafio da descoberta do terreno.

Assim, uma dinâmica balanceada entre “ir e vir” do terreno empírico, entre teorias e entrevistas, foi sentida como fundamental. Foi considerado pertinente rever e desenvolver o quadro teórico de acordo com as “novas realidades”²⁷⁰ e factos descobertos pelo trabalho de observação, ao mesmo tempo que se preparava uma nova incursão.

²⁷⁰ « ... Pourtant, à y repenser, il n’y a là rien de bien étonnant. Il est, en effet, une secrète identité nichée au cœur des livres de cette collection : un doute devant les grandioses visions que les intellectuels bâtissent au mépris de la banale et profonde réalité des travaux et des jours ; une conscience aigüe de la fragilité de ce qui fait l’humanité de l’homme ; une angoisse horrifiée devant la destruction aveugle de la nature sans laquelle nous ne

Foi particularmente útil a oportunidade de trabalhar com investigadores peritos nesta área, particularmente dos países incluídos na análise, e a participação na rede europeia de investigação CUHP.

A experiência já adquirida pelo investigador neste domínio (voluntariado nas equipas nocturnas e trabalho para uma IPSS de apoio a sem-abrigo) pode simultaneamente representar uma vantagem, e uma desvantagem. O lado positivo é que facilita a inclusão no terreno empírico (conhecer os lugares de pernoita, linguagem, rotinas, estratégias de sobrevivência). Negativamente, esta mais-valia, se não devidamente ponderada, pode levar a tomar o universo de estudo como adquirido, desrespeitando-se momentos de pesquisa exploratória essenciais.

Foi considerado fundamental dar alguns passos de distanciamento e abandonar suposições prévias. As questões foram sendo colocadas do início e ao longo da evolução do trabalho de observação, como se de uma primeira descoberta se tratasse, incluindo a realização de entrevistas exploratórias.

Procurou-se chegar à mesma realidade assumindo um novo estatuto, o de investigador. O tipo de informação obtido difere consideravelmente consoante o investigador for percebido como independente (estudante), ou pertencente a uma instituição (que pode servir para atribuir benefícios ou serviços, ou ser criticada). O estatuto traduz-se também ao nível da própria autonomia do investigador.

VI.II. Receios

... De rejeição

O investigador pode acreditar que a investigação acerca de um fenómeno como os sem-abrigo serve “uma boa finalidade” e, por conseguinte, que a cooperação dos participantes lhe é dividida. Este sentimento de “boa acção” foi considerado desajustado aos objectivos propostos pela presente investigação. O receio de rejeição de colaboração dos sem-abrigo, especialmente se o investigador se encontra isolado no terreno, pode parecer um obstáculo insuperável, susceptível de inviabilizar a análise por falta de acesso a esta fonte privilegiada de informação. Para mais, pode ser receado que a recusa seja expressa de forma ofensiva ou agressiva.

... De ser olhado como um burguês, imaturo e inexperiente

... De invadir a privacidade e focar eventos passados por vezes traumáticos

sommes rien ; un scepticisme général vis-à-vis des progrès de notre civilisation triomphante... En outre, on y préfère bizarrement les vaincus aux vainqueurs, les pauvres aux riches, et les ratés glorieux aux battants normopathes. Bref, il fleure bon, dans Terre Humaine, un joli parfum d’anarchie. » Declerck, 2001 : 17

... De não saber lidar com o facto de poder estar a fazer os participantes sentirem-se “um objecto de análise”

Este receio pode levar a querer, de alguma forma, recompensar a participação do entrevistado. No entanto, os limites entre o papel de investigador e intervenção social devem ser ponderados. O investigador terá de gerir o seu papel com bom senso, o que implica um processo de aprendizagem.

Em fases de pesquisa mais iniciais, o investigador poderá querer encontrar frases de resposta imediatas. No entanto, as afirmações desse tipo revelaram-se geralmente desajustadas. Por exemplo, um sorriso silencioso poderá servir de maior empatia do que uma precipitação oral como “não se preocupe que 1 ano de desintoxicação passa depressa”.

... De falar um idioma estrangeiro e não ser compreendido

Ao contrário do esperado, este factor assumiu-se como uma vantagem. Foi interessante verificar que os entrevistados (Paris, Londres) tiveram uma preocupação especial em clarificar, por exemplo, o significado das abreviaturas utilizadas (CAF, RMI, etc.).

... A partir das renitências transmitidas por outros

O investigador pode sentir-se condicionado pelos receios transmitidos por outros, nomeadamente trabalhadores envolvidos no terreno. Estes receios foram expressos pela surpresa em o investigador (jovem, mulher) andar sozinho de noite pelas ruas a realizar entrevistas: “Mas está a fazer as entrevistas sozinha? Acha que é seguro? Quer dizer... durante o dia em locais públicos não será um problema, mas à noite, já não se, há sítios provavelmente pouco seguros. É necessário tomar precauções”. Curiosamente, alguns dos sem-abrigo manifestaram-se também surpreendidos, afirmando que “hoje em dia é perigoso andar à noite na rua sozinho”. Independentemente dos receios se poderem verificar²⁷¹, são úteis para relembrar algumas técnicas seguidas por outros investigadores, como manter alguém externo informado acerca dos movimentos seguidos.

VI.III. ... Dar Início aos Trabalhos

Várias questões se colocam, entre as quais:

- *Onde estão as pessoas na rua a dormir? Como ocupam o espaço (individualmente, colectivamente)?*

²⁷¹ Durante várias voltas nocturnas para realizar entrevistas registou-se apenas uma situação incómoda. Foi o caso de um sem-abrigo ter começado a agarrar insistentemente o braço da investigadora para que se sentasse ao seu lado no chão.

- *Como conseguir um lugar com alguma privacidade e que permita desenvolver uma conversa de mais de 1 hora?*

- *Como propor a gravação da entrevista?*

A técnica de recolha de informação tem impacto e deve ser adequada às condições. Como exemplo, foi ensaiada a aplicação de uma matriz de idade e eventos mas que não obteve sucesso pelas condições exigidas em termos de concentração, não interrupção, utilização de uma tabela e registo dos dados.

Para alguns investigadores, e se respeitado o anonimato, justifica-se a utilização de um gravador sem o haver proposto ao entrevistado. Neste caso concreto, foi utilizado apenas com o consentimento prévio do entrevistado. As condições de som, devido a interferências de vários ruídos, não foram as melhores, pelo que se optou por realizar a transcrição das entrevistas o mais rapidamente possível. Pode ser referida uma situação em que o entrevistado acedeu à utilização do gravador, mas solicitou uma cópia afirmando que gostaria de manter uma prova, ou até mesmo “dar a uma associação anti-racismo”.

- *Durante o dia é talvez mais fácil realizar as primeiras tentativas de abordagem. Todavia, durante este período é também mais difícil avaliar quem dorme nas ruas. O uso de serviços de apoio (cantinas, equipas de rua) não é sinónimo de uma situação de sem-abrigo. Como abordar um indivíduo e identificar se dorme na rua? Será legítimo colocar a questão de uma forma directa?*

Durante os ensaios iniciais pareceu mais fácil escolher pessoas com evidentes sinais de falta de higiene, transportando os seus bens pessoais, e colocar a questão de uma forma cuidadosa. No entanto, a informação obtida nestes casos tinha maiores probabilidades de ser confusa e desorganizada por efeitos de dependência, desequilíbrio mental, etc. É frequente que a visibilidade da situação, quando num nível extremo, reflecta dificuldades de compreensão da realidade e adaptação. A título de exemplo, o primeiro entrevistado foi em Lisboa e acreditava ter mais de 300 anos de idade e ter vivido em habitações formadas por abóboras e pássaros. A superação deste primeiro obstáculo serviu de impulso para procurar abordar outros indivíduos não em tão extremas condições de precariedade.

Em vários estudos qualitativos é possível encontrar referência a “indivíduos mais abertos ao diálogo”, ou “mais dispostos a participar”, e, de alguma forma, tendem a ser estes os casos contactados. Tal é o caso daquele que serve de guia (“cicerone”) para conhecer as instalações ou a rua e participa nos jornais televisivos, e que não deixou de estar presente nas três cidades. No entanto, procurou-se chegar também aos menos voluntariosos.

- Será então pertinente entrevistar indivíduos com fortes sinais de consumo ou com distúrbios mentais?

Após algumas tentativas, quando os sinais se revelavam extremos, optou-se por não abordar as pessoas em tais circunstâncias (necessárias equipas multidisciplinares). Ao mesmo tempo, é também possível que o investigador, sem conhecimentos aprofundados nesta matéria, avalie incorrectamente as situações. Foi difícil identificar os tipos de distúrbios mentais observados, desde a esquizofrenia a perdas de noções de espaço e tempo²⁷² consequentes da vida de rua. Um aspecto interessante de verificar foi que os entrevistados, e mesmo os com os problemas referidos, forneceram, por vezes, dados muito precisos e concretos a par de informação dispersa e confusa. Por exemplo, não saber identificar datas para eventos recentes e indicar a data de nascimento a par do número da conservatória e freguesia.

Os casos de recusa de participação foram praticamente inexistentes (talvez dois casos).

- E se a pessoa está a dormir?

Vários investigadores salientam que constitui uma invasão da privacidade e desrespeito acordar alguém para propor a realização de uma entrevista. Por outro lado, o sem-abrigo, com escassas horas de sono, poderá reagir de forma agressiva. Nenhum interlocutor foi acordado.

- Perante um grupo de pessoas como convidar apenas uma para realizar a entrevista? Se uma recusar, estarão as restantes possibilidades de participantes comprometidas?

Abordar um grupo não foi o procedimento mais comum. Aconteceu entrevistar duas pessoas individualmente mas que se encontravam juntas. Nesta situação, a segunda pessoa afirmou que não era sem-abrigo mas permaneceu próximo, e, quando terminada a entrevista, acabou por revelar que afinal se encontrava na mesma situação habitacional e que gostaria de falar.

- Voltas de reconhecimento do terreno:

Foi essencial obter um primeiro sentimento geral do terreno empírico para facilitar o processo de realização de entrevistas nas ruas. Foram realizadas várias voltas nas três cidades com o intuito de mera observação – tipos de local de pernoita, organização do espaço de dormida, mobilidades, interações de grupo, localização dos serviços mais frequentados e observação, etc. É relevante fazê-lo em diferentes dias da semana para captar oscilações (dias de semana e fins de semana) e consequente ajustamento das actividades de sobrevivência.

²⁷² A anamnese consiste em momentos de ruptura que restam como que em caixas negras, o antes e o depois que se confundem, em três constantes de contornos mal definidos: disfunções precoces da infância (que tocam directamente ou os próximos – acidentes, doenças, violências); acumulação de traumatismos físicos e psíquicos; e álcool tabagismo (tela de fundo inter-geracional). Tudo parece que se passou sempre mal para eles: mães frias, ausentes, etc. A escola rapidamente se revela um problema. Acrescendo a tendência para dar primazia ao acto e não à mentalização por ser mais difícil de suportar a angústia das representações. Declerck, 2001: 300-301

Foi também importante o conhecimento adquirido pela participação em equipas nocturnas de distribuição alimentar (em Lisboa e Paris, mas não possível em Londres); acções de voluntariado (servir refeições num centro nocturno em Paris) e, a informação fornecida por investigadores que já haviam realizado estudos neste domínio.

Durante as primeiras voltas efectuadas, já com o intuito de realizar entrevistas, não foi atingido o objectivo planeado por motivos essencialmente de ordem pessoal: hesitação, dificuldade em identificar um participante que parecesse disposto a participar, falta de confiança ao nível do modo de apresentação do estudo, etc.

Dado que tende a haver uma concentração de grupos junto dos serviços de apoio social (cantinas, centros de noite, etc.), estes locais podem funcionar como pontos privilegiados. Uma das estratégias seguidas foi precisamente observar as filas de espera e interações sociais nestes pontos. Esta é uma linha de acção que depende do design dos serviços sociais de cada país, que no caso concreto se revelou adequada, uma vez que a estrutura global de apoio aos sem-abrigo apresenta aspectos de grande proximidade nas três cidades.

A experiência do investigador em se fazer passar por utilizador constituiu um modo de recolha de informação complementar às entrevistas²⁷³. Trata-se de uma “experiência com limites”, sendo desadequado fazê-lo junto de uma instituição que se irá futuramente utilizar para realizar entrevistas. O investigador ser reconhecido como “quem estava na véspera na fila à espera de um saco de comida” pode ser sentido como “um acto de espionagem”, ou “piada de mau gosto”²⁷⁴.

Apesar de com as devidas ressalvas, a experiência referida, bem como ensaiar telefonar para a linha de emergência social (Paris), ou partilhar a mesma sala de atendimento, podem constituir fontes de informação úteis. O confronto entre situações distintas de interacção permite verificar a existência de alterações de discursos. São factores condicionantes, entre outros, a presença de outros sem-abrigo, dos assistentes sociais, do investigador, intuito de receber um apoio ou não.

O investigador pode ser levado a deparar-se com os seus próprios estereótipos inconscientes, como, por exemplo, ficar surpreendido que um sem-abrigo o aborde em igualdade de circunstâncias ao colocar questões como “Esta é a tua primeira desintoxicação?” (numa sala de espera), ou “Estiveste aqui ontem? É incrível como estes gajos trabalham” (num centro de acolhimento).

²⁷³ Anderson e Snow (1987) fazem uso de “perspectives in action” – acções e conversas no desenrolar de uma tarefa particular como a fila da refeição; “perspectives of action” como questionários/ produzidos.

²⁷⁴ Na experiência de Anderson e Snow (1987) quando o etnógrafo explicita o seu papel como investigador em tais circunstâncias, esta informação tende a ser ignorada pelos receptores já que é tida como dissonante.

No caso dos assistentes sociais, foi bem apreciado pelos entrevistados verificarem que o investigador tinha realizado uma pesquisa de informação prévia acerca da instituição, em brochuras ou através da Internet.

VI.IV. O Momento da Apresentação

A preparação da apresentação – “como é que o investigador se vai aproximar dos participantes e comunicar as suas intenções?” – assume uma particular importância. Não é uma questão supérflua já que o decorrer de uma entrevista pode à partida ficar condenado por uma apresentação que não é bem recebida.

Uma dificuldade que se impõe de início é como transmitir a uma pessoa que se quer falar com ela porque é, ou apresenta sinais de ser, sem-abrigo. É uma situação que vem acentuar a distinção entre investigador e o entrevistado (em situação de precariedade social). Por outro lado, vinca o carácter paradoxal de determinadas questões, “como pensa que as pessoas o olham? É de uma forma diferente?” quando é o próprio investigador que se baseia em elementos de diferenciação.

O facto de as entrevistas serem realizadas em diferentes contextos (centros de dia, de noite, ruas), e de o investigador e entrevistador serem a mesma pessoa, deu alguma margem de manobra para adequar a apresentação a cada caso particular.

Na grande maioria dos casos, foi seguida uma linha de apresentação semelhante a: “*Sou socióloga e estou a fazer um estudo sobre os serviços sociais e formas de apoio existentes em três países (Portugal, França e Inglaterra) para, através desta comparação, aprender. Gostaria de lhe colocar algumas questões acerca das suas condições de vida que poderão ser úteis para compreender o que poderá ser feito para melhorar a situação actual.*” Garantir o anonimato e a confidencialidade foi também sublinhado.

A apresentação para os denominados agentes de apoio social seguiu a primeira parte, e destacou o facto de se estar a comparar contextos nacionais distintos. Em função da cidade, a apresentação acrescentou, em Lisboa, estudante doutoramento do ISCTE; em Paris, investigadora do INED; em Londres, participação numa rede de investigação europeia (tendo sido aconselhado pela investigadora de apoio em Londres evitar a apresentação como estudante de doutoramento, cuja importância não é tão reconhecida, dada a abundância de pesquisas a serem realizadas nesta área).

A fonte do contacto (“venho da parte de...”) foi também referida já que constitui um elemento facilitador de acesso aos vários interlocutores, ou seja, foram utilizados, por vezes, contactos de outros investigadores que efectuaram investigações semelhantes (em Paris, os

investigadores do INED, Maryse Marpsat e Martine Quaglia, e, em Londres, a investigadora Joan Smith). Noutras situações, foram os então entrevistados que recomendaram outro interlocutor de uma área de trabalho complementar, ou outra associação, etc., podendo significar que foi reconhecido algum interesse pela investigação em curso.

As entrevistas não foram repartidas em fases autónomas para interlocutores e sem-abrigo, mas realizadas simultaneamente, e tomando a informação como complementar. Por outro lado, a informação encontrada levou a querer realizar outras complementares. A título de exemplo, foi considerado relevante entrevistar um psiquiatra especializado na população sem-abrigo para melhor saber lidar com situações de doença mental.

A comparação entre diferentes países foi frequentemente uma mais-valia para os entrevistados, quer assistentes sociais, quer sem-abrigo. A tendência de troca de experiências entre Estados-membros é hoje crescente. A título de exemplo, são organizadas visitas a vários centros para assistentes sociais estrangeiros com o objectivo de promover um intercâmbio de conhecimentos. A oportunidade de participar num destes eventos aconteceu em Paris, enquanto assistentes sociais alemãs realizavam um dia de visita. A troca de experiências é geralmente avaliada de forma positiva por ambas as partes, uma vez que se aprende quer a observar, quer através das perguntas colocadas pelos visitantes, que reflectem a concepção do seu respectivo sistema de apoio social.

Em algumas situações, o funcionário da instituição de apoio contactada para realizar entrevistas solicitou clarificações complementares a respeito dos objectivos da investigação na presença dos utilizadores. Esta circunstância nem sempre é positiva uma vez que pode levar os beneficiários a identificar o investigador com os técnicos e a instituição, ou acentuar a sua percepção de ser um “objecto de estudo”, e assim inviabilizar a construção de uma relação de confiança.

Ao conduzir entrevistas utilizando um serviço, como um centro de acolhimento nocturno, foram por vezes os assistentes sociais a fazer a apresentação do investigador aos utilizadores, bem como a seleccioná-los. De um ponto de vista metodológico, pode levar a querer verificar se não estão a ser escolhidos apenas os “casos mais fáceis e simpáticos para a instituição”, mas constatou-se, entre outros aspectos, que o seu discurso não hesitava em realizar críticas.

Tal situação gera um outro desafio, não ao nível da apresentação do investigador e estudo, mas, de ter de gerir os casos não seleccionados pelos técnicos que mostraram querer também participar. Em determinados casos, os utilizadores dos serviços tomaram a iniciativa de propor ao investigador que os entrevistasse através de afirmações como “gostaria de falar consigo a seguir”, ou através do técnico que informava que “está aí alguém que quer falar consigo”.

O acto da entrevista pode reflectir as dinâmicas existentes ao nível das relações sociais entre sem-abrigo. Durante uma entrevista de rua, um entrevistado expulsou agressivamente outro sem-abrigo do mesmo espaço para obter a exclusividade de diálogo.

VI.V. Estabelecer Contacto com Indivíduos em Situação Sem-Abrigo

Detalhes de aparente menor importância podem fazer diferença, como usar uma t-shirt do Che Guevara, óculos de sol, roupa colorida ou justa. Tal não significa que é recomendável utilizar um ou outro tipo de indumentárias, mas sim importante estar consciente de que pode afectar negativa, ou positivamente, o contacto. O mesmo se passa certamente em qualquer contexto social, mas neste com a diferença de que o entrevistado poderá não fazer qualquer cerimónia em expressar a sua opinião. Outros pormenores como ser fumador podem ser também veículos facilitadores da aproximação.

É frequentemente referido que uma “jovem mulher sorridente” será facilmente aceite por sem-abrigo homens. Explorar este estatuto não foi a opção seguida. Por outro lado, a condição que poderia parecer um elemento facilitador de interacção pode revelar-se o oposto, como confessou um entrevistado: “Tive que a evitar porque há muito tempo que uma mulher não é gentil para mim e não me quero lembrar disso porque me magoa”.

O potencial “jovem mulher” (para além de estrangeira e especialmente de um país do sul da Europa onde, como foi comentado, as pessoas têm a reputação de ser mais calorosas) foi mais realçado pelos prestadores de serviços do que pelos utilizadores. Foram comuns perguntas como “estão a ser inconvenientes?”, “não hesite em avisar se alguém incomodar”.

Noutras circunstâncias, a condição sociodemográfica da investigadora foi valorizada por observações como “claro que pode fazer voluntariado aqui no centro de emergência nocturno... eles sentem-se apreciados e especialmente se for uma jovem.” Em certa medida, há nestes contextos uma maior permissividade (quase próxima de uma infantilização) para receber comentários como “vraiment mignonne”; “incredible attractive”, etc.

Provas de poder ser também um elemento de desvantagem é que uma completa submersão nas ruas, como é feito em várias pesquisas etnográficas, é mais facilitado para investigadores do sexo masculino. Para mais, o facto “jovem investigadora” pode também ser um constrangimento para obter um reconhecimento de competência num meio profissional predominantemente ocupado por mulheres, que se parece subdividir em pares de “mestre e pupila”, ou “orientadora e protegida”.

Os conhecimentos de cultura geral, incluindo filósofos ou personagens históricas, revelaram-se úteis para criar a vontade entre investigador e entrevistado, bem como outras informações de carácter mais quotidiano como o futebol.

A presente investigação não explora a viabilidade de agendar entrevistas futuras. É certo que a incerteza e vulnerabilidade de viver nas ruas torna difícil a possibilidade de o fazer. Porém, os casos mais institucionalizados permanecem nas mesmas instituições por vários anos. Foi ensaiada, com sucesso, a tentativa de realizar uma entrevista na rua por marcação prévia: dia seguinte no aeroporto às 5.30h da manhã. A título de curiosidade, este mesmo indivíduo guardou o isqueiro do investigador e devolveu-o ao fim de um mês, durante um reencontro não planeado, por iniciativa própria.

VI.VI. Os Serviços de Apoio enquanto Universo de Análise

Parte do trabalho de reconhecimento do terreno foi dedicado a verificar os termos e condições de funcionamento dos serviços de apoio à população sem-abrigo, como horários, regras de admissão, interações das assistentes sociais com a população, etc. Esta tarefa foi precedida pela realização de um inventário exploratório dos diferentes tipos de serviços disponíveis em cada cidade. De acordo com o que melhor se adaptava ao funcionamento de cada instituição, foram estabelecidos objectivos diversificados: entrevistas aos utilizadores; entrevistas aos funcionários; e, participação em actividades a título de voluntariado.

Algumas entrevistas a técnicos foram conduzidas de modo informal (tomando notas a posteriori) durante o decorrer de outras actividades (exemplo, voluntariado). O reverso desta situação é que também os funcionários podem colocar questões de forma inesperada, nomeadamente para desvendar as posições pessoais do investigador, ou mesmo possíveis objectivos de estudo como a avaliação da instituição e dos seus métodos de trabalho.

O estatuto do investigador é um factor crucial no que respeita ao ganhar acesso às instituições. Considerou-se provocar uma maior aceitação: doutoramento e não licenciatura; estudo sociológico e não de assistente social; pertencer a uma instituição com reputação no domínio de investigação ao invés de ser um investigador independente (inclusivamente com um contacto telefónico e endereço e-mail institucionais); comparar cidades europeias; investigadora estrangeira propositadamente deslocada para obter informação.

Um outro factor condicionante é a quantidade de estudos e estatísticas já disponíveis em cada país. No entanto, é possível explicação para atitudes distintas: a escassez pode levar a considerar os estudos irrelevantes, ao mesmo tempo que a abundância pode levar a julgar a investigação como desnecessária. Comparando as três cidades, é em Lisboa que a

investigação neste domínio está menos desenvolvida, mas ao mesmo tempo a filosofia das instituições não está necessariamente dirigida para considerar os estudos de natureza académica como fundamentais. Quer em Paris, quer em Londres, o excesso de números, relatórios e estudos foi mencionado, e podendo justificar um certo “aborrecimento com a presença de mais investigadores que colocam sempre as mesmas questões”.

A permissão de acesso às instituições depende de procedimentos internos variáveis. Em alguns casos, foi necessário fax de pedido de autorização especificando as intenções: realizar entrevistas com que duração e finalidade; querer ou não tirar fotografias; em que dias e horas, etc. Outras instituições foram menos exigentes, e tal tende a ser coincidente com os casos em que o acesso a cargos de chefia (maior autonomia e poder de decisão) é menos burocratizado, podendo, de certa forma, reflectir a importância atribuída à ligação entre investigação e prática de terreno.

A distância entre campo de investigação e técnicos no terreno afecta o modo como a informação é disponibilizada, que nem sempre se baseia num pressuposto de parceria e cooperação. São utilizadas expressões como “esta é a minha opinião mas não fiz nenhum estudo”; “você-investigador-livros” e “eu-trabalhador de terreno-realidade”.

Foi necessário um longo percurso de telefonemas, acções de lembrar, pedidos por e-mail sucessivos, contactos com interlocutores diversos, e sucessivas clarificações acerca dos objectivos da investigação, até se encontrar a pessoa considerada pela instituição como a mais indicada para a entrevista, ou para acompanhar o trabalho de terreno, etc. Verificou-se ser útil manter um registo dos vários contactos estabelecidos, incluindo nomes e datas, para assim apresentar um historial das várias tentativas anteriores a cada novo contacto. O momento de marcação da entrevista (por exemplo via telefónica) pode ser, desde logo, útil para tomar notas, nomeadamente a respeito das opiniões avançadas pelo interlocutor. Por outro lado, a entrevista a um técnico social pode terminar com a cedência imediata de realização de entrevistas aos utilizadores. É uma oportunidade a não desperdiçar e frutífero se o investigador estiver preparado.

Em Londres, e no que respeita o voluntariado, as ONG têm um modo particular de actuação, uma vez que a estruturação do sector é formalizada. As candidaturas para voluntariado em centros nocturnos, equipas de rua, etc., têm de passar por um registo na base de dados nacional de voluntariado disponível on-line (<http://www.do-it.org.uk/>). Seguidamente, os "volunteer centres" são responsáveis por criar a ponte entre o voluntário e a instituição segundo a ponderação de vários factores: tempo disponível por semana; mínimo de duração; experiência; referências; zona de residência deve ser a mesma que o local da instituição;

regalias oferecidas, etc. É inviável a utilização deste sistema de comunicação para negociar as condições do voluntariado. Neste contexto, e depois de variadíssimas tentativas, como o contacto directo dos centros de voluntariado propondo três meses ao invés do mínimo aconselhado de seis, não foi possível chegar a alguma actividade de voluntariado. Mesmo através das instituições onde foram realizadas entrevistas, a proposta de realização de voluntariado com as equipas de rua não foi correspondida (não negada mas sucessivamente a ser ponderada – “yes, it may be possible...”), vindo-se posteriormente a perceber que esta política de abordagem de sem-abrigo nas ruas estava em fase de redefinição. Esta reformulação das políticas de actuação diz respeito a um possível regresso à noção de que o indivíduo que deseja apoio se deve deslocar aos serviços, e não o inverso.

Em Paris, e após realização de uma entrevista a um director de um centro nocturno de emergência, foi obtida imediata autorização para a realização de actividades de voluntariado (servir os jantares) durante três meses. Foram também acompanhadas equipas de noite, apesar de numa outra tentativa se ter obtido o mesmo tipo de resposta de “é possível, sim... telefone para a semana” sem nunca chegar a uma aprovação final. O voluntariado em Lisboa nas equipas de rua vinha a ser realizado há mais de três anos. Em Londres, houve a participação nas actividades de recepção dos utilizadores de um centro de noite, mas com carácter pontual e apenas durante os momentos de realização de entrevistas.

O número de voluntários disponíveis constitui um elemento condicionante. Este factor varia de acordo com os contextos nacionais e em função das regalias oferecidas, participação cívica e tradição do voluntariado. Em Paris, o voluntariado no centro nocturno foi realizado em parceria com indivíduos, em muitos casos, a cumprir sentenças por crimes considerados de pouca gravidade (“travail d’intérêt généraux”).

Existem também diferenças em termos das condições disponibilizadas pelas instituições para a condução das entrevistas. Tal não depende da instituição em si, uma vez que na mesma se poderá ter acesso a diferentes condições, sendo mais complicado nos dias de maior intensidade de trabalho. Em geral, depois de garantida a permissão de acesso, as condições oferecidas foram bastante satisfatórias, incluindo sala privada. O ambiente de realização da entrevista, privacidade, silêncio, tempo disponível, é fundamental.

Em Londres, notou-se uma especial preocupação com a gestão da segurança e privacidade, sendo que ambas se podem tornar incompatíveis (exemplo de não se permitir fechar as portas da sala da entrevista). O investigador deve estar atento às regras de segurança de forma a não comprometer o bom funcionamento da instituição, como, por exemplo, não deixando alguma porta aberta que dê acesso para a entrada. Outro aspecto é a segurança e higiene no trabalho

(exemplo da utilização de luvas) que pode criar algum distanciamento simbólico entre entrevistador (a ajudar a montar as camas) e beneficiários mas, no entanto, deixar de o fazer significa um desrespeito pelas normas da instituição que se baseiam na protecção de ambas as partes.

O termo “assistente social” encontra difícil correspondência no contexto inglês e, conseqüentemente, foram obtidas respostas negativas a pedidos de entrevista com um “social worker”. São utilizados termos como “key-worker”; “front-line worker”; “shelter assistant” que implicam papéis e actividades muito precisos, sem equivalência num termo de carácter geral. Por outro lado, ao entrevistar um trabalhador com uma destas funções específicas dificilmente se obterá resposta acerca de aspectos genéricos. A mesma restrição se verifica em termos da caracterização da situação de outras zonas da cidade, pertencentes a outro “borough”, com realidades que podem ser muito distintas do ponto de vista da visibilidade da população sem-abrigo, grupos étnicos minoritários mais representados, etc.

Quer em Paris, quer em Londres, as ONG investem na divulgação de informação interna mediante a realização de relatórios periódicos contendo dados acerca de, por exemplo, o perfil sociodemográfico dos utilizadores e procurando tornar mais visíveis as situações menos apoiadas. Em Lisboa, foram referidas dificuldades ao nível da realização de relatórios, nomeadamente evolutivos. Para mais, há ainda alguma renitência à partilha de dados internos, como foi o caso das caracterizações sociodemográficas dos vendedores da Revista Cais de uma das ONG contactadas, fornecidos com a observação de que eram confidenciais e não poderiam ser divulgados mesmo que garantido o anonimato.

A missão específica das instituições (para jovens, mulheres, etc.) dificulta o uso dos dados informativos para fins comparativos. Tal aplica-se também a instituições internacionais existentes nas três cidades (AMI, Exército de Salvação), uma vez que em cada contexto são adoptados modos de actuação diferenciados. É difícil encontrar um centro de acolhimento que nas três cidades combine os mesmos critérios de admissão (por referência, grupo alvo, duração máxima de estadia, etc.).

Em Paris, a FNARS, e em Londres, a Homeless Link, são federações de instituições não governamentais que prestam serviços de apoio à população sem-abrigo. Durante as observações de terreno, registou-se a opinião de que existe uma competição por protagonismo e financiamento que impede que as reuniões de trabalho sejam de facto proveitosas. Esta espécie de “rivalidade” pode levar a condicionar o acesso a informação acerca das instituições e utilizadores. Posteriormente à realização do trabalho empírico da presente investigação (no ano de 2007), assistiu-se em Portugal à equivalente criação de um grupo técnico de trabalho

acerca da população sem-abrigo, que sob a alçada do ISS reúne interlocutores de várias áreas. Para mais, verificou-se que (sem que tenha havido uma modificação governamental partidária em Portugal) determinados programas e medidas de apoio, como o Programa Lx, se vieram a extinguir ou a ser reformulados. No entanto, a informação já recolhida continua a ser aquela que contextualiza os casos encontrados entre 2005 e 2006, apesar de não ser a mais actualizada.

A preocupação com a privacidade dos utilizadores está presente nas três cidades. A este respeito, o caso de Londres é particularmente formalizado e o procedimento seguido foi: pagamento de 10£ (15€) por cada entrevista, já que é um hábito e os utilizadores assim o esperam; e, no momento de levantamento da quantia o beneficiário assina um formulário confirmando estar de acordo com a política de privacidade de dados. Apesar desta formalização, houve técnicos que convidaram o investigador a assistir a entrevistas de admissão no centro de acolhimento sem antes haver consultar o entrevistado em causa.

A este respeito, deve ser mencionada a cooperação do centro nocturno utilizado em Londres para a realização das entrevistas. Face a uma primeira hesitação do investigador em pagar as entrevistas, por motivos de escassez de recursos e de esse não ter sido o procedimento até aí utilizado, o coordenador do centro propôs que a instituição oferecesse almoços gratuitos aos participantes, com a observação de que para a próxima seria conveniente contemplar esta despesa no projecto. O investigador veio posteriormente a optar por suportar essa despesa informando que havia conseguido um apoio complementar.

É interessante verificar que as entrevistas podem fazer parte das estratégias de sobrevivência, tendo alguns entrevistados demonstrado ter grande prática: “My name is Jane. I am 34 years old. I was born in SE London. I am homeless for 7 years”.

A filosofia de pagamento da entrevista é um factor que pode ser utilizado para subestimar o papel do investigador: “porque acha que querem falar consigo?”. Talvez até os utilizadores apenas aceitem participar em troca de uma recompensa, mesmo que quando questionados tenham afirmado não saber que iriam ser pagos no final, mas, é também um facto que nas outras duas cidades ser pago não é uma condição de vontade de participação. A realização das entrevistas junto de uma instituição pode levar a que os beneficiários se sintam obrigados a participar para corresponder às expectativas, ou por receio de perder algum benefício.

Metodologicamente as contagens duplas constituem uma preocupação e com grandes probabilidades de suceder já que facilmente se verificou ser possível encontrar o mesmo indivíduo em instituições diversas. Dado o presente intuito qualitativo de pequena escala, tal não se revelou um constrangimento, mas não deixou de colocar alguns dilemas éticos. Ao se

encontrar um indivíduo já conhecido, ou entrevistado, num café ou na rua, a opção foi não colocar questões como “vemo-nos no centro mais tarde?”, seguindo-se antes formas subtis de cumprimento. A escolha foi respeitar o livre arbítrio dos indivíduos que poderão querer, entre outros aspectos, não denunciar a sua condição de sem-abrigo, bem como acumular apoios de várias instituições sem o divulgar. Por outro lado, a relativa frequência de encontros com os mesmos indivíduos em contextos variados pode dar ao investigador uma sensação de “mundo pequeno”, quando na realidade é um universo que vai muito para além dos casos apoiados.

Visitar a mesma instituição em diferentes dias, e conseqüentemente contactar com vários funcionários, pode criar algumas situações de hesitação (“Não fui informado da sua visita.”; “Não sei de estudo nenhum.”), que revelam questões de comunicação interna não imediatamente resolúveis. Pode tornar-se útil consultar o registo histórico dos contactos com menção aos nomes dos técnicos contactados, nomeadamente de um cargo de chefia, e respectivas datas, para calmamente resolver o mal entendido.

Por outro lado, o investigador irá cruzar-se com indivíduos que entrevistou na véspera e que poderão querer utilizar esta maior familiaridade para se distinguirem de outros utilizadores. Neste âmbito, é fundamental saber gerir intimidades e proximidades de forma a não fomentar estratégias de distinção.

A entrevista aos utilizadores é frequentemente objecto da curiosidade dos técnicos, especialmente se demorada. As observações mais comuns foram no sentido de obter uma confirmação e valorizar as competências: “é sempre os mesmos problemas, não é?”; “nós sabemos as histórias todas...está nos nossos dossiers.”; “as suas entrevistas são apenas aos casos mais fáceis... o que se passa na realidade é outra coisa”.

Os dossiers individuais não seguem necessariamente um formato standard mas alguns dados são tomados como praticamente obrigatórios (próximos das “core variables” propostas pela Comissão Europeia²⁷⁵). As actividades diárias dos técnicos permitem-lhes também recolher informação acerca dos utilizadores. Apesar destes dados informativos moldarem as suas percepções e a avaliação dos beneficiários, tendem a não ser registados.

²⁷⁵ A Comissão Europeia propõe para as “core”: características demográficas básicas (idade e género); nacionalidade e background migratório (país de nascença); composição do agregado sem-abrigo; situação habitacional (imediatamente antes do período de recurso ao serviço de apoio e à data da recolha de informação); duração do (actual) episódio de situação de sem-abrigo e razões para a (última) situação. Para as opcionais (“non-core”): actividade principal; fonte de rendimento; nível escolar mais elevado atingido e áreas de necessidades principais. Para além da recolha desta informação é fundamental investir nos mecanismos necessários para elaborar análises evolutivas baseadas em definições conceptuais e metodológicas explicitadas. A título exemplificativo, se as causas apontadas são as auto-avaliadas pelo entrevistado, ou as atribuídas pelo técnico. European Commission, 2007:150, 161

Os utilizadores de serviços e sem-abrigo nas ruas mostraram-se particularmente entusiastas da análise das práticas dos assistentes sociais. Este factor foi preponderante para que este ângulo de análise fosse incluído no estudo. Durante momentos de observação das práticas dos assistentes sociais, apenas a título exploratório, foram encontradas diferenças em termos das estratégias de actuação. Demonstrando filosofias de acção distintas levadas a cabo por dois técnicos da mesma instituição durante uma entrevista:

Técnico1: Venha cá amanhã e se eu não estiver cá volte depois de amanhã!

Sem-Abrigo: Então eu só venho depois de amanhã se não tem a certeza que vai cá estar amanhã.

T1: Quero-o aqui amanhã e é sua obrigação mostrar que quer esta desintoxicação. Quero que faça a análise médica e quero que venha aqui sempre que necessário.

SA: Sou EU que quero a desintoxicação!

T2: Não se preocupe com a desintoxicação. Tudo vai correr bem. Posso dar-lhe um exemplo de outro que ainda estava pior do que si. Estava mesmo em mau estado. Eu nunca tinha visto ninguém assim. Agora, nem consome álcool e decidiu ficar a trabalhar e viver na quinta.

SA. Mas é isso que eu tenho medo... Não quero ficar na quinta... Mas para onde vou a seguir!?

Este excerto retirado a partir de um momento de observação serve para salientar a diversidade de posturas adoptadas pelos técnicos.

Em determinadas organizações assiste-se a um investimento em actividades para os utilizadores. No entanto, na prática surgiram casos que se disseram envergonhar dos comportamentos de outros (exemplo: “clochard” alcoolizado a cantar karaoke ao microfone e em que outro comenta: “é triste!”).

VI.VII. Factores Circunstanciais

Faz parte das principais dificuldades em desenvolver estudos empíricos nesta área o tempo requerido de aproximação e conquista de confiança dos entrevistados. Factores de ordem comportamental, como a instabilidade emocional e momentos de depressão, e de mobilidade associada a desaparecimentos periódicos e à inexistência de domiciliação, podem provocar algum retrocesso na relação investigador e participante. A opção do investigador foi dar espaço às pessoas em não estarem dispostas em estabelecer contacto, mas mostrando-se simultaneamente disponível caso o desejassem fazer.

A mobilidade pode condenar a viabilidade de análises longitudinais. As mobilidades, no sentido de aparecer e desaparecer, podem ser induzidas (alterações do espaço habitual de pernoita, controlo social) ou ser “simplesmente um mistério” (para os outros sem-abrigo e técnicos). Depois de um longo desaparecimento, o indivíduo em situação sem-abrigo poderá

regressar sem fazer qualquer comentário, ou questão lhe ser dirigida. Estes desaparecimentos podem inclusivamente ser cíclicos.

Verificou-se que, de um dia para o outro, um indivíduo pode passar de um estado de extroversão para um completo isolamento, alterando-se, de igual modo, o cuidado com a higiene pessoal, vestuário, etc. Independentemente de se discutir se estas alterações reflectem distúrbios mentais, são também consequência evidente das condições de vida nas ruas e da energia que as várias actividades de sobrevivência exigem. Neste contexto, o que poderia ser visto como “um dia mau” passa a ser um “estado visível”. A associação de estados de espírito a períodos e datas com significados simbólicos (um falecimento, divórcio, o Natal, etc.), ou mesmo às condições climáticas, assume impactos significativos.

Durante o trabalho de campo, factores de ordem circunstancial representaram obstáculos, nomeadamente a presença de outros investigadores ou jornalistas na mesma instituição. Entre outros, factores como encerramento de serviços, influenciam a geografia dos locais de pernoita da população sem-abrigo. Foi sentido necessário efectuar uma actualização destas localizações.

Eventos como festividades, rituais religiosos, acontecimentos culturais, ou outros, afectam também a mobilidade da população sem-abrigo e as suas práticas – festas de Santo António (Junho em Lisboa); o Ramadão (distribuição da chourba em Paris); o campeonato de mundo de futebol (Junho/Julho 2006); parada gay, etc. A título ilustrativo, o facto de Portugal ter chegado à final do mundial de futebol e vencido a Inglaterra constituiu um motivo facilitador de conversa para as entrevistas realizadas em Londres na mesma altura. Eventos pontuais relacionados com o funcionamento dos serviços podem tornar-se obstáculos. Tal foi o caso dos atrasos sucessivos na entrega da revista “Cais” (Lisboa) que implicaram a indisponibilidade e impaciência dos indivíduos cuja sobrevivência depende dessa actividade.

Para mais, aspectos singulares produzem também o seu efeito, como os conflitos sucedidos em Paris que levaram a uma situação de “emergência social” (fim de Outubro e início de Novembro de 2005); e anteriormente, em Agosto, a série de incêndios em habitações precárias (ocupadas por um elevado número de imigrantes) no centro de Paris. Tais acontecimentos são destacados pelos órgãos de comunicação social afectando as percepções e tolerância à presença dos sem-abrigo nas ruas, para além de se tornarem assunto durante as entrevistas. É complexo para o investigador incorporar os efeitos destes momentos de natureza pontual na pesquisa, apesar de serem condicionantes. Estudos sociológicos corroboram que em períodos de maior tensão social as tendências de intolerância tendem a aumentar.

No que respeita ao desenvolvimento de um estudo comparativo, os ambientes culturais são melhor compreendidos pelo investigador que pertença aos mesmos, ou que os viva de forma presencial. Dito de outra forma, em Londres, o apelo à participação dos cidadãos na segurança da comunidade está presente ao nível do quotidiano pela utilização e afixação de avisos em vários locais públicos (“if you see please call”; “be aware”, etc.) e, de certa forma, molda o clima social em que se vive. Desta forma, é aconselhável a cooperação entre investigadores dos vários países, nomeadamente ao nível da revisão da interpretação dos resultados empíricos.

VI.VIII. Posicionamento entre Mundos Distintos

Um contacto próximo com a população em situação de rua pode levar a dificuldades de posicionamento. Por outras palavras, não se trata apenas de seguir uma base metodológica objectiva mas também de ser necessário abandonar determinados valores, estereótipos, atitudes, etc. Tal é um passo essencial da investigação sociológica que, no contexto do fenómeno dos sem-abrigo, pode surgir a par da sensação de submersão num universo com regras e comportamentos completamente distintos.

O investigador pode também ser levado a questionar estudos já realizados, como os que sublinham a existência de uma cultura de rua baseada na solidariedade, que, em certa medida, constituem uma importação de valores para este universo.

O investigador pode ver-se deparado com uma súbita sensação de transposição de barreiras invisíveis entre dois mundos²⁷⁶: dia/noite; adaptação/desadaptação; sucedidos/desafortunados, etc. A situação de rua e o estado de auto-abandono de alguns indivíduos reflecte o que pode ser chamado de “aberrations”²⁷⁷ e outras problemáticas consequentes da falta de higiene, doença, consumo de drogas e álcool. O odor de decomposição da carne humana, ou ver alguém matar um rato com as próprias mãos, são desafios a saber superar sem evidenciar reacções fisiológicas.

Toda uma a série imagens paradoxais – pessoas a dormir nas entradas de edifícios de poderosas instituições financeiras ou condomínios de luxo; filas de espera à porta de supermercados para obter os produtos com defeitos ou a ultrapassar a data de expiração

²⁷⁶ « J’ai fait comme j’ai pu. Par-dessus tout, je me suis méfié de la tentation de la fausse cohérence. Du piège du linéaire. De la grande illusion de l’objet solide et assignable. Sur ce monde et ces hommes en miettes, je n’ai voulu faire qu’un livre éclaté. Des portraits. Des bruits. Morceaux d’histoires. Histoires à eux. Histoires à moi. Collages et bouts de visage. Un œil. Une teinte. Deux mots. Une godasse... Pot-pourri d’images jetées en désordre sur la table. Arrangez-les comme vous voulez, cela m’est égal. Mettez-y, comme vous pourrez, le sens que vous voudrez... » Declerck, 2001 : 15

²⁷⁷ Declerck, 2001

porque não são vendidos; álcool, drogas, etc., se torna evidente. Por outro lado, a vida de rua e viver nas ruas são universos paralelos que existem sob o mesmo cenário, necessitando o investigador de lidar com diferentes realidades (como ser ameaçada por um prostituta que questionou a presença prolongada da investigadora). A sensação de passar para uma outra dimensão pode dar ao investigador um sentimento de atracção, ou quase agradecimento pelo facto de ser aceite.

Há toda uma riqueza de fontes de informação – odores, ambientes, cores, silêncios, linguagem corporal, dinâmicas de grupo, situações aberrantes – intransponíveis para palavras. É um campo de pesquisa de grande carga emocional. O investigador é como que “forçado” a estar constantemente em exercício da sua actividade. Mesmo sem “estar a pesquisar” pode transmitir sinais de receptividade que levam a que seja sistematicamente abordado. Um facto a não ser ignorado é que os sem-abrigo em situação de rua podem ser excelentes observadores e intérpretes de sinais corporais, formas de andar, olhares, que indiquem disponibilidade por parte de quem passa. Em determinado momento, esta proximidade pode ser fomentada por comentários como: “você segue o coração, eu vejo isso!”; “Vê-se que é especial... está nos seus olhos!”; “Você, como eu, vai sofrer muito porque ser diferente provoca muita dor e é preciso continuarmos a ser fortes e a ter esperança!”. A pesquisa torna-se matéria para vinte e quatro horas sendo fundamentais momentos de reflexão sobre passos futuros e para aliviar sentimentos de algum desgaste emocional advinentes de um trabalho solitário.

Um dos desafios motivantes da inserção no terreno de pesquisa é precisamente o desconstruir das imagens e estereótipos inconscientes que se possui. Estes requerem tornar-se conscientes para serem filtrados, ao invés de erradamente ignorados ou camuflados por atitudes de permissividade, aceitação e defender de uma causa. O investigador vê-se obrigado a balancear idealismo, realismo e investigação.

VI.IX. Acolhimento do Estudo pelos Sem-Abrigo

Os entrevistados, não obstante o caso singular em que foi colocada a questão “o que é que acha que vai mudar com este estudo?” mas que apesar de tudo acabou por participar de forma cooperante, demonstraram-se satisfeitos em participar no estudo e as suas opiniões acerca dos serviços e técnicos serem levadas em conta.

Foi possível inclusivamente receber feedback e sugestões dos entrevistados acerca de como estruturar a tese, e, em alguns casos, pertinentes, como a ideia de comparar assistentes sociais e sem-abrigo utilizando um formato como o dos “diálogos filosóficos de Sócrates, ou seguir uma divisão dos pontos de vista em tese, antítese e síntese”. A ideia de que é necessário o investigador

colocar-se na pele do outro foi também salientada, “tal como fez a “Jodie Foster no filme em que faz de menina da selva e tem de saber adaptar-se”. Certos entrevistados recomendaram ainda outras pessoas a entrevistar: “Aquele caso é muito interessante para si... acho que devia entrevistá-lo.”. O encorajamento recebido por comparar diferentes cidades é de salientar, e foi considerado como “muito importante para aprender coisas daqui e dali.”

Alguns entrevistados, apesar de cépticos, salientaram que investigação pode ser útil:

“...j’aime bien ce que vous faites, le social... Venez ici quand vous avez du temps, donnez du temps. Ne venez pas ici pour travailler parce que tu n’es pas dans cette disposition pour accepter que quelqu’un... ici les gens ils racontent tout et n’importe quoi. Honnêtement je sais ce que c’est une thèse, le problème c’est que je me demande toujours à quoi ça va servir... parce que vous allez dire des choses... ça dépend dans quel esprit vous voulez le faire. J’espère que vous voulez le faire constructif, en relevant ce que vous avez d’abord vu, un constat, dire ce que vous avez vu, dire exactement ce que vous avez constaté sur le terrain. ... Ce n’est pas tout de critiquer, dire l’expérience que tu as vécue pendant cette période, dire ce que tu penses, ce que tu as pu ressentir. Dire par exemple dans le cas présent que les gens gagneraient plus à connaître ce type de structures, ça pourrait déjà changer beaucoup, ça pourrait déjà éviter à des gens de tomber là-dedans. Mais en même temps saluer le courage des personnes qui travaillent, même s’il y a des choses à dire, parce que dans toutes les organisations, ça ne peut pas être à 100% bon. ... La 2e chose c’est être bien précis, parce que le problème est complexe, le problème de mal logement. Toi tu vas venir ici, lui il s’occupe de l’hébergement, ils sont là pour l’hébergement. Bon, mais derrière l’hébergement ils ont dit « bon, peut-être que les gens qui ne sont pas hébergés, c’est des gens qui n’ont pas pu...”

“I think it’s a good idea.. IF you’re findings can make an improvement in the future... I can’t think of anything to be mentioned.. There isn’t really a set or a format for questions because each person has a different set of problems, anyway.. So the questions end up being different anyway ... If you get to the right findings... I can’t say if you haven’t got them yet...”

Em alguns casos, os entrevistados mostraram-se muito agradecidos por participar e promovendo inclusivamente a possibilidade de encontros futuros: “Non, il y a pas de quoi. Je suis content de vous voir, mais surtout, passez me voir si vous voulez me voir. Sérieusement je vous amène tout ce que j’ai dit, mes papiers, pendant 8 ans !... toutes les associations de Paris, je les connais, tous les collectifs des sans papiers, ils vont faire une manifestation, samedi prochain, à la place de la République, à 14h.... Oui, demain si t’as le temps, tu viens, je serai là à 14h, je vais te montrer beaucoup de gens que je connais, avec qui on a fait des affaires ensemble. Vous allez comprendre beaucoup de choses en France, ils disent pas tout, les journaux c’est des menteurs ». Noutras situações (mas frequentes em Paris), os entrevistados disponibilizaram o seu contacto de telemóvel para “tomar um café”.

Em resumo, estas foram algumas considerações, que poderão servir de sugestões a investigadores que desenvolvam um trabalho de cariz etnográfico nesta área. Mas como salientado não se trata de um manual, mas antes anotações que permitem ao investigador partilhar alguns dos seus dilemas.

VII. AGENTES DE APOIO SOCIAL

Resumo: A presente análise segue como fonte as entrevistas conduzidas nas três cidades a agentes de apoio social.

VIII. Universo de Análise

Esta é uma fase de análise essencial para melhor compreender o fenómeno de sem-abrigo como um problema social partilhado. Uma vez que as intenções estão longe de pretender alcançar “verdades” ao comparar os testemunhos dos agentes de apoio social e sem-abrigo, os dados devem ser lidos como percepções.

Quadro 10. Interlocutores dos Agentes de Apoio Social Entrevistados

Área Profissional	Nomes	Instituição	Cidade
Direcção/ Coordenação	Georges Elsholtz	CASP (CHRS)	Paris
	Luc Monti	Cité André Jacomet (CHU)	Paris
	Moussa	Le Cœur des Haltes (Centro e Equipas Rua)	Paris
	Jean Louis Dauteuil	Cité Saint Martin (CHRS)	Paris
	José Ferreira	CML – NIPSA/ECAN - “Plano Lx”	Lisboa
	João Silva	“O Companheiro”	Lisboa
	Miguel Lamas	CML – “NIPSA/ECAN”/ Equipas Rua	Lisboa
	António Bento	Hospital Psiquiátrico Lisboa	Lisboa
	Gary Lashko	Carr-Gom	Londres
	Gus Scantlebury	Cornestone YMCA	Londres
	Paul Anderson e Linda Briheim-Crookall	Homeless Link	Londres
	Virginia Tshibangu	Refugee Housing Association	Londres
Mary Kneafsey	Providence Row Housing Association	Londres	
TOTAL = 13 (Paris = 4; Lisboa = 4; Londres = 5)			
Técnicos Intermédios	Helene Touluc	EMAUS, Relações Públicas	Paris
	Miloud Aissaoui	Cité André Jacomet (CHU)	Paris
	Nidia Leonardo	Serviço Emergência Social, SCML	Lisboa
	Inês Soares	CML – “NIPSA/ECAN”/ Equipas Rua	Lisboa
	Joana Frade	Centro Graça, AMI	Lisboa
	Joan	Connection St. Martin’s	Londres
TOTAL = 6 (Paris = 2; Lisboa = 3; Londres = 1)			
Voluntários	Maria João Palma	Comunidade Vida e Paz/ Equipas Rua	Lisboa
	Adelaide	Comunidade Vida e Paz / Aconselhamento	Lisboa
TOTAL = 2 (Lisboa)			
TOTAL GLOBAL: 6 (Paris) + 9 (Lisboa) + 6 (Londres) = 21 Entrevistas			

Nota: A título exploratório foi realizada uma entrevista a um protagonista de destaque da investigação nesta área (Isabel Baptista – CESIS e FEANTSA). Parte desta informação é incluída na análise mas não no que respeita ao trabalho de fornecimento de serviços, ou seja, quanto à delimitação do conceito de sem-abrigo.

Como a tabela o demonstra, os entrevistados ocupam funções desde o nível de coordenação, técnicos intermédios e voluntários. Neste contexto, a natureza e características da instituição de pertença (religiosa, não-governamental, etc.), bem como a posição ocupada (funções, hierarquia), constituem possíveis condicionantes das percepções dos indivíduos. No entanto, as entrevistas não procuraram explorar estes factores, mas antes estabelecer um quadro geral de compreensão e concepção do fenómeno, incluindo o design, implementação e desenvolvimento dos serviços sociais. Trata-se de uma análise de pequena escala em que

apenas se poderá presumir que os vários exemplos singulares são partilhados, independentemente da sua representatividade.

Em suma, não se trabalhando a influência da categoria profissional, optou-se por referir a instituição ao invés do nome do entrevistado. A não menção à instituição significa que o ponto de vista expresso é partilhado pelos vários entrevistados. Os dados referentes a cada cidade são apresentados por ordem alfabética (França - Paris, Portugal - Lisboa e Inglaterra – Londres). Para mais, as instituições incluídas na análise inserem-se num sistema de apoio delineado ao nível nacional pelo que se aconselha a leitura da caracterização genérica realizada, a par da apresentação das instituições contactadas.²⁷⁸

VII.II. Delimitação do Conceito de Sem-Abrigo

A) Paris

São várias as denominações utilizadas: “SDF” (sem domicílio fixo), “sans-abri”, “clochard”, “usagers”. O SDF é alguém que dorme nas ruas ou em centros nocturnos. O SDF é também aquele que não tem residência fixa e está em contínua movimentação entre casa de amigos e pensões, sem necessariamente se tornar “clochardisé” (*Cite Saint Martin*).

Verifica-se haver um hiato entre o campo da investigação e os que quotidianamente apoiam a população no terreno: “não sou um especialista mas é apenas a minha experiência” (*André Jacomet*). Por outro lado, entre as várias ONG não há necessariamente a preocupação de chegar a uma definição comum: “tenho na minha cabeça o que é um sdf mas não sei se o outro do lado que fala está a pensar na mesma coisa” (*Cite Saint Martin*). Encontrar uma definição é relevante para o campo da investigação no sentido de reunir dados quantitativos (como o INSEE), mas para os fornecedores de serviços, quando as intenções são não discriminar casos a apoiar, tal não é relevante. (*EMAUS*). Nas áreas sociais não há qualquer falta de documentos ou estudos. Há dados disponíveis acerca de tudo e cada organização tem também a sua informação interna (*CASP*).

B) Lisboa

A população, de acordo com o contexto, é denominada de sem-abrigo, beneficiários ou utentes.

²⁷⁸ Em Anexo “Caracterização Geral dos Serviços de Apoio dirigidos à População Sem-Abrigo (França, Portugal e Inglaterra)”; e “Apresentação Geral dos Agentes de Apoio Social (*Paris, Lisboa, Londres*)”.

A definição geral seguida em termos de investigação social toma em especial consideração os indivíduos a dormir nas ruas e centros de acolhimento (*CESIS/FEANTSA – entrevista exploratória*).

No que respeita aos prestadores de serviços, regista-se um caso de operacionalização da definição que diferencia os “realmente sem-abrigo” e os em “domicílio instável”. Os primeiros são os sem-abrigo em condição de rua normalmente “institucionalizados”, ou seja, conhecidos pelas instituições ou indicados pelas equipas de rua, a par dos “recém-chegados”. É considerado que para que a pessoa esteja numa situação de sem-abrigo tenha de ter passado por diversas rupturas: emprego, família, saúde, etc. Na segunda categoria operacional, e apesar de não ter uma condição habitacional estável ser essencial, estão os casos que podem “nada ter de sem-abrigo”. São indivíduos que não passaram pela rua e, embora não acumulando todos os níveis de rupturas, a sua autonomia está ameaçada (exemplo, mulher com criança após recente separação) (*Serviço de Emergência Social – SCML*).

A definição da FEANTSA representa um alargamento do conceito de sem-abrigo. Tal é considerado positivo uma vez que se passam a contemplar outros níveis de privação social, como a solidão e o isolamento. As equipas de rua são levadas a localizar situações em contextos diversificados (exemplo, do percurso de saída dos hospitais) e em função de diferentes condições habitacionais. Neste sentido, é necessário planear a reinserção social dos indivíduos de uma forma integrada – diversas esferas sociais, acompanhamento avaliativo e promoção da cooperação entre instituições. Todavia, é também salientado que este alargamento da definição não deve deixar de ser limitado por indicadores operacionais relativos à habitação pois, caso contrário, todos os indivíduos (já que todos temos carências afectivas) seriam susceptíveis de ser classificados como sem-abrigo²⁷⁹ (*CML – Equipas de Rua*).

São incluídas categorias de domicílio instável e degradado e violência doméstica, como situações de risco, para efeitos de atribuição de habitação social (*CML – Plano Lx*).

Foi sublinhado que há uma abordagem segmentada do fenómeno uma vez que cada organização segue a sua própria definição. Os dados não são comparáveis tornando inalcançável uma análise global do panorama nacional. Neste contexto, é também mencionado que para objectivos de investigação social não é fundamental encontrar uma definição comum de sem-abrigo, mesmo considerando os impactos da diversidade de conceitos ao nível da obtenção de dados quantitativos. O essencial é ter presente e

²⁷⁹ O entrevistado refere a obra de Stig Dagerman – “A nossa necessidade de consolo é impossível de satisfazer” das Edições Fenda

compreender os efeitos da coexistência de diferentes definições e deixá-las explícitas. Para mais, os factores de risco enumeram características sociais e demográficas da população correntemente numa situação de sem-abrigo, sendo um instrumento explicativo construído *a posteriori* (CESIS/FEANTSA – *entrevista exploratória*).

É necessário tomar em consideração o factor “opção” para delimitar a população a incluir na definição, nomeadamente entre o segmento da população imigrante que utiliza os centros de acolhimento como forma de poupança (CML – *Equipas de Rua*).

Durante os anos 80 não havia sequer uma definição de sem-abrigo e representava um trabalho extremamente solitário. Actualmente, são mais as pessoas a trabalhar nesta área do que os próprios sem-abrigo, e com vários discursos e métodos (*Hospital Psiquiátrico de Lisboa*). Porém, continua a ser um domínio da investigação social que não parece mobilizar o interesse dos investigadores (CESIS/FEANTSA – *entrevista exploratória*). A troca de experiências e participação em redes de investigação ou grupos de trabalho europeus é positivamente apreciada (*Hospital Psiquiátrico de Lisboa e CESIS/FEANTSA – entrevista exploratória*). Casos de estudo de outras realidades podem também ser produtivos para construir formas de actuação alternativas. Para se chegar aos casos invisíveis seria útil desenvolver a análise das redes de sociabilidade da população sem-abrigo, bem como poderiam também ser fontes de informação relevantes os Censos populacionais e o serviço nacional de emergência médica (INEM) (CML – *Equipas de Rua*). A pesquisa tem em falta a análise das famílias em pensões assistidas pelos serviços sociais (CESIS/FEANTSA – *entrevista exploratória*).

C) Londres

O Reino Unido tem uma definição legal de sem-abrigo. Existem várias categorias: rough sleepers, statutory, non-statutory, hidden. A melhor forma de compreender a definição é tomar em consideração diferentes subsectores. “Statutory” significa que o governo tem a obrigação de apoiar e que a pessoa obedece aos vários critérios de não intencionalidade, ligação local, vulnerabilidade. Os “non-statutory” são os que dormem nas ruas (“rough sleepers”) e os casos escondidos (hidden), para quem o Estado não assume responsabilidade de fornecer habitação temporária. Outros subsectores são o alojamento temporário statutory e não-statutory: a maioria dos B&B são statutory e as hostels algumas são statutory e outras não-statutory. Um indivíduo é também considerado sem-abrigo se viver em condições de habitação inadequadas (sem água corrente, tectos a ruir, sobrelotados) (*Homeless Link*).

Existem diferenças nacionais na sequência de áreas legais pouco definidas e das variações de avaliações entre autoridades locais. É possível que um caso seja considerado statutory

homeless por uma autoridade local e não por outra (num borough, e não noutra), em consequência de aspectos como ter a representação de um advogado, a disponibilidade de alojamento e habitação, a assistente social com que se fala, etc. Existem também diferenças entre os quatro países pertencentes ao Reino Unido (*Homeless Link*).

Algumas autoridades locais são extremamente rígidas e é muito difícil ser aceite. A lei define que as autoridades locais têm de ter uma estratégia de actuação, mas não estabelece que os indivíduos que se candidatam sejam automaticamente aceites como sem-abrigo. Tal permite que muitas das autoridades tenham modos subjectivos de aplicar o critério de vulnerabilidade. Há uma maior objectividade quanto à intencionalidade. Os estudos comparativos entre países estão “muito na moda” (*Refugee Housing Association*).

Seguir uma definição europeia é complexo, especialmente quando é já difícil reunir as diferentes áreas locais de Londres num trabalho conjunto. Por outro lado, os sistemas de segurança social são incompatíveis na medida em que existem serviços sem equivalência em todos os países (exemplo, dos asilos à moda antiga na Europa de leste onde são colocados os doentes mentais). Actualmente, a grande expectativa no Reino Unido recai sobre o parlamento escocês que se encontra a preparar uma revisão da classificação de grupos prioritários (*Homeless Link*).

VII.III. Quantificação da População Sem-Abrigo

A) Paris

É mencionado um total de 20 000 SDF em Paris. As estimativas são muito variáveis. São situações tão precárias que ao dia da entrevista podem ali estar, mas no dia seguinte já não (*CASP*).

B) Lisboa

É referido um total de 2 000 sem-abrigo em Lisboa: uma metade pode ser considerada constante e a outra sazonal, alterando-se as características sociodemográficas dos indivíduos. Os movimentos sazonais estão associados a festividades locais e incluindo também Espanha (exemplo, 13 Maio em Fátima; em Junho os Santos em Lisboa e Porto; Espanha a 13 de Outubro). Pode ser mesmo afirmado que existem sem-abrigo de Verão e sem-abrigo de Inverno. Dos 1 000 casos constantes, 700 estão institucionalizados, significando que têm algum tipo de contacto com uma instituição social, e os restantes 300 estão adaptados à vida nas ruas. É para estes que as equipas de rua são fundamentais (*CML – Plano Lx*).

Reunir dados quantitativos implica um grande investimento de tempo para, ao mesmo tempo, obter informação pouco detalhada. O estudo do LNEC (Pereira et al. 2001) conta com dificuldades como a não identificação do sexo de muitos casos, e baseou-se em indicações fornecidas pela polícia sem uma observação directa (*Hospital Psiquiátrico de Lisboa*).

A denominada “tenda de emergência” da CML é uma fonte de contagem parcial. Em 2003, a população total que utilizou esta infra-estrutura provisória de cinco meses foi de 800. Estes são considerados os casos “hardcore” da população uma vez que não havia muitas exigências ou regras (*CML - Equipas de Rua*).

C) Londres

É referido um total de 1 500 sem-abrigo nas ruas para o ano de 1997 na Inglaterra. Os restantes números conhecidos dizem respeito: aos statutory e candidaturas a habitação social rejeitadas. São números desconhecidos: os non-statutory que não dormem nas ruas e nem fizeram uma candidatura a uma autoridade local; e, os hidden homeless. Os últimos não estão nas ruas nem têm um alojamento, podendo estar em hostels temporárias, com amigos ou familiares. Este número é praticamente impossível de ser apurar uma vez que não é claro como fazê-lo. A organização Crisis apurou 390 000 pessoas, mas é provavelmente um cálculo incorrecto (*Homeless Link*).

Os dados acerca dos sem-abrigo que dormem nas ruas podem também não corresponder ao universo real. Com a política de redução do número de sem-abrigo, a metodologia de contagens tornou-se questionável. Não é seguro afirmar com toda a certeza, mas pode haver um incentivo para as autoridades locais manterem os números da melhor forma possível, uma vez que são avaliados pelo governo central (*Homeless Link*).

Duas questões estão aqui subjacentes: como se conta realmente as pessoas que estão a dormir nas ruas? e quem contar? No que respeita ao modo, as instituições assinalam os locais que sabem que as pessoas tendem a utilizar; numa determinada noite vão para as ruas e contam todos os locais, mas não existe forma de saber se tal cobre, ou não, todo o “borough”. Outro aspecto é se a pessoa está sentada e não a dormir, ou utiliza o interior dos edifícios ou parques de estacionamento, uma vez que não será incluída. A coordenação entre os diferentes boroughs é também questionável. Para o quem incluir nas contagens, a questão proeminente é agora se devem ser considerados os casos de imigração, nomeadamente da Europa de leste. O ponto sensível desta questão é a de estabelecer se o governo terá de assumir responsabilidades em apoiar este segmento populacional e, apenas nesse caso, inclui-lo nas contagens. Os números aumentarão quando os objectivos da política actual são de redução (*Homeless Link*).

O caso dos refugiados é tratado no âmbito da política geral de redução de sem-abrigo nas ruas, num contexto em que a ênfase das autoridades locais vai também para a redução dos casos aceites como statutory. Deste modo, o esforço é tentar levar a que os indivíduos optem por outras soluções habitacionais, ao mesmo tempo que nove em cada dez casos aceites não são registados estatisticamente. Basicamente, a nova legislação levará a que o número de pessoas registadas como sem-abrigo diminua sem significar que haja um real decréscimo. A temática dos refugiados não deixa de ser polémica e enfatizada: “The English are like of reserve and don’t link to promote themselves and then they go to the other extreme where they shout about things quite illogically and I think the all refugee problem is one of those things that has been shouted about disproportionably when you look at the statistics the UK is not at the top 10 receiving country...” (*Refugee Housing*).

O método de contagens seguido trimestralmente pela polícia pode ser falível. É dito que, de forma a captar a mobilidade da população na rua, as contagens são repetidas ao longo de diferentes horas. Para se evitar registos duplos é seguido o seguinte procedimento: “They say wake up.. What’s your name..?”... “Then remember more or less they names and say: “before you said you were James”; “also to remember there cloths – because normally they use the same cloths or their physiognomy”. Nestes momentos de contagem, são intensificadas as desmobilizações dos sem-abrigo da rua para os centros para que os números registados sejam inferiores (*Saint Martin’s*).

VII.IV. Princípios Gerais de Intervenção

A descrição realizada pelas várias instituições permite destacar os seguintes factores comuns de caracterização genérica da intervenção seguida:

- **Predomínio dos serviços de alojamento nas cidades principais de cada país**
- **Crescimento da visibilidade do fenómeno social de sem-abrigo nos anos oitenta**

Foram vários os tipos de habitação temporária, anteriores aos centros de acolhimento nocturno actuais, criados nas três cidades: as grandes camaratas associadas ao trabalho itinerante; infra-estruturas de grandes dimensões num formato entre hospital psiquiátrico e estabelecimentos prisionais para receber indivíduos considerados vagabundos, delinquentes e doentes mentais; e, pensões de custo pouco elevado para indivíduos com fracos recursos económicos, e frequentemente em mobilidade. Consoante os contextos nacionais, o mercado de habitação passou, ou não, por uma estratégia de habitação social. Este tipo de habitação é actualmente escasso nas três cidades em análise. Os anos oitenta (alguns casos noventa) marcaram uma nova abordagem estatal de apoio aos indivíduos em situação de sem-abrigo,

que veio apostar num aumento e melhoria das condições do alojamento temporário (como quartos com menor número de camas) e na criação de equipas de rua.

No caso da Inglaterra, estabeleceu-se em 1997 (depois para 1999 e adiando-se posteriormente para 2002) a meta de redução de sem-abrigo nas ruas em 2/3, através de uma abordagem sistemática das equipas de rua. Quanto ao financiamento das instituições que operam no terreno, assistiu-se recentemente a um aumento da monitorização governamental no sentido da simultânea promoção da qualidade dos serviços e uma política de redução de custos.

▪ **Polarização: emergência e longo termo**

A emergência tende a ser indiferenciada, de curta duração, rotativa, saída compulsória e, em alguns casos, de acesso directo, e o longo termo mais criterioso e especializado por grupos, ou principais necessidades.

Apesar do acesso a centros de emergência ser caracterizado como directo e indiscriminado não significa que “baste bater à porta” para ter direito de entrada. Isto porque poderá não haver vagas, uma vez que estas foram já ocupadas por indivíduos encaminhados por outras instituições, equipas de rua, linha de emergência social (Lisboa e Paris), etc. Os encaminhamentos e referências constituem, por um lado, instrumentos de gestão dos lugares de emergência (sem capacidade de resposta para a procura total), e, por outro, visam criar um primeiro momento de triagem, servindo para dar às instituições receptoras uma maior segurança.

A frequência de estadias para além dos limites de duração idealizados, bem como as sucessivas renovações, e consequente entrada e saída no mesmo centro, demonstram que o plano de emergência é também utilizado como resposta instável de longa duração.

Em Paris, a duração das soluções de emergência tem vindo a ser alargada (nomeadamente de uma só noite para sete e quinze dias) para assim se procurar colmatar dificuldades da população, como ter a possibilidade de deixar os bens pessoais no centro, e acesso a serviços complementares de aconselhamento e pedido de benefícios e pensões sociais. Todavia, as saídas compulsórias matinais continuam a colocar vários constrangimentos ao nível da organização de vida e sociabilidades dos indivíduos, mas são vistas como necessárias para a sua não estagnação.

O acesso directo está aparentemente mais dificultado em Londres, onde os centros tendem a ser especializados por grupos alvo de acordo com idade, género, problemática, etc., criando-se, todavia, excepções para situações consideradas vulneráveis. Por outras palavras, a estruturação dos serviços, apesar de semelhante em termos do percurso rua e passagem por centros hierarquizados, não aposta numa vertente de emergência, mas sim numa

especialização por grupos alvo, também com benefícios sociais específicos. Os benefícios acumulam-se por áreas sociais (saúde, desemprego e habitação) mas podendo levar a que, se excluído de um determinado domínio, o indivíduo acabe por ficar desprovido de qualquer apoio.

A abordagem de emergência assume um carácter sazonal havendo estruturas que apenas funcionam nos períodos de maior frio. Em determinados casos, as instituições têm vindo a apoiar-se em centros de dia para receber indivíduos de uma forma mais directa, e que poderão vir a ser posteriormente encaminhados para uma resposta de alojamento. Nestes casos, o apoiado será acompanhado sempre pela mesma instituição.

O alerta das instituições vai para a necessidade de criar serviços pós-atribuição de habitação, havendo a necessidade de um acompanhamento psicossocial continuado. Este investimento é ainda díspar entre os vários contextos. No caso da Inglaterra, as “Tenancy Sustainment Teams” têm como principal objectivo quebrar o ciclo de situação de rua e dar apoio ao nível da inserção habitacional. É realçado que os indivíduos em hostels permanecem em situações de isolamento social procurando-se actualmente desenvolver actividades ocupacionais.

- **Perspectiva hierarquizada de níveis de reinserção social**
- **Respostas especializadas por grupo alvo e problemáticas**

Os pólos de emergência e a longo termo organizam-se sob uma lógica de reinserção social por etapas. Os níveis mais elevados traduzem-se em estruturas especializadas e de menor dimensão, sendo habitualmente para os inseridos no mercado de trabalho. Os níveis menos elevados, ou de emergência, tendem a acumular populações com problemas muito diversos e de difícil gestão conjunta, nomeadamente imigração, jovens, dependências de álcool e toxicodependência e recém desempregados. Nas respostas de longo termo, o acesso a serviços complementares diversificados (emprego, formação, subsídios, aconselhamento habitacional, etc.) é mais facilitado.

As organizações possuem, entre outros, critérios de admissão, limites de estadia e dimensões específicas. Tal pressupõe uma crescente visibilidade de situações semelhantes como é o caso das famílias, indivíduos portadores de HIV, imigrantes, etc. A situação particular dos pedidos de asilo e refugiados é gerida por políticas (com níveis de apoio e repressão oscilantes) e fundos específicos. No caso analisado em Londres, o centro para refugiados oferece uma série de serviços complementares como o ensino da língua.

Todavia, a especialização carece de desenvolvimento persistindo a unificação, sob uma mesma estrutura, de casos com problemáticas muito diferenciadas. A este respeito, as

instituições destacam a importância de serem criadas estruturas que integrem vários tipos de serviços, independentemente da sua natureza de emergência ou de longo termo.

Em Lisboa, o Plano Lx veio reunir os domínios de apoio aos sem-abrigo e toxicodependência, que anteriormente eram autónomos, denotando assim uma tendência evolutiva oposta. No entanto, sob uma perspectiva hierarquizada de centros de acordo com problemáticas específicas. Entende-se os casos de toxicodependência e os directamente saídos das ruas, no caso de homens isolados, como o patamar inicial (Centro do Beato), e inseridos no mercado de trabalho mas sem capacidade de pagar habitação, o nível superior (Centro da Graça).

Os técnicos valorizam a criação de planos pessoais e um acompanhamento continuado, nomeadamente pela execução de reuniões periódicas e reavaliações da situação. A estratégia de respeitar os tempos a dar a cada indivíduo para construir o seu projecto de vida é condicionada pela capacidade do sistema de apoio.

Ao nível dos três países, há uma variação quanto ao peso da dimensão local na gestão e financiamento dos serviços de apoio. O caso de Londres constitui um exemplo em que o tipo de serviços financiados em “borough” depende das problemáticas aí mais evidentes. À luz da delimitação de situações de homelessness distintas de acordo com a lei, indivíduos em categorias diferenciadas (statutory, non-statutory) podem partilhar o mesmo tipo de solução de alojamento, com a particularidade de que os statutory terão prioridade de acesso à habitação social. É também referida a procura de criar a rotatividade dos utilizadores, sendo essencial uma maior quota de alojamento disponível para se incentivar os indivíduos a mudar a sua situação.

▪ **Grupos prioritários**

Os indivíduos em situação de vulnerabilidade são prioritários. A Inglaterra define juridicamente este grupo como prioritário, e os restantes dois países, por motivos de falta de recursos, seguem uma lógica (não juridicamente formalizada) semelhante. Os grupos tendem a ser mulheres, mães solteiras, crianças, indivíduos com deficiências e idosos. São os grupos prioritários os que mais facilidade têm em aceder directamente a respostas de longo termo, e a aproximar-se de modo mais directo do patamar da habitação social.

▪ **Chegar aos casos não institucionalizados**

Tem-se assistido a uma alternância entre abordagens fundadas em contactar os indivíduos nas ruas, e as, opostas, que defendem que estes é que se devem mobilizar, caso queiram receber apoio.

A estrutura e a forma de actuação das equipas, apesar de semelhante nas três cidades, não estão standardizadas. Estas podem ser, ou não, parte da estratégia governamental de combate

ao fenómeno e, neste sentido, constituem um primeiro acesso à cadeia de reinserção. O apoio alimentar pode ser um fim em si, ou tomado como um contacto inicial para futuros encaminhamentos. A sua dimensão varia também, apesar de tendencialmente de grupos de três a sete pessoas. Podem ainda seguir roteiros definidos a um ritmo elevado, ou variáveis para que mais tempo seja dispensado aos indivíduos nas ruas. Algumas instituições têm vindo a investir na formação e coordenação das equipas de rua.

Londres parece estar numa fase de redefinição da actuação das equipas de rua após uma centralização de recursos nas mesmas, nomeadamente para se voltar a dar ênfase à necessidade dos indivíduos se deslocarem aos serviços. Chegar aos casos de rua pode também estar associado ao desejo de diminuir a visibilidade do fenómeno. Em Lisboa foi referido uma multiplicação recente de equipas de rua.

▪ **Tipo de vínculo com o sem-abrigo**

Os indivíduos que utilizam as várias instituições são designados de formas diversas, nomeadamente beneficiário (Lisboa e Paris), utente (Lisboa), utilizador (Paris e Londres), cliente (Londres), entre outros. O tipo do vínculo estabelecido reflecte-se em aspectos como o pagamento, ou não, do serviço recebido, podendo tal condicionar os direitos concebidos. A título de exemplo, se as refeições devem cobrir costumes religiosos.

▪ **Estratégias de participação**

A participação passa pela construção conjunta do plano de inserção, de medidas e programas de apoio, design das actividades de lazer, partilha de informação, etc. O investimento nos utilizadores e seu empowerment não é uma prioridade para todas as instituições. Tal é condicionado por factores como a capacidade financeira e as percepções acerca dos utilizadores. As regras estipuladas variam: necessidade, ou não, de reavaliação de segundas oportunidades; existência de expulsões permanentes; flexibilização das regras até ao limite do respeito pelas condições de segurança; respeito pelas recaídas dos indivíduos, etc. Os consumos de álcool e droga estão claramente patentes, sobretudo nos níveis de emergência, e as regras são, em alguns casos, flexibilizadas de forma a não excluir estes casos. Algumas instituições defendem que maior a rigidez das regras dos centros nocturnos mais casos permanecerão nas ruas. Todavia, o acesso a regalias e diferenciações de privilégios entre os utilizadores não seguem parâmetros objectivamente formalizados.

▪ **Concepções de Prevenção**

São várias as noções de estratégias preventivas. Tanto se podem referir aos casos de risco, como ao evitar que as situações se tornem crónicas (que em Portugal se utiliza o lema de evitar que se passe do “estar sem-abrigo” ao “ser sem-abrigo”).

VII.V. Avaliação das Respostas de Apoio Dirigidas aos Sem-Abrigo

VII.V.I. Design e Filosofia dos Serviços de Apoio

A) Paris

Os vários constrangimentos apontados ao design e filosofia dos serviços sociais são também referentes a questões políticas e ao impacto de factores conjunturais:

- O bloqueio geral de falta de habitação social traduz-se em menor rotatividade e tempos de estadia longos nos centros de acolhimento de emergência (sistema sem “turnover”);
- Bloqueio dos estágios de inserção cria problemas graves ao nível da gestão das vagas de alojamento e desenvolvimento de planos de reinserção social individuais;
- Conceito de emergência social é incompatível com as condições estruturais um vez que não existem opções de saída profissional e habitacional imediatas;
- É necessário travar a filosofia de emergência social já que impede os indivíduos de encontrar a estabilidade necessária (também emocional) para projectarem os seus planos de vida;
- A imposição de tempos não é realista, nomeadamente para os que eventualmente poderão encontrar um emprego mas que é em data indeterminada (80% dos utilizadores do CHU);
- Não reconhecimento dos limites da inserção social leva a uma falta de respostas para os “permanentemente excluídos” (sem lugar no mercado de trabalho);
- Falta de medidas de inserção para além das baseadas no emprego/trabalho;
- Desinstitucionalização e falta de respostas alternativas;
- O alojamento temporário é mais dispendioso que as respostas de longo termo e não oferece uma reinserção social sustentável;
- A habitação permanente é mais efectiva em termos de custos mas a opção governamental é a de evitar a adaptação e estabilidade, particularmente no caso dos imigrantes;
- Não é feito trabalho de prevenção;
- A provisão de serviços baseia-se numa filosofia sazonal sem sustentabilidade.

De acordo com o expresso pelos entrevistados, a preocupação com a pobreza é uma questão de Inverno. É nesta altura do ano que os mass media mencionam as pessoas que morrem de frio nas ruas. É colocado um dilema ético quanto à abordagem de retirar a população das ruas e encaminhá-las para centros nocturnos, já que implica balancear a vontade individual e a obrigação social de as proteger de uma morte por hipotermia. Por outro lado, coloca-se o problema dos intuítos de controlo social subjacentes a esta actuação. Aponta-se que esta linha de acção é correcta se as respostas a oferecer passarem por mais que apenas um tecto por uma

só noite, ou seja, por propor uma alternativa de vida. É sublinhado que o apoio à população sem-abrigo, contrariando uma lógica de os tirar apenas de um campo visível, deve ser uma obrigação da sociedade no seu todo, incluindo dos poderes políticos (*André Jacomet*).

As instituições envolvidas diariamente no terreno são ignoradas pelos poderes públicos. Uma crítica geral é endereçada ao poder político que, ao promover respostas temporárias, não se dispõem a reconhecer a existência de problemas estruturais ao nível da habitação e emprego. (*André Jacomet e CASP*).

As respostas temporárias promovem longos períodos de condição de sem-abrigo, e um consequente aumento das dificuldades para se sair dessa situação. O caso dos imigrantes representa uma questão política particularmente sensível na forma como os direitos e benefícios são atribuídos e retirados, a par da lógica do temporário (apoiar até ao limite em que não se torne confortável – exemplo, do alojamento sem cozinhas) (*CASP*).

B) Lisboa

- Falta de recursos e de respostas disponíveis;

A falta de tempo é um dos factores que influencia negativamente as possibilidades de trabalho em rede e a construção de um plano individual de reinserção.

- Tipo de respostas desadequado à população sem-abrigo (exemplo do RMI) por motivos quer processuais – tempo de espera, falta de preparação técnica dos técnicos, quer associados à própria população – falta de apoio familiar, mobilidade, ausência de formas de contacto, falta de disciplina, etc. Estas características podem estar na base de programas de apoio que vêm a assumir efeitos perversos;
- Agravamento das situações de crise e ruptura por falta de respostas imediatas;
- Longos períodos de espera entre a candidatura e usufruto dos benefícios é angustiante, complexo de gerir e leva a desistências (exemplo, apoio toxicodependência);
- Não reconhecimento dos limites da inserção social leva a uma falta de respostas para os casos “permanentemente excluídos”;
- Respostas temporárias (emprego) que não permitem criar estabilidade levando a recorrentes episódios de condição de sem-abrigo (“on/off”);
- Rigidez e burocracia bloqueiam a iniciativa para novos programas;
- Laços entre assistidos e assistentes são fracos;
- Desinstitucionalização e falta de respostas alternativas. Casos com distúrbios mentais tendem a andar permanentemente numa alternância entre rua e hospitais;

- Bloqueio geral dos programas devido à falta de habitação social promove a dependência e aprendizagem de comportamentos ilícitos que comprometem a evolução dos indivíduos;
- Desarticulação de serviços afecta o sucesso do plano de reinserção e pode levar a falhas ao nível da atribuição dos benefícios (como atribuir a mesma habitação a duas famílias diferentes);
- Existem casos de recusa da habitação disponibilizada por motivos como a localização e tipo considerados guetos ou armazéns humanos;
- A base contratual da relação entre beneficiário e serviço está a um nível híbrido de caridade e contrato;
- A promoção da deslocação permanente dos beneficiários entre diferentes tipos serviços para combater situações de dependência da situação de rua é contra-producente (para outros necessária para combater a estagnação);
- Alguns técnicos tendem a manter os “casos mais fáceis” impedindo assim a dinâmica de progressão no plano de inserção; não estão preparados, seguem formulários estandardizados de entrevista e são incapazes de realizar discursos objectivos e científicos; sem a competência técnica necessária para efectuar diagnósticos, ou identificar situações, em matéria de toxicodependência e distúrbios mentais;
- As equipas de rua baseadas no trabalho de voluntários não garantem a preparação técnica necessária e o acompanhamento continuado das situações;
- Trabalhadores de rua em Portugal, em oposição à França e Inglaterra, não são reconhecidos como um grupo profissional específico sendo permanentemente estigmatizados;
- Hiato comunicacional entre investigação científica e instituições sociais;
- Empregadores perpetuam a exclusão social.

Os entrevistados que mencionaram este último facto referiram também a possibilidade de o minorar. A título de exemplo, manter privado o conhecimento de que a pessoa já passou por uma situação de sem-abrigo, ou, no caso do centro de acolhimento, receber as chamadas telefónicas (possíveis empregadores) sem identificar a instituição e passar a chamada como se de uma habitação privada se tratasse (*Centro Graça*).

Foi considerado que, durante os últimos quatro anos, os serviços de apoio social aumentaram significativamente, incluindo para o segmento da população imigrante. Contudo, a oferta de habitação social está muito aquém das necessidades (*Serviço Emergência Social*).

A respeito da falta de vagas em determinado tipo de estruturas especializadas, como para a toxicodependência, verifica-se haver, a par das desistências, uma consequente diminuição da

procura. Como solução torna-se essencial criar estruturas intermédias que, no tempo de espera, disponibilizem alojamento, satisfação de necessidades básicas e actividades ocupacionais (*Comunidade Vida e Paz*).

Apesar das dificuldades apontadas, foi partilhada a observação positiva de, pela primeira vez, ter sido implementado um esquema de habitação assistida que parece estar a atingir bons resultados (*CESIS/FEANTSA – entrevista exploratória*). É salientada a importância do Plano Lx trabalhar passo a passo com a população que recebe assim mais apoio e acompanhamento. No entanto, a principal falha apontada à CML continua a ser a falta de habitação social, particularmente quando as restantes opções, informais ou privadas, são escassas (grande parte das pessoas não é receptiva a receber sem-abrigo - *Serviço Emergência Social*).

C) Londres

- Inexistência de habitação social para “move on”;
- Bloqueio habitacional leva a que os statutory homeless acabem por ficar indefinidamente em habitação temporária - Bed & Breakfast, hostels e rolling-shelters;

A política de “right-to-buy” do partido conservador é considerada responsável, uma vez que a escassez de habitação que produziu ainda não foi recuperada, ou algumas casas estão tão deterioradas que o melhor seria demoli-las. Actualmente, as pessoas em listagem de espera para habitação social são as mais vulneráveis. Estas são meramente realojadas já que recebem talvez cupões para tintas mas toda a mobília e equipamento é por sua conta (*Homeless Link e Providence Row*).

- Acesso ao apoio condicionado pelos benefícios usufruídos;

Para utilizar as hostels um indivíduo tem de estar a receber o “housing benefit”. Tal requer uma “local connection” (planear trabalhar e viver no Reino Unido, ter família, contactos, etc.), o que pode levar algum tempo (3 a 6 meses). Segundo a Lei de 1994, os cidadãos nacionais podem também perder a sua ligação ao local se deixarem o país por um longo período de tempo. Os que não têm direito ao benefício para habitação apenas têm como alternativa alguns abrigos geridos por igrejas, nomeadamente durante o Inverno (*Homeless Link*). A preferência vai para os casos que tenham alguma espécie de benefício (jobseekers, income support, incapacity, etc.) (*YMCA*)

- Gestão da Imigração;

A questão da imigração é alvo de várias críticas. Existem medidas contraditórias, ou seja, por um lado, há uma política de aceitação e motivação do trabalho imigrante, mas, por outro, sem direito a apoio e benefícios sociais. Outro aspecto considerado complexo é a atribuição de

responsabilidades de apoio, nomeadamente quando os problemas dos indivíduos são anteriores à sua condição de imigrante.

O caso dos refugiados é uma matéria política que levanta questões definicionais e operacionais, tais como se o pedido de asilo é realizado antes ou depois de entrar no país de acolhimento. Tem sido um grupo bastante afectado por contínuas alterações políticas e legislativas que regulamentam o seu direito a receber apoio social. A reacção à política do “dispersal” (colocar os refugiados em zonas menos populosas e mais rurais) deve ser lida de acordo com o contexto económico. Os momentos de maior tensão surgem em fases de crise e os refugiados são vistos como um elemento de concorrência para a obtenção de emprego. Mas o Reino Unido pode ser considerado um país de boa aceitação (*Refugee Housing*).

- Os homeless não statutory e invisíveis são um grupo excluído do apoio que acaba por cair numa situação de rua;

Tal é um efeito perverso do investimento mobilizado para a redução de 2/3 dos sem-abrigo a dormir nas ruas. É o governo que actualmente gere os lugares das hostels – statutory e sem-abrigo nas ruas – que anteriormente estavam também disponíveis para a categoria dos hidden homeless. Consequentemente, um indivíduo terá de chegar a tal situação extrema para poder entrar no sistema de apoio, e posteriormente ter direito a habitação social. Habitação esta que é muito difícil de obter, já que as disponíveis não são suficientes nem para os grupos vulneráveis, ou prioritários (*Homeless Link*).

A noção de habitação adequada pode ser utilizada de vários modos. No caso dos indivíduos com dezasseis e dezassete anos (para quem um grande investimento na prevenção e mediação é mobilizado), o termo adequado é ponderado de acordo com a noção de que são incapazes de se auto-gerir, significando que o mais indicado é as hostels com serviço de apoio disponível durante 24 horas. O número de lugares disponíveis para os hidden é também diminuído por esta via. Actualmente, constitui uma preocupação fundamental delimitar se os imigrantes da Europa de leste (em aumento) devem, ou não, ter acesso a apoio e, logo, ser tornado visíveis. O grande constrangimento político a esta visibilidade é que se estará a incluir um novo grupo quando as coordenadas se baseiam numa redução de sem-abrigo (*Homeless Link*).

- Falta de recursos e financiamento;

A falta de recursos generalizada e normas de financiamento mais rígidas estão a tornar, mesmo para os vulneráveis, ainda mais selectivo o processo de atribuição de habitação social. A título de exemplo, uma mãe solteira com um filho terá de passar por todo um inquérito no sentido de apurar se o pai da criança não tem habitação, se não tem realmente alternativas, etc.

De uma forma liberal, significa que toda a gente tem de ser realmente merecedora e essa noção baseia-se também no conceito de vulnerabilidade (*Refugee Housing*).

As reduções orçamentais estão a levar a que seja necessário disponibilizar os serviços com a mesma qualidade, ou melhor, mas a mais baixos custos. A situação económica de algumas ONG não está a melhorar e para continuar a receber financiamento é imperioso que se demonstrem progressos e alvos atingidos. O Floating Programme criado há três anos visa endereçar o que é visto como um desperdício na provisão de habitação a pessoas vulneráveis. (*Refugee Housing e Providence Row*)

A concepção do processo de cadeia, iniciado pelo contacto com as equipas de rua, pode representar um entrave ao indivíduo seguir os seus próprios tempos, ou mesmo ter recaídas e recuperar. Se num momento de crise o indivíduo não respeitar as obrigações impostas terá de regressar ao ponto de partida, independentemente do nível que já havia atingido (*Providence Row*).

Em suma, a política de habitação é feita de pontas soltas a que se adiciona a margem de actuação local de cada borough. Todavia, como aspectos realçados positivamente, destacam-se os programas vocacionados para a consulta, mediação e envolvimento dos utilizadores de serviços, incluindo os já alojados em habitação social (*Homeless Link*).

Independentemente dos constrangimentos actuais, o problema de homelessness existirá sempre, nomeadamente no caso de crises associadas a problemas mentais (*Providence Row*).

VII.V.II Trabalho em Rede e Parcerias

O trabalho em parceria constitui um instrumento essencial para o desenvolvimento de respostas integradas. Dada a sua importância, a análise deste parâmetro da filosofia dos serviços de apoio é tomado em consideração de forma individualizada:

A) Paris

As parcerias e o trabalho de rede são essenciais particularmente na área da saúde, após o encerramento dos hospitais psiquiátricos. Foram dados passos positivos neste sentido como a criação de protocolos com os serviços de saúde, e o desenvolvimento de estruturas especializadas para indivíduos a sair dos hospitais ou com doenças incuráveis (HIV). A Lei 2/2002 prevê uma fonte de financiamento médica e social de modo a cobrir custos, como em substâncias substitutivas de drogas (metadona) ou programas educacionais de prevenção de HIV. Uma “antenne santé” composta por médicos e psicólogos visita as instituições e trabalha em intensa colaboração com as equipas de apoio social. Foi lançada uma parceria europeia que visa apoiar os indivíduos sem recursos económicos a encontrar emprego (*Saint Martin*).

Apesar de tudo, conseguir uma cama num hospital para um sem-abrigo em condição de rua continua a ser extremamente complicado (*Coeur des Haltes*).

Partindo da verificação de que na Europa os hospitais são caros, e que mal o paciente pode dar alguns passos já não é aceite, foi criada uma pequena estrutura dirigida a indivíduos que ainda estão em convalescença mas necessitam de tempo para encontrar alojamento (*CASP*).

È, por vezes, necessário fazer compreender e criar algumas pressões junto das autoridades públicas, ou lobbying, para conseguir os apoios necessários à prossecução dos fins, ou alterar algumas das condições existentes (*André Jacomet*).

A lacuna existente entre governo e instituições foi minorada. Quando acidentes particularmente graves ocorrem (e também os destacados pelos media – exemplo incêndios no centro de Paris em casas precárias) todos os intervenientes se reúnem para os discutir (*CASP*).

A FNARS é a organização que trabalha como coordenadora das várias ONG envolvidas no terreno. É um esforço positivo que reúne os vários actores e com a preocupação acrescida de organizar e divulgar informação (*EMAUS*). Todavia, em algumas situações, os participantes estão mais preocupados em se promover do que em fomentar parcerias e o trabalho de rede (*Coeur des Haltes*).

B) Lisboa

De um modo geral, a relação entre instituições é dificultada, entre outros, pela falta de cooperação e coordenação, inexistência de uma planificação integrada e estratégica, hibridez entre domínio de intervenção social e da saúde.

Promover a articulação e o trabalho em rede (educação, emprego, habitação, benefícios, saúde) é fundamental. Propor aos indivíduos alternativas à situação de rua depende da coordenação de diferentes instituições, e deve seguir uma especial preocupação em encontrar respostas imediatas para as diversas situações de crise (*CML – Plano Lx*).

Protocolos de promoção de emprego e educação são essenciais. O caso dos imigrantes é de particular sensibilidade política levando a parcerias e criação de serviços específicos. Pode acontecer que a implementação de medidas específicas para esta população crie conflitos com os cidadãos nacionais que se sintam discriminados. Dado o dinamismo das alterações legais, é exigido aos serviços um grande esforço de actualização (*CML – Equipas de Rua*).

Contrariando os resultados obtidos por Pereira et al. (2001), é defendido não existir uma competição entre as várias equipas de rua nocturnas, que distribuem alimentação e roupa nos mesmos exactos locais a diferentes horas da noite. Há uma co-existência pacífica entre as equipas sendo fundamental uma coordenação e gestão centralizada, como tem vindo a ser

conseguido pelo Plano Lx. Quem dá a sopa ou o cobertor é discussão de menor importância relativamente à condição de precariedade dos sem-abrigo (*CML – Equipas de Rua*).

As parcerias podem funcionar em ambos os sentidos, ou seja, tanto podem levar a receber novos casos, como a passar um beneficiário para uma instituição parceira. Por outro lado, a mesma pessoa é seguida por diversas organizações. O SES pode receber casos de uma instituição ligada à imigração que não tem a resposta adequada e, num segundo momento, necessitar de encontrar um terceiro parceiro para enquadrar o caso acompanhado. O plano de inserção social constitui uma passagem entre instituições (*Serviço Emergência Social*).

O acompanhamento dos indivíduos aos serviços que necessitam é um dos pontos-chave de actuação das equipas de rua. Pode implicar tratar de documentos, ir a consultas médicas, etc. É valorizado o trabalho actual das equipas de rua que em muito veio simplificar a tarefa dos técnicos e o processo de reinserção social (muitas vezes bloqueado por questões de documentos) (*Serviço Emergência Social*).

No que concerne a relação entre os vários técnicos, a ética é uma questão fundamental. Neste âmbito, tem de deixar de haver uma mentalidade de “despachar situações” colocando em causa a estabilidade de todo um projecto (exemplo, declarar-se que determinado indivíduo já não consome). Actualmente, há informação que é omissa pelos técnicos e os beneficiários são aconselhados a seguir a mesma estratégia (*Centro Graça*).

Os entrevistados partilham a impressão de que recebem uma grande quantidade de casos. Outro aspecto referido como relevante é a criação de equipas multidisciplinares.

A inserção dos doentes mentais na comunidade e seio familiar, ao invés do internamento, veio trazer uma lacuna que representa mais do que uma questão de desadequação de instrumentos normativos. Existe uma área em branco e as regras de internamento compulsivo não parecem resolver a situação. A polícia foi excluída deste âmbito de intervenção e conseqüentemente é consentido que os sem-abrigo privatizem o espaço público (*CML – Plano Lx*).

A Lei 36/98, de 24 de Julho estabelece que qualquer pessoa pode requerer a um juiz um internamento compulsivo. A decisão depende de um diagnóstico médico que confirme a necessidade de internamento, e que em nada é condicionado pela situação habitacional do indivíduo. A confusão que existe é resultado de se querer sempre colocar a responsabilidade no outro lado e “nós somos a última paragem da locomotiva”. Os hospitais queixam-se que não podem manter pessoas que não estão doentes, e o campo social diz que não é possível acompanhar casos com problemas mentais. É uma repetição do mesmo discurso de sempre: “um esquizofrénico quando está no hospital não é um esquizofrénico, é um sem-abrigo; quando vai lá para fora os serviços sociais dizem que é doente mental... ou seja, as coisas estão trocadas: as pessoas caem no hospital

porque estão doentes, mas depois a questão é: temos aqui um sem-abrigo”. Há que questionar se realmente as partes trabalham lado a lado: “... é perguntar-lhes: a assistente social se ela trabalha lado a lado com o médico, e ao médico, a mesma coisa, se trabalha lado a lado com a assistente social...” (*Hospital Psiquiátrico de Lisboa*).

O caso comum de um esquizofrénico que sai de um hospital e é depois acompanhado por um serviço de apoio social implica que haja partilha informação, nomeadamente acerca da medicação. As dificuldades para acompanhar uma pessoa em medicação são variadas. É imperioso criar a ponte entre os serviços hospitalares e sociais, por exemplo pela identificação de soluções para pessoas que perderam a sua habitação por falta de pagamento de renda enquanto hospitalizadas. É necessário criar uma espécie de alojamento de apoio aos hospitais (apartamentos clínicos). Estadias mais prolongadas no hospital podem também ser menos dispendiosas que suportar as contínuas entradas e saídas hospitalares (ciclo vicioso) (*CML – Equipas de Rua e Serviço Emergência Social*).

Todavia, cada técnico pode ser um caso particular e existem também “médicos mais sensíveis que outros”, e instituições (ou hospitais) com que é mais fácil cooperar. As subparcerias informais podem constituir formas de trabalho em rede de grande mais-valia. Há também técnicos que se recusam a ser cooperantes com receio de que a sua carga de trabalho venha a aumentar substancialmente (*Serviço Emergência Social*).

Em suma, o cenário global da relação saúde e social pode ser caracterizado como de “conflito latente”, reflectindo uma escassez de recursos partilhada, sob a pressão de dar resposta a situações de urgência.

C) Londres

A promoção da cooperação entre diferentes instituições é um dos objectivos da Homeless Link. A Refugee Housing Association menciona a necessidade de, para além de se trabalhar em conjunto com os refugiados, unificar as várias organizações.

Todavia, um entrave estrutural é sentido: a competição entre as organizações e o facto de algumas estarem a tomar conta de outras, ou a fundir-se em instituições de maior escala. Este constrangimento advém da política de financiamento do programa Supporting People e da abordagem localizada de cada borough. A cidade de Londres é muito grande e cada departamento territorial tem abordagens e objectivos comerciais próprios. Os interlocutores não estão motivados para partilhar os seus problemas e o trabalho em rede é comprometido. É necessário regressar ao contacto mais próximo que as instituições tinham com o sector privado, como através do “lost deposit scheme”. A Homeless People Unit (HPU) é avaliada

de forma positiva quanto ao trabalho de triagem e encaminhamento para serviços. Por exemplo, se a causa for uma ruptura com os pais tenta-se primeiramente trabalhar a situação através da mediação. (*Providence Row*)

VII.VI. Trajectórias e Dinâmicas de Risco

A) Paris

Os sem-abrigo são uma população muito heterogénea e as causas e percursos também – clochard, rupturas familiares, álcool, doença mental, indocumentados, etc. Os **internamentos hospitalares** são uma forma não pouco usual de perder uma habitação. Para estes casos falta realizar um acompanhamento para que possam manter a sua habitação, inclusivamente através de um benefício social. De uma forma geral, a **provisão de serviços ao nível preventivo é muito escassa** (*André Jacomet*).

Ao se identificar as causas do fenómeno é necessário ter em mente que o mundo social é também afectado por causas indirectas. A pobreza está relacionada com **problemas de saúde** que assumem efeitos a variadíssimos níveis (*Saint Martin*).

A relação entre imigração e o fenómeno de sem-abrigo é consequência do **agravamento das condições sociais e económicas**. Há um grupo de pessoas que devido à **discrepância entre rendimentos e custos da habitação** deixou, apesar de anteriormente serem também pobres, de conseguir sobreviver sem assistência. Estes são também imigrantes que sofreram muitos traumas nos seus países, foram obrigados a imigrar para encontrar solução, estão de alguma forma integrados porque trabalham, enfrentaram os desafios da discriminação, aprenderam uma nova língua, uma nova sociedade, mas não conseguem ser autónomos (*CASP*).

A habitação social é financiada pelo governo nos subúrbios com boa qualidade mas com custos médios e condições de acesso restritas. O sector privado é significativamente mais caro (depois de quatro anos os preços da habitação em Paris aumentaram 14%) e impõem condições de entrada difíceis de suportar (três meses de salário como garantia, quantia de entrada, etc.). Muitos **grupos sociais** estão a tornar-se **progressivamente excluídos da habitação**. O **agravamento das condições de vida** para determinadas classes de trabalhadores mal remunerados leva a que populações, que há dez ou quinze anos podiam sobreviver sem o apoio dos serviços sociais, actualmente já não o consigam fazer. É fundamental compreender que durante os últimos vinte anos uma **nova forma de pobreza** tem vindo a aumentar – mais urbana, jovem e suburbana – e **que existe paralelamente às formas antigas** – idosos, deficientes, doentes (*CASP*).

Em França, existe um sistema de protecção social mais desenvolvido do que em determinados outros países (exemplo, sul da Europa e novos Estados-membros). Há cobertura para toda uma série de riscos: doença, desemprego, acidentes, etc. Estes benefícios não previnem completamente os riscos, mas podem dar uma **protecção pelo menos temporária**. Contudo, algumas **categorias estão automaticamente excluídas** como é o caso do RMI para os jovens. Assim, há um período particular de vulnerabilidade de sete anos (18 aos 25 anos) em que uma pessoa corre o risco de cair na pobreza. O clochard faz belas canções mas a realidade é que há uma presença significativa de jovens que vêm das partes rurais de França para Paris à procura de emprego (*CASP*).

Os **imigrantes indocumentados** estão bloqueados numa situação de sem-abrigo (*André Jacomet*). Todavia, não pode ser afirmado que o fenómeno de sem-abrigo é uma questão de imigração, porque não o é (*Coeur des Haltes*).

A época de pleno emprego chegou ao fim e o **desemprego** veio deteriorar a vida de muitas pessoas. Vivemos numa sociedade em que tudo se baseia em ter um emprego. **Para tudo tem de se dar garantias**: caução para a habitação, prova de trabalho para a conta bancária, etc. Caso um indivíduo esteja excluído de uma das exigências fica condenado a ficar à margem. A **falta de auto-estima** da população sem-abrigo e das pessoas mais vulneráveis pode ser imediatamente detectada durante uma entrevista de emprego. O **trabalho ilegal** torna-se a única alternativa e perpetua a exclusão social dos mais desfavorecidos. Em suma, os **empregadores perpetuam a exclusão social** porque a oferta de empregados é superior à procura (*André Jacomet*).

As dinâmicas macro-económicas apontam para um **aumento do trabalho temporário e instável e dos preços de arrendamento**. As pessoas conseguem manter a sua situação mas **sempre no limbo** e se passam por algum momento de crise (desemprego, divórcio) tudo se desmorona. **Não há sustentabilidade de crise**. Da perda de habitação, ficar com amigos, até à situação de rua é um **processo rápido** (*EMAUS*).

O **sistema de apoio social** encontra-se também **fragilizado**. Mesmo que as instituições invistam todos os esforços em providenciar alojamento para a população em necessidade, as mesmas não podem ir mais além se é um risco que o governo não está disposto a correr. Para pessoas já fragilizadas o **divórcio** cria um trauma emocional assumindo-se como causa primordial (*Saint Martin*).

B) Lisboa

São indivíduos **isolados com baixas qualificações académicas e competências** e com trajetórias de vida descoordenadas. Apesar do aparecimento de um novo perfil de sem-abrigo mais jovem e qualificado, estas características permanecem. Acumulam frequentemente baixos capitais familiares e individuais com problemas de **doença mental e consumos de drogas e álcool**, significando que têm alto nível de necessidades e que sair da situação de rua é um **processo extremamente complexo e moroso** (*Serviço Emergência Social*).

Há um consenso acerca da inexistência de uma única causa para a situação de sem-abrigo. Trata-se de um **acumular de handicaps** – falta de apoio familiar, laços emocionais e afectivos, isolamento emocional, fracas competências profissionais e habilitações académicas, falta de competências pessoais (gerir dinheiro, respeitar horários, etc.), dependências, saúde mental, violência doméstica, etc.

Os entrevistados fizeram referência aos seguintes possíveis **cenários de acumulação de rupturas**: a) os serviços sociais não são suficientemente eficazes para travar de forma imediata os efeitos da perda de uma fonte de rendimento e se não houver apoio familiar, este momento de crise levará a uma ruptura habitacional; b) dependência de álcool e droga como causa ou consequência de perder um emprego ou de uma ruptura familiar, que acaba numa perda de habitação; c) dependência de droga que leva a uma ruptura familiar e as ruas como fonte de rendimento (prostituição, arrumar carros, etc.) e local de consumo.

O fenómeno **não é sinónimo de pobreza** ou, caso contrário, haveria dois milhões de pessoas sem-abrigo. Esta noção é uma ideia redutora. A pobreza é algo que é comum como consequência da situação, mas não a sua explicação. A **doença mental** não pode ser desassociada do fenómeno de sem-abrigo, quer pela falta de serviços de apoio, quer como uma agravante do processo de saída da situação de rua (*Hospital Psiquiátrico*).

São cerca de 30% os casos que são escondidos pelos mass media no contexto de uma sociedade de consumo preocupada em vender **estereótipos**. Durante os anos oitenta, foi o paradigma da droga e, agora, são os imigrantes de leste da Europa. Os **casos não visíveis** relacionam-se com o **álcool**, que é o dobro dos casos de droga, e com a doença mental (esquizofrenia, psicoses e outros), e que as pessoas não parecem preparadas para ouvir falar (*Hospital Psiquiátrico*).

A **vulnerabilidade da relação familiar** é importante por muitos motivos: relações conflituosas podem estar na raiz da perda de habitação, e a falta de condições económicas e sociais de origem podem significar uma total ausência de sustentabilidade em momentos de crise. É a família e não o Estado o elemento chave para evitar o processo de queda. Por outro

lado, as características pessoais podem explicar que, mesmo existindo a possibilidade de apoio familiar, este seja rejeitado (vergonha, humilhação, não querer pedir ajuda, etc.). Alguns sem-abrigo e utilizadores de centros de acolhimento não informaram as suas famílias da sua situação. A separação familiar associada a movimentos migratórios pode vir a tornar-se insuperável – perda do ponto de contacto, custos financeiros a suportar, etc. (*Centro da Graça*).

A **incapacidade para estabelecer uma relação baseada no amor** encontra-se entre os factores principais. Se uma pessoa tiver a capacidade de amar um parceiro de forma forte é praticamente impossível tornar-se sem-abrigo (*Hospital Psiquiátrico*).

A **violência doméstica** é outra causa particular, especialmente no caso das mulheres. As mulheres em situação de sem-abrigo parecem ter o seu “companheiro de facto”, que é frequentemente quem lhe bate e expulsa de casa, e o “companheiro de rua” por uma questão de sobrevivência e que também pode ser abusivo. O último é geralmente abandonado quando obtêm casa e tendem a regressar ao primeiro, porque o contactam na esperança de o poderem mudar, ou porque ele mesmo as procura (*CML – Plano Lx*).

Uma pessoa que saiu do seu contexto social de pertença, ou que nunca teve um estável, pode nunca chegar a estabelecer uma rede social de apoio, como amigos, conhecidos, vizinhos. Esta lacuna pode ser um constrangimento para encontrar ajuda, emprego, etc. A imigração relaciona-se com o fenómeno de sem-abrigo na medida em que há imigrantes a viver nestas condições mas sem se constituir como uma causa directa. A **imigração tem de ser compreendida atendendo às condições dos indivíduos no seu país de origem**. No caso particular dos imigrantes de leste da Europa há frequentemente um estatuto financeiro instável que os leva a imigrar, a par de uma pressão sazonal. Em segundo lugar, problemas como o álcool ou depressões psicológicas existem com frequência anteriormente a se ter imigrado. Estes indivíduos em situação de sem-abrigo foram incapazes de organizar a sua situação no país de chegada devido aos seus pré-existentes handicaps. Neste sentido, não é o panorama nacional que não tem a capacidade de os integrar profissional e socialmente. É ainda importante desmistificar a ideia que são mais qualificados (apesar de nos seus países os anos de educação escolar obrigatória serem superiores). As máfias não têm um grande impacto ao nível das causas. Estar nas ruas pode fazer parte de uma **estratégia de poupança de recursos financeiros** e de reenvio de dinheiro às suas famílias, já que não possuem estereótipos em relação à utilização de serviços de apoio social, muitas vezes inexistentes nos seus países. A ambição de voltar ao país de origem está sempre presente, e Portugal é, na grande parte dos casos, a última opção na Europa (*CML – Equipas de Rua*).

È fundamental o apoio à integração dos imigrantes (*Serviço Emergência Social*).

O **desemprego** é uma das razões principais e tem impacto quer ao nível económico, quer ao nível pessoal (**auto-estima**). Nas nossas sociedades, o trabalho é o elemento-chave para a inclusão social e valorização pessoal. Se um indivíduo perde o seu emprego pode também deixar de acreditar que irá ter a capacidade de ultrapassar a situação. Os **ciclos de entrada e saída** na situação de sem-abrigo são parcialmente explicados pela **natureza precária dos trabalhos** ocupados, que ao não oferecerem estabilidade afectam a própria imagem pessoal. Os **serviços de apoio social e benefícios não são eficazes como medidas que travem os processos de ruptura**, nomeadamente devido à morosidade do processo. (*CML – Equipas de Rua*). Os mais fortes são os que sobrevivem e os **empregadores perpetuam a exclusão social** (*Centro Graça e Serviço Emergência Social*).

Outros problemas, como a toxicodependência vêm agravar os efeitos do desemprego (*Serviço Emergência Social*). Os casos fundamentalmente relacionados com o desemprego, sem haver dependências ou problemas de saúde mental, são os que com mais facilidade podem sair da situação de rua (*Comunidade Vida e Paz*).

Ter estado numa instituição prisional não é um factor explicativo da situação de rua. Os casos que estiveram na prisão e são sem-abrigo tendem a já o ter sido também antes de institucionalizados. Há um acompanhamento pós-prisão eficaz (*Comunidade Vida e Paz*).

O ponto de vista de que dormir na rua é uma opção segue a ideia de que as causas do fenómeno não são primordialmente habitacionais. Mesmo que as cauções ou quantias de entrada para uma habitação sejam um obstáculo, as pessoas poderiam ter arranjado uma alternativa à situação de rua, se assim o tivessem querido. É não se ser capaz de corresponder a exigências sociais como cumprir horários, fazer poupanças, etc. Seguidamente acumulam-se factores como o **divórcio, consumos**, etc. Estes **aspectos pessoais combinados com os factores estruturais estão na raiz do problema**. Os imigrantes devido à **exploração laboral** de que são vítimas podem ser considerados uma excepção (*Centro Graça*).

Parecendo haver muita informação acerca do assunto, todavia, “as pessoas vão projectando um conjunto de ideias... agora tenho a certeza que paradoxalmente se sabe muitíssimo pouco sobre este assunto, quer ao nível nacional, quer ao nível mundial.” (*Hospital Psiquiátrico*).

Há que salientar ainda os constrangimentos colocados ao nível do apoio social disponível, nomeadamente a **falta de respostas em tempo óptimo, e o longo período de espera para receber os benefícios existentes**, que leva a que as rupturas entrem numa espiral de problemas subsequentes. A título de exemplo, um episódio de desemprego sem uma articulação imediata com um centro de emprego, mais o tempo de espera pelo subsídio de

desemprego, pode levar a uma situação de despejo. Este caso aplica-se a vários indivíduos mas assume um maior impacto se a base de segurança familiar for fraca ou inexistente (*Serviço Emergência Social*).

C) Londres

A situação de sem-abrigo deve-se a **variados motivos** – ruptura familiar; desemprego; não ter uma ligação local; perda do housing benefit; não cumprir as obrigações impostas pelo jobseekers benefit que leva à perda do housing benefit e a pessoa tem de voltar ao início do processo, ou seja, dormir na rua; restrições do sector privado de habitação; dependências; saúde mental, etc. (*Saint Martin's*).

A ruptura familiar pode estar entre os motivos, nomeadamente entre os **jovens que são expulsos de casa dos pais**. Como um factor de diferenciação em relação aos países do sul da Europa, na Inglaterra os pais podem deixar de estar dispostos a acolher os filhos, incentivando-os a sair de casa. Não há um sentido de “family welfare” (*Homeless Link*).

O **desemprego** faz definitivamente parte do processo. A **habitação está bloqueada**. Os estilos de vida angustiantes, e a falta de tempo devido às pressões do trabalho e das contas para pagar, levam a que as **crianças cresçam cada vez mais isoladas e sem acompanhamento**. As **famílias estão a separar-se** devido a pressões externas (encontrar trabalho). Para mais, **atributos pessoais**, como maneirismos e falta de disciplina, levam a que os jovens estejam desprovidos das necessárias competências de adaptação social. Os **estilos de vida caóticos** levam a dependências, perda de habitação, desintoxicação, de volta à dependência, etc. Este universo existirá sempre. Nos nossos dias de estado providência, mendigar não é uma necessidade mas uma questão de álcool e drogas (*YMCA*).

Por outro lado, O mundo está a encolher: as pessoas vivem mais e em solidão. Vamos ter este problema no futuro (*YMCA*).

Os refugiados não são um grupo representativo já que tendem a escolher países onde já têm um contacto (não necessariamente um parente próximo mas algum conhecido de um conhecido). A este nível, é um grupo com recursos. O que pode acontecer é não haver confiança, não compreender, considerar angustiante, o acesso aos serviços de apoio social e, por esse motivo, preferir redes de sociabilidade. Os **refugiados são susceptíveis de ser considerados intencionalmente sem-abrigo**, uma vez que poderão já dispor de habitação própria no seu país de origem. Há ainda aspectos legais por definir face ao contexto de livre circulação de pessoas que, ao mesmo tempo, podem **não estar intituladas a receber benefícios sociais** (*Refugee Housing*).

VII.VII. Evolução Qualitativa do Fenómeno de Sem-Abrigo

As várias causas e trajetórias enunciadas pelos entrevistados salientam em alguns casos a existência de alterações ao nível dos grupos em situação de sem-abrigo. Destacando a informação fornecida pelos entrevistados nas três cidades por principais categorias sociodemográficas:

▪ Mulheres:

A significativa menor presença de mulheres entre a população sem-abrigo (10-15%) ainda está por ser analisada de forma aprofundada. No entanto, tal parece ser justificado pela pressão social que existe em tirar as mulheres da situação de rua para que não estejam sujeitas a dificuldades como a prostituição. Um homem pode provocar indiferença. (*Hospital Psiquiátrico*).

Devido ao aumento da instabilidade social existem mais mulheres entre os sem-abrigo (*André Jacomet e EMAUS*).

▪ Famílias:

Há mais famílias cada vez mais fragilizadas economicamente (*André Jacomet*).

Há mais famílias (*Saint Martin's e Providence Row*) e mãe solteiras (*Providence Row*).

▪ Imigrantes e Refugiados:

Em Portugal, pode ser referido um acréscimo significativo da imigração pelos anos de 2002/2003, na sequência da lei das autorizações de permanência e residência de 2001, mas que continua a ser maioritariamente dos PALOP. Apesar do aumento da imigração de leste, a mesma não é proveniente de todos os países, mas antes da Ucrânia e Roménia, e talvez Bulgária (*CML – Equipas de Rua*).

Parece existir uma correspondência entre nacionalidade e utilização dos serviços sociais. A comunidade chinesa tem uma coesão social mais forte e menos casos são conhecidos, em oposição aos provenientes da Europa de leste (ucranianos e russos) e brasileiros (*Serviço Emergência Social*).

As tendências alteram-se cada ano. Há uma população tradicionalmente pobre mas mesmo isso se tem vindo a modificar. Há cerca de três ou quatro anos atrás, havia os jovens argelinos mineiros (16, 17 anos de idade), e, nos dias de hoje, muitos grupos da Europa de leste seguem os seus sonhos enganosos. As tendências da imigração são explicadas pelas alterações ocorridas em cada país de origem a par das possibilidades de livre circulação na Europa (*CASP*). Tem havido um decréscimo de requerentes de asilo devido a políticas mais restritivas (*EMAUS*).

Há uma crescente preocupação com a imigração do leste da Europa (*Homeless Link*).

A população dos refugiados altera-se em cada geração e surgirão provavelmente novos tipos de problemas. Este não é um grupo muito popular e está estritamente relacionado com o domínio político. É um segmento da população sem-abrigo que tem maiores probabilidades de ser invisível do que presente nas ruas (*Refugee Housing*). Há definitivamente mais pedidos de asilo e o grupo étnico predominante altera-se praticamente por “borough” (*Providence Row*).

▪ **Jovens:**

É discutível haver um aumento da população jovem entre os sem-abrigo. O que é claro é que a sua visibilidade é mais evidente uma vez que são também mais os serviços disponíveis. Anteriormente, os casos mais visíveis eram os idosos e psicologicamente frágeis e, actualmente, os jovens começam também a ser vistos mas, mesmo assim, preferem estar escondidos por questões de orgulho (*Comunidade Vida e Paz*).

Aparecimento de um novo perfil de sem-abrigo mais jovem e qualificado (*Serviço Emergência Social*).

Dada a instabilidade, há mais jovens (*André Jacomet*).

Há mais jovens à procura do primeiro emprego (*Saint Martin's*).

VII.VIII. Domínio das Práticas de Apoio Social

VII.VIII.I. Especificidades Atribuídas aos Sem-Abrigo e o Papel do Técnico Social

A) Paris

Apenas uma **minoria dos casos prefere ser assistida**. Os “abusos do sistema” existem mas representam provavelmente 5% do universo. Para estas situações é necessário uma abordagem educativa e não moralista – devem saber que podem ser detectados e ter de devolver o dinheiro. Dada a forma como o sistema funciona é, por vezes, uma questão de sobrevivência. Apesar de com um decréscimo, ainda há a perspectiva de que os sem-abrigo são pessoas que não querem trabalhar. Alguns podem até ser criativos nas suas estratégias de sobrevivência e é também, por vezes, a forma como uma pessoa pode chegar longe nesta vida (*CASP*).

São **incapazes de gerir e planificar custos e despesas**, incluindo realizar poupanças, e de **respeitar horários**, porque perderam estas capacidades ao viver nas ruas (*André Jacomet*).

Estão **isolados** e, por vezes, encontrar uma companheira pode ser a solução (*André Jacomet*).

Podem **afirmar que escolheram ser sem-abrigo** e rejeitar apoio. Há duas formas de olhar o fenómeno: **o lado das causas e o lado da capacidade de sair da situação**. Na primeira abordagem, há os que se encontram em tal situação por sua causa e porque não tiveram os

meios necessários, e seguramente também por uma falha da sociedade. É necessário que a sociedade o admita. Alguns afirmam « la société m'a rejeté, la société m'a méprisé, elle ne m'a pas aidé donc allez-vous faire foutre, tant pis ». É fundamental pensar que o apoio necessário não é disponibilizado no tempo certo mas apenas quando o indivíduo já se encontra na situação de sem-abrigo. Quanto à segunda perspectiva, existem os que dizem que « je n'en suis plus capable mais je ne veux pas le reconnaître, que je ne suis pas capable et je dis non, ne m'aidez pas » e recusam ser ajudados. Assim, é essencial compreender as **diversas categorias de sem-abrigo**: 1) os que usam o serviço de emergência e telefonam para o 115 – menos danificados e ainda querendo fazer esforços para se inserirem na vida colectiva; 2) os que vão directamente ao centro nocturno e de forma esporádica (par de noites); e, 3) os que estão completamente isolados e incapazes de se projectar por si para além do passeio que ocupam nas ruas (*André Jacomet*).

No sentido de fornecer um serviço adequado, **as entidades e os técnicos devem**:

- * Adaptar-se à população e respeitar os seus ritmos, e não o inverso, para que assim encontrem a estabilidade necessária para que projectem os seus planos de vida (*Saint Martin, André Jacomet*);
- * Ouvir, dar tempo, tentar sucessivamente, conhecer os seus nomes (*Coeur des Haltes*);
- * Pensar a pessoa na sua integridade, ou seja, nas suas várias necessidades (*EMAUS*);
- * Encontrar respostas alternativas (*André Jacomet*);
- * Pressionar os poderes políticos no sentido da construção de novas soluções (*Saint Martin, André Jacomet*);
- * Desenvolver a cooperação entre parceiros e técnicos;
- * Promover formas participativas que envolvam os utilizadores.

B) Lisboa

A **mobilidade sazonal** é uma característica de parte da população sem-abrigo inserida em programas de apoio. Tal leva a **desistências e abandonos**, mesmo em estágios já próximos da atribuição de habitação autónoma, que representam: uma perda dos recursos investidos; que o indivíduo terá de retomar o processo novamente do início; e que outra pessoa que podia ter usufruído dessa oportunidade continuou à espera. Entre os sem-abrigo com longos percursos de rua é **frequente que não haja sucesso nas primeiras tentativas de inserção**. O assistente social deve ser um bom gestor de desistências e criar planos de inserção seguintes para a pessoa que abandonou o projecto (*CML – Plano Lx*).

A **errância** da população é também um constrangimento para se manter um contacto continuado, essencial a um plano de inserção no longo termo. Alguns sem-abrigo

desaparecem por uns tempos e mais tarde, como que por mistério, tornam a reaparecer. É extremamente complexo estabelecer **compromissos e contactar o indivíduo** quando necessário. (*CML – Plano Lx*).

Os beneficiários pertencem a um **mundo distinto com regras e condutas específicas**. São **incapazes de gerir e planificar custos e despesas** incluindo a realização de poupanças, ou seja, aquilo que é ganho é também gasto (como em marcas de roupa caras ou telemóveis topo de gama). São **incapazes de respeitar horários**, especialmente reuniões matinais e horários de trabalho. **Preferem ser assistidos** a ter de trabalhar significando que, numa base de avaliação de custo e benefício, o trabalho não compensa. Esta ideia é paralela à noção de que “tirar ao Estado não é roubar”. São completamente **inconscientes dos seus direitos legais** e têm **grandes dificuldades com documentos e burocracias** (*Centro da Graça*). Têm uma **construção simbólica de segurança baseada na relatividade**, implicando que a vida nas ruas seja gerida numa base de dia-a-dia, e que as perspectivas de longo termo e estabilidade sejam inexistentes (*CML – Plano Lx*). Trata-se de uma **incapacidade de gerir recursos e preferir viver da assistência** (*Centro da Graça*).

É necessário estar-se preparado para os **acontecimentos inesperados e efeitos perversos**. O técnico não pode deixar de agir e procurar alternativas quando verifica que o benefício atribuído se revela desadequado. O caso pode ser de uma família com crianças que partilhe a mesma pensão (incluindo casa de banho) com uma população toxicodependente e portadora de HIV. O inesperado pode ser verificar que uma medida social de apoio levou à consequência oposta. A título de exemplo, criar uma tenda de Inverno levou os indivíduos, perto de atingir a habitação assistida, a recuar no processo por sua livre vontade para usufruir de uma medida de emergência sem exigências, regras e horários. (*CML – Plano Lx*). Para a promoção da autonomia e evitar da estagnação tem de ser, por vezes, considerada a hipótese de não atribuir um determinado benefício. Um caso ilustrativo é não disponibilizar alojamento num centro nocturno (de longo termo para indivíduos inseridos no mercado de trabalho) a alguém que esteja prestes a obter um emprego, mas apenas quando o trabalho se tornar uma realidade efectiva (*Centro Graça*).

Ter filhos para receber mais benefícios é uma lógica de dependência do apoio. Os indivíduos têm de compreender que a vida não pode ser instrumentalizada. Por outro lado, o apoio recebido pode ser utilizado como um instrumento de troca integrante das estratégias de sobrevivência. Pode ser o caso de obter o bilhete de identidade e vendê-lo seguidamente. É fundamental conhecer estas **estratégias de sobrevivência** da rua (*CML – Plano Lx*).

Gerir **conflitos entre os diferentes beneficiários** é de extrema relevância. É comum que alguns indivíduos reclamem quanto aos benefícios obtidos por outros que “precisam menos”. Esta é uma **estratégia de afirmação**. Foi mencionado que, mesmo estando na véspera a comer de um caixote na rua, os utentes se queixam frequentemente da qualidade da comida, da higiene, tempo para ser servido, enquanto o técnico social diz fazer as mesmas refeições sem qualquer desagrado (*Centro Graça*).

O **acompanhamento** é fundamental. É importante construir mecanismos de filtragem dos casos de abuso de benefícios. No caso da habitação assistida, pode tratar-se de acompanhar a alteração da composição do agregado familiar, subarrendamentos, etc. O beneficiário deve ainda ser protegido de outrem, como no caso de violência doméstica em que o agressor é continuamente recebido pela vítima. As **dinâmicas familiares** parecem ser mais voláteis que a população geral em termos de rupturas, apoio disponível, novas relações, etc. (*CML – Plano Lx, Centro Graça, Serviço Emergência Social*).

Servindo de motivação aos técnicos sociais, o **apoio prestado pode fazer diferença para apenas um caso**. É necessário continuar sempre a tentar. Há casos de sucesso como a criação da própria empresa e vir a prestar auxílio a outros sem-abrigo (*Serviço Emergência Social*).

De alguma forma, a “**imagem do bom profissional**” serve de referência para aquelas que são consideradas as competências técnicas e humanas fundamentais. Os entrevistados salientam, e pensando no seu próprio exemplo, que:

* As competências profissionais, pessoais e a dedicação constituem qualidades chave de um bom profissional. A dedicação e ligação pessoal traduzem-se em dar horas de tempo livre; conhecer as pessoas e as suas histórias; tomar a iniciativa de construir soluções para além das formalizadas tornando o procedimento burocrático mais flexível. De forma paralela é dirigida uma crítica ao uso de formatos de entrevista fixos que não permitem atender às especificidades de cada caso singular. A informação é também obtida durante conversas informais e um bom profissional deve saber registá-las na sua memória (*CML – Plano Lx*).

* É essencial abdicar de tempo pessoal em prol do trabalho e manter a motivação (mesmo tendo sido vítima de actos violentos), o que não é o caso de todos os técnicos (*Centro Graça*).

* Os profissionais devem ser bons ouvintes, olhar os factores estruturais, gerir bem os recursos disponíveis e encontrar o plano de reinserção adequado que congregue necessidades e tipo de serviço (*Serviço Emergência Social*).

* É muitas vezes a boa vontade do técnico que o leva a realizar acções como acompanhar os indivíduos aos serviços, nomeadamente as idas ao médico (*Centro da Graça*).

C) Londres

Os sem-abrigo desenvolvem **estratégias de afirmação** e gostam de se queixar acerca da qualidade da comida e do tempo que esperam. Querem ser tratados exactamente da forma que desejam. Se obtêm uma habitação podem por vezes recusar porque têm **medo de estar sozinhos** e já não o sabem fazer (*Saint Martin's*).

Com a centralização do investimento nas situações de rua, o governo está a gerar um **efeito perverso** no sentido de que a pessoa necessita de chegar a uma situação extrema para obter apoio. Preferir assistência não é o termo exacto mas antes **saber como jogar com o sistema** pois é a única forma para sobreviver (*Providence Row*).

É fundamental **encontrar as respostas adequadas** ou, caso contrário, será um caos, especialmente se houver consumos envolvidos (urinar, vomitar, cheiros). Alguns sem-abrigo **desistem** porque não são capazes de se adaptar a estar fechados num quarto e respeitar as regras de higiene. Há uma geral falta de disciplina – **incapacidade de gerir e planificar custos e despesas, respeitar horários**, ter hábitos de higiene, etc. Têm o **seu próprio mundo** que é necessário compreender (*YMCA*).

Remetendo para a importância do envolvimento dos recursos humanos para que a população seja devidamente assistida, o **“bom profissional”** é aquele que, e como se definem os próprios:

* Se preocupa e apoia. Não se trata de um trabalho mas de cuidar e ter paixão pelas pessoas. É fundamental ouvir os jovens – eles são o futuro (*YMCA*).

* O que faz resultar é a paixão e estar presente com o coração, não se trata do dinheiro. Por vezes, é necessário ser criativo no trabalho com as pessoas, ou seja, chegar a repostas que podem não ser exactamente as esperadas, mas que são admissíveis e produtivas para ambas as partes (*Providence Row*).

VII.VIII.II. Usos do Conceito de Risco

A) Paris

Aqueles que têm uma rede de segurança familiar não estão numa situação de risco. O problema com os sem-abrigo é que, e verificável pelos seus percursos, estão despojados deste recurso. Muitos dos sem-abrigo apresentam histórias de vida caóticas sem laços afectivos, ou de alguma vez terem conhecido estabilidade. É uma carência que pode também resultar de uma ruptura recente. Mas, mesmo que seja afirmado que não é um risco porque as necessárias condições familiares existem, o futuro é sempre incerto sendo necessário estar alerta (*André Jacomet*).

Os indivíduos numa situação de risco são frágeis e devem ser vistos como “a proteger”. Criar residências sociais é importante mas permanece subjacente para os indivíduos a falta de estabilidade e a ansiedade do futuro (*Saint Martin*).

Uma perspectiva é que o risco de homelessness existe para qualquer pessoa (*EMAUS*). Outra opinião é considerar que para o próprio não é um risco uma vez que se crê ser sempre possível encontrar uma solução (trabalho, família) (*Cite André Jacomet*).

B) Lisboa

No que concerne o caso particular da atribuição de habitação assistida, é aplicado como sinónimo de um “período de teste”. Os indivíduos numa situação de risco são os que podem não ser capazes de prosseguir para um estágio de autonomia, uma vez que a sua inserção pode continuar a ser frágil (emprego, infra-estruturas de apoio necessárias como escolas, etc.). Pode também ter o sentido de perigo iminente, como é o caso das mulheres ou crianças vítimas de violência doméstica (*CML – Plano Lx*).

O risco não constitui uma categoria formal de avaliação mas sim uma referência abstracta para identificar os casos de maior vulnerabilidade, como por falta de recursos familiares. Estas situações de limbo constituem uma prioridade de actuação já que passando à condição de sem-abrigo será mais complexo o processo de reintegração. O conceito de risco enquadra um balanço acerca dos recursos individuais e os da organização sem uma definição objectiva de parâmetros avaliativos (*Serviço Emergência Social*).

O risco de homelessness afecta todos no sentido que todos temos as nossas carências (*CML – Equipas de Rua*).

C) Londres

A estratégia governamental actual está mais afastada do alojamento (centros, hostels) e mais próxima da prevenção de reincidências (Floating Supporting Teams, Tenancy Sustainment Teams), o que é financeiramente mais efectivo. Há instituições que trabalham especificamente com grupos de risco como pessoas que deixam uma instituição de órfãos, a prisão, as forças armadas, e que não são necessariamente sem-abrigo. É uma prioridade da agenda política trabalhar na prevenção e para grupos de risco (*Homeless Link*).

Ao longo dos percursos de vida é possível identificar momentos de crise, como a ruptura de uma relação, perda de emprego, já ter sido sem-abrigo, etc., detectáveis através de pontos cruciais, como o atraso no pagamento de contas, e em que é fundamental saber como intervir. Este é um novo campo de análise ainda em aprendizagem mas essencial (*Homeless Link*).

A entrevista ao técnico do YMCA de Croydon (Londres) é merecedora de particular atenção, uma vez que explicita o conceito de risco como uma categoria de análise fulcral. O risco passa por duas vertentes fundamentais: uma relação triangular recíproca e a parte financeira adicional. A primeira diz respeito a: “The all point of risk is (there are a couple of things around risk): one is, first of all – the risk from you to me – and then the - risk of you to the project (the community in the project) - and there is also the - risk from you to the community – so we have to look at those risks.” A segunda, “And the other risk as well is, which is little bit more lower down the scale, but is another risk, is a risk of financial risk.” A identificação de indivíduos que representam um risco financeiro implica uma ponderação dos antecedentes criminais e dependências. As últimas estão associadas a riscos consequentes como a depressão, a esquizofrenia, etc. Este processo de diagnóstico de risco é denominado de “DUL diagnosis” e que, segundo o entrevistado, está a ser utilizado cada vez mais frequentemente.

O sistema do “chain number” (um sem-abrigo na rua recebe um número quando é localizado e com o mesmo seguirá as várias etapas pelos centros de acolhimento até à habitação social) também se relaciona com a avaliação do risco. Isto porque, visa assegurar que os indivíduos referenciados para os vários projectos foram previamente entrevistados e avaliadas as suas necessidades: identificado o seu percurso e situação: porque são sem-abrigo, porque dormem na rua e as questões de consumo. Deste momento em diante, é possível indicar o alojamento apropriado pensando nas necessidades dos indivíduos e, de igual modo, evitando que estes sejam colocados em risco por serem incorrectamente encaminhados. Assim, o projecto deve preservar a comunidade e tirar uma pessoa das ruas sem a conhecer poderá ser uma ameaça: “we do not want people mainly just to get them out of the streets, because then you don’t know what you then meet. And we are looking for people as well depending on the level of problems, like, here, in this particular floor I have 4 floors of just females.. so, what we try not having here is someone who has a history of sex abuse...”.

Por outro lado, proteger os clientes é também evitar reclamações acerca do serviço prestado, ou seja, é necessário gerir a obrigação de disponibilizar um serviço com um objectivo social, a satisfação dos clientes e a aceitação da comunidade envolvente (bairro, vizinhança).

VII.IX. Dinâmicas de Sobrevivência nas Ruas

Entre os vários entrevistados há um consenso acerca das condições de sobrevivência em situação de rua, que se passa a enunciar em formato de registo comum. Nas três cidades tem havido um investimento considerável na melhoria das condições dos centros. Todavia, alguns sem-abrigo ainda têm algumas reticências acerca da população que dizem utilizar estas infra-

estruturas (“os toxicodependentes”). Por outro lado, também há a questão de falta de camas disponíveis nos centros com melhores condições.

Algumas estratégias de sobrevivência, como ter um cão para companhia e protecção, podem tornar-se obstáculos à utilização dos centros. A este respeito podem diferir as opiniões acerca de se os centros devem, ou não, adaptar-se às exigências da população.

Independentemente da cidade em análise, dormir nas ruas significa: não haver solidariedade, estar permanentemente alerta, insegurança, assaltos, agressões, violações, isolamento, sentir-se em constante observação, ter de transportar para toda a parte os bens pessoais, stress, etc. Este estado de alerta constante e a falta de sono pode levar a depressões e outros problemas psicológicos.

Pode adicionar-se a estas dificuldades a necessidade permanente de encontrar meios para satisfazer uma dependência de álcool ou droga. Os consumos podem também ser uma forma de superar os obstáculos impostos pela vida de rua (frio, necessidade de dormir, etc., mas agravando o risco de uma morte por hipotermia). Neste sentido, a situação de rua pode criar dependências ou agravar as já existentes. O frio é um problema grave mas também o é a humidade (até em dias de não muito frio).

Estar na rua é andar de um lado para o outro e ficar paranóico sem saber o que fazer com o tempo – tempo é um fardo. É entrar numa subcultura de dependências e ilegalidade.

As actividades para se conseguir algum dinheiro são numerosas: mendicidade (inclusivamente nos lugares mais atractivos por onde passam os turistas); roubar e vender objectos nos mercados; vender snacks ou brinquedos no metro; trabalho ilegal na construção civil e restauração; recuperar e vender objectos. Em Lisboa: arrumar carros (associado à toxicodependência); venda de jornais; venda de fios de cobre; furto e venda de material de construção; aproveitar os produtos deitados fora nos supermercados.

Os entrevistados foram unânimes em afirmar que mais tempo um indivíduo passe numa situação de rua, mais difícil será também de sair. Em Lisboa, os termos comuns utilizados para ilustrar esta noção são o passar de uma situação de “estar sem-abrigo” para “ser sem-abrigo”. Em Paris, é mencionado que, em termos aproximativos, por cada dia nas ruas serão necessários quatro dias para sair (depois de dez dias serão necessários quarenta).

Quando uma pessoa entra no sistema de apoio perde também a sua identidade e a capacidade de tomar decisões. Por se viver nas ruas, perdem-se as competências pessoais e a capacidade para desenvolver tarefas básicas essenciais como, entre muitas, fazer compras de produtos alimentares, gerir dinheiro e uma habitação.

VII.X. (In)tolerâncias

Há uma preocupação em manter o equilíbrio e o normal funcionamento da comunidade envolvente às infra-estruturas dos projectos e centros de acolhimento. A vizinhança pode fazer reclamações quanto ao barulho, ao cheiro, e à própria presença de sem-abrigo em defesa das crianças, etc. Na resolução de conflitos pode ser uma opção evitar chamar a força policial para não abalar a tranquilidade. É positivo participar nas reuniões moradores (*Centro da Graça, Coeur des Haltes, YMCA*).

A figura do sem-abrigo do bairro, ou de uma determinada área específica, que todos conhecem é um fenómeno partilhado. O mesmo acontece com as “boas almas” que apoiam dando comida, roupas ou algum dinheiro (*Hospital Psiquiátrico*). As comunidades são geralmente mais tolerantes quando a situação económica é favorável. A população geral tende a ser mais compreensiva se “not in my backyard” (NIMB) (*Refugee Housing*).

Em Lisboa, a Lei de 5 de Maio de 1976 veio criar uma indefinição nas responsabilidades de actuação para evitar a privatização do espaço público pelos sem-abrigo. A polícia foi interdita de actuar funcionando agora como uma força de protecção dos sem-abrigo, que frequentemente optam por dormir nas imediações das esquadras policiais (*CML – Plano Lx*).

Em Paris, a “desmobilização compulsória” dos sem-abrigo para centros nocturnos evitando que morram de hipotermia é alvo de algumas críticas. Todavia, é considerado positivo se forem propostas soluções a mais longo termo (*André Jacomet*).

Em Londres, um entrevistado afirma não se praticarem acções do tipo “levar todos os sem-abrigo para uma espécie de asilo psiquiátrico como em Paris”. No entanto, os sem-abrigo são afastados das áreas centrais (*Carr-Gom*).

Também em Lisboa se assistiu a um movimento geral de “limpeza” dos sem-abrigo do centro da cidade durante a primeira presidência portuguesa da União Europeia (*Centro Graça*).

Quando foi calculado, em 1999, que cada sem-abrigo custava ao Estado cerca de 5€ por dia, foi feito um acordo entre a polícia e os comerciantes na zona da Mouraria para manipular e dificultar as estratégias de sobrevivência desta população (como a recolção de cartões), obrigando-os assim a desmobilizarem-se. Esta área de Lisboa, a par da freguesia dos Anjos, é também uma zona de tráfico e consumo de droga. Os serviços da CML conjuntamente com a polícia chegaram a fechar algumas ruas de modo a levar os sem-abrigo toxicodependentes a atingir um nível de carência tal (ressaca), que concordassem com qualquer proposta de encaminhamento para centros e desintoxicação, nomeadamente o centro de recuperação em Grândola. A CML baseia-se também na filosofia de dispersão de serviços sociais para que a

população seja obrigada a estar em permanente movimento, tornando-se menos concentrada, e julgando-se evitar que se tornem dependentes da assistência (*CML – Plano Lx*).

Outras acções como a promoção de respostas temporárias, ou o design e arquitectura urbana que leva ao fechamento das arcadas e uso de cortinas de ferro, constituem entraves à permanência da população sem-abrigo. Estes foram valorizados positivamente em prol da higiene urbana (*CML – Plano Lx*).

O campo da saúde reclama que “não somos os polícias da sociedade” e que o que se verifica é que “quando as pessoas se portam mal, e como a policia muitas vezes também não quer porque tem as prisões cheias... vai para a psiquiatria: portasse mal pronto não foi preso os psiquiatras que resolvam” (*Hospital Psiquiátrico*). Por seu turno, o domínio da acção social queixa-se de não ter competência para intervir em determinadas situação “Quer dizer não somos policias... mas uma pessoa que esta a nossa frente completamente descompensada o que e que a gente faz...?” (*Serviço Emergência Social*).

Os exemplos referidos são pontuais mas demonstram que as acções de repressão existem de forma não formalmente declarada. É uma atitude também moldada por valores culturais “In London are pretty good masking the problems... They never want people to know about the riots... We kind of sit in this forced security situation...” (*Refugee Housing*).

A medida do “anti-social behavior” é alvo de objecções, quer na Inglaterra, quer fora do país. Porém, é ainda uma política nova e por agora difícil de avaliar mas poderá, de facto, dificultar a situação das pessoas muito vulneráveis ou das organizações que as aceitem como inquilinos (*Providence Row*).

A gestão do sistema de referências ou credenciais pode também ser lido como uma forma de querer controlar as possíveis reacções inesperadas que os sem-abrigo são considerados ter (saúde mental, dependências, etc.) (*St. Martin’s*).

VIII. VIVER E SOBREVIVER SEM-ABRIGO EM PARIS, LISBOA E LONDRES

Resumo: O presente capítulo organiza por dimensões de análise os testemunhos retirados das entrevistas dirigidas aos sem-abrigo em Paris, Lisboa e Londres.

VIII.I. Caracterização Sociodemográfica dos Entrevistados

A informação reunida baseia-se quer na observação directa (género), quer em informação fornecida (discurso). Não foi sempre possível obter resposta para todos os parâmetros pretendidos dado o carácter livre com que as entrevistas foram realizadas e existência de não respostas. A tabela seguinte organiza por indicador o número de situações registadas²⁸⁰:

Quadro 11. Caracterização Sociodemográfica dos Sem-Abrigo Entrevistados

	Características	Paris	Lisboa	Londres	Total
Sexo	Masculino	15	21	11	47
	Feminino	2	1	4	7
	Total	17	22	15	54
Idade	18-21	0	0	1	1
	22-30	4	1	1	6
	31-40	4	5	8	17
	41-50	4	4	1	9
	51-60	3	8	4	15
	+60	2	4	0	6
	Total	17	22	15	54
Nacionalidade	Nacional ⁽¹⁾	8	16	8	34
	Estrangeiro	9	6	7	19
	Total	17	22	15	54
Estatuto Civil ⁽²⁾	Solteiro	10	10	8	28
	Casado/União de Facto	0/1	2/2	0/1	2/4
	Divorciado	5	8	5	18
	Viúvo	1	0	1	2
	Total	17	22	15	54
Educação (N= 31)	Básico/Preparatório	2	11	2	15
	Secundário/Técnico	4	2	2	8
	Superior	3	3	2	8
	Missing Cases	8	6	9	23
	Total	17	22	15	54
Situação Emprego (Actual)	Empregado	2	6	1	9
	Desempregado	14	15	14	43
	Reformado	1	1	0	2
	Total	17	22	15	54
Profissão (Actual ou Última) (N=51)	Intelectual e Científico	1	0	1	2
	Pessoal Administrativo e Técnicos	2	0	1	3
	Operários, artífices e similar	0	5	1	6
	Trabalhadores não qualificados	2	4	2	8
	Pessoal de serviços	7	4	5	16
	Inserção Social	1	5	0	6
	Outros	3	4	3	10
	Missing Cases	1	0	2	3
	Total	17	22	15	54

(1) De acordo com os estudos realizados, os indivíduos do Reino Unido mas não de Inglaterra foram considerados cidadãos estrangeiros (2 Irlanda do Norte e 1 Escócia). Os cidadãos de territórios denominados *DOM-TOM - Départements d'outre-mer et Territoires d'outre-mer* – foram considerados cidadãos nacionais.

(2) O estado civil segue a resposta do entrevistado, não sendo, por vezes, suficiente para incluir relações de união de facto seguidas de separação (“solteiro”). Esta é uma dimensão por vezes “sensível”.

²⁸⁰ Total de 54 entrevistas inclui entrevistas longas e conversas informais de mais curta duração: Lisboa – 19 entrevistas e 3 conversas de curta duração; Paris – 14 e 3, respectivamente; e, Londres 12 e 3.

Os entrevistados são predominantemente homens (47); com idades entre os 31 e os 40 (17) e 51 e 60 (15); cidadãos nacionais (34); solteiros (28); com vários graus de habilitações escolares (15 ensino básico e preparatório, 8 secundário e técnico); desempregados (38) e com profissões (actual ou última) não qualificadas associadas aos serviços, nomeadamente restauração e bares (15), construção civil ou similares (8) ou indiferenciados (7).

Quanto ao caso específico da educação, 11 dos 15 casos com ensino básico e preparatório foram encontrados em Lisboa, e dos 8 casos com ensino superior, apenas 2 não são estrangeiros (1 jovem recém-licenciado e um recém viúvo).

A maior representatividade de indivíduos empregados na cidade de Lisboa é consequência da inclusão do centro de acolhimento de longo termo para indivíduos inseridos no mercado de trabalho. Destaca-se que, das oito situações, seis estão em formação ou empregos sob medidas sociais, como cursos de jardinagem ou ourivesaria (cinco precisamente no Centro da Graça).

Tomando em maior detalhe o *local de nascimento* dos cidadãos nacionais, em Lisboa, 12 indivíduos nasceram nesta cidade e 4 noutras partes do país; em Paris, 4 nascidos na capital e também 4 noutras partes do país; em Londres, 4 nasceram na principal cidade e também 4 noutras partes do território inglês.

No que respeita a população *imigrante*, em Lisboa, 3 casos são do continente africano (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola), 1 do Brasil, 1 da Moldávia e 1 da Bulgária; em Paris, 7 indivíduos nasceram em países africanos (5 na Argélia, 1 Mali e 1 Gabão), 1 na Croácia, 1 Martinica; em Londres, 1 pessoa é originária de África (Eritreia), 1 Maurícias e 1 em França, acrescentando-se 3 situações de outros países do Reino Unido (2 Irlanda do Norte e 1 Escócia). É relevante considerar o tempo em que estão nos países de acolhimento, já que tal condiciona a sua inserção laboral e acesso a direitos sociais. Destes 19 casos: 3 estão no país entre “2 meses a 1 ano”; 1 “2 anos”; 7 “entre 3 e 9 anos”; 6 “entre 15 e 45 anos”; e, os restantes em processos de permanente entrada e saída no país. Não se considerou pertinente individualizar a análise da população imigrante, uma vez que a maior parte está já no país depois de um significativo período de tempo. No entanto, os casos mais recentes podem evidenciar dificuldades de sobrevivência específicas (acesso ao mercado de trabalho, habitação e benefícios sociais), sendo ressalvado na análise quando pertinente.

Verifica-se existir uma situação de desfavorecimento ao nível dos *laços familiares*, nomeadamente pela morte ou afastamento precoce de pelo menos um dos progenitores. Excluindo os 16 casos em que não foi obtida informação acerca desta matéria, é possível salientar as seguintes situações: 12 sofreram a morte de pelo menos um progenitor antes dos 18 anos (9 em Lisboa, 1 em Paris e 2 em Londres) – alguns destes casos em idades muito

jovens como 9 anos (3) e mesmo a morte de ambos os pais; 4 pessoas cresceram em instituições de órfãos (3 em Paris, 1 em Londres), 3 foram educados por outros membros da família apesar de terem pelo menos um progenitor vivo (3 em Lisboa) e 1 foi adoptado na infância (Londres) mas sem nunca ter desenvolvido uma relação próxima com os pais adoptivos; entre casos singulares conta-se 1 indivíduo que perdeu muito jovem ambos os pais devido à guerra no seu país de origem (Paris), 2 que vivendo com os seus pais habitavam em áreas de extrema precariedade social (Lisboa), 1 que os pais foram despejados aos seus 16 anos (Londres), 1 que rejeitou a família e decidiu mudar-se para a capital (Londres), 1 que o pai não o registou legalmente (Paris), 1 com pais divorciados e que a mãe o expulsou de casa aos 21 anos de idade e não vivendo o seu pai no país (Paris); 2 que nunca conheceram o pai, e 1 a mãe; 8 dos casos afirmam ter o que se pode designar um ambiente familiar estável: 1 a utilizar um foyer para jovens trabalhadores e à procura de emprego e 7 são imigrantes, dos quais 2 mencionam ter problemas económicos ao nível familiar.

Quanto ao parâmetro *institucionalização*, para além dos 4 casos seguidos por instituições de cuidado infantil e juvenil, 5 indivíduos referem alguma relação com o sistema judiciário e jurídico (1 aguarda ordem de detenção, 4 detidos por períodos curtos, a aguardar julgamento ou por furto), 2 pessoas estiveram internadas em hospitais psiquiátricos e 1 em desintoxicação, apesar de o número de ex-toxicod dependentes ser superior.

Tomando em linha de conta as *fontes de rendimento*, apenas 9 casos recebem do seu emprego actual (maioritariamente precário ou de inserção social) e dois uma reforma (exército e incapacidade psiquiátrica). Os restantes 43 indivíduos desempregados: 9 declaram receber um rendimento de actividades ocasionais (“biscates”, e 2 situações em que o rendimento provém da venda da revista de apoio aos sem-abrigo – Cais e Big Issue); 9 recebem uma pensão ou subsídio (1 subsídio desemprego; 3 RMI; 1 apoio jovens sem direito a RMI; 1 income support e 3 jobseekers allowance), e 25 não afirmam possuir alguma fonte de rendimento, periódica ou ocasional. Aproximadamente 10 casos não possuem documentos de identificação, o que também lhes impede de auferir um benefício social.

As justificações apontadas para a falta de rendimento vão desde: adiamento da candidatura (1); não conhecer os procedimentos (3); falta de documentação (7, dos quais 5 são imigrantes); esperar a reforma (3). Entre outros motivos com expressão pontual estão factores como: fim recente do subsídio de desemprego; não estar intitulado (caso do “jobseekers allowance” para mais do que seis meses consecutivos); considerar o apoio desadequado (como não querer viver na cidade ou borough onde se possui a “local connection” ou a recusa

das regras impostas pelo RMI); acesso a apoio de saúde (imigrante em Paris). Para 6 casos os motivos de ausência de fonte de rendimento são desconhecidos.

Para o caso específico da *candidatura a habitação social*, 6 indivíduos já o fizeram e estão em processo de espera: 3 em Lisboa sob o Plano Lx (1 reformado, 1 vendedor da Cais - à espera há mais de 3 anos - e 1 desempregado); 1 em Paris que afirma ter uma relação privilegiada com a Câmara de Paris uma vez que já aí trabalhou; e 2 pessoas em Londres que afirmam estar à espera depois de estar na “chain” (processo de acesso através da referência pelas equipas de rua) há muito tempo. Para mais, 2 pessoas referem estar a considerar fazer uma candidatura.

Entre outras situações para não seguir um processo de candidatura estão: 1 deixou expirar o processo (Lisboa); 1 está actualmente a usufruir de habitação subsidiada (Paris); 1 não quer viver na zona onde tem direito a efectuar a sua candidatura (Londres); 1 é demandante de asilo e possui habitação social noutra cidade mas que não lhe convém (Londres); 1 já teve habitação social que perdeu quando se mudou para a casa da companheira e está actualmente à espera de ordem de prisão (Londres) e 1 não está interessado e deseja viajar (Londres).

Considerando o factor *mobilidade*, e excluindo a população imigrante, podem ser referidas aproximadamente 15 situações. Tais referem-se maioritariamente ao interior do país, e apenas uma pequena parte ao estrangeiro (5 situações), particularmente durante períodos curtos sinónimo de trabalhos ocasionais e viagens.

Seguidamente, a informação retirada das entrevistas é interpretada ao longo de cada uma das dimensões de análise já enunciadas no capítulo de apresentação da metodologia seguida. No que respeita à construção de uma abordagem comparativa, os dados, sem ressalva particular a alguma das cidades, devem ser compreendidos como partilhados.

VIII.II. Situação Actual e Ciclos de Privação Habitacional

Tomando em consideração o *último local de pernoita*, 22 indivíduos estão a dormir nas ruas (5 em Paris; 10 em Lisboa; 7 em Londres), e os restantes 32 estão: 16 a usar centros de emergência (9 em Paris e 7 em Londres), 7 centros de longa duração (Lisboa), 5 quartos arrendados em habitação partilhada com o proprietário ou outros arrendatários (1 em Paris e 4 em Lisboa), e 4 com outro tipo de soluções (1 pessoa numa pensão, em Lisboa; 1 num foyer para jovens trabalhadores, em Paris; 1 apartamento através de apoio estatal, em Paris e 1 numa hostel através de apoio social, em Londres).

Assim, adoptando uma definição de sem-abrigo em sentido restrito (rua e centros), foram entrevistados em Paris, 14, em Lisboa, 17, e, em Londres, 14, perfazendo um total de 45

situações. As restantes 9 situações (quartos arrendados partilhados e outro tipo de soluções) referem-se a casos como habitação insegura, inadequada e subsidiada. De acordo com a FEANTSA, existem situações de “roofless” (rua e centro emergência) e de “houseless” (centro especializado para sem-abrigo de longa duração).

A análise detalhada da *duração da situação de rua* é constrangida pela perda de noções de tempo, a par das dificuldades em isolar episódios e seu respectivo somatório:

“Há quantos anos não sei mas são muitos...” (Lisboa, N.º1, Rua)

“... Eu já ando nesta vida há muitos anos! Sei lá, talvez há uns 10 anos. Às vezes vou para casa, outras vezes, agora já não posso ir para casa...” (Lisboa, N.º8, Rua)

“Contando o total...? Foram talvez uns 11 anos” (Lisboa, N.º14, Rua)

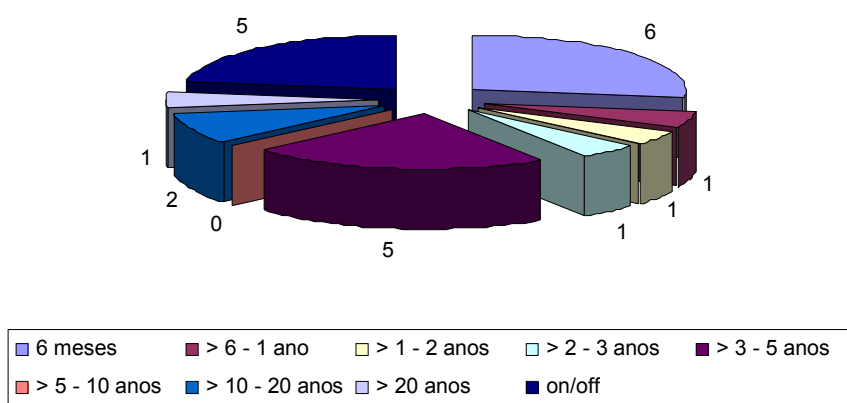
“Là maintenant? Je sais pas, beaucoup de temps mais avec des passages différents, c’est-à-dire que y’a eu des moments où... (Paris, N.º1, Rua).

“... I was, unfortunately I was homeless once before and that was 15 years ago, and back then there was hardly anybody... and in March this year, I ended up, unfortunately homeless... and which where I am at the moment.” (Londres, N.º8, Rua)

“I am homeless at the moment. I’ve been homeless for a quite a few years now.... Well, all off and on about 26 years.. all on and off.. I mean not all the time... because I was in hostels and flats, which I didn’t really want that.” (Londres, N.º9, Rua)

A título indicativo, as 22 pessoas que se encontram a dormir nas ruas fazem-no depois de:

Fig. 2. Pernoita em Locais Não Previstos para a Habitação (Rua)



Os “recém-chegados” (6) assumem um peso relevante, seguindo-se os que afirmam um período de “3 a 5 anos” (5). Em cinco casos há uma repetição de episódios, ou situações “on/off”. Estes são particularmente ilustrativos do processo de privação habitacional e de situações de vulnerabilidade social persistentes:

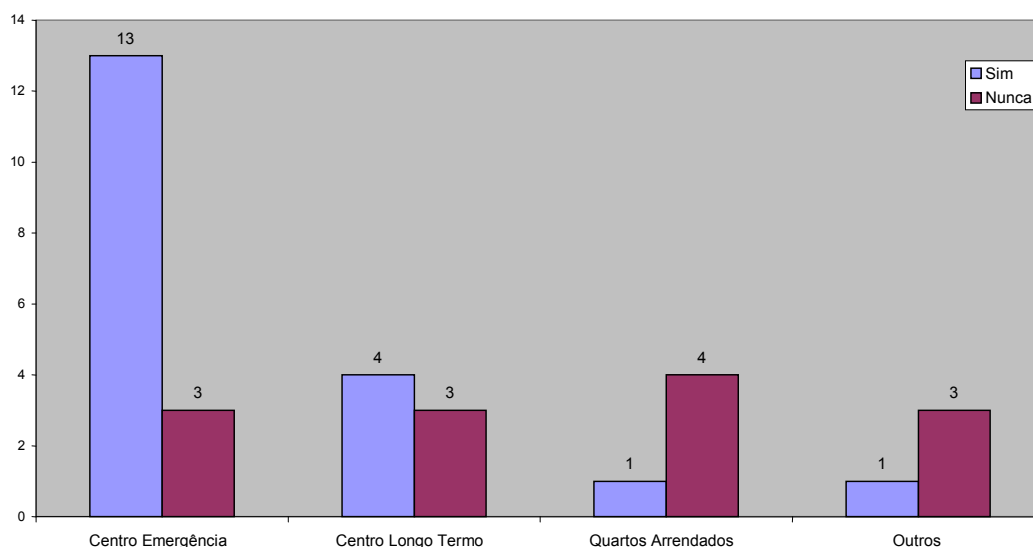
- Indivíduo com 51 anos, em Lisboa, alcoólico, que sobrevive através da venda de lotarias e de trabalhos ocasionais para um restaurante, que está actualmente na rua há 2 meses, no entanto, se somados os vários episódios está nesta situação há 10 anos. Os indícios apontam para que a situação se torne mais prolongada, uma vez que o seu pai faleceu recentemente e perdeu o alojamento a que recorria nos intervalos;
- Homem com 40 anos, em Paris, que viveu até aos 22 anos de idade numa instituição de cuidado de menores e passou os últimos 18 anos a dormir alternadamente nas ruas, em centros de emergência e em apartamentos. Os momentos em que esteve numa habitação coincidiram com relacionamentos amorosos, que foram terminando devido à toxicodependência (“... la drogue prend tout.”);
- Mulher de 52 anos, em Londres, que afirma estar “on e off” há cerca de 30 anos. Os períodos de habitação associaram-se a: retornos maritais (as entradas na situação à violência doméstica), utilização de hostels quando empregada, e outras relações com partilha de apartamento;
- Homem, Londres, 42 anos, adoptado na infância, está a viver o seu segundo episódio há 4 meses, depois de divórcio antecedido por perda de emprego, e enquanto aguarda ordem de prisão. O primeiro episódio foi há 15 anos, por 6 meses, depois de ficar desempregado, tendo saído via habitação social, que foi obrigado a deixar por ir viver com companheira;
- Indivíduo de 52 anos, em Londres, perdeu ambos os pais com a idade de 15, está “on e off” há 26 anos. Estar “off” foi sinónimo de estar casado e enquanto empregado (dependendo da crise de alcoolismo do momento).

As várias situações de entrada e saída na situação de sem-abrigo ilustram como é fundamental compreender o fenómeno longitudinalmente ao longo das trajectórias de vida. São casos em que apesar de haver períodos de menor privação habitacional, os problemas, como as dependências, instabilidade profissional, violência doméstica, persistem.

Por outro lado, os vários tipos de situações de exclusão habitacional incluídas são relevantes para a delimitação de casos de vulnerabilidade que não deixam de revelar problemas sociais que advêm da, ou podem levar à, situação de sem-abrigo. Incluir ex-sem-abrigo, ou indivíduos em situações de falta de autonomia habitacional, foi considerado importante para compreender de forma exploratória os efeitos psicológicos e sociais da experiência e a sustentabilidade das soluções encontradas.

Neste sentido, a relação entre último local de pernoita e se o indivíduo alguma vez dormiu nas ruas é a seguinte:

Fig.3. Já dormiu nas ruas por local de pernoita actual



Verifica-se que quanto mais precária, ou provisória, é a solução de alojamento, maiores as probabilidades dos indivíduos terem também já dormido nas ruas. Todavia, mesmo em casos não classificáveis como “sem-abrigo” (quartos arrendados e outro tipo de soluções habitacionais), constata-se que houve passagens por experiências de rua (2).

Os dados corroboram a existência de uma frequente alternância entre ruas e centros de emergência. Por outro lado, existem também casos de indivíduos que têm vindo a utilizar centros há mais de dez anos de forma continuada, sem alguma vez ter passado por uma só noite de rua. Os três casos que nunca dormiram nas ruas e se encontram actualmente em centros de emergência incluem: 1 pessoa a utilizar centros de emergência e de longo termo há 20 anos; 1 pessoa vinda do hospital directamente para o centro e 1 que é a sua primeira noite num centro de emergência, depois de lhe ter terminado o dinheiro para continuar a ficar em pensões. Os casos em centros de longo termo que também nunca dormiram na rua são: 1 pessoa há 4 anos em centros; 1 ao fim de 2 anos e outro depois de 6 meses. Estes três indivíduos estão empregados e a utilizar um centro de último nível antes da habitação assistida (Lisboa).

Como referido, o interesse em contemplar casos que não estão actualmente a dormir nem nas ruas, nem em centros, é o de capturar situações limite e episódios anteriores. Estes casos não constituem o objecto central da análise, tendo-se procurado apenas tomar algumas referências complementares e indicativas. São indivíduos que se apresentaram no mesmo universo de recolha de informação empírica, já que utilizam serviços de apoio comuns. Tal revela a precariedade da sua situação e a partilha da mesma situação estigmatizante. Neste contexto:

- *5 indivíduos a utilizar quartos arrendados*: 1 actualmente a dormir na rua mas que possui um quarto de reforma do exército que utiliza apenas nos dias de frio; 1 com quarto arrendado que recebe um subsídio social e mendiga afirmando nunca ter dormido ao relento mas ter já utilizado estaleiros da construção civil; 1 ex-utilizador centros (mais de 2 anos) utiliza a sua oficina de trabalho como alojamento (renda em atraso – risco de despejo); 2 a receber apoio social e a partilhar um apartamento com outros também imigrantes;

- *4 pessoas em outro tipo de acomodação*: 1 prestes a entrar em desintoxicação de álcool e é o irmão quem gere o pagamento do quarto da pensão que utiliza; 1 viveu em instituições durante toda a infância e adolescência e está agora em habitação social assistida sem nunca ter possuído habitação própria; 1 à procura de trabalho e a utilizar um foyer para jovens; e, 1 passou pelo percurso amigo – rua – hostel.

Os casos reunidos ilustram situações limite e falta de autonomia, incluindo a dependência de apoio social. Os apoios pontuais podem ser essenciais para evitar fracturas, como o caso do indivíduo que utiliza a oficina de trabalho como alojamento e que tem a renda em atraso, mas não é despejado por simpatia do senhorio. Esta situação evidencia ainda que as soluções podem ser facilitadas pela criação de uma rede de sociabilidade entre os próprios sem-abrigo. No seu conjunto, estes casos destacam a necessidade de medidas de apoio e preventivas, fazer um acompanhamento, promover a sustentabilidade e a reintegração social, para além do factor habitação. Por outro lado, é essencial a motivação dos indivíduos em necessidade para procurarem assistência, em que em alguns casos se verifica haver alguma resistência face ao processo burocrático, humilhação, desconfiança, adiamento, etc.

VIII.III. Trajectórias de Homelessness

Este momento centra-se na análise das trajectórias de vida dos entrevistados das três cidades²⁸¹, de forma a compreender o percurso que antecedeu a sua actual situação de sem-abrigo.

Considerou-se relevante seguir uma identificação de eventos objectivos e outra de valoração subjectiva (matriz cronologicamente organizada que coloca em paralelo eventos familiares, actividades e habitacionais, e as representações simbólicas associadas), para salientar a importância conjunta de ambas as dimensões. Como referido, os entrevistados tiveram por vezes dificuldade em reorganizar cronologicamente eventos.

²⁸¹ Recomenda-se a leitura do Anexo “Retratos de Vidas Sem-Abrigo & Breves Encontros de Rua” em que é feita a apresentação resumida do percurso de cada entrevistado.

VIII.III.I. Percursos de Vida e Vulnerabilidade Social

Seguindo as rupturas identificadas a par da sua interpretação pelo entrevistado, e a título de esquematização, organizam-se os vários factores condicionantes ao nível da actual conjuntura social, política e económica, caracterizáveis como dinâmicas de risco:

- **Factores de evolução socioeconómica:** mais desemprego; estagnação e salários baixos e aumento da inflação; trabalho ilegal e exploração; aumento dos custos da habitação; maior concentração da riqueza e aumento das desigualdades sociais; aumento dos custos de vida com a moeda Euro; aumento das exigências ao nível das qualificações de trabalho e menor procura por trabalhadores indiferenciados; crescente individualismo.

- **Factores políticos:** falta de credibilidade dos actores políticos (voláteis, imprevisíveis, corruptos, egoístas, etc.); oscilações entre políticas de repressão e tolerância (referido que *aumenta a repressão com os governos de direita*); determinados eventos políticos levam a transformações económicas negativas; abordagem liberal das políticas sociais levou ao fim da assistência e do financiamento; mentalidade que escolhe as saídas mais fáceis e diplomáticas sem se alterar a estrutura social (respostas temporárias, soluções baseadas apenas no emprego, etc.).

A este respeito, o momento de ocorrência de uma ruptura, como o desemprego pode ser fundamental na definição do percurso profissional daí decorrente, ou seja, ficar desempregado num período de crise significa que as probabilidades de se chegar a uma situação de desemprego de longa duração aumentam, e mais difícil será reencontrar emprego. Um dos entrevistados menciona como um obstáculo a fiscalização do trabalho e das actividades económicas, já que conseqüentemente o seu trabalho (indocumentado) é menos solicitado.

As situações analisadas evidenciam o impacto de reestruturações económicas que levaram a falências, bem como criaram novas exigências técnicas e de qualificações. As circunstâncias políticas e históricas estão também, segundo os entrevistados, na origem de períodos de mais acentuadas reestruturações empresariais, que os prejudicaram. Por outras palavras, as dinâmicas estruturais podem simultaneamente representar oportunidades, e desvantagens, para grupos sociais diferenciados.

José nasceu em 1941 no Porto, na freguesia das Flores. O pai era mecânico de automóveis e a mãe fazia botões. Foi vidreiro até seus trinta e três anos, idade em que foi despedido por encerramento da empresa onde sempre havia trabalhado: *“Acabou! Depois do 25 de Abril acabou muita coisa!”* Divorciou-se. *“Começou bem! Muito Bem! Só que depois começou a correr um bocado...”* Mudou-se para Lisboa, e desempregado começou por habitar uma casa que lhe foi cedida *“graciosamente”* e que mais tarde foi demolida. Ficou em situação de rua. *“Vim para Lisboa! Acabei com o casamento; acabei com tudo! Agora olhe, estou aqui!”*

Em síntese, os entrevistados evidenciam a percepção de uma sociedade de risco pela abrangência das dificuldades económicas e sociais que geram uma incapacidade de controlo

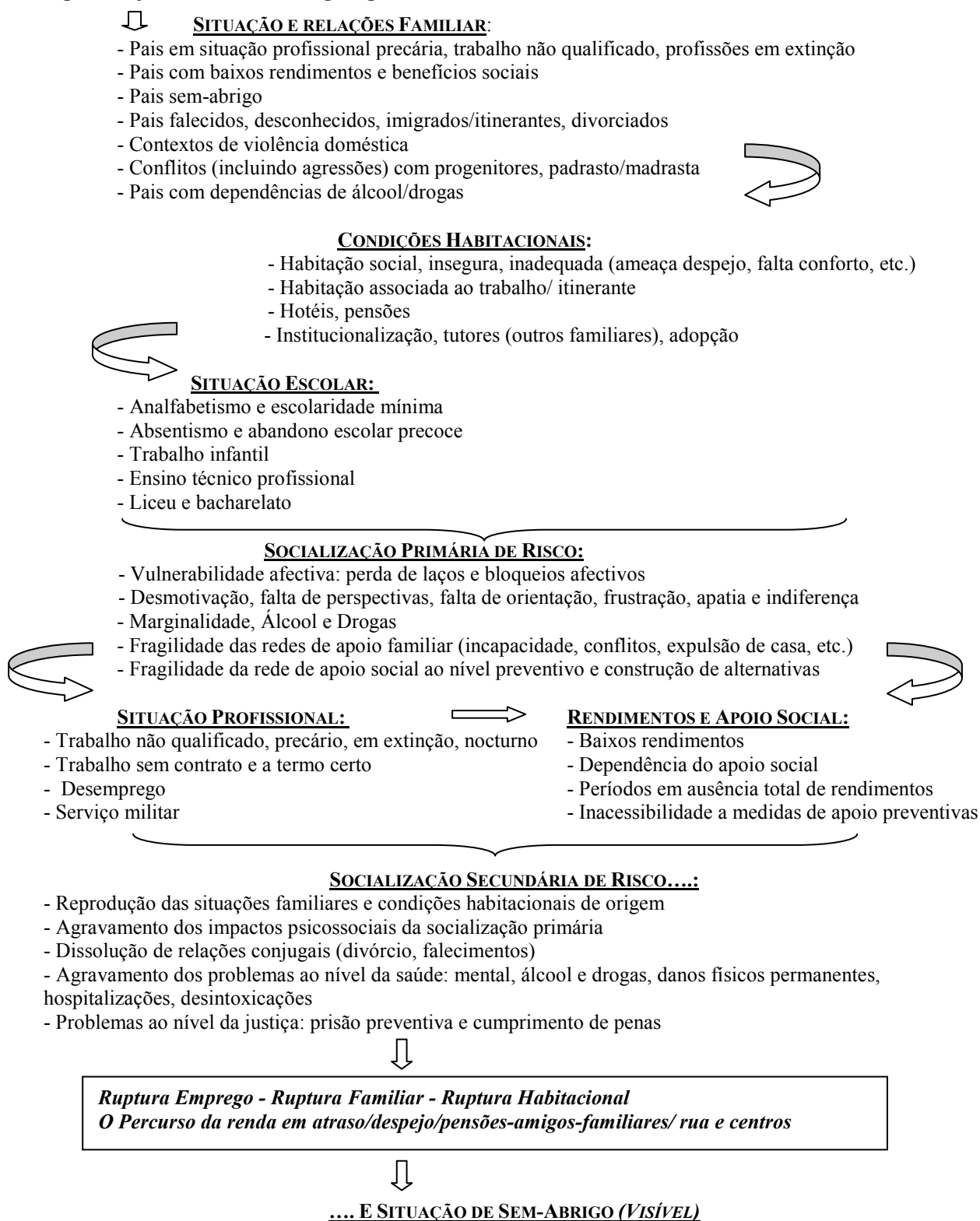
pela parte dos indivíduos. As rupturas que ao nível pessoal foram experienciadas, como o desemprego, perda de habitação, divórcio, não deixam de se inter-cruzar com os contextos macro que colocam estes indivíduos em situação de vulnerabilidade social:

Raul nasceu em 1946 em Lisboa. Grande parte da sua infância foi passada num colégio interno no Porto até ter reprovado no 5º ano. Aos doze anos, o pai reformou-se e foram viver para Sintra. Mudaram-se posteriormente para Lisboa, mas após o falecimento do pai foi viver com a mãe para o Buçal. Aos dezoito anos a tropa. Aos vinte casou-se e veio viver com a mulher para Lisboa. Trabalhou na mesma empresa de construção que o pai durante vinte e dois anos com contrato indeterminado. “*A empresa foi privatizada e houve um despedimento colectivo em que foram despedidas quarenta pessoas. Tive direito a indemnização. De seguida estive na noite nos táxis mas não era vida trabalhar de noite e dormir de dia. Fui depois para uma empresa de software como paquete. Vim embora com 1 indemnização de 2 meses.*” Divorcia-se e volta para a casa da mãe no Buçal. A mãe morre e perde a casa. “*A lei que diz que para se ter direito a casa, e isto caso o senhorio estar de acordo, é preciso ter estado pelo menos 1 ano lá a viver. Assim sendo não tive direito a casa e recebi a ordem de despejo pelo tribunal – que ainda espera a resolução. Tenho esperança que ainda possa vir a receber algum dinheiro. Vendi todos os móveis que me renderam 450 euros.*” O seu percurso habitacional posterior é marcado por uma grande instabilidade: pensão em Campo de Ourique; pensão na Gomes Freire; a mesma pensão em Campo de Ourique; foi depois para uma casa particular, “*não conseguia lá estar mais tempo porque por vezes as pessoas com diabetes enervam-se e nestas circunstâncias não podia lá estar*”; foi de seguida para um quarto na Morais Soares onde pagava duzentos euros, “*mas que como não tinha cozinha, nem podia levar por exemplo um frango para comer no quarto porque a senhoria não queria, afinal de contas saía muito caro*”. Nesta altura, vendia isqueiros e bonecos na rua. Por fim, “*conhecia uma pessoa que me falou disto*” e candidatou-se ao centro de acolhimento. Durante este período de constantes mudanças residenciais utilizou a morada da irmã que “*não me pode lá ter pois tem filhos e a casa é muito pequena.*” Está há dois anos no centro e trabalha com o salário mínimo para uma empresa de jardinagem.

Brian nasceu em Leeds em 1974. Viveu com a sua família até ter meios para sobreviver sozinho. “*I don’t get along with my family. I can look after my self, you know.*” É jardineiro. Deixa Leeds e vem para Londres por motivos de falta de emprego, “*but no way of living there – there’s no work, there’s no money...*” Veio com um amigo à procura de qualquer espécie de trabalho até ter sofrido um acidente que o deixou lesionado e a ser obrigado a recorrer aos serviços sociais. “*I moved into London 4 months ago, with a mate, looking for work and then we decided to look after ourselves... like self catering trade. But then I hurt my pelvis so I start to need help from outside, like here, the St. Martin’s...*” A sua grande prioridade é encontrar emprego: “*I love work! You can’t actually survive all your live on benefits... doesn’t care who you are... you just cannot survive... You get a cheque and that’s it... you can’t go out!! You can’t play football, you can’t go out at night... and with wages it can last you for a week... so that’s why I love working!*”

Como os exemplos reunidos demonstram, as várias rupturas entrecruzam-se ao ponto de ser redutor estabelecer uma causa única. É neste sentido que “percurso de homelessness” (e de exclusão habitacional) deve ser entendido como um processo. A análise das trajetórias de vida, combinando factores objectivos e percepções simbólicas, destaca um leque de factores inter-dependentes, que simultaneamente moldam e são produzidos pelas várias rupturas. Identificadas as vulnerabilidades sociais salientadas pelos entrevistados, e dentro dos limites de uma apresentação esquematizada a este respeito, a imagem que a seguir se passa a apresentar sintetiza os vários factores que, nos percursos de homelessness encontrados, contribuíram, no seu conjunto, para a sua situação de sem-abrigo, em Paris, Lisboa e Londres:

Fig. 4. Trajectória de Sem-Abrigo segundo a Vulnerabilidade Social



Apesar deste modelo servir de enquadramento a grande parte dos casos analisados, deve ser feita uma ressalva quanto à situação específica dos imigrantes. Como referido, dos dezanove casos, apenas quatro estão há menos de três anos no país em que se encontram. São estas

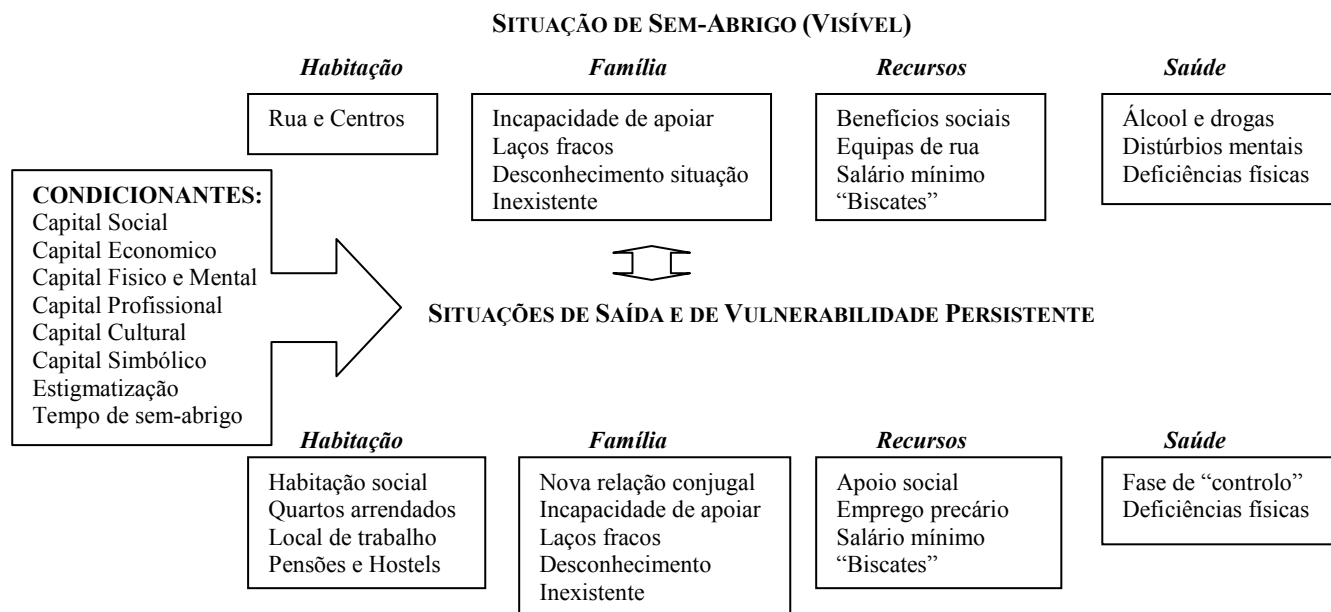
situações que, devido a questões de legalização da permanência, mais evidenciam problemas associados a este estatuto, nomeadamente o bloqueio documentos/emprego/habitação. Por outro lado, deve ser referido que de oito indivíduos com formação académica elevada (por vezes interrompidos), seis são estrangeiros (Argélia, Brasil, Croácia, Moldávia, Maurícias, Angola). Estes distinguem-se da trajectória enunciada devendo a sua situação ser lida ao nível dos impulsos para imigrarem nos seus países de origem, que se prendem essencialmente com dificuldades de inserção no mercado de emprego, devido ao desemprego, e baixos salários auferidos. Este facto justifica também que, do total de oito casos que consideram ter um ambiente familiar estável, sete são estrangeiros. Os dois indivíduos com qualificações mas não estrangeiros evidenciaram problemas de natureza afectiva que levaram a depressão acentuada, na sequência da qual o desemprego se torna difícil de “justificar” face aos empregadores. Devem ainda ser referidas duas particularidades: a presença temporária no país para ter acesso a tratamentos de saúde associada a uma perda de capacidade económica para suportar habitação e alterações de natureza política que afectaram negativamente o seu estatuto de cidadãos nacionais e consequente acesso a emprego e apoio social (caso da relação entre a Argélia e França). Excluindo estes factores distintivos, os restantes incluem-se na trajectória evidenciada marcada pela vulnerabilidade das condições de origem familiar, inserção habitacional e escolar.

Por outro lado, ao se procurar delinear um modelo esquemático para o conjunto das várias trajectórias individuais, não se nega, requerendo tal uma análise longitudinal, a existência de variações ao nível das disposições intra-individuais²⁸².

Para a presente investigação importa relevar a importância dos meios de sustentabilidade à crise ao dispôr dos indivíduos em situação de sem-abrigo, quer ao nível do seu percurso, quer quanto à saída da situação actual. O esquema complementar que se apresenta seguidamente refere-se à pormenorização da actual situação de sem-abrigo, não se tomando esta como um estado, mas antes como um processo, que pode passar por uma saída da situação, bem como por sucessivas reincidências. Por conseguinte, incluem-se elementos referentes à situação de indivíduos que passaram por vários episódios, bem como as situações vulneráveis analisadas que não se incluem numa classificação de sem-abrigo em sentido restrito.

²⁸² Lahire, 2004. O autor salienta também a necessidade de atribuir o entendimento alargado a cada esfera de inserção. Por exemplo, a família abarca vários membros e as relações que estabelecem entre si, e não apenas em relação ao próprio.

Fig. 5. Dinâmicas “On/Off” da Situação de Sem-Abrigo



A situação de sem-abrigo agrupa indivíduos excluídos de diversas esferas sociais, sendo que a partilhada é obviamente a falta de habitação, que os leva a dormir em ruas e centros. Em determinadas situações, há uma primeira passagem por um nível de sem-abrigo denominado “escondido”, que inclui ficar em casa de amigos, regresso à casa familiar, ou em apartamentos partilhados mas geralmente sobrelotados. Estas situações são um alvo fundamental a investir para que não se tornem visíveis. Contudo, por terem alguma rede de apoio, podem ser também casos excluídos do apoio social destinado aos casos mais extremos. Por vezes, os indivíduos sentem que se estão a impor sendo uma sobrecarga a quem os acolhe, ou os familiares não têm condições para os continuar a acolher, e optam por prescindir deste apoio, passando, nos casos com alguns recursos de salvaguarda, para as pensões e posteriormente para a situação de rua (fim das poupanças, por vezes na sequência de problemas de saúde).

Ao nível da situação de sem-abrigo, os problemas pré-existent agravam-se, e os domínios de exclusão acumulam-se. Os indivíduos entram em situação de bloqueio. A utilização dos serviços de apoio como modo de saída não deixa de estar condicionado pelos mesmos constrangimentos conjunturais presentes ao longo do seu percurso de via (desemprego, falta de qualificações, preço habitação, etc.).

Neste sentido, a resolução da situação habitacional pode para alguns ser insuficiente, dadas as problemáticas acumuladas, ao passo que para outros ser considerado o ponto-chave para sair de uma situação de assistência. No entanto, o bloqueio dos vários estágios de inserção, com centros de acolhimento nivelados, revela que há casos vedados de apoio por falta de vagas, e

outros que persistem em centros por tempo indeterminado. Os constrangimentos colocados ao nível da utilização de serviços no terreno são aprofundados num ponto seguinte da análise.

Desta forma, para uma leitura conjunta das duas figuras traçadas, destacam-se dois tipos de capital social imprescindíveis para evitar, ou compensar, as crises, sem que estas se tornem insustentáveis ao ponto da perda de habitação, bem como para construir soluções de saída: o apoio social e o familiar, ou redes sociais alargadas. Assim:

- **Rede Familiar e Sociabilidades:**

As relações familiares encontradas obedecem a vários cenários possíveis que constroem o seu papel de resistência às rupturas vividas: pais falecidos; pais ausentes; violência doméstica e conflitos; expulsão da casa dos pais; incapacidade de apoio devido a carências económicas; mobilidades e perda de contacto, ou dificuldade em suportar os custos económicos dos contactos. Estes factores de trajectória têm também um peso significativo na duração dos episódios de sem-abrigo, acrescentando-se factores de ordem pessoal como o sentir vergonha, humilhação, em pedir auxílio. Neste contexto, evidencia-se a fragilidade do denominado “family welfare”, socialmente concebido como o pólo essencial de suporte face à insuficiência do apoio social.

As trajectórias evidenciam a vulnerabilidade da rede familiar não apenas como meio de sustentabilidade à crise, mas como contexto de pertença condicionante dos vários capitais dos indivíduos. Por outras palavras, é ao nível da socialização primária que se definem situações de vulnerabilidade social traduzidas em frágeis inclusões escolares e habitacionais que se repercutem ao longo das trajectórias, como se de um “itinerário comprometido” se tratasse, e transmitindo entre as várias gerações a exclusão social. Por exemplo, os baixos níveis escolares condicionam as capacidades de compreensão da informação (leitura, compreensão) condicionando as capacidades de procurar e manter emprego. No entanto, em casos pontuais, os entrevistados referem, não tendo sido confirmado, que os seus filhos foram bem acompanhados por outros familiares tendo actualmente cursos superiores.

Em termos comparativos, a população imigrante, como referido, mostrou um possível favorecimento em termos de apoio familiar, mas que não deixa de ser fragilizado pela conjuntura económica e política nos seus países de origem, que leva inclusivamente à imigração conjunta de pais e filhos e separações familiares. Por outro lado, é em Portugal que a presença de indivíduos que cresceram em instituições é menor, mas mais elevados os casos que ficaram entregues a outros familiares. Este pode ser um factor ilustrativo de que as redes familiares assumem uma função de suporte fundamental.

A socialização primária, entendida enquanto momento de vida essencial, para a definição da capacidade de resistência emocional e afectiva dos indivíduos, que antecede a inserção profissional, surge condicionada por toda uma série de factores correlacionados. A capacidade para, entre outros, corresponder às exigências sociais, manter a motivação, superar frustrações, organização pessoal, são negativamente afectados pela vivência de situações de risco, e mais particularmente contextos familiares problemáticos.

A relação familiar associa-se à constituição de um “crédito afectivo individual” fundamental para superar crises. Os modos de vida que reflectem as disposições sociais incorporadas durante a infância e juventude vão-se repercutindo ao nível da definição de projectos futuros, ou seja, os indivíduos vivem de acordo com um “habitus de risco”. A título exemplificativo, em situações de vulnerabilidade e falta de perspectivas pode haver preferência por, ou ser necessário, recorrer a formas de compensação imediatas, como o trabalho ocasional. Consequentemente, as formas de emprego temporário surgem tanto como uma preferência, uma consequência do processo de socialização, bem como a única hipótese dada a conjuntura laboral actual, em função das suas qualificações, e idades por vezes elevadas, e carência de variadas ordens, como a saúde.

Henrique nasceu em 1957 em Portugal. Viveu com ambos os pais apenas até aos seis meses, altura em que o pai faleceu. Viveu depois com a mãe e irmã, e posteriormente com estas e com o padrasto. Viveram numa pensão e aos seus nove anos, altura em que a mãe morre, mudaram-se para uma barraca na Musgueira. Não terminou a 4ª classe. Aos catorze anos começa a trabalhar como vidraceiro. A empresa acaba por falir e não tem direito a indemnização. É em situação de rua que, aos dezanove anos, conhece a mulher com quem viveu dezoito anos. Viveram juntos na rua durante dois anos até Henrique obter um trabalho como cozinheiro e passarem para um quarto arrendado. Têm um filho. Arrendam uma casa na Brandoa de habitação ilegal. Aos trinta e três anos, fica desempregado e perdem a casa por falta de pagamento. Passa a viver de biscates: pintor da construção civil; cozinheiro; distribuidor de listas telefónicas e segurança nocturno. Vive em situação de rua e entra depois para o Albergue de São Bento. Através de um Programa de Reinserção da SCML, trabalhou para a CML como electricista de automóveis. Recusou proposta de contracto de trabalho, “*era novo e na altura não pensava nestas coisas... queria era ir andando*”. Vive algum tempo na casa do padrasto e irmã que obtiveram através do PER. Vende a Revista Cais há oito anos e “*faço 1000€ por mês... e faço distribuição de listas telefónicas*” Está por um novo episódio na rua há quatro anos. Teve problemas com a justiça. “*Contacta frequentemente com a ex-mulher para tratar de assuntos relacionados com o filho que está na Casa Pia. “Está muito feliz!” “Tenho outros filhos de outras mulheres, também.”* Tem problemas pulmonares (consequentes do trabalho de fábrica de vidraceiro), de ossos, de visão.

Philippe nasceu 1943 em França. A partir dos dezoito anos foi desenvolvendo trabalhos ocasionais por vários pontos de França, dos quais tem apenas dez anos de descontos sociais efectuados. “*C’est la galère*”. Teve uma proposta de emprego estável no momento em que trabalhava para a Câmara mas que não aceitou. “*Je regret mais on peut pas retourné arrière*”.

A rede familiar não constitui isoladamente um entrave às rupturas identificadas ao longo das trajectórias, dada a presença de todo um conjunto de problemáticas inter-relacionadas, nomeadamente as dependências, problemas de saúde física e mental, entre outros, que não deixam de se entrecruzar com situações conjunturais.

Vítor nasceu em 1956 no Porto onde vivia com a mãe e irmão. O pai morreu quando tinha seis meses. Com um ano de idade foi viver com o avô. *"... naquela época era assim. O meu avô tinha casa própria, muito bonita, perto da Farmácia Ferreirinha em Vila Nova de Gaia."* Até fazer dezoito anos intervalava estadias em casa da mãe e em casa dos avós. Aos dezoito anos começa a trabalhar como farmacêutico, casa e vive em casa própria com a mulher e a filha, esta actualmente com vinte e três anos. Aos quarenta anos, deixa a casa, vive na rua durante um mês, perde o emprego e passa a fazer alguns biscates. *"O meu caso é muito fácil: droga. Não há muito a dizer para além disso. Tudo começou com produtos da Farmácia. Durante anos fui escondendo e conciliando com o trabalho. Entretanto, uma substância que tomava saiu do mercado, mais tarde saiu uma segunda... depois começou em voga as anfetaminas que tinha de vir buscar a Lisboa. Tornou-se inconciliável e perdi o emprego."* Aos quarenta e um ingressa no programa de metadona. Actualmente, no centro da Graça frequenta um curso de moldagem de ourivesaria. Pensa candidatar-se a uma habitação social e reorganizar a sua vida. A mãe é muito idosa e não *"quero que saiba que aqui estou... a minha filha é muito complicado explicar ao ponto em que me destruí."* Vítor é seropositivo.

Paulo nasceu em 1962, na zona da linha de Cascais. Vivia num anexo da casa do pai e da madrasta com quem não se dava bem. Tem dois irmãos mas *"cada um tem a sua vida."* Estudou até ao 5º ano e *"como faltava muito à escola o meu pai puxou-me"* e começou a trabalhar como soldador na mesma empresa do pai. Tem carta profissional de soldador e tinha contrato de trabalho. Com salário em atraso há cinco meses rescindiu o contrato para procurar alternativas. O pai foi posteriormente despedido com indemnização após a falência da empresa e começaram os dois a trabalhar por conta própria. *"Foi fácil naquela zona onde há muitas vivendas arranjar vários biscates: fazer vedações; desentupir fossas. Beneficiavam de o pai ter também já os instrumentos de trabalho necessários. Se calhar hoje preferia uma coisa segura do que fazer muito dinheiro sem nada assegurar... mas nesta altura não pensava assim."* Esteve na tropa em Mafra durante dezasseis meses. *"... é inimaginável o que fazem às pessoas."* Teve algumas relações mas nunca algo estável. *"Nunca gostei de me sentir preso e não fui por aí."* Aos trinta e nove anos, entra no Arco do Carvalhão para o programa de metadona e onde fica dois anos. Dois anos depois o pai falece e a madrasta fica com a casa. Sem casa, passa assim para o Centro da Graça, onde está há mais de um ano. Recebe o salário mínimo a trabalhar para uma empresa de jardinagem. Neste momento recebeu uma proposta de um trabalho de seis meses na Holanda, *"que podia ser boa ideia, mas estando ainda na metadona não me quero já meter nestas aventuras."*

Olivier nasceu em 1965 em Paris. Viveu desde a infância numa instituição de apoio a crianças órfãs (DASS). Passou por várias famílias e instituições até aos dezassete anos. *"Moi je suis orphelin, orphelin, pas de père, pas de mère, et la DASS Premier truc, foyer, voilà. Une vie...de groupe, communauté, qui change tout le temps, on change tout le temps d'adresse."* Aos dezassete habitava num foyer para adultos e aos vinte e três numa comunidade foyer. *"Je suis resté là à peu près jusqu'à 22/23 ans en étant placé dans des petits hébergements, ensuite on m'a mis dans un... comment on peut appeler ça...une sorte de maison où on habite à plusieurs dedans, plusieurs orphelins, on habite dedans ensemble, et puis on vit en communauté, ensemble. Et ensuite, ça, ça s'est arrêté et après bah, il faut se débrouiller, comme tout le monde."* Nesta altura, e no momento actual, é toxicodependente e utiliza a rua ou centros de emergência para dormir. Os momentos em que teve habitação foram os mesmos em que teve relações maritais. *"Mais oui justement, c'est que la relation amoureuse se passe quand tout va bien. Vous voyez? c'est quand...c'est quand le corps est bien et l'esprit est bien que du coup vous pouvez ouvrir le cœur pour quelqu'un. Mais là quand vous êtes dans la rue, y'a déjà même pas de place pour vous, dans le cœur."* A sua vida profissional é composta de vários trabalhos ocasionais incluindo nos vários países por onde viajou. *"la restauration, l'animation. Pourquoi? parce qu'on embauche vite, c'est facile. J'ai fait à peu près une dizaine de pays."*

Christian nasceu na Irlanda do Norte onde viveu com os pais e irmão até estes faleceram quando tinha quinze anos de idade. *"My parents died when I was 15. They were coming back home and got hit by a drunk driver and the car was completely smashed and there was no way that they could have survived. I have a brother but he his very well settled in and has a wife and children. Left North Ireland just to get away from it."* O irmão seguiu o seu percurso e Christian seguiu também o seu vindo para Londres. Em Londres, teve vários trabalhos em bares e restaurantes e utilizava hostels para dormir até se ter casado. Enquanto casado trabalhava para uma empresa de construção. Na sequência do alcoolismo foi despedido. *"First of all, I lost my work. It wasn't good. I was sometimes going to work in the morning and before going to work I had a few drinks. I was working in a building site and a building sight can be very risky, because... machinery. And one morning, the person, my boss says: "I think you better go because a) you've been drinking and b) you can have an accident or you can cause an accident. So I went home. I went back the next day: the same thing. After about 3 days he says: "We can't be responsible for your state... You are not exactly drunk but you are not far from it!"* A relação termina em divórcio. *"We were arguing a few times and I. started to drink quite a bit, so that didn't help."* Aos cinquenta e dois anos, Christian é sem-abrigo já há alguns anos dormindo na rua. Está a frequentar o curso de arte do centro.

Os casos relatados salientam a pluralidade de rupturas a que um determinado caso está sujeito, nomeadamente as carências familiares iniciais, ou as dependências, inclusivamente segundo os próprios. Neste contexto, as redes de sociabilidade assumem efeitos que podem ser opostos: os amigos são referidos como contribuindo para o absentismo escolar, consumos, marginalidade, etc.; e, por outro, os contactos estabelecidos entre a população sem-abrigo podem vir a constituir uma fonte de recursos para a construção de formas de reinserção. Todavia, estes contactos que poderão dar azo a alguma oportunidade de emprego ou habitação não deixam de ser moldados pela precariedade e insustentabilidade.

- **Apoio Social:**

No que respeita ao apoio social, são dois os principais pólos de recursos utilizados pelos entrevistados: segurança social geral, ao nível do desemprego, reforma, saúde; e os benefícios de exclusão social e pobreza, como o Rendimento Mínimo de Inserção, em Portugal e França. Em alguns casos, a situação de rua está relacionada com um trajecto de benefícios de um pólo ao outro, com um acrescido efeito de estigmatização.

Grosso modo, o impacto das medidas de apoio é evidente para manter situações de limbo, mas não tanto para superar os momentos de crise, dada a falta de respostas preventivas e imediatas. Os episódios de entrada e saída, ou reincidências, reflectem a instabilidade e precariedade da inserção laboral e a insuficiência dos benefícios sociais, caso não haja algum recurso individual complementar. Em resumo, destacam-se os seguintes níveis de impacto do apoio social:

- **Alternativa de apoio face à ruptura familiar:**

Luc nasceu em 1983 em França. Os pais são originários da Martinica e actualmente divorciados, tendo o pai regressado ao país de origem. Interrompeu um curso técnico em contabilidade. Viveu com a mãe até aos seus vinte e um anos e ao momento ser expulso por motivos de conflitos. *“Fui sempre rejeitado e o meu irmão mais novo o preferido. Todas as pessoas – meus amigos, amigos da minha mãe, o meu pai – me diziam que a minha mãe não gostava de mim e me perguntavam porque ela era assim. O meu pai diz que ela é manipuladora e me devia afastar. O meu irmão diz que ela o prefere a ele. Quando falo com a psicóloga social também ela não percebe. Até com os meus padrastos tinha boa relação e me perguntavam porque era o meu irmão o preferido. Chez ma mère c’est l’enfer!”* Seguiu-se a casa de uma amiga que habitava junto da mãe mas que tinha problemas de dívidas. Mais tarde as escadas de um prédio de “renda moderada” (HLM) durante seis meses. A casa do pai não é alternativa. *“Não faz sentido ir para a Martinica se os de lá estão a vir para França.”* Actualmente está no centro de emergência há nove meses e faz por vezes animações que consistem em acompanhar crianças ao parque infantil. Não tem acesso aos RMI por ter menos de vinte e cinco anos. No futuro, *“la musique avec l’ordinateur c’est mon truc!”*

Neste caso, apesar de o jovem ter encontrado acesso a formas de apoio alternativas, não deixa de pertencer a uma categoria de exclusão do apoio social, dadas as condições de titularidade impostas.

- **Instrumento-chave de compensação**, sendo factor crucial para que determinadas situações de pobreza não entrem numa espiral de exclusão extrema, como os casos não actualmente na situação de sem-abrigo, o permitem ilustrar:

Carlos nasceu em 1943 em Cascais onde vivia com a sua mãe. Estudou até à 4ª classe. Aos seus nove anos a mãe morre e vem para Lisboa. Trabalha na construção civil com contrato de trabalho e vive nos estaleiros das obras, em vários pontos do país. Aos dezoito anos faz a tropa. Regressa ao trabalho na construção civil. Terminado o último contrato não conseguiu mais trabalho e passou a fazer tarefas pontuais, nomeadamente as entregas de listas telefónicas. *“Agora foi tudo parar aos CTT... e antigamente dávamos a revista e as pessoas sempre davam uma gratificação. Agora que foi entregue aos CTT, não se pode pedir gratificação e não dão trabalho suficiente.”* Vive num quarto arrendado pelo qual paga 30€ através do RMI mas espera também obter uma *“renda de casa”* e deixar de mendigar. É divorciado e não tem qualquer contacto com a ex-mulher. *“A minha mãe morreu e eu vim para Lisboa, pronto. Não... não (fui sem-abrigo) porque nos estaleiros havia lá uns contentores e um gajo dá para ficar lá.”*

Pierre nasceu em 1943. De uma família de quatro irmãos, dois viviam em centros de acolhimento por motivos de dificuldade económica. Pierre foi um deles. Trabalhou como electricista. Foi casado e divorciou-se aos cinquenta e dois anos. Ficou com os dois filhos, na altura com sete e doze anos, a seu cargo. *“Na altura da adolescência foi muito difícil. Agora um é motorista da RATP, e deixou a casa recentemente, e o outro procura emprego. Ela encontrou um novo amor e foi de férias para Turquia sem nunca ter voltado.”* Viveu sempre em habitação socialmente apoiada. Actualmente subsiste com o RMI e biscates de electricista que faz aos moradores e comerciantes do bairro onde vive. Diz ter deixado de beber recentemente.

- **Meio ineficaz para evitar a acumulação de rupturas:**

É evidenciado por situações em que o usufruto do subsídio de desemprego permite manter situações de limbo, nomeadamente pagamento de quartos em pensões, e que findo o mesmo os indivíduos entram em situação de rua. Isto para além de vários indivíduos se verem automaticamente excluídos de o receber por nunca terem tido um contrato laboral (*“ou verificarem posteriormente que afinal os empregadores não haviam feito os descontos”*). Verifica-se, assim, que as condições de atribuição do subsídio não são compatíveis com a situação estrutural.

Incluem-se também casos em que ainda havendo um ponto de reinserção, como o emprego ou familiares onde ficar por algum tempo, os indivíduos não estão em condições de receber apoio dado a sua situação de precariedade não ser considerada extremamente grave. Neste momento, os indivíduos encontram-se como que suspensos numa espécie de *“situação intermédia”*. As situações intermédias podem ser consideradas não *“em necessidade”*, uma vez que ainda revelam alguns pontos de inclusão (ter emprego mas não suficiente para manter a habitação). Dito de outro modo, chegar a uma situação extrema pode ser uma necessidade para aceder a apoio. No pólo oposto estão as situações que para serem apoiadas têm ainda de manter algum ponto de inclusão social, ou seja, a perspectiva de perfeccionismo do apoio social que promove uma inter-relação de benefícios, essencialmente baseados no emprego. Este é o caso de grande parte dos dispositivos de apoio à habitação. Cria-se, aqui, a bola de

neve frequentemente referida pelos entrevistados: não ter rendimento, não ter habitação; não ter habitação, como obter emprego?

Outros casos reflectem a demora dos processos burocráticos que cria um período de espera para a recepção de apoio monetário demasiadamente longo para que os indivíduos não percam a sua habitação.

Para mais, o acesso ao sistema de apoio social depende das condições e critérios de titularidade e da informação que o indivíduo disponha. Verifica-se que em alguns casos existem categorias de indivíduos excluídos dos benefícios, nomeadamente os jovens no caso do RMI em França, cuja idade mínima são os vinte e cinco anos (dezoito em Portugal).

As dependências são apontadas, quer como estando na raiz, quer ao nível das consequências, das rupturas. Todavia estas não deixam de ser produto de um processo de desafiliação social. O seu impacto é também reflexo dos sistemas de apoio e design dos programas de desintoxicação contribuindo para, segundo os entrevistados, que as situações se agravem.

- Meio insuficiente para autonomizar os indivíduos:

Os casos inseridos em medidas de emprego protegido, nomeadamente em centros de acolhimento de longa duração, ilustram que, apesar destas medidas serem essenciais como instrumentos de inclusão laboral, não permitem auferir salários suficientemente elevados para pagar uma habitação no mercado privado.

Existem casos saídos da situação de rua, e também famílias, que em habitação social, não possuem a capacidade de apoiar familiares em situações de crise. O apoio social não promove necessariamente a autonomia individual e das famílias, mas a manutenção do limbo social, podendo mesmo tornar-se um obstáculo à mobilidade e reorganização da estrutura familiar.

Ao nível das respostas de saída, é fundamental ter em consideração as barreiras de acesso colocadas pelos próprios indivíduos em situação de rua. Alguns indivíduos recorrem aos serviços, ao passo que outros têm de ser contactados, nomeadamente pelas equipas de rua. Os factores de diferenciação relacionam-se com aspectos como a informação disponível e acessibilidade dos serviços, a motivação e capacidade para o fazer, competências pessoais, problemas de saúde, etc.

Foi referido que o fenómeno de homelessness é fabricado. O sistema de provisão social, e aqueles que trabalham em áreas de apoio, vivem da existência destes problemas. Tal reflecte-se na ostentação e gastos em, por exemplo, conferências e outro tipo de eventos. A reinserção social é uma ilusão sustentada pelo controlo social, através da manipulação de dados pessoais. Ou dito de outro modo, em linha de teoria de conspiração, o real não é real.

VIII.III.II. Dinâmicas de Sucessão de Eventos

Os impactos das várias decisões e acções individuais (irracionalidade, imprevisível, etc.), e as pequenas alterações ou acidentes (que podem ser ao nível quotidiano, de encontros e desencontros, perda de documentos, faltar a um encontro ou reunião) tendem a assumir proporções negativas mais significativas quando o indivíduo se encontra numa situação de vulnerabilidade social, uma vez que capacidade de controlar as consequências é também menor. Salientam-se as dinâmicas de relação de eventos salientadas pelos casos entrevistados:

- ***Começo institucional:***

Os indivíduos que cresceram em instituições apresentam um percurso de passagem sucessivo entre as mesmas, podendo nunca ter tido habitação própria. São também estes os que mais receiam a solidão de uma habitação autónoma.

- ***Intersecções, limbos e momentos de “click”:***

Como referido, as várias rupturas inserem-se numa conjuntura política, social e económica condicionante. Todavia, as diversas situações de vulnerabilidade, ou de constante limbo, entram em processo sucessivo de rupturas pela interacção de factores que para aquele indivíduo, naquele momento, se tornaram “explosivas”. Neste sentido, o fundamental pode não ser o evento em si, como o divórcio, desemprego, problemas de saúde, mas o seu encadeamento e o modo como abala a capacidade de resistência dos indivíduos.

- ***Giratórias e direcções:***

De um determinado evento abrem-se várias possibilidades e fecham-se outras. Em grande parte dos casos, foi considerando inútil reflectir sobre as opções tomadas. Por outro lado, a vulnerabilidade dos capitais possuídos condiciona as hipóteses de escolha em várias esferas.

- ***Espirais e contingências:***

Quando algo começa a correr mal tudo o resto também. Face à incapacidade de restabelecimento (financeira, saúde, psicológica) face a um evento negativo, nomeadamente pela inexistência de uma rede de apoio, os momentos de crise tendem a acumular-se. Assim, o processo até chegar a uma situação de sem-abrigo é uma espiral de eventos, em que no final apenas persiste a noção de que tudo se perdeu:

“... dès que vous avez la maison, tout va bien autour, la relation amoureuse, le travail, les amis, l’argent, tout va bien. Vous perdez la maison, vous perdez les amis, vous perdez le travail, vous perdez la copine et vous n’avez plus d’argent. (Paris, N.º1, Rua).

« je me retrouve sans rien. ... ça n’a pas marché, on s’est endetté, et puis voilà. Et puis c’est un crescendo... et voilà. » (Paris, N.º2, Rua).

« Le logement, je l’ai perdu... quand les problèmes arrivent, c’est vite fait de perdre tout. » (Paris, N.º3, Rua).

« ... je suppose qu'on y arrive un peu par hasard, plus ou moins. Moi c'est un accident qui s'est passé... toutes mes affaires, tous mes documents, ma voiture ... tout ce que j'avais est parti... » (Paris, N.º11, Rua)

As dinâmicas de intersecção, acumulação e retroactividade das várias rupturas podem deixar aqueles que se vêem numa situação de sem-abrigo apenas certos de um facto – a vida é imprevisível e pode desmoronar-se de um momento para o outro. Determinado tipo de percepções e crenças, como as religiosas, servem para encontrar explicações afirmando-se que “tudo depende da vontade de Deus”.

As dinâmicas das trajectórias de vida relatadas assumem um carácter particular devido à falta de rede de sustentabilidade dos indivíduos, incluindo problemas psiquiátricos.

▪ ***Ciclos, boomerang e eco:***

As trajectórias de vida tocam diversas dimensões temporais (do passado, presente, ao futuro) e interagem com factores de variadíssima ordem, nomeadamente com outros actores sociais (também estes imprevisíveis). As espirais de eventos afectam o próprio indivíduo, bem como os que o rodeiam, incluindo gerações anteriores e futuras. A condição de sem-abrigo pode também situar-se num ciclo inter-geracional de pobreza, e as probabilidades de reincidência são significativas.

▪ ***Efeito armadilha:***

Os efeitos da situação de sem-abrigo constituem um bloqueio - perda de emprego/perda de habitação/perda de domiciliação/desemprego/centro - acompanhado, muitas vezes, por uma desistência: “In what regards work and homelessness is a cycle that stuck people: loose job/shelter/no address – no address/ no job/shelter. I am no longer seeking work.” (Londres, Nº3, Centro Emergência). Este desistir é entendido como conformismo, mas é também um facto que várias tentativas podem ter sido feitas, quando as hipóteses de emprego pareciam à partida nulas.

▪ ***Encontros, desencontros e estados de espírito:***

Foi transmitida a ideia de que “nada acontece por acaso”, ou que toda uma vida se pode alterar numa questão de segundos a partir de pequenos encontros e desencontros. Foram vários os casos que se apoiaram num certo misticismo traduzido em noções como “tinha de estar já no destino que os nossos caminhos se cruzassem”; “conheci esse fulano, porque tinha de ser”.

É também evidente que as situações de precariedade se reflectem de forma clara nas oscilações de humor, energia e consequente capacidade de organização de tarefas diárias como higiene, comparecer a compromissos, etc. Assim, em situações de vulnerabilidade há uma maior susceptibilidade a comportamentos inconstantes fruto de experiências como traumas, conflitos, perdas, etc.

Verifica-se que episódios particulares se tornam complexos de ser traduzidos em dimensões empíricas, no entanto, são praticamente omnipresentes na vida quotidiana desta população. Os relatos dos vários encontros e desencontros do dia-a-dia são feitos de retalhos de incidentes incompreensíveis, mas que assumem sérias consequências. Entre estas, ser preso inocentemente, perder um documento, perder o rasto de uma pessoa próxima, etc. As soluções que se vislumbram para a situação podem também assumir os mesmos contornos pouco definidos, como afirmar que se virá a ter uma habitação ou um emprego na próxima semana, sem grandes explicações adicionais. As hipóteses de resolução da situação actual assim retractadas parecem assumir-se como fábulas que contribuem para manter a esperança de que “há sempre uma luz ao fim do túnel”.

Em termos de pesquisa, os eventos quotidianos e singulares tendem a ser expressos por categorias residuais. Contudo, é precisamente nesta singularidade que drásticas consequências surgem, face à impotência de resolução das situações. Um obstáculo fundamental à compreensão deste tipo de indicadores contingentes é a impossibilidade de verificar a sua veracidade. A sua natureza aparentemente improvável é consequentemente resumida a histórias inventadas, alucinações de indivíduos desprovidos de plena cidadania e direitos. Esta é uma área de indefinição entre invenções, loucuras, irracionalidade humana e factos verdadeiramente relevantes.

VIII.IV. Gestão do Local de Pernoita

Os locais de pernoita utilizados pelos entrevistados são variados: aeroporto, jardins, entradas de prédios, garagens, centros comerciais, casas abandonadas, etc. **A escolha depende de uma série de factores**, como, entre outros, sentimentos pessoais, perigosidade, e constrangimentos colocados pela comunidade envolvente, incluindo comerciantes e agentes policiais.

Neste sentido, o mesmo local de pernoita pode ser utilizável apenas por **tempo limitado**: “mas mais dia menos dia isto começa ai a ficar sujo, a cheirar mal, e a vizinhança pronto... já se sabe!” (Lisboa, N°8, Rua). Apesar de ser possível organizar temporariamente um local de pernoita nas ruas, e mantendo para isso objectos como cartões e cobertores, este pode desaparecer por não ser desejada a presença de sem-abrigo: “C’est possible, des fois ça arrive de pouvoir cacher. Mais des fois vous arrivez et y’a plus rien, soit les gens qui nettoient l’ont enlevé, soit un autre sdf l’a pris, ou soit y’a une 3e possibilité des gens l’ont abîmé, par plaisir ou par envie que ça n’existe pas. Les gens ne veulent pas que ça existe.” (Paris, N°1, Rua).

A recolha de cartões é uma **tarefa diária exigente**: “Il faut chercher la nuit, il faut chercher les cartons toute la nuit, mais si il n’y en a pas, comme là dans cet arrondissement, on dort dans le 1^{er}, on est obligé

d'aller chercher des cartons dans le 20^e, dans le 17^e, peu importe. Mais tous les jours il faut chercher les cartons, tous les jours, tous les jours. » (Paris, N°3, Rua).

Foi também apontado que dormir nas ruas se está a tornar mais perigoso, devido ao aumento de roubos e violência, por vezes associado aos imigrantes: “Don't take this the wrong way, but there are these Polish and for example many rough sleepers can't sleep no longer by Victoria because it is really violent” (Londres, N°3, Centro Emergência). Porém, tal ideia não é unanimemente partilhada: “No, definitely no more violent.” (Londres, N°1, Centro Emergência).

A **procura de protecção** pode ser também um factor de influência implicando procurar locais adequados para mais de uma pessoa. Outros aspectos como o calor e protecção da chuva e humidade condicionam também a escolha. Nestes casos, são seleccionados locais perto de saídas de ar quente e fumos, como junto a padarias, metro, respiradouros (com evidentes efeitos nocivos para a saúde), apanhar autocarros de forma sucessiva, etc.:

“... foi esse que estava aí a dormir que me trouxe para aqui! Eu já dormia noutra lado sozinho também mas como tenho aqui as cautelas e tenho aqui dinheiro.. digo assim « bem 3 sempre é melhor que 1.” (Lisboa, N°8, Rua)

“If you have company, if you're with somebody else, a mate of something – you are safe in two's. The weather plays a huge part. What I found myself and it's harder for me, physically is harder, .. your bones, don't have a proper diet, you crumble, not getting hydrates, you get run down easily.. and you fall ill...” (Londres, N°1, Centro Emergência).

“... I went down the buses... 2 and half months, 3 months...” (Londres, N°5, Centro Emergência).

Dormir na rua está sujeito a **horários** associados à movimentação da população geral e períodos de funcionamento, como é o caso do aeroporto e do metro: “Moi je dormais place Carrée, Châtelet, place Carrée, et on rentre à partir de 1 heure, à la fermeture des métros, et là on commence à chercher mon carton pour dormir.” (Paris, N°3, Rua).

Um aspecto frequentemente debatido é a recusa de utilização de **centros de acolhimento**. Porém, os motivos e bloqueamentos de ordem psicológica podem ser variados. A título de exemplo, os centros podem representar o sistema e as suas “forças obscuras”: “Éramos 3 mas um já foi... levaram-no assim.. dessa carrinha vieram cá buscá-lo. Vieram aqui buscá-lo, era o Jorge!” (Lisboa, N°8, Rua). Há também uma distinção simbólica entre categorias de sem-abrigo e, neste caso, os toxicodependentes são apontados como o obstáculo ao uso dos centros:

“Já me quiseram levar mas eu não me sinto bem com eles! Isso são indivíduos que são toxicodependentes e eu não! Não me vou misturar com essa gente, desculpe ! Prefiro estar aqui sozinho do que ir para um albergue. Se me derem assim um larzinho assim sozinho, isso aí já vou, agora para o pé dos outros, não! Prefiro esta vida!” (Lisboa, N°8, Rua).

“I sleep in a doorway in West End... my believe is that most hostels are occupied by either drug addicts, alcoholics... people that I wouldn't think I could trust while I am asleep.. I had to be sleeping with my eye open all night in case I wanted to keep my stuff.. I am very safe where I am.” (Londres, N°8, Rua).

A insegurança nos centros é um problema referido com significativa frequência: “Moi ça m’est arrivé une fois, ici, un sac qui a été volé là. J’ai même été porté plainte au commissariat de Paris. Ils m’ont dit « tant que vous n’avez pas les papiers sur vous, on peut pas porter plainte »... mais j’ai tous les papiers dans mon sac! Ici dans les lieux d’hébergement, ça c’est possible. Ils croient qu’on dort dehors, on a plein d’argent et tout, ceux qui viennent, ils attaquent comme on attaque les banques, ils prennent tous les papiers... » (Paris, N°3, Rua). Acrescendo-se a dificuldade em apresentar queixa dada a falta de documentos roubados.

É relevante tomar em linha de conta que é feita uma distinção entre os centros com más condições e os que foram remodelados e satisfatórios. Para alguns indivíduos, não se trata de uma simples recusa do centro mas de determinados tipos, ou mesmo por falta de vagas:

“Ça dépend des centres, ça dépend... y’a des centres qui sont à peu près correct, mais y’a des centres, c’est infernal, c’est infernal. Y’a des poux, c’est sale. » (Paris, N°2, Rua);

« Les centres d’hébergement c’est pas possible. Toujours c’est plein. Tu peux l’appeler, tu peux faire la demande, avec assistante sociale, avec tout ce que tu veux, toujours y’en a pas, il faut attendre, voilà. » (Paris, N°3, Rua)

« Elle m’a envoyé dans l’Armée du Salut. Comment je vais habiter à l’Armée du Salut? Ça va pas, non? Il y a 4000, 5000 chambres, il n’y a pas d’isolement, y’a rien. Qu’est-ce que je vais faire à l’Armée du Salut? C’est pas pareil, moi je préfère dormir dehors que l’Armée du Salut, c’est pas possible. Et encore tu payes, il prend de ton salaire? Oui, moi je préfère la rue.» (Paris, N°6, Rua).

Os centros trazem também a imposição de regras e horários: « ... je connais beaucoup de foyers du service social, mais de temps en temps il n’y a pas de place. La rue, t’est libre, t’es libre, voilà. Tu peux dormir dehors, t’es tranquille, t’es avec un copain, ou 2, ou 3, comme il y a des copines aussi dans la rue, comme ça. Alors on est libre, tu comprends? Mais là-bas tu seras commandé, tu rentres à 1h le matin, le matin tu sors à 7h, tu rentres à 8h.”(Paris, N°6, Rua). Este entrevistado menciona o facto de nas ruas se ser livre, mas prefere utilizar o centro de emergência quando existem lugares disponíveis. Esta é a sua rotina há mais de seis anos.

Os entrevistados de Paris fazem também menção aos procedimentos específicos do serviço do 115, e à compulsória alternância entre ruas e centros: “On téléphone et ils nous disent « vous pouvez être hébergé, y’a des centres dans Paris, vous êtes hébergé une semaine », ensuite vous vous retrouvez encore dehors, vous retéléphonez au 115, des fois ils peuvent pas vous héberger, il y a pas de places. Donc de là, bah, vous dormez dans des endroits, dans les gares, ou bien dans les jardins. Des fois ça arrive qu’on vous met une semaine quelque part, des fois 3 jours quelque part, mais des fois aussi une nuit quelque part, des fois rien du tout, ça dépend. » (Paris, N°1, Rua). Para além da falta de vagas, o acto de telefonar implica várias tentativas e um longo tempo de espera (*este exercício foi feito com um entrevistado utilizando o seu telemóvel, e ultrapassou os dez minutos sem a chamada ser atendida*): « Alors le 115, c’est la galère. Vous passez des heures entières, des heures entières pour avoir un lit, et vous ne pourrez pas. Parfois vous attendez jusqu’à 10h, 11h, minuit pour qu’on vous donne une réponse positive ou négative, et pendant tout ce temps-là vous êtes dehors. Et donc vous partez avec vos bagages, et vous passez une nuit, vous n’avez pas une chambre, vous avez un lit, vous avez droit à un lit. Et donc vous passez la nuit et vous ressortez avec vos

bagages.» (Paris, N°4, CHU). Acresce-se o facto de alguns centros de acolhimento estarem muito distantes do centro da cidade.

Grande parte da população usa as ruas e centros de modo alternado. Mais elevada a idade maiores as dificuldades em conseguir dormir nas ruas: “I used to sleep rough but I don’t so much now. I become mature to be on my own now. The problem now is the hostel scene in London, specially at Westminster, most of them are taking drunks, they can become violent. I don’t like it... It depends on how I feel. All sort of things... I came here last night but I got patrolled. I’ve stayed out. I am feeling knackered cause I am not younger anymore...” (Londres, N°1, Centro Emergência).

É fundamental não deixar de ter presente que para alguns dormir na rua é a pior das hipóteses:

“I had never been outside before and I was scared, you know...” (Londres, N°2, Centro Emergência)

“I never made that decision unless there was an action (*polícia*). I am a hostel.. always hostel. I only slept a small sum outside and I don’t like it.” (Londres, N°6, Centro Emergência).

Os entrevistados do centro de último nível em Lisboa têm também de respeitar horários e não possuem privacidade, nem autonomia para organizar a sua vida social. No entanto, afirmam preferir este centro que reconhecem ser distinto de outros de piores condições. Um caso salienta que quando lhe foi proposto o Centro do Beato recusou pois tal implicaria novamente a toxicod dependência.

Ao tomar em linha de consideração diferentes tipos de acomodação temporária em cidades distintas, torna-se evidente a existência de classificações de alojamento diversas. Como referido, o centro nocturno de Londres e o centro de emergência de Paris foram tomados como equivalentes dada a semelhança de condições de admissão e necessidade de pedido de renovação. Estas condições são apontadas como negativas pelos sem-abrigo, uma vez que, ao inviabilizarem a sua adaptação e instalação, contribuem para que não encontrem a estabilidade necessária para encontrar uma solução de saída.

Persistem elementos de distinção entre as várias cidades consequentes do design do sistema de apoio social. O caso de Paris e a massiva utilização do serviço telefónico 115 para obter alojamento de urgência. O caso de Londres é especificamente relevante em termos da interdependência de benefícios, nomeadamente o de procura de emprego e o de apoio ao alojamento, que inclui o pagamento da estadia pelo Estado directamente à hostel. Se um indivíduo não possui nenhuma forma de rendimento está automaticamente excluído: “So, I some hostels charge you up to 30£ a week so if you are not skilled... you got no chance!” (Londres, N°4, Centro Emergência). No entanto, os entrevistados nas outras duas cidades apresentam o mesmo tipo de queixa: excluídos de apoio habitacional por não possuírem uma fonte de rendimento, ou seja, que as melhores condições são reservadas para os casos em menor exclusão.

A utilização de um centro passa por ter acesso a informação e fazer um trabalho de prospecção: “I was at the machine and I’ve chosen 2 centres. I went to London Bridge, in Waterloo, but I didn’t sort of like it because there were more older people in there and was very difficult for me to fit in. So, I asked one of the guys and he said – Saint Martin’s. I came directly from there in here - the hostel. ... I started to sleep rough just outside the station and then I made my way to the centres afterwards when sort that information and then I spoke to one of homeless person that I think that was just walking pass and ask him information..” (Londres, N°12, Hostel). O testemunho evidencia que é necessário conhecer como funciona o sistema de alojamento apoiado, sendo que outros sem-abrigo podem servir de apoio.

Os squats, ou casas abandonadas, constituem um outro tipo de local de pernoita: “It is not bad. It is a safe place instead of sleeping under the street, with the police waking you up every hour, asking stupid questions every night, the same thing. I go there to sleep and during the day I use these facilities for shower. We have water, we have electricity, we have gas but we don’t use it because in the authorities they will know that people use it. If we use electricity but keep it to a minimum, just to charge the phone. Only 3 people. I keep no stuff at the squat (*Not safe*)” (Londres, N°11, Squat). Neste caso, a utilização do squat é complementada pelo uso de serviços de um centro de dia, nomeadamente para manter bens pessoais e higiene.

Todavia, o uso de uma casa abandonada pode dar uma sensação acrescida de **solidão** relativamente às ruas: “Ir para ali entre aquelas 4 paredes só acabo por me conseguir deitar pelas 2h da manhã e acordar tarde.” (Lisboa, N°7, Rua)

VIII.V. Estratégias de Sobrevivência e o Dia-a-Dia

As estratégias de sobrevivência envolvem a satisfação de necessidades básicas, como alimentação e vestuário, protecção, obtenção de algum dinheiro para consumos pessoais, etc.

Um dos grandes constrangimentos da situação de rua é a necessidade de **transportar permanentemente os bens pessoais**. Pode haver uma tendência para ir progressivamente abandonando pertences até ao ponto do estritamente essencial. Qualquer bem minimamente valioso, incluindo dinheiro ou os documentos de identificação, necessita ser protegido: “Quando comecei a estar na rua preocupava-me em trazer sempre um mínimo essencial consigo. Tinha o dinheiro no corpo mas numa mochila trazia linha e agulha para coser a roupa; 2 revistas para ler e canivetes. Como sentia pesado deixei pousado, passou uma carrinha que me tirou por segundos a visão do saco que me foi roubado. Julgo que foi outro arrumador, o que me disse: “não te preocupes que o saco e os documentos vão aparecer”. O que é facto é que não tinha lá o dinheiro que interessaria ao ladrão.” (Lisboa, N°7, Rua); “... tous les documents les plus importants je les ai sur moi. Il faut dormir avec ça, toujours » (Paris, N°11, Rua).

Trazer os bens pessoais consigo e procurar protecção durante as dormidas reflectem uma preocupação comum: o receio de **furtos**. Os desaparecimentos de bens durante a noite são episódios recorrentemente relatados: “De maneira que me levaram 28 contos na carteira com os

documentos todos, tenho aqui o papel da esquadra, mais nada: bilhete de identidade, cartão da casa. Foi tudo à vida! “ (Lisboa, N°8, Rua).

Nas duas situações de furto relatadas há uma **perda de documentos de identificação**. A problemática da perda de documentos pode ter várias explicações: roubo; venda; perda na sequência de súbitas hospitalizações (quedas, epilepsia, etc.); usado para prolongar o processo de acesso a benefícios sociais e contacto como sistema de apoio e subsequentes obrigações.

Entre as **dificuldades de acesso aos serviços de apoio** estão as **deslocações**, ou seja, uma certa noção de incomensurabilidade das distâncias, muitas vezes associadas à desmotivação e descrédito face aos serviços. Chegar a determinada parte implica compreender e interpretar informação, estabelecer contactos, tomar iniciativa, utilizar transportes públicos, gastos, etc.: ”Yeah, I knew about the Passage a long time ago, but as I said it was just to far for me to go down there.. in Victoria... I didn’t realise that you get there easily..” (Londres, N°8, Centro Emergência).

Um outro entrave ao acesso ao apoio social e procura de emprego, ou de exercer quaisquer direitos de cidadania, é a **inexistência de domiciliação**.

Tomando em consideração as actividades de subsistência material desenvolvidas, e como referido na caracterização sociodemográfica dos entrevistados, as mais representativas são os **trabalhos a curto termo**, nomeadamente relacionados com medidas de **reinserção social** (centro de longo termo, Lisboa), os denominados “biscates” ou **tarefas pontuais**, e os **trabalhos a tempo parcial**. Todas associadas a **baixas remunerações**:

“ Tu te trouves un boulot, tu te trouves une formation, on te paye 400 ou 600 euros, tu fais quoi avec ça? Tu prends quelle maison ici avec ça? Tu prends pas de maison, parce que même si tu prends... » (Paris N°5, CHU).

“... je travaille 4 heures par jour, 554€. Avec ça on peut pas vivre... Je travaillais dans le jardin, c’est tout. » (Paris, N°6, Rua). Os empregos socialmente protegidos constituem respostas pontuais que não permitem a integração no mercado de habitação, condenando parte da população a permanecer nos centros indeterminadamente para além do tempo previsto.

Para os denominados “biscates” ou “ganchos”, os sem-abrigo, quando regularmente presentes numa área específica, podem dispor de contactos: “As pessoas sabem que eu que estou aqui: vêm ter comigo! Coisas ligeiras...” (Lisboa, N°4, Rua).

Entre as restantes fontes de rendimento estão as **pensões sociais**, mas aproximadamente metade dos entrevistados declara não possuir qualquer fonte de rendimento. Alguns destes podem desenvolver “**actos para desenrascar**”, incluindo actividades ilícitas, e que não consideram uma fonte de rendimento. Tais são extremamente variados como a colheita de cartões para revenda; venda de objectos; roubo; mendicidade, etc. Apenas referidos em Lisboa “arrumar carros” (mencionado 15€ por dia) e a recolha de cabos de electricidade, descascar e venda do fio de cobre (10€ por kg).

A alteração das condições envolventes e reorganização do espaço urbano afectam o tipo de actividades, como é o caso da possibilidade de arrumar carros que diminuiu significativamente após a instalação dos parquímetros: “Vieram pois, vieram acabar com o meu ganha-pão! A mim só não, quase a todos não é!? Agora há ai meia dúzia deles mas metem-se lá na mesma. A pessoa mete o dinheiro na máquina e tem de dar a eles! (Lisboa, Nº8, Rua). É interessante verificar que a opinião expressa demonstra, quer por um lado, que os parquímetros são um entrave, quer por outro, que os condutores devem ser também protegidos para não terem de “pagar duas vezes” (arrumador e parquímetro). Esta é uma estratégia de distinção de identidade que se baseia na dicotomia toxicodependente e não toxicodependente, já mencionada a propósito do uso de centros.

O acto de **mendigar** representa uma questão sensível e alguns indivíduos demarcam-se desta possibilidade considerando-a de humilhação extrema:

“Non, non, franchement, je n’aime pas faire ça. Moi j’ai préféré 2/3 jours sans manger que faire la manche. A mon âge, 35 ans, je peux pas. » (Paris, Nº3, Rua)

“I never begged in my life: Never will!...you know.. Begging is just.. I don’t know.. part of the cycle, I suppose..” (Londres, Nº1, Centro Emergência)

“I wouldn’t go in the street doing that – never, never.. I prefer to die, or not eating..” (Londres, Nº2, Centro Emergência).

Mendigar pode ser declarado de forma implícita: “Os carros não dão nada! Passasse pelas pessoas normalmente e as pessoas vão vendo as nossas características.” (Lisboa, Nº1, Rua).

As actividades de natureza ilegal constituem também uma fonte de rendimento. A venda de um bilhete de identidade pode valer 100€ (quer em Lisboa, quer em Paris) e um passaporte bastante mais. As fraudes e venda de objectos falsificados são também mencionadas. Algumas destas acções requerem mesmo alguma criatividade: “Actually I would have loved to have thought of that, but there was the block that bought this little bottles and filled them with Thames water and was selling them for 0.50£ each saying ‘original Thames water’. Amazing how people were actually buying them! I would never do that (*testing medicines*) because you can get really nuts. Knows people who have done it and got around 250£ but one it is about stuff that was only tested on animals and never on humans and I know that they make you up fill a form saying that you are aware that they would not be responsible for anything that happens to you” (Londres, Nº9, Rua). Como o testemunho refere, um outro leque de hipóteses são actividades muito concretas como a venda de sangue, testar medicamentos, que apenas foram referidos em Londres.

Para determinados grupos da população existem estratégias alternativas específicas. Este é o caso do “*mariage blanche*” (Paris) que pode ser cobrado em 200/300€. É afirmado que, na sequência das políticas mais restritivas do ministro da administração interna (Sarkozi), os

imigrantes se vêm agora obrigados a recorrer (e pagar) ao “PACS” (“Pacte Civil de Solidarité” - união de facto reconhecida para homossexuais) para obter naturalização.

As **redes de contactos** representam uma importante mais-valia. Um entrevistado afirma obter todos os documentos e certificados de que necessita, por via de amigos de “tempos de militar que estão actualmente na polícia”.

Assim, em muitos casos, subsiste-se em função de um **puzzle de várias actividades**: “Tenho trabalho. Mas quer dizer, aquilo é só me dão o almoço e 1000 escudos (5 euros) mas prontos eu trabalho lá mais por causa do almocinho. Porque eu chego lá as 11.30h e almoço e assim pelo menos o almocinho está garantido! As vezes dão-me 10€, dá-me para o tabaquito e para os copos. Ando também a vender a lotaria!” (Lisboa, N°8, Rua). O restaurante situava-se na Feira Popular de Lisboa que actualmente já encerrou.

Por vezes, é também necessário gerir os **custos dos serviços de apoio**: “A full dinner is, main course, vegetables, is 1.20£, has desert. Breakfast, like weekends they just do a full meal they don’t do a dinner, and breakfast is usually 1£, 1.40£, or something like that ... everyone has to pay.... I get 57£ a week.. 8£ a day (*job seekers allowance*) (Londres, N°8, Rua).

Os “biscates” podem ser baseados numa espécie de acordo verbal válido durante um longo período de tempo. Os “actos de desenrascar”, como arrumar carros, exigem alguma assiduidade para que o “local de trabalho” possa ser mantido face à competição existente. Os indivíduos em situação de rua podem **ter planos de poupança e um projecto de vida** mas que são facilmente ameaçados: “um individuo que se encontra a utilizar uma casa abandonada há mais de dois anos consegue obter 15€ por dia a arrumar carros numa área fixa. As suas despesas diárias são um copo de vinho e cigarros. Alimenta-se e veste-se através do apoio das equipas de rua. Neste cenário, afirma querer fazer poupanças para alterar a sua situação (condução de táxis). Até ao momento tinha guardado 200€ mas um acidente de saúde veio obrigá-lo a recorrer a este fundo. Afirma ser uma grande preocupação o facto de não ter um local para dormir onde acorde mais cedo (adormece tarde com o receio de estar sozinho) e consiga assim arrumar mais carros para conseguir obter mais dinheiro (Lisboa, N°7, Rua). Há indivíduos em situação de rua que têm a capacidade de gerir os seus ganhos, as actividades em termos de custo e benefício, e delinear planos para o futuro, mesmo após várias tentativas fracassadas: « D’ici le mois de septembre normalement, j’ai le bout du tunnel, je vais me remettre à travailler, tout ça.” (Paris, N°2, Rua).

As actividades socialmente apoiadas, como a venda da revista “Cais” (Lisboa) ou “Big Issue” (Londres), podem tornar-se prolongadas (“Um entrevistado vende a revista há mais de 8 anos. Por mês afirma obter 1000€.” (Lisboa, N°14, Rua). Tal, como a necessidade de utilização dos centros de acolhimento para além dos limites de estadia previstos, reflecte as dificuldades de inserção laboral partilhadas pela população. A necessidade de desenvolver actividades como as relatadas está associada às **dificuldades em obter emprego**, quer pela situação de sem-abrigo, quer por factores partilhados com a população geral, como a idade:

“Se há gente nova nas mesmas circunstâncias imagine como é para mim.” (Lisboa, N°6, Rua).

“... sans logement c’est pas facile, parce que si on se déclare comme un sdf, le monsieur il veut avoir un employé qui soit stable, et pas celui qui transporte ses affaires toute la nuit et qui va téléphoner au 115 pour l’envoyer je sais pas où. Donc après-demain j’ai un rendez-vous pour une embauche, c’est moi qui l’ai trouvé (sur internet). J’ai pas où me couper les cheveux, alors qu’il y a des coiffeurs qui sont payés, j’ai pas où dormir, je dors pas. Comment voulez-vous que j’aie à un entretien pour enseigner à des gens si moi, mes vêtements ne sont pas propres, si j’ai mal dormi, si je dors sur un siège? Moi je voyais que c’était une mission impossible à se concentrer à chercher du travail, trouver un travail, pas chercher. Moi ça m’intéresse pas de chercher du travail, moi ce qui m’intéresse c’est de trouver, c’est ça le plus important. Même si on trouve n’importe quoi mais il faut trouver un travail qui permette à la personne de revenir, de revenir, c’est-à-dire je pourrais payer même seulement une chambre » (Paris, N°11, Rua). A frase « a mim o que me interessa é encontrar e não procurar trabalho » contraria a lógica seguida pelo apoio social baseada numa recompensa da demonstração do esforço, quando o desemprego é um entrave inegável.

“It is difficult for homeless people because you don’t have an address and you have your rug sac and people obviously see that you are homeless. I don’t think it would be that hard and that I could even to that (*emprego de limpezas*) with my eyes closed but the guy that interviewed me ask me my age and I said 52 and then he went like that I was to old. I went back to the job centre and told what I’ve been said and the guy at the job centre rung back the men and said – “Listen, on your advert you didn’t said anything about age how come that you said that he was to old you should have saved the trouble of going down there” (*Foi-lhe dado um bilhete de transporte para ir à entrevista*)” (Londres, N°9, Rua). Nesta situação, há um envolvimento do técnico social no sentido de demonstrar à entidade empregadora o seu acto de discriminação.

Como para a habitação, o emprego implica uma capacidade de investimento inicial a ser suportado pelo empregado, como por exemplo uniformes, venda de produtos que têm de ser previamente adquiridos, etc. Num caso, a entrevistada afirma estar a economizar para o uniforme necessário ao emprego pretendido, e só depois poderá começar a trabalhar.

Vários são os **perigos** a que está sujeita a população em situação de rua. Não é seguro em parte ou momento algum, incluindo perto dos postos policiais. A ameaça de violação é uma preocupação, referida para as mulheres: “caem-lhe todos em cima” (Lisboa, N°14, Rua). Duas entrevistadas salientam os seus sentimentos face à mesma questão:

“Ce n’est pas bon, déjà il ne faut pas dormir, il faut avoir les yeux ouverts, ou alors il faut un mec qui vous protège, un copain, un homme qui vous protège. » (Paris, N°4, CHU)

“I was squared. I was nervous. I was like I was trapped. I had bad experiences when I was sleeping rough.... Very bad. Because for a women is not good to sleep out in the streets.. is dangerous, is not save.. I’ve founded very difficult at first. Very, very difficult. I was stressed out. I was depressed. Sometimes I just kind of hide my face. Not enough sleep. People coming in there, you know. Stilling your stuff. No privacy. People wondering in the middle of the night and you thinking that someone is gonna come and step you, or.. you know.. do something to you. Because people in our days are capable of like rape case, you know.. that’s why I say women are not safe in the streets.. and that’s something that should be considered more.” (Londres, N°12, Hostel).

A relação com o homem que serve de protector é de necessidade para ambas as partes:

“This guy I am with is also sometimes he is not very secure. I need to sort out my own accommodation for myself and not together. He is a protection for the streets.. you need it.. it is really dangerous the streets now”. (Londres, Nº3, Centro Emergência).

“Eu é que lhe ensinei tudo: ser dona de casa, tratar da casa, etc. Só tive alguma coisa sexual com ela depois dela fazer 18 anos. Para essas coisas procurava fora porque eu a respeitava mas depois deixei de a ajudar porque ela andava era aproveitar-se e a ir ao mesmo tempo com outros para a cama e a mim nada. Sei porque vi. Andava a fazer de mim parvo e deixei de a ajudar.” (Lisboa, Nº14,Rua).

Durante a observação de campo, foi possível observar parcerias de indivíduos, com uma diferença de idades significativa, que assumiam também contornos de “troca de favores”. O mais jovem ocupa-se de obter roupa e comida para o mais velho que o “protege”. Quando questionado acerca da natureza desta relação, o sem-abrigo mais jovem respondeu que se dá de boa vontade a esta filosofia de troca, uma vez que se der algo positivo ao mundo assim receberá de volta no futuro.

Viver nas ruas pode significar ser vítima de **insultos verbais e agressões** por parte da população geral: “I was sleeping rough for about 1 month.. but I saw some bad things happening in the streets you know... night clubbers coming out of the club and vomiting on people asleep, pee over them, spit...” (Londres, Nº5, Centro Emergência). É ter medo: “Before has just being sleeping at the door or basically no sleeping since was afraid” (Londres, Nº7, Centro Emergência).

As **condições climatéricas** são um problema evidente que já se referiu condicionar a escolha dos locais de pernoita. Existem ainda vários constrangimentos ao nível da manutenção da **higiene pessoal**. Em grande parte das situações, os serviços de apoio implicam marcações e longos períodos de espera. Há entraves óbvios na utilização de sanitários públicos (por vezes pagos e escassos).

Trata-se de uma constante luta de sobrevivência que envolve transportar permanentemente os bens pessoais, proteger documentos ou outros pertences com algum valor, sucessivas deslocações entre os vários tipos de serviços de apoio para satisfazer necessidades básicas, necessidade de procurar continuamente soluções quer de nível administrativo e burocrático, quer de emprego e projectos futuros, quer para sobreviver o dia-a-dia. As várias **descrições das rotinas do dia anterior** são ilustrativas desta problemática:

« ... vous vous levez le matin ; vous essayez de vous laver - ce qui veut dire que c'est déjà un travail pour se laver. Quand vous avez trouvé où se laver, il faut y aller, se laver. Et c'est un travail, des fois il faut prendre le métro, juste pour aller se laver. Donc j'ai été me laver dans une douche publique, ensuite maintenant après m'être lavé, je dois trouver pour déjeuner, là c'est pareil je dois reprendre le métro, et là je trouve un endroit pour déjeuner. ... Onze heures arrivent sur vous, rapidement, il est déjà 11 heures, il faut penser à manger, vous allez prendre le métro pour aller manger. La matinée est passée, vous avez rien fait. Vous vous êtes lavé,

déjeuné, discuté, essayé d'être un être humain, parler à quelqu'un, converser, pour pas devenir fou. Et déjà il faut penser à manger le midi... et puis vous pensez à où vous allez dormir ce soir, déjà, c'est-à-dire que déjà vous commencez à chercher des solutions pour dormir le soir. Alors vous essayez de trouver une activité. Comme vous êtes à Paris, vous allez dans... visiter, promener, vous tournez, vous tournez. 4 heures, 5 heures arrivent sur vous, vous pensez déjà pour manger encore, le soir. Et vous êtes bloqués tout le temps avec cette histoire de manger et de se laver, et dormir. Manger, se laver, dormir. Manger, se laver, dormir. » (Paris, N°1, Rua)

“les centres d'hébergement d'urgence on nous fait sortir le matin à 8h, donc tous les jours on est réveillé le matin à 6h30. Quand vous sortez, vous êtes dans la rue, vous avez des démarches administratives, des démarches médicales, vous avez tellement de choses à faire que vous les faites, vous êtes tout le temps en train de courir à droite à gauche. Et même pour manger à midi, vous ne mangez pas dans les centres, vous êtes souvent obligés de faire des kilomètres pour aller manger. Ça dépend des associations. Donc tout ça, quand on arrive à 5h, 6h dans certains centres... Alors là pour les consignes, c'est la galère. Très souvent, pratiquement tous les jours, vous n'avez qu'à sortir ici, vous allez dans le couloir et vous allez voir toutes les personnes avec leurs bagages. (Paris, N°4, CHU)

Apesar da organização das actividades quotidianas implicar um grande dispêndio de tempo e energia, a ocupação dos **momentos sem nada para fazer** é também uma preocupação:

“Eu ando ali assim às voltas, às voltas, às voltas, às voltas, às voltas.... ... Eu costumo falar sozinho.. Falo para as paredes.” (Lisboa, N°1, Rua).

“The thing is that you leave here early - at six o'clock. The day centre opens at 7, so I went there. You get a free shower there. I've stayed there until 2 o'clock in the afternoon. Then watched the Football! You know, is to pass the time during the day...and then I came here... It depends on the weather as well, if it's all right the park, its nice; if it's wet then I probably go to the Portrait gallery or the Museum. Somewhere of interest.” (Londres, N°1, Centro Emergência)

“I got up at 6 o'clock. I go and get some biscuits. I walk to the station – you know 21st station - stayed 2 hours sitting. I like nothing. I like sport - watching football and rugby. I liked watching Portugal, today. And then I walked to the park and I feel embarrassed.” (Londres, N°2, Centro Emergência). Neste caso, crescendo-se a sensação de humilhação pela situação de sem-abrigo.

O exercício de fazer a descrição das actividades do dia anterior foi bem acolhido pelos entrevistados. Foi um momento também utilizado para mencionar **preferências e gostos**, como ter uma actividade profissional que contribua positivamente para o bem-estar dos outros, receber educação, a leitura; música, desporto, entre outros:

« Comme livre Le Parfum. Et la musique... One Love, Bob Marley » (Paris, N°1, Rua)

“... l'après-midi je suis la plupart du temps à la bibliothèque, je m'instruis un peu, je fais des choses qu'avant je ne pouvais pas faire. Et je m'instruis, je m'intéresse. Ça nous permet de nous évader, d'oublier un peu les aléas de la vie. L'après-midi par exemple je regarde les reportages, moi j'aime la musique par exemple, alors je vois des trucs musicaux, tout ça. Moi j'adore, c'est mon domaine. Moi je jouais un peu avant, je suis bassiste. Et là je joue un peu, si j'ai le temps. » (Paris, N°2, Rua)

« Par exemple, là où je travaillais à l'association là-bas à Bondy, je leur donnais des cours d'informatique, pour apprendre à faire Internet ... c'est les enfants de la cité, ils me prenaient la tête mais c'était pas grave, ils criaient

à chaque fois que tu passais, mais c'était pas grave. Donc j'ai fait ça, j'adore, j'aimerais bien. » (Paris, N°5, CHU)

“I am quite a mental guy. I don't have any qualifications of any kind. I haven't done school. I am more self-taught. My passions, ambitions or that sort of things, are more mental than physical and always will be: I like art. I like poetry, I like music, I like writing, is my passion, I like writing.” (Londres, N°1, Centro Emergência)

“Play football, travel, walking, socialising and working! I love work! You can't actually survive all your live on benefits... You get a cheque and that's it: you can't go out at night; you can't play football... Its like come out of jail 2 weeks.. But with wages it can last you for a week, so that's why I love working!” (Londres, N°4, Centro Emergência)

As festas religiosas locais, especialmente no Verão, visitar amigos dispersos, etc., constituem outras actividades pontuais referidas. Um entrevistado menciona que: “esteve em Fátima; os Santos Populares em Lisboa, e vai agora para o Porto para as festas de São João. Tem lá um amigo da guerra do ultramar e instalasse facilmente no jardim. Depois vai descendo, chega ao sul e vai a Espanha.” (Lisboa, N°5, Rua). Para a realização de levantamentos estatísticos é fundamental ter em conta que estes eventos afectam a mobilidade, e consequentemente o número, dos sem-abrigo.

Na situação específica dos utilizadores do centro de acolhimento de Lisboa inseridos no mercado de trabalho, as suas práticas diárias são ocupadas pelo seu emprego. Neste caso, a compatibilização de férias com a conservação do lugar no centro pode constituir uma preocupação, uma vez que o utente não deve ausentar-se sob pena de perder o seu lugar. È através de uma negociação com os técnicos sociais que se pode encontrar uma solução.

A situação de alguns imigrantes assume-se como particular. Podem estar excluídos quer do mercado de emprego (sem contrato), quer do sistema de segurança social (a par da expiração de validade de documentos). Os testemunhos recolhidos evidenciam a exclusão do mercado de emprego devido a problemas de falta de documentos: « C'est pas pour avoir travail qui m'a empêché de dormir dans la rue. C'est les problèmes de papiers qui fait que je suis dans la rue aujourd'hui. Si tu veux, j'ai le patron qui m'aime, j'ai les certificats, j'ai les collègues de travail, le patron il veut pas donner de travail maintenant sans les papiers, c'est pas facile. » (Paris, N°3, Rua). Para mais, as alterações políticas sucessivas tornam-os mais vulneráveis : « ... on avait des conventions avant avec la France pour avoir des papiers, maintenant eux ils changent les trucs mais ils ne disent pas aux gens qu'ils ont changé des trucs. Alors en fait je me suis retrouvé sans papiers, sans possibilité de faire les papiers. En fait l'engrenage a commencé là. Devant les refus répétés des autorités, je me suis retrouvé un peu embêté. » (Paris, N°5, CHU).

VIII.VI. Entre a Tolerância e a Repressão

A intervenção das denominadas “**boas pessoas**” – “aquela senhora”; “pessoas que já me conhecem que dão sempre alguma coisa” pode constituir uma forma complementar pontual de apoio. As épocas simbólicas como o natal são períodos de maior rendimento (“pelo natal dá-me

sempre 100€”). Vários entrevistados demonstraram o seu especial reconhecimento por esta forma de ajuda, sendo na grande parte dos casos vindo de mulheres.

No entanto, os sem-abrigo consideram ser também alvo de **discriminação**. Os proprietários de estabelecimentos comerciais nem sempre concedem que os sanitários sejam utilizados, ou deixam entrar para tomar um café. Uns sem-abrigo queixam-se, outros afirmam nunca tal lhes ter acontecido, sendo um facto condicionado pela situação de higiene ou visibilidade da situação de rua. Independentemente de qualquer acção discriminatória, a população sem-abrigo está automaticamente excluída de grande parte das actividades sociais comuns, já que a maioria implica um acto de consumo. Também por isso, os parques, praias, bibliotecas e corredores de centros comerciais são as alternativas de ocupação de tempo que restam. “Bah tout simplement, les cafés sont chers. Non, non, ils peuvent pas nous interdire de rentrer. Même si les jours y’a un match, on a besoin de regarder le match mais il faut consommer et quand on n’a pas d’argent, on peut pas consommer. Alors on est obligé de regarder le match par la fenêtre, voilà.» (Paris, N°3, Rua).

Neste contexto, e de acordo com os testemunhos obtidos, um dos intervenientes nas acções de dispersão é o serviço de limpeza de ruas das câmaras municipais. Os serviços de segurança privada têm também o seu papel de desmobilização. A polícia não pode ser vista como um todo já que existem vários tipos de agentes, desde os que não incomodam aos que revistam e insultam, sabendo que é uma população legalmente desprotegida.

Considera-se que tem havido um melhoramento da parte do comportamento da polícia, esta: não coloca grandes problemas; é agora mais sensível e pede educadamente que mudem de local de pernoita se, por exemplo, estiverem num sítio de especial interesse turístico, e protege os sem-abrigo.

Em Londres, a força policial é acusada de maçadora ao acordar um indivíduo para lhe colocar questões obrigando-o a mudar de sítio, nomeadamente durante a realização de contagens. É nesta cidade que se refere que uma prisão ou multa por mendicidade é absurda, uma vez que para ser paga perpetua os comportamentos sancionados. Apesar de colocadas questões a respeito da política do anti-social behavior não se registaram comentários particulares. Porém, como uma entrevistada menciona, a polícia opta habitualmente por não intervir, ou simplesmente não se preocupar, quando os problemas são entre indivíduos sem-abrigo.

No que respeita a população geral, e como as estratégias de sobrevivência o evidenciam, é raro que algum entrevistado mencione ter relações sociais próximas com indivíduos com habitação. Este contacto existe, na maior parte das situações, sob a forma de dádivas que até podem ser regulares.

De uma forma geral, as pessoas são boas mas há também os que se queixam dos cheiros, ruídos, etc. Há os que são indiferentes e simplesmente não se preocupam. Depende. Há também os que têm medo, se sentem ameaçados ou receosos, uma vez que os sem-abrigo são o sinal visível dos problemas das sociedades actuais. As pessoas ficam espedradas a observar e fazem sentir embaraço. As pessoas podem insultar chamando nomes e, quando também alcoolizadas, podem urinar para cima daqueles que dormem na rua. As pessoas acreditam em estereótipos e colocam todos os sem-abrigo no “mesmo saco” de criminosos e dependentes. Neste sentido, sentem-se intimidadas.

A população geral segue os meios de comunicação social que dizem que os sem-abrigo não mudam. É fundamental que os sem-abrigo tomem cuidado de si de forma a contrariar a opinião pública. É possível esconder, ou evitar que seja visível, o estatuto de sem-abrigo. A população ignora que os sem-abrigo também já podem ter tido o seu emprego das 9h às 17h e que usavam fatos como eles. Seria uma boa ideia colocar a comunidade numa situação de sem-abrigo para que pudessem compreender. Outros até querem compreender, mas aparecem a fazer perguntas quando um indivíduo se sente cansado e tenta adormecer.

VIII.VII. Redes Familiares e de Sociabilidade

As **relações de entreajuda entre a população em situação de sem-abrigo** podem servir para complementar as estratégias de sobrevivência referidas. Alguns investigadores referem a existência de uma cultura de rua, sinónimo de noções como comunidade solidária. No entanto, a formação mais comum de duos e trios para obter protecção pode implicar que o protector seja, em determinadas circunstâncias, também o predador: “Bem de qualquer maneira quem me roubou a carteira, é gajo que sabe que eu tinha cá o dinheirinho das cautelas! Deve ser algum dos meus amigos, não é!? Amigos da onça!” (Lisboa, N°8, Rua).

A solidariedade é habitualmente reportada pelos sujeitos a si próprios, no sentido de se auto-caracterizarem como generosos, que prestam apoio aos outros e partilham sempre o que têm, como comida e bebida. Este elemento de auto-construção de identidade pode servir para acentuar a perda das condições de vida precedentes:

“Em Angola ajudava as pessoas e dava-lhes dinheiro e agora esta nesta situação continuo a ajudar” (Lisboa, N°2, Rua).

“I am stupid because I am always looking after others and not for myself and that’s why I am still on the streets and others that I’ve helped have come out. But now I feel that is changing and it is my turn now...” (Londres, N°3, Centro Emergência).

“Muitas vezes do dinheiro da sua pensão dá uma ajuda (uma sopa, etc.) mas que também não pode dar muito porque caso contrário abusam. Não há solidariedade nenhuma! Inclusivamente nunca anda com dinheiro e

guarda os seus documentos na pensão.” (Lisboa, Nº5, Rua/Pensão). Testemunho que salienta também a falta de solidariedade.

Outra forma de entreatajuda é a passagem de informação essencial para conhecer as estratégias de acesso ao sistema de apoio social, incluindo para os “recém-chegados”:

“... most I get from people I know that are also in the same situation...” (Londres, Nº8, Rua).

“I didn’t know anybody in London. I didn’t have any single penny on me or whatsoever... and then I spoke to one homeless person that I think that was just walking pass and ask him information.” (Londres, Nº12, Hostel).

A informação pode servir, por exemplo, para encontrar um local de dormida ou uma actividade de apoio material. Em determinadas situações, a obtenção deste tipo de dados insere-se numa dinâmica competitiva de conquista de posições territoriais e de reconhecimento, sendo necessário ir aparecendo para ser aceite e conhecer também as rotinas dos outros: “A casa abandonada foi cedida por um outro sem-abrigo que anteriormente lá vivia As pessoas vão aparecendo, vão sendo aceites. Por exemplo nas imediações do partido comunista existem os chamados “pára-quedistas”, o Zézé e o Tótó, que como estão no programa da metadona da 13h às 15h deixam o local neste período, sendo precisamente nesta altura que é possível fazer mais dinheiro.” (Lisboa, Nº7, Rua)

As relações estabelecidas assumem um carácter volátil tornando assim redutor a sua denominação como solidárias e de companheirismo. Pode ser difícil encontrar alguém a quem recorrer numa situação urgente ou de dificuldade extrema. O termo amizade é provavelmente demasiado estático para ilustrar relações cuja natureza depende das circunstâncias, que podem ser de mero convívio: “Não há amizade. Tudo se passa com copos de vinho”. (Lisboa, Nº2, Rua).

Porém, subsistem encontros sociais baseados numa troca de bens e de demonstração de uma certa preocupação/curiosidade pelo outro: “On est très très solidaires entre nous, on s’aime bien, on se réserve, qui est absent? qui est-ce qui n’est pas venu? pourquoi il est pas venu? qu’est-ce qu’il a eu? on se demande. Même moi avant-hier j’avais pas de quoi manger, y’avait une autre sdf qui m’a donné du pain et des sardines. On se demande, t’as pas mangé, t’as rien, voilà un euro, j’ai touché mon RMI, voilà je te donne 5 euros. A la fin du mois ils touchent le RMI, voilà 2 euros... bois, voilà... mange. » (Paris, Nº3, Rua).

As **redes de sociabilidade estabelecidas anteriormente à actual situação** podem servir de grande apoio. Um entrevistado refere que a possibilidade de deixar alguns bens pessoais com o antigo senhorio, até a situação se resolver, lhe é fundamental. Contudo, este tipo de ajuda é raramente mencionado. Na grande parte dos casos, a falta de apoio pontual pode estar na origem da incapacidade em evitar a actual situação de sem-abrigo: “j’ai pas trouvé quelqu’un de sérieux, je voulais le faire en l’espace de 2 ou 3 jours, mais j’avais pas quelqu’un.” (Paris, Nº11, Rua). Neste exemplo, o entrevistado ausentou-se por mais tempo que o esperado, e por não conseguir pagar a renda, foi despejado.

A população imigrante pode partilhar de um “olhar antropológico” acerca da solidariedade e relações sociais, afirmando, em alguns casos, haver uma ligação mais próxima e um maior respeito entre as pessoas nos seus países de origem:

“... os angolanos que vêm para fora não são amigos de ninguém e são muito diferentes do angolano que está em Angola. O Angolano que vem para a Europa só pensa em dinheiro e não ajuda ninguém. Em Angola, todos se ajudam, com ou sem dinheiro. Cá ninguém ajuda a ninguém” (Lisboa, N°11, Centro Graça).

“ Mais les gens qu'on appelle les immigrés, quand ils viennent ici, ils deviennent tellement durs. C'est tellement compliqué, c'est tellement cher qu'ils ont un autre comportement. L'hospitalité, le partage, la solidarité, toutes ces vertus, la solidarité que nous avons eu d'emblée dans notre pays, qui nous a été inculquée, ça disparaît avec le temps ici. Ils deviennent comme des occidentaux, ils perdent tous les atouts, toutes les belles choses qu'on nous a inculqué. » (Paris, N°4, CHU).

« Les Européens sont trop libertins, peut-être les Arabes oui je peux, mais ici en France les enfants sont hyper impolis, ils ne respectent pas les grandes personnes, ils te parlent comme si vous aviez le même âge, bref les gens trouvent que c'est ça la liberté. » (Paris, N°5, CHU).

Como referido a propósito da análise das trajetórias de homelessness, a **família** pode constituir uma fonte de apoio fundamental. Neste caso, para situações de natureza prática, como fornecer uma domiciliação para a recepção de correspondência. Por outro lado, as relações familiares podem estar associadas aos problemas que levaram à actual situação, sendo os contactos inexistentes. Não recorrer ao apoio familiar pode ser uma escolha por razões diversas, como o respeito pelas dificuldades económicas, ser desconfortável, vergonha, orgulho ou sensação de fracasso. O tempo passa e os laços podem parecer irrecuperáveis:

“Contactos com a família não têm. A mãe é agora muito idosa com mais de 70 anos e nem sabe, nem ele quer que saiba, que ele ali está. Com a filha é muito complicado estar agora a explicar tudo aquilo que fez (droga) e tem muita vergonha do que fez e depois já passaram agora muitos anos. Ao ponto em que está destruiu-se e dizer à filha tudo isto é muito complicado.” (Lisboa, N°13, Centro Graça).

“Mantém algum contacto com o filho que por vezes o vem ver à casa abandonada. É claro que ficava satisfeito se o meu filho dissesse para ir viver com ele... mas não sou pessoa de pedir nada a ninguém. Se ele quiser muito bem mas não lhe vou pedir. (*Os outros familiares*) Como é que eu agora com esta idade vou voltar para casa deles, que são ainda mais velhos que eu, sem nada e a pedir dinheiro para a sopa?” (Lisboa, N°7, Rua).

“Pensa que a sua família em Africa não imagina o que ele está a passar pois há muito a ideia que quem vem para Portugal anda cá a beber e na boa vida. Como é que vou voltar assim sem nada para a minha mulher e filha? (Lisboa, N°11, Centro Graça).

« Moi j'ai toute ma famille qui est restée au pays, mais j'ai des contacts, tous les 15 jours mais ils ne connaissent rien de ma situation, parce que je ne peux pas me permettre de leur parler comme ça. Ça les inquiéterait parce qu'ils ne sont pas à côté de moi. » (Paris, N°2, Rua).

« La première chose à voir c'est que souvent la famille ne connaît même pas la situation. Et comme il y a maintenant le portable, donc tu n'es pas obligé d'avoir le téléphone à la maison. Il ne veut pas que la famille sache qu'il est dans cette situation. Et puis j'ai entendu aussi que parfois il a un frère ou une sœur qui ne veut pas

les prendre mais parfois aussi la sœur ne sait pas exactement l'ampleur des problèmes parce que si ta sœur vient voir où tu dors, elle est obligée de te prendre, même pour dormir dans son canapé. » (Paris, N°5, CHU).

“Tenho 4 filhos e estão bem na vida! Mantenho contacto. Já tenho netos. Eu não quero que eles venham cá! Eu é que lá vou! Normalmente no mês de Setembro, quando faço anos, e na véspera de natal. Vou lá cumprimentá-los. Falar qualquer coisinha. Sabem como vivo! Se não souberem eles alguém lhes diz! (Lisboa, N°4, Rua).

Os familiares podem também ser uma fonte de despesas. Este é o caso mais comumente relatado entre os imigrantes que procuram emprego. É também a situação de um entrevistado que possui uma reforma do exército e que afirma dar mensalmente metade da sua pensão (450€ de 950€) ao filho de catorze anos de idade.

O divórcio representa uma fractura nos contactos familiares, incluindo com filhos. O factor divórcio é habitualmente referido pelos entrevistados do sexo masculino como tendo resultado de uma decisão da outra parte – vitimização, na sequência de um agravamento da relação após o desemprego, ou álcool, ou porque a pessoa em causa encontrou um novo companheiro, etc.

O mesmo sentimento de não desejar que se saiba a situação actual também se pode aplicar aos **amigos**: «Si les gens apprennent que je suis ici, c'est la folie. J'ai jamais vécu comme ça, c'est la première fois de ma vie que je me retrouve comme ça. Oui bien sûr, parce que ces gens-là ils vont vous aider, mais après? Ce serait une dette, vous serez endetté vis-à-vis de ces gens-là. C'est dégradant, voilà, y'a plus cette notion de respect et d'amitié, c'est terminé. » (Paris, N°2, Rua) O entrevistado salienta os factos de não querer ficar em dívida e de sentir a sua degradação pessoal.

Quando se tem dinheiro e tudo vai bem é que se tem amigos: “In this part of life: if you have money you have friends, if you don't have money people go away.” (Londres, N°11, Squat). Por outro lado, os amigos podem ter vivido ainda piores experiências “I saw my friends dying, for drugs and alcohol as well.” (Londres, N°3, Centro Emergência).

Nas ruas pode-se encontrar uma companheira (não foram mencionadas relações homossexuais): “As relações sexuais é difícil. Ocupávamos aquela casa ali em cima” (Lisboa, N°6, Rua). Mas este não é obviamente o caso de todos os outros, já que a sexualidade é um assunto em que alguns evitam pensar: “... ça, c'est complètement effacé, ça n'existe plus, qu'on n'y a pas le droit, vous n'y pensez plus, c'est-à-dire que vous avez même plus presque pas d'envie de relation amoureuse parce que vous vous sentez différent. C'est que la relation amoureuse se passe quand tout va bien, quand le corps est bien et l'esprit est bien que du coup vous pouvez ouvrir le cœur pour quelqu'un. Mais là quand vous êtes dans la rue, y'a déjà même pas de place pour vous dans le cœur. » (Paris, N°1, Rua).

As soluções de saída assumem também um carácter quase de fábula, ou de algo prestes a acontecer: “Amanhã já aqui não estarei”. No entanto, as explicações podem estar longe de ser

claras, sendo genéricas e reportando a conhecimentos de algum funcionário dos serviços sociais, ou de uma pessoa que conhece outra e sabe de outra, e assim sucessivamente.

Um entrevistado imigrante afirma ter vindo para Portugal através de um acordo com a máfia que lhe prometia um contrato de trabalho. Recusou falar do que poderia ter acontecido caso não tivesse já pago a dívida que se viu obrigado a contrair. Até ao momento ainda não obteve um contrato de trabalho e continua a enviar dinheiro para a sua família.

Em suma, as sociabilidades estabelecidas pelos sem-abrigo tendem a ser com indivíduos na mesma situação. Este contacto foi útil num caso que saiu da situação (para dormir no local de trabalho) graças ao negócio que tomou de um toxicodependente que havia conhecido num centro. Este ex-utilizador continua a visitar os técnicos e os outros utentes, nomeadamente para divulgar a sua oficina de reparações de calçado. O desejo de continuar relações estabelecidas enquanto sem-abrigo, ao se sair da situação, está patente em vários casos.

VIII.VIII. Avaliação do Apoio Social e Necessidades

As várias estratégias de sobrevivência enunciadas permitiram já salientar que o acesso aos serviços de apoio faz parte da organização das actividades diárias da população sem-abrigo institucionalizada. A **necessidade de recorrer a vários tipos de serviços** implica uma constante movimentação entre instituições e, muitas vezes, o ter de repetir sucessivamente a mesma história pessoal, respondendo a inquéritos repetitivos. A filosofia de emergência é um entrave à criação de uma estabilidade mínima necessária à construção de soluções, como o emprego. As críticas salientam a **falta de acompanhamento continuado numa abordagem de emergência** e satisfação de necessidades básicas:

“Bah oui, y’a aucun entretien, y’a aucun suivi” (Paris, N°2, Rua)

“Et puis le problème c’est que tu rencontres quelqu’un aujourd’hui, demain quand tu arrives, tu rencontres quelqu’un d’autre. Donc il n’y a pas de continuité, il n’y a pas ce qu’on appelle le suivi, parce que t’es obligé parfois de recommencer ton histoire, « tu es né quand? Tu t’appelles comment? », etc., ... Je connais un mec qui a pété les plombs comme ça, il dit «mais madame je vais vous raconter ma vie, je ne vous connais même pas, je vais vous donner ma vie, pourquoi? Pourquoi je vais vous raconter ma vie ? »... la personne elle veut juste savoir si il y a une place où elle peut dormir. . » (Paris, N°5, CHU). O presente testemunho salienta duas problemáticas: por um lado, a falta de acompanhamento continuado, e, por outro, o excesso de questões para obter a mera satisfação de necessidades básicas.

Deve ainda ser tomado em linha de consideração a **falta de especialização dos serviços**. Os centros de acolhimento são caracterizados de armazém de pessoas com necessidades muito distintas e níveis de degradação, física e psicológica, diversos (“clochard” como o nível mais elevado da estigmatização): “Ici c’est un 5 étoiles dans le social, c’est super.... Mais le problème ici c’est

que sdf ici ça veut dire clochard, dans la tête des travailleurs ici, ça veut dire clochard. » (Paris, N°5, CHU). Porém, o mesmo entrevistado destaca as dificuldades sentidas pelos assistentes no terreno, afirmando que no seu lugar até faria pior: “il y a des gens qui travaillent dans des conditions difficiles, sans moyens pour pouvoir faire, parce que déshabiller ces gens-là, les soigner, soigner les poux... Moi à leur place je ferai même pire, c’est sûr. » (Paris, N°5, CHU).

Apesar de na Inglaterra se afirmar a rejeição de uma perspectiva de emergência, não deixam de estar patentes indivíduos (“rough sleepers”) com o mesmo tipo de queixas: “There isn’t time to anything. They open the doors to you at 10 o’clock (22h), which is taking the piss, then you come in here, they don’t offer you a shower, and they’ve got showers downstairs, which is ludicrous, you know, some of us would like to keep clean... and they offer you food at 11 o’clock. Then you have to take all the beds out, as you can see, and at 12 o’clock all you want to do is jump in to your bed. ... If this was suppose to be compassionate and sort of doing the church and all, then something is seriously wrong!” (Londres, N°5, Centro Emergência).

O processo de deslocação aos vários tipos de serviços de apoio é cansativo, repetitivo e entrava a criação de laços sociais: «... on est tellement fatigué, on est tellement exténué qu’on est pressé de rentrer, de prendre sa douche, de manger un peu, et dormir en pensant à demain, à la galère qui nous attend. Donc c’est très rare quand les personnes communiquent entre elles. » (Paris, N°4, CHU).

Trata-se de um **pingue-pongue de uma organização a outra** sem perspectivas de sair do sistema de assistência social, face ao desinvestimento governamental em soluções reais e sustentáveis: « il y a le problème de ping-pong et l’impression c’est que les différents services sociaux balancent les personnes. Ce que les autorités ne peuvent pas, ils ont créé des structures où ils envoient les gens, le fait que ces structures existent, ça leur fait croire qu’ils font quelque chose. Alors qu’en réalité, le gros de l’argent est ailleurs, ils s’occupent d’autres choses. » (Paris, N°4, CHU). A criação de estruturas de apoio é uma ilusão para se acreditar que alguma coisa é feita.

A estratégia de dispersar os vários serviços sociais procura evitar a dependência e estagnação, que em alguns casos existe. “C’est pour ne pas vous habituer. Si on vous laisse ici 6 mois, un an, il y a un phénomène d’installation. Les gens vont s’habituer à ça, ils se croient chez eux, et à partir de là ils ne vont rien faire. » (Paris, N°2, Rua). E evitar que haja quem se aproveite do sistema: “Je connaît le système. Il a des un que profite ... Moi aussi pendant certaine période je profitais. Ont a a manger, a dormir... c’est bien quoi.. Ont a pas des grands suoci...” (Paris, N°8, CHU).

No entanto, há os que desejam prosseguir a sua vida, deixar de ser comandados pelo sistema de apoio social, e de ser entretidos com passagens de uns serviços a outros: “Là on est comme dirigés, on nous dit à quelle heure manger, on nous dit même à quelle heure se doucher, on nous dit à quelle heure laver nos vêtements - tout est ordonné. On devient assistés. La société crée une communauté des sdf, crée un groupe, un panier et les met tous dedans. Et maintenant elle les fait tourner dans des foyers, des endroits pour manger, et elle entretient. » (Paris, N°2, Rua).

Já referido a propósito dos perigos e estratégias de sobrevivência na rua, a **problemática dos documentos** reflecte-se nas possibilidades de acesso a apoio social:

“Não me deram nada! Também não tratei dos papéis. Tenho que tirar tudo do princípio! Olhe, eu nem cartão de identidade tenho, perdi os documentos todos! O essencial é esse, primeiro. Depois é tratar da papelada. Eu, por exemplo, eu com a minha idade já podia ter direito a uma reforma. Vamos lá a ver! Vou tentar! Já vou tentar!” (Lisboa, N°4, Rua).

“Não, não... acho que não tenho maturidade para isso, podia tratar do RMG. Não tenho cabeça para nada. Tomar banhinho nos balneários para ficar limpo...” (Lisboa, N°8, Rua).

No entanto, são exteriorizados sentimentos de frustração e preocupação por não se haver correspondido a um encontro para obter o apoio dos serviços: “muito aborrecido pois não acordou a horas de comparecer ao encontro com a equipa de rua para o irem levar a tratar do BI. É o problema de estar na casa abandonada a solidão de estar entre aquelas paredes a pensar e a pensar, acaba por se deitar tarde e acordar tarde. Além de não comparecer ao encontro, fez menos dinheiro a arrumar carros” (Lisboa, N°7, Rua). Esta é uma situação que se repete pela segunda vez.

Alguns consideram essencial investir nos **serviços de apoio que se deslocam até junto da população**, já que se assumem incapazes de dar os primeiros passos de solicitação: “Não procurei, já me disseram. Mas ainda não procurei. É a mania, se a mulher não vinha falar comigo não falo. E faz-me falta. E depois chega um ponto que já não chego lá!” (Lisboa, N°9, Rua).

A par das incapacidades e bloqueios está a **falta de informação**²⁸³ e o não saber como proceder: “I don’t have any. I didn’t ask anything. I will. I will have to apply. Housing benefit and income support and I worked for a long time. When you lost everything.. I was fed up. I get down very quick... just do nothing.. just... I didn’t know, no because I didn’t have any problem so never think about that. I was in hospital and told me they would find me something but they didn’t find anything. Gave me a number to call a place to sleep all night and I don’t know where to go – have to ask - I don’t know who can help me“(Londres, N°2, Centro Emergência).

Os constrangimentos apontados ao acesso aos serviços combinam percepções muito variadas: sentir-se excluído por “eles” (serviços apoio como forças externas face às quais o papel individual é anulado), justificações auto-incapacitantes, como “ser estúpido”, “ter a mania”, etc. Por outro lado, pode ser justificado como “não estar interessado” transmitindo uma imagem pessoal racionalmente coerente com ser autónomo e em controlo da situação.

Em determinadas situações houve ainda um **usufruto temporário** que terminou “... job seeker allowance that can receive 6 months, then a stop of 6 months, and then 6 months again.” (Londres, N°10, Shelter). Tal é geralmente o caso dos benefícios relacionados com o emprego.

²⁸³ Em Paris, a Câmara disponibiliza um guia da solidariedade por tipos de serviços gratuitos (desde alojamento a alimentação), on-line e impresso: http://www.paris.fr/portail/Solidarites/Portal.lut?page_id=5358. Em Londres, a Câmara disponibiliza um guia on-line – “Homeless London”: <http://www.homelesslondon.org/details.asp?id=LP115>. Estes pólos de informação em formato de portal são positivamente valorizados, porém chegar ao conhecimento da sua existência carece de um contacto com um indivíduo na mesma situação, ou um técnico. Para mais, há dificuldades de acesso à informação apenas on-line.

Os **centros de dia** constituem uma alternativa às equipas de rua. Foram referidos com maior frequência em Londres e com uma avaliação muito positiva:

“Most is well provided. I got to DTI, upstairs, for employment, you got access to computers, a library. You have training, tutors. At the Passage they have courses, activities like cook. I think is important and for people that don't know what to do.” (Londres, N°1, Centro Emergência)

“Passage is a day centre, you can get a shower there, breakfast and they are very good set up there. They are very efficient, very professional in what they do.” (Londres, N°5, Centro Emergência).

Uma das dificuldades de sobrevivência apontadas é a falta de **domiciliação**, a que determinados serviços de apoio têm procurado corresponder. No entanto, persistem críticas ao nível da acessibilidade e segurança: “il y a toujours des problèmes de domiciliation. Ce sont des cartons où on met les dossiers - tu dis « moi c'est O, MPK O » - il va te donner toutes les pochettes de O, alors il y a des toxicomanes qui passent pas là ou des gens mal intentionnés, il y a des voleurs, etc., alors il dit « vous me donnez O, s'il vous plaît. » alors il prend le courrier des autres, il voit s'il y a des relevés bancaires, s'il y a quelque chose. ... Moi j'ai perdu le code de ma carte bancaire, je l'ai perdu là-bas. Il y a plein de gens, tous les jours, tous les jours qui perdent des choses. Après qu'est-ce que j'ai fait? J'ai utilisé l'adresse d'un ami. Quand j'ai donné, j'ai marqué « chez monsieur XY », à telle adresse. A la CAF qu'est-ce qu'ils ont fait? Ils n'ont pas mis « chez monsieur », ils ont mis directement mon nom, ensuite ils ont mis l'adresse quand ils ont envoyé là-bas. Alors le courrier a été retourné, ce qui fait que eux quand ils ont vu que le courrier revient, ils m'ont coupé le RMI. Ce sont des choses petites mais qui font des catastrophes. » (Paris, N°11, Rua). Nas palavras do entrevistado, “coisas pequenas mas que fazem catástrofes”, os serviços não têm a capacidade de atender a necessidades pessoais específicas, como é o caso de enviar a correspondência ao cuidado de alguém.

As **imposições burocráticas** do processo de acesso a benefícios são um constrangimento frequentemente apontado. A propósito da utilização de refeitórios, nomeadamente a cantina dos Anjos da SCML, é referido que é exigido um cartão que implica uma entrevista com uma assistente social. Um entrevistado utiliza este apoio ocasionalmente; outro deixou de o fazer por considerar humilhante estar na fila de espera e ser julgado como “incapaz de sustentar a sua família”; e, outro apontou críticas como serem “só padrinhos e conhecimentos na SCML”. Esta última situação queixa-se de não ter tido qualquer apoio adequado ao seu caso, uma vez que a mulher e filha estão a ser apoiadas por aquela entidade e ele tem de ficar a dormir na rua. Para si, para ter direitos é necessário conhecer as pessoas certas nos serviços e ser capaz de fazer o papel de vítima (Lisboa, N°6, Rua).

Neste contexto, os entrevistados queixam-se de lhes ser exigido documentos para si inalcançáveis: “Pour avoir une carte de résident de quelqu'un qui est dans la rue, on te demande déjà 10 ans de bulletins de paye, on te demande 10 ans de preuves. Quelqu'un qui est dans la rue, comment tu peux garder un bouquin 10 ans dans la rue, comment? » (Paris, N°3, Rua).

A **falta de apoio às famílias** implica uma separação familiar, constituindo a mulher e a criança o grupo prioritário. Um caso inverso é o de uma entrevistada em Londres em que o seu companheiro é que conseguiu alojamento mas que afirma que, contudo, tal lhe facilita também a situação já que deixa os seus bens com ele (Londres, N°3, Centro Emergência).

Há casos de sem-abrigo que afirmam já ter trabalhado para serviços sociais, nomeadamente por formas de emprego protegido, e daí terem uma posição privilegiada em termos de acesso a apoio. Outros consideram não ter problemas pois os **técnicos sociais** gostam deles e dizem possuir o talento necessário para conseguir a sua simpatia, ou simplesmente saber não criar conflitos ou desacordos:

“... je connais plein de monde, je connais le service social, je suis tranquille, ils m’aiment bien, ils donnent à manger, pas de problèmes. » (Paris, N°6, Rua)

«Oui, si je me bouge bien, je peux l’avoir » (Paris, N°5, CHU).

“It’s easy for me. They know who I am!” (Londres, N°1, Centro Emergência).

“That depends on you! I can crack a laugh with member of the staff they will think: “ok, he’s a nice lad.”. He’s making an effort. But if you are abusive, or things like that, I can guarantee they will NOT tolerate it!” (Londres, N°4, Centro Emergência)

Os técnicos podem não gostar de mentes críticas e inteligentes: «ils aiment les gens un peu bêtes. Ils n’aiment pas quand tu parles bien, quand tu présentes bien. Ils aiment les gens bizarres. Au moment où tu as envie de t’en sortir, on ne veut plus t’aider. En fait moi je pose trop de questions. Là tout à l’heure au comptoir, je me suis rendu compte que j’avais déjà trop parlé, ils n’aiment pas ça. » (Paris, N°5, CHU).

A competência e profissionalismo dos técnicos são fundamentais: «Il faut faire attention avec l’incompétence et l’incompréhension parce que parfois peut-être la personne ne comprend pas bien ou ne sait pas où il est. C’est pas parce que tu travailles ici que tu as raison. Parce que il devait être sanctionné si les choses sont bien faites» (Paris, N°5, CHU).

Existem acusações de violência verbal:

“Já recebi RMG mas depois as pessoas começam a exigir e chamam ‘de animais’. O que exigem não é uma liberdade ou um desenvolvimento.” (Lisboa, N°1, Rua).

“... nous avons la peur dans le ventre, parce qu’on ne sait pas ce qu’on nous dit, ce qu’on nous donne et ce qu’on nous répond. De plus ils ne sont pas très respectueux, c’est même pas gentil, on vous parle avec méchanceté, on va parler avec un certain air de supériorité. On a l’impression qu’on n’a aucune considération à leurs yeux, on a l’impression d’être traité comme des animaux.... Il y a l’humiliation, il y a l’angoisse, il y a le stress. On est angoissé, on est stressé, et on est malade.» (Paris, N°4, CHU).

Uma má experiência pode condenar todas as hipóteses futuras de um indivíduo vir alguma vez a recorrer à assistência: « Une personne, c’est une psychologue du service de MASAS... j’ai perdu confiance dans cette personne donc je peux pas venir et lui parler de ma vie. Je peux pas lui sortir ma brosse à dents, mes savonnettes, etc., et lui dire que ma salle de bains elle est dans ma poche, que je dors dehors, etc. J’ai pas à lui raconter. » (Paris, N°11, Rua).

Todavia existem técnicas simpáticas com quem é possível manter uma relação: “Mais là j’ai rencontré une dame gentille qui m’a fait ça sur place, elle m’a dit « écoute, c’est valable tout de suite... Je l’appelle tout le temps, hier j’ai été lui dire bonjour, elle est revenue de vacances, elle travaille à la sécurité sociale, une femme très gentille. » (Paris, N°5, CHU).

São apontadas críticas às disparidades burocráticas entre vários serviços e técnicos que fornecem informações contraditórias. Nas três cidades, os técnicos são frequentemente criticados por não seguirem critérios objectivamente definidos. Em alguns casos, os indivíduos não parecem compreender os seus direitos, face à existência de situações de aparente desigualdade: “This place is loan on to itself. They see people in that haven’t got referrals and I’ve seen all sort of things happening here. And the staff they don’t do things. I don’t know. It’s just weird.” (Londres, N°5, Centro Emergência).

Em situações de **exclusão de titularidade a benefícios** (jovem com menos de vinte e cinco anos em Paris, sem direito ao RMI), as ajudas complementares podem ser a única forma de apoio. Estas incluem senhas de refeição, transportes, cartão telemóvel, renovação de direito de estadia no centro nocturno de emergência, etc. O entrevistado afirma ter duas técnicas que o acompanham para assim acumular apoios. Por outras palavras, «...il y a beaucoup d’argent, on paye la carte orange et puis derrière quand t’as un problème, on t’aide.... Donc en fait, il y a toujours un petit truc, il y a les bénéfices, il y a des trucs dont tu peux profiter. » (Paris, N°5, CHU).

A preferência por casos não absolutamente excluídos - com mais probabilidades de sucesso e com possibilidades de pagarem - numa perspectiva de optimização dos serviços, leva a **perpetuar a exclusão social**: « ... Mais il y a une chose qui est un peu nulle, comme on dit, c’est qu’une fois que vous avez un boulot, on vous donne tout, c’est-à-dire qu’on vous donne un endroit stable. Et si vous n’avez rien, on ne vous aide pas. » (Paris, N°2, Rua).

Por outro lado, o facto de se ser beneficiário de apoio cria obstáculos ao nível do prosseguimento de soluções já existentes, como um indivíduo com trabalho pago à hora que para tratar do seu alojamento tem de faltar. É neste sentido que alguns entrevistados defendem que entrando no sistema é muito difícil sair, ou seja, é um **ciclo viciado**: “... I think there is to much segregation, to much class.. If you are over 25, you’re single, no mental health problems, no legal problems.. you haven’t got much of a hope, you know.... Like I said before: is a stepped cycle! The HPU they will decide if they take you on to a hostel.. you cannot get a job while you are in a B&B hostel.. its to much money! You got to wait until you got suitable accommodation either: a) the council flat or housing association before you can get a job! I know is tricky. They keep changing every 5 years...” (Londres, N°4, Centro Emergência). Para mais, os procedimentos alteram-se em cada renovação partidária no poder.

São diversas as dificuldades de acesso ao apoio social e de **saúde**: estar a aguardar indefinidamente vendo a sua situação bloqueada; dificuldades em seguir os processos exigidos (como ter de faltar ao trabalho); não ter acesso a apoio de saúde no país de origem e

estar numa situação de espera no país de acolhimento (em Lisboa e Paris); estar numa situação de espera por benefícios de reforma ou de velhice; necessitar de documentos que parecem tornar-se impossíveis de obter (como uma certidão de nascimento numa localidade recôndita); esperar habitação social indefinidamente.

A presença de imigrantes para resolver questões de saúde foi particularmente frequente em Paris, mas também identificado em Lisboa: “Je suis là pour des raisons de santé. Dans mon pays, on m’a donné un faux diagnostic. J’avais l’argent avec lequel j’étais venue, mais toutes les économies que j’avais apportées se sont volatilisées lors de ce séjour, en une semaine. Et j’ai supplié l’assistante sociale de l’hôpital pour qu’elle me laisse à l’hôpital, parce que je ne connaissais pas les autres structures, en lui disant que je n’avais pas où aller, que j’avais des problèmes mais elle a dit que c’était complet. ... alors je n’y avais pas droit. Alors je suis venue par mes propres moyens et j’avais mis toutes mes économies de 10 ans, 15 ans de travail et je les ai gaspillé ici en si peu de temps, ici en France. C’est pour ça qu’actuellement je suis obligée de faire les CHU... Depuis le début, c’était un véritable parcours du combattant. Ce n’était pas facile avec les assistances sociales, et je plains les gens qui ne connaissent pas la langue, qui n’arrivent pas à communiquer, à se défendre. Ils sont là et ils retrouvent dehors. (Paris, N°4, CHU). O testemunho salienta que a relação com uma técnica social pode ser uma batalha.

O deslocamento de profissionais da área da saúde aos centros de acolhimento pode trazer benefícios: “They have nurses coming everyday; The doctors come once a week here in St. Martin’s if you do need anything; if it’s serious there’s another medical centre in Chapel Street. It has everything you know, anything you need is here.” (Londres, N°8, Rua)

A maioria dos sem-abrigo está numa situação de incapacidade de afirmação dos seus direitos de cidadania, nomeadamente de reclamar e participar. Um dos entrevistados, envolvido num evento reivindicativo de protesto pelos direitos dos indocumentados, apela para que haja uma maior possibilidade de participação ao nível do debate público daqueles que se encontram excluídos: « je peux pas obtenir un papier, un papier pour travailler, pour que je passe mon permis, avoir ma voiture comme tout le monde, ma maison comme tout le monde, une femme comme tout le monde. On peut pas avoir ça? et pourquoi on peut pas nous inviter un jour à la télévision? Sarkozy il peut pas nous inviter? toutes les associations de Paris, je les connais, tous les collectifs des sans papiers, ils vont faire une manifestation, samedi prochain, à la place de la République, à 14h. » (Paris, N°3, Rua).

Os esforços das organizações em dar **respostas ao nível do lazer, cultura e formação** são avaliados de forma positiva:

« Il y a le football, de ping-pong, je peux jouer aux cartes, au scrabble. Il y a les petits jeux, tu peux discuter, tu peux aller à la télé, pour ça il n’y a pas de problème, mais ils font un effort avec les moyens qu’ils ont. » (Paris, N°5, CHU)

“I think is fine the choices they’ve got. There is a separate room upstairs for the youngsters; there is a television downstairs” (Londres, N°8, Rua)

“They have a short course of 10 days on improvisation, acting skills and some stage management, everything centred in the theatre. Right now I’ve joined the main company. I’ve finished the three course and its highest level... you get to learn a lot about human relationship and how to act in society... Is very good stuff.” (Londres, N°11, Squat)

“Well, this afternoon we’ve got something for the youth. Basically is about drugs and alcohol. It’s not only to fill up the time it’s something that you learn from as well. I think is a very good thing that the centre has this sort of things to actually help people to educate themselves. These activities have helped me a lot. Most people don’t think that way just going there have a coffee but, like I said I find it interesting and has helped me a lot in my everyday life.” (Londres, N°12, Hostel)

As iniciativas que promovem a **participação activa** são também valorizadas: «Souvent le directeur il fait des réunions, on nous appelle, on discute, on dit ce qui ne va pas, ici à Jacomet. Et tout ce qu’on demande en général, la majorité des propositions qu’on fait, s’il a dit oui en réunion, en général une semaine après les actes sont là. Ça c’est très bien, et même si c’est pas fait, à la prochaine réunion il vous explique pourquoi c’est pas fait, c’est bien, c’est vraiment très très bien. Et on vous laisse décider du programme, enfin on vous fait participer, ils sont là pour nous encadrer, ça c’est vraiment bien fait ici. Partout aussi il y a des bonnes et des mauvaises choses, c’est pas tous les jours... » (Paris, N°5, CHU)

Quando questionados acerca da possibilidade de obter uma **habitação individual e autónoma**, alguns entrevistados não deixaram de transmitir receios e medos. Para outros, é o factor chave para voltarem a reorganizar as suas vidas:

“Uma casa há sempre o risco de sermos postos em ferros. Bem, numa casa passamos fome, não temos para nos vestirmos ... E temos que pagar a casa com o pouco que nos deram... Você faz um contracto, e fica a dever dívidas ao construtor... Nesse caso, paga com os filhos... paga com que o puder.” (Lisboa, N°1, Rua).

“... Não sei como é que hei-de explicar... por exemplo, viver com a mulher e os filhos acho que é bonito, pronto! Acho que é bonito! Porque isto não é vida para ninguém! A gente tem televisão, tem tudo, não é? Não sei... sinto-me... é como aqui, sinto-me desprezado. Às vezes, coisas que passam pela cabeça, que espero que nunca venham a acontecer, de tentativa de suicídio ou isso. Sinto-me complexado de viver sozinho, vá lá... Começa a entrar-me estas coisas na cabeça...” (Lisboa, N°8, Rua).

« ... y’a cette peur d’être seul, c’est-à-dire que y’a la peur de devenir isolé. Tout tourne autour du fait de pouvoir avoir assez d’intimité. C’est l’intimité qui manque, le reste est acceptable. Mais ce qui manque c’est l’intimité, c’est de pouvoir faire quelque chose et d’être sûr que c’est à vous, que ça vous appartient. ... Besoin de me poser, de tranquillité, besoin de réfléchir tranquillement, lire, avoir un endroit à soi, ça manque, besoin d’avoir de vrais amis, de vraies relations, un espace vital, avoir de vraies relations... » (Paris, N°1, Rua)

« Bah oui, moi c’est le travail, c’est changer de vie carrément. Moi j’ai besoin d’autonomie, j’ai besoin d’être seul dans mon appartement. Moi le fait qu’il y ait 5 / 6 personnes à côté de moi, je ne suis pas chez moi, je ne suis pas à l’aise, c’est clair. Il faut quelque chose de stable... » (Paris, N°2, Rua)

« Ils disent qu’il faut pas être trop sûre que le logement va être attribué parce que le dossier passe en commission très bientôt. C’est bientôt, cette semaine ou la semaine prochaine... Comme une grande joie, un grand bonheur, pouvoir m’installer les choses de ma maison petit à petit, faire un peu la grasse matinée, me cuisiner des choses intéressantes, travailler un petit peu, recommencer à lire. » (Paris, N°10, CHU).

Deve ser tido em linha de consideração que viver nas ruas e através da assistência leva a uma perda de competências e aptidões essenciais para uma vida social autónoma, como comprar alimentos e confeccionar refeições, gerir gastos e despesas, estar sozinho, gerir uma habitação, etc. A reintegração numa habitação pode implicar um tempo de readaptação e aprendizagem e um indivíduo pode reacear não conseguir corresponder às exigências. A diversidade de sentimentos em relação a ter uma casa, nomeadamente os receios, alerta para a necessidade de que haja um acompanhamento pós-atribuição da habitação, para que sejam superadas resistências e promovida uma integração sustentada. Estruturas de pequenas dimensões com acompanhamento podem ser uma solução:

“It is very hard in London. If you’re over 25, and you are single, it is very hard to get somewhere. Supported I would like! It has to be supported. I was at one last here for 6 months in Victoria, and there was 190 people but for 1 queue is probably 10/8 people. They don’t have the time to spend with you. You need smaller places and more staff. To get out of the street, and it’s the same with any individual, you need motivation or you just go back, you might stay for a little while...” (Londres, N°1, Centro Emergência).

“I would prefer cluster with single rooms, like 10 or 20 rooms on a cluster. You will have someone that deals with the cluster. (*Obligations are*) Two or three meetings a week with a key-worker on your situation: how you are settling in; how are you interacting with your problems, I mean if you whether use drugs and stuff, or drinking; family problems, problems like place and stuff...” (Londres, N°6, Centro Emergência).

Quanto mais tempo um indivíduo passou em ambientes comunitários, mais apreensivo se torna face à possibilidade de ter um espaço próprio de habitação. Por outro lado, com o passar dos anos mais difícil se torna a sobrevivência na rua e maior a preocupação em ter um espaço para si.

VIII.IX. Processos de Construção de Identidade e de Distinção Simbólica

VIII.IX.I. Sem-Abrigo: Como? Porquê? Futuro?

Os entrevistados referiram ao longo dos seus discursos (por vezes claramente auto-justificativos) as causas que, segundo o seu ponto de vista, levaram à sua situação de sem-abrigo. Optou-se por considerar o discurso acerca das causas como uma estratégia de racionalização e justificação da situação actual que se insere num processo global de definição de identidade e de atribuição de responsabilidades. Por outras palavras, o processo e mecanismos de atribuição de responsabilidades inserem-se numa construção justificativa da situação de precariedade social extrema vivida, constituindo assim uma estratégia de racionalização.

Em suma, são as “minhas causas” e as “causas dos outros” que se entrecruzam nas auto-análises das trajectórias de cada indivíduo.

- Auto-responsabilização:

Refere-se a percepções como: “pagar pela vida que se escolheu”; “ter-se sido irresponsável e andar a vaguear”; “não se ter adaptado e ser legítimo ter que se pagar as consequências”, “decidir virar as costas a tudo”, ou seja, o sentir-se responsável, ou mesmo culpa, num sentido quase de expiação dos erros cometidos. Assim, os indivíduos podem imputar a si próprios a responsabilidade pela entrada na situação de sem-abrigo que é consequência de opções, modos e estilos de vida. Todavia, quanto à permanência não desejada nesta situação, as responsabilidades tendem a passar a ser da falta de apoio e oportunidades.

Noutros casos, é afirmada uma decisão de fuga sem clarificações adicionais: “ Vim para Lisboa ! Acabei com o casamento; acabei com tudo! Virei as costas a tudo! Vim para Lisboa para esquecer tudo! (Lisboa, Nº4, Rua).

Os indivíduos, que desde o início das suas vidas viveram em ambientes institucionais, não demonstraram seguir processos de auto-atribuição de responsabilidades. Tal pode ser provavelmente explicado pela situação de perda que sempre conheceram, ou seja, “é como sempre foi”.

Uma das estratégias que dão ao indivíduo a impressão de controlo é a afirmação “é a minha escolha”. “Estou na rua mas é porque não gosto de dormir em camas por causa das minhas costas. Tenho um quarto ali em cima... mas prefiro estar aqui!” (Lisboa, Nº5, Rua). É um dilema clássico, e questão recorrente de senso comum, o poder haver indivíduos que optam por ser sem-abrigo. Para aqueles que lutam contra a existência deste fenómeno, as afirmações de opção associam-se, a traumas ou ambientes familiares conflituosos (quando a rua é menos mau), entre muitos outros. Por outro lado, outras perspectivas salientam que as práticas de apoio social têm intuitos de normalização e controlo social que não respeitam a liberdade individual, e visam acima de tudo retirar os indivíduos do campo visível. Não se procurando tomar partido de nenhuma das posições referidas, menciona-se apenas que o caso referido afirmou ter deixado de conseguir viver na casa dos pais após a morte de ambos num acidente de viação, e quando era ainda jovem. Neste contexto diz que “São os meus filhos que lá vão arejar a casa volta e meia porque eu não consigo lá ir.” (Lisboa, Nº5, Rua)

As oportunidades podem até ter existido mas foram desperdiçadas, como é o exemplo de uma recusa de emprego mais estável a uma idade jovem e que não foi aproveitada (“porque na altura não pensava nessas coisas”).

- Auto-incapacitação:

Assumindo contornos muito semelhantes à auto-responsabilização, estas imagens reflectem uma atribuição da responsabilidade a si próprio, com a ténue diferença de ser também uma

questão de incapacidade pessoal. Refere-se a ter problemas como: “não ter nascido com sorte”; “tudo dar errado na sua vida”; “não ser inteligente e incapaz de ser responsável”; “pessoas não gostarem de si e rejeitarem-no”. Estes sentimentos de incapacidade e inferioridade podem levar a acções auto-destrutivas ou suicidas. Neste contexto, os factores de ordem económica, política e social, bem como o impacto da falta de oportunidades, apesar de poderem ser referidos, situam-se num segundo plano:

“Deixe ver isto agora com a escolaridade a aumentar é cada vez mais complicado... Quer dizer, claro estou desempregado, não tenho dinheiro para pagar a casa, não é? Eu podia estar nesta casa.. também é uma estupidez minha que eu pagava 23 contos (65 euros) a renda! Não me importava nada! (Lisboa, N.º8, Rua)

“Tenho o apoio de toda a gente! Simplesmente só tenho de vez em quando que não estou bem da cabeça! Irrito-me com facilidade! Depois não... E cá estou eu!” (Lisboa, N.º4, Rua).

Esta estratégia identitária pode também referir-se a situações de incapacidade de se compreender a si próprio, como se de um momento de imputabilidade se passasse: “Estraguei a minha vida ao vir para Portugal. Não compreendo como aqui fiquei e troquei tudo o que tinha pelo que tenho em Portugal” (Lisboa, N.º2, Rua) Para mais, pode ainda ser agravada pelo facto de se ter ignorado os conselhos e opiniões dos outros, ou seja, “não dar ouvidos a ninguém”.

- Ser arrastado:

Como factores utilizados como atenuantes são apontados aspectos externos à vontade do próprio, nomeadamente a má influência das companhias e amigos. O considerar ter “sido arrastado” pode ser também um mecanismo de auto-incapacitação, porém com um subtil acréscimo de uma culpabilização também dos outros que o levaram para tais caminhos. Aqueles “com quem se costuma andar” e que “arrastam” para o álcool e drogas assumem o carácter de uma força externa independente da vontade individual, quer antes, quer durante, a situação de sem-abrigo:

“When I was stressed out and I was thinking of doing something as in drinking to relax my mind because I was stressed out. I was in a stage where I couldn’t hold it anymore. And then I went to drink and I had this friend of mine and she was drinking as well and then she gave me some of her drink and then I drink and it wasn’t doing any good for me. And, yeah.. the sleeping, the smoking, the drinking... (Londres, N.º12, Hostel).

“Andar com estes meninos, depois um gajo é obrigado, é só alcoólicos que aparece! Eu vou na história claro!” (Lisboa, N.º8, Rua).

“... Fui arrastado...” (Lisboa, N.º1, Rua).

- Consumos:

É para as dependências que os amigos arrastam, mas rapidamente se torna uma força que agarra. Pode também ser considerada consequência de traumas.

“...tinha de deixar de beber álcool. Coisa que até hoje ainda não consegui. Eu quando casei só bebia sumos e tal... Não bebia álcool. Só me agarrei ao álcool depois da minha mulher me largar... Aqui é que agarrei-me ao álcool e não o larguei... E já lá vão 22 anos a beber álcool. E não há maneira de o largar...” (Lisboa, N.º8, Rua)

O problema da toxicod dependência é afirmado como a causa de todos os problemas:

“Tudo descambou por causa da droga. Meteram-me na droga... Cai na droga”. (Lisboa, N.º18, Centro)

“O meu caso é muito fácil: droga. Não há muito a dizer para além disso” (Lisboa, N.º13, Centro).

« ... vous êtes dans la drogue et la drogue prend tout. L’alcool pareil, il prend tout aussi, votre argent, votre maison, votre amitié, votre copine. » (Paris, N.º1, Rua).

A dependência é relatada como um entrave à capacidade de sair da rua e como explicativa dos ciclos de entrada e saída na situação. O facto de estar livre pode ser um factor crucial para sair da situação actual: « moi ce qui me sauve dans ma vie, c’est que moi je ne bois pas d’alcool, je ne touche à aucune drogue et je ne bois pas d’alcool. Donc, ça, ça me motive. C’est pas un facteur dépressif, parce que la plupart de ces gens-là c’est l’alcool... » (Paris, N.º2, Rua).

- Incompreensão:

A consequência, a causa, o processo, não se compreende:

“... c’est-à-dire que je vivais, j’avais mon boulot, j’avais mon appartement, j’avais ma voiture, j’avais tout, tout le nécessaire... Oui, je payais un loyer, c’était une location... je sais pas comment...” (Paris, N.º11, Rua)

“I was married, had a wife.. everything.. good job.” (Londres, N.º9, Rua)

- Vítima da sociedade:

Destacar o papel das condições económicas e sociais, como o desemprego e a exclusão social, é também uma forma de percepção patente: “Eu sou uma vítima da exclusão social! Tiraram-me o emprego... meteram-me numa situação de exclusão social!” (Lisboa, N.º12, Centro).

- Abandono conjugal:

O divórcio é apontado como a raiz de todo o processo, incluindo sentimentos contraditórios de culpa e vitimização: « Les problèmes ça vient de moi-même. Voilà je croyais qu’elle allait bien et qu’on peut s’entendre, qu’on peut vivre ensemble, mais là c’est à cause d’elle que je suis tombé, avec la honte que je peux pas retourner aller les voir. » (Paris, N.º3, Rua).

Grosso modo, é o abandono a causa do alcoolismo, e o alcoolismo a causa do abandono. O desemprego a jusante, entre ambos, ou a montante. A ideia de “abandono” persiste como a explicação.

- Conflitos familiares:

“... chez ma mère c’est l’enfer!” (Paris, N.º9, CHU)

“I don’t get along with my family. I can look after my self, you know” (Londres, N.º4, Centro Emergência).

Para além dos problemas dos mais jovens, acresce-se a violência doméstica.

- Acidente:

« Non, mais moi c’est un accident ! » (Paris, N.º11, Rua).

Independentemente de haver, ou não, uma atribuição de responsabilidades, os indivíduos podem perceber a sua situação como um acidente, ou seja, sendo passageiro e a solução em breve será encontrada. Factores como a idade jovem, a posse de recursos sociais e competências profissionais, ser primeiros episódios e “recém-chegados”, tendem a contribuir para uma percepção deste tipo.

- *O passado é passado:*

« Ah oui, j'ai tout perdu la famille... le travail non, pas encore. Je sais pas, à mon âge, j'étais jeune.. C'est s'amuser. Après j'ai commencé à boire, après j'ai commencé à prendre les cafés. J'ai été à Marseille, j'ai été à Lyon, Pau, Metz, Bordeaux, j'ai été partout en France. Après je me suis retrouvé dehors, voilà. Je vais vous dire, l'apéritif j'ai regretté. Je travaille, j'ai gagné beaucoup d'argent, j'ai dépensé à droite à gauche. Mais on peut pas retourner en arrière. Mais je me suis amusé, j'ai fait beaucoup de choses. J'ai pas volé, j'ai pas été en prison, j'ai rien avant, pas de problèmes, je dois rien à personne, personne qui me doit de l'argent. Moi-même je suis maître de moi, tu dois rien à personne. Mais je me suis amusé beaucoup, tu comprends?» (Paris, N°6, Rua).

- *“On the Road”:*

Um dos entrevistados de Londres representa um exemplo de um jovem que dorme nas ruas e pensões enquanto procura emprego. Esta situação pode ser sazonal. São casos, maioritariamente de jovens, em que os próprios se tendem a caracterizar como estando “on the road”. Neste, o entrevistado andou equipado com material quente de campismo e, ao momento da entrevista, é a primeira noite em que se viu obrigado a recorrer ao apoio de um centro de emergência, devido a um acidente de saúde. O indicador necessitar de apoio é para si o elemento que o classifica como sem-abrigo, sem nunca assim se haver considerado anteriormente: “I moved into London 4 months ago, with a mate, looking for work and then we decided to look after ourselves... But then I hurt my pelvis... So I start to need help from outside.. , like here, the St. Martin's, or the Passage... so basically I've been in London several weeks and this happen.... We had sleeping bags (very, very warm); this trousers.. jeans and that...” (Londres, N.º4, Centro Emergência)

Por outro lado, e havendo alternativas, a passagem temporária por uma situação de rua pode ser uma experiência de vida: “Homeless for me is fun like I don't need much money to survive, I don't need to pay rent, no electricity, no bills, nothing like that. I just need little money just for my food, pay the travel fee.. much of the times I don't pay but sometimes you have to pay, you know... Well, when I come here I get my expenses and sometimes my parents send me a few quid...” (Londres, N°11, Squat)

- *Guerra:*

Um entrevistado da Croácia em Paris afirma que os “Serviços” perseguiram e assassinaram toda a sua família.

- *Falta de Apoio Social:*

A falta de apoio social contribuiu para que o processo de queda se acentuasse:

“There wasn’t any help on this side and I was just going down and down, and sometimes I would just give up. I can’t control myself... I just falling to people like this, drugs dealers and everything. There’s where I end up now and doing all the things I started doing.” (Londres, N°12, Hostel)

«Oui, mais elle ne pouvait rien faire pour moi, parce qu’elle estimait que j’avais un salaire et que je pouvais me débrouiller. J’ai un tout petit salaire » (Paris, N°10, CHU).

Em suma, as várias categorizações temáticas encontradas estão claramente relacionadas entre si, tratando-se, em alguns casos, de percepções flexíveis e alteráveis consoante os momentos.

O testemunho seguinte é ilustrativo de como estabelecer causas é uma tarefa que pode ser redutora, sobretudo porque os indivíduos podem não encontrar qualquer explicação, ou tal tratar-se de um emaranhado de situações:

“I lost my job because I don’t know.. I was feeling upset with someone, a woman. We fight many times. At this time was the last time and I’ve called her “old cow”. From one day time, then I lost my job and my accommodation. It has done all right for me until I started drinking. I don’t know why I started drinking. I put a knife and say “I have to go” and I couldn’t. I knew I have to leave the hotel – I couldn’t pay anymore –go to the street.. I didn’t go.. I didn’t go.. I concerned on my safety... just I had no money at all and I couldn’t borrow money from the bank. Didn’t know how I would...” (Londres, N°2, Centro Emergência).

Não implicando que os indivíduos encarem a sua situação como estática ou um estado definitivo, é de toda a importância explicitar as suas percepções em relação ao **futuro**. Neste sentido, sair da situação actual de sem-abrigo é para muitos o grande objectivo a atingir.

Os projectos de futuro podem implicar superar um entrave de partida, como os documentos e/ou acesso a uma forma de apoio social. Entre os casos encontrados: obter um documento de identidade para regressar ao país de origem; obter uma fonte de rendimento para arrendar um quarto ou uma habitação social, e, deste ponto em diante, organizar outras esferas da vida (emprego); estar à espera da reforma. Os benefícios sociais são essenciais, quer para o nível da habitação, quer como fonte de rendimento, sem os quais os indivíduos não têm a possibilidade de traçar planos de futuro. As acções de formação e educação são consideradas um passo chave para poder efectuar planos profissionais.

Os testemunhos permitem delinear dois cenários fundamentais que residem na articulação emprego-habitação: começar por obter uma profissão para chegar a uma solução de habitação, ou encontrar uma resposta habitacional através do apoio social e daqui um emprego. Em ambos os casos se colocam vários entraves: ter um emprego enquanto sem-abrigo (e passar pelas dificuldades já mencionadas como transportar os bens pessoais, conseguir alojamento de emergência, etc.), ou esperar por uma solução habitacional apoiada sobrevivendo através do apoio social, e ver as suas dificuldades de obter emprego como desempregado de longa

duração aumentarem. Os casos que optam pela primeira via salientam que essa é a única solução face à situação habitacional apoiada actual.

A ideia de voltar a contactar membros familiares, como filhos, pode ser vista com algum receio. São planos que dependem de circunstâncias afectivas e, como tal, a ponderar.

Regressar ao país de origem é visto, por dois casos, como uma situação de humilhação em que se terá de admitir um fracasso. A imigração devido a factores políticos e económicos pode tornar o regresso imprevisível. Outro caso recusa a ideia de regresso, e um outro vê de bom agrado esta hipótese que significa um retorno a um lar, família e conforto.

VIII.IX.II. Os “Sem-Abrigo”

A opinião geral dos entrevistados é que a população em situação de privação habitacional é heterogénea, quer do ponto de vista das suas várias características sociodemográficas (idade, género, nacionalidade, situação perante o trabalho, nacionalidade), quer quanto aos motivos e processos que levaram a tal situação. Neste sentido, torna-se complexo encontrar factores que caracterizem a população global, podendo apenas ser delimitados aspectos partilhados por uma quota significativa. Estas características partilhadas por uma grande parte podem, ou não, ser consideradas pelo entrevistado como o seu próprio caso. Posto isto:

- **Não há uma razão única para a situação**
- **São quem perdeu tudo**
- **A grande parte é alcoólicos e toxicodependentes**
- **Socialmente excluídos**
- **Não aceites no mercado de trabalho – “Camaleões”**

A situação de sem-abrigo não é apenas uma questão de perda de habitação mas todo um percurso de distanciamento de tudo e todos – família, amigos, emprego, realidade, preocupação pelo que acontece, capacidade de se ocupar e interessar por alguma coisa, etc. Quando um indivíduo perde a sua habitação começa por se perder a si próprio (objectos, intimidade, auto-estima, orgulho, etc.) e, passo a passo, vai se tornando alguém das ruas, deixando de ter a capacidade de fazer as coisas por si mesmo.

O percurso de sem-abrigo é visto, quer como uma longa acumulação de traumas e rupturas, quer como uma súbita perda de tudo. É possível que quando as rupturas se iniciem em idades mais jovens o processo seja visto como mais prolongado, já que pode haver maior recorrência de entradas e saídas na situação (trabalhos temporários, relações amorosas, etc.).

O alcoolismo é mencionado como necessário para adormecer nas ruas. As causas de se ser dependente podem também estar associadas à irresponsabilidade. Por outro lado, é feita

referência à falta, ou mau design, de programas de desintoxicação. A noção de que quem está actualmente nas ruas são os toxicodependentes é recorrente e, em alguns casos, expressa também por indivíduos com tal problema. A droga é ainda consequência de traumas (abuso sexual, adopção) que leva à necessidade de fuga (“escapism”). Aqueles que afirmam não ter dependências procuram distinguir-se dos toxicodependentes, afirmando que no seu caso se trata de um acidente ou uma fase temporária.

Entre as percepções expressas pelos entrevistados está a de que, os sem-abrigo representam uma perda para a sociedade. A exclusão social não é apenas uma despesa para os serviços de apoio mas, de igual modo, um desaproveitamento de indivíduos que poderiam estar a desempenhar um papel activo e incluídos no mercado de trabalho. Por seu turno, há também aqueles que advogam que a sociedade procura estrategicamente conservar uma reserva de trabalhadores que a tudo se adaptem, e sem encargos sociais, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho. A imaginativa metáfora “camaleão”²⁸⁴ dá precisamente conta desta situação.

O facto de que existem diversas razões para a situação de sem-abrigo é partilhado. As mais comuns são: perda da família; divórcio; desemprego; indocumentados; instabilidade e trabalho precário; salários baixos; trabalho ilegal. As causas associadas com drogas, álcool, ser itinerante, depressões, doença mental, são também focadas. A par destes factores que se reflectem na juventude e idade adulta, existem outros relacionados com traumas de infância, como o abuso e conflitos familiares. A falta de serviços sociais de apoio que permitam solucionar estas situações constitui uma dificuldade acrescida.

São evidenciadas tendências de evolução qualitativa: mais pessoas com problemas e incapazes de os superar; desvantagens sociais são mais visíveis; aumento da presença de trabalhadores pobres e famílias incapazes de suportar habitação. Sem-abrigo é uma situação onde se encontra um conjunto diferenciado de pessoas desde famílias, indivíduos empregados, clochards, toxicodependentes, imigrantes, etc. O aumento de indivíduos em situação de sem-abrigo é, por alguns, associado à imigração.

VIII.IX.III. Eu na Situação de Sem-abrigo

Importa agora analisar como o próprio se vê na situação de sem-abrigo. Num primeiro nível, há que ter em atenção a percepção do próprio antes e ao viver a situação actual. Dito de outra

²⁸⁴ « Créature qui prend plusieurs aspects en fonction du milieu dans lequel elle est. » (Paris, N°14, Quarto).

forma, de que modo se alteram as percepções acerca dos sem-abrigo ao passar-se por tal situação, e conseqüentemente acerca de si próprio:

- **Aprender a ser humilde**
- **Tornar-se mais prudente**
- **Passar a ver os sem-abrigo de uma outra forma**
- **Lamentar ter sido inconsequente enquanto jovem**

É uma espécie de “lição de vida” que pode levar à ideia de que se fizeram “más opções”, ou a tomar-se mais humilde: “quand on tombe comme ça, notre ego il en prend un sacré coup”, (Paris, N°2, Rua). Há uma perda de distância em relação aos “sem-abrigo”, nomeadamente por passar a considerar que, e mesmo nunca o tendo pensado antes, pode afectar qualquer um.

Nas suas descrições acerca das primeiras noites passadas na rua, os entrevistados evidenciam que é nesse momento preciso que a situação de sem-abrigo se torna concreta. Não na véspera, mas na primeira noite, a situação de sem-abrigo é apercebida como uma realidade que até ali se acreditava evitável.

Grosso modo, os sentimentos dos sem-abrigo acerca das suas condições de vida actuais são:

- **Vergonha e humilhação de viver da assistência e não ser um cidadão produtivo**
- **Sentir-se socialmente excluído**
- **Não valer nada e ter direito a nada**
- **Perder a forma física e ter problemas de saúde**
- **Segurança e salvaguarda de possíveis decepções**
- **Não há felicidade; Não é vida para ninguém; Não o desejo a ninguém**
- **A um passo da loucura**
- **Estar sempre exposto – sem privacidade, sem intimidade, sem autonomia**
- **Ser todos amigos mas de confiança questionável**
- **Mundo animal**

Estas representações transmitem emoções e sentimentos marcados pela vivência de uma situação de exclusão extrema. No seu conjunto, são afirmações de indivíduos que sofreram desilusões, arrependimentos e com uma evidente falta de auto-estima. O sentimento de humilhação de viver da assistência reporta, mais frequentemente, a uma perda de estatuto social recente e conseqüente condição de assistido recente.

Grosso modo, os indivíduos que afirmam ter tido um emprego e uma denominada “vida como toda a gente” lidam, quer com a perda deste estatuto, quer com o sentimento de humilhação de ser tratado como igual aos “outros” sem-abrigo. No que respeita aos que viveram sempre em apoio, a situação de sem-abrigo pode paradoxalmente oferecer um sentimento de

segurança, no sentido de que nada mudou. Face a ter-se vivido desilusões amorosas, o regresso à situação institucional, para além do retorno à condição de partida, é também sentida como uma salvaguarda de mais decepções.

Envelhecer é um elemento determinante para o agravamento da percepção da situação de sem-abrigo: em jovem é mais fácil ir-se andando e sobrevivendo; a maturidade pode também trazer sentimentos de arrependimento ao se analisarem opções anteriores. Na juventude é mais fácil acreditar que se vão encontrando soluções sem grandes necessidades de planificar o longo termo. Com a idade é mais complicado encontrar uma relação amorosa, e andar em constante mobilidade torna-se penoso. O medo de se tornar um “clochard” começa a apoderar-se de um indivíduo. A idade começa a tornar-se uma preocupação pelos trinta anos, já que existe um envelhecimento precoce sob as condições de vida de sem-abrigo.

A simulação da loucura pode ser uma forma de defesa. Um dos testemunhos evidencia que “falar para as paredes” é uma consequência do estado de solidão, e também uma estratégia para ganhar um lugar no espaço público, afastando os que o rodeiam. Para este entrevistado, a questão é que a determinado momento, o acto de falar sozinho deixa de ser uma vontade controlada, tendo-se passado a ténue fronteira entre a sanidade e insanidade mental. Os sentimentos simultâneos de solidão e falta de espaço íntimo são permanentemente vividos. Estar numa situação de sem-abrigo é não ter direito a uma vida privada, sentimental, sexual, um lar, um carro, uma família, ou seja, é ser nada.

Seguindo a perspectiva dos que dormiram nas ruas apenas algumas noites, é possível sublinhar o impacto de entrada num mundo de terror e depravação. As noções de amizade e solidariedade são voláteis. Ao mesmo tempo, um roubo entre sem-abrigo pode não ser considerado uma traição uma vez que é fruto do imprevisível que caracteriza a natureza humana e o mundo. Todos os indivíduos têm as suas questões pessoais e estas podem dar lugar a tensões permanentes e explosões de conflito súbitas. Para outros, é um mundo animal de constante competição para obter comida, vestuário, um duche, etc.

Assim viver enquanto sem-abrigo, requer competências e características específicas:

- **Manter a calma e ser paciente ao lidar com outros sem-abrigo**
- **Manter a motivação (e também não entrar em consumos e dependências)**
- **Ser forte**
- **Manter a higiene e não se parecer sem-abrigo**

É fundamental estar mental e fisicamente forte para se conseguir manter a noção de si próprio. É ter a capacidade de lidar com os que na mesma situação “ont une faculté intellectuelle de gosses, malgré que c’est des grands bonhommes” (Paris, N°2, Rua), ou seja, repetir-se vezes sem conta para

que a mensagem seja compreendida. A paciência é também relevante para se ser capaz de utilizar os serviços de apoio, enquanto se espera em filas longas horas sob o olhar da população. Este factor explica algumas desistências.

É fundamental manter a motivação e evitar o álcool e as drogas, uma vez que promovem as depressões. É tentar sempre o máximo para sair do sistema de apoio social mínimo. A principal forma de saída é o emprego, o que para uns está fora do seu alcance (problemas de saúde, idade), e para outros não vale a pena tentar. Alguns dos que desejam reconstruir a sua autonomia defendem ser legítimo colocar exigências aos sem-abrigo, contrariando a ideia de assistencialismo.

Os mais institucionalizados podem também constituir uma fonte de informação para os recém-chegados. Neste contexto, a diferenciação para com o “clochard” não implica a criação de nichos estanques sem comunicação entre eles.

Todavia, apesar dos mecanismos de distinção de identidade, as dificuldades de vida são partilhadas: “todos somos vítimas”.

VIII.IX.IV. As Várias Categorias de Sem-Abrigo

A par imagem genérica do sem-abrigo, existem factores de diferenciação que levam à delimitação de várias categorias. Isto havendo, contudo, um entrevistado que afirma que tais diferenças são apenas uma “questão de delicadeza”. Por outro lado, outros casos não evidenciam a mesma estratégia de diferenciação, utilizando o estatuto de sem-abrigo como elemento central para a construção da sua identidade. Pode estar na origem desta diferença o tempo de rua mais longo.

No caso dos imigrantes, os factores de ordem cultural sublinham a existência de diversas definições de sem-abrigo. A título de exemplo, um entrevistado afirma que entre os adolescentes nas ilhas Maurícias é comum dormir-se na rua e os sem-abrigo contam-se pelos dedos de uma mão, sendo casos de problemas mentais ou dependências, e não de precariedade económica dada a existência de maior apoio familiar.

Os mecanismos de diferenciação em relação aos outros na mesma situação constituem uma estratégia de construção de identidade que vem, em parte, reforçar o processo de atribuição de responsabilidades. Os discursos dos entrevistados permitem identificar duas vertentes fulcrais de categorização: as causas da situação, por um lado, e a capacidade, ou não, de procurar superar a situação vivida, por outro. A partir destes factores são duas as categorias genéricas fundamentais – “os **desistentes**” e “os **combatentes**”.

Os “desistentes” são considerados responsáveis pela sua situação, uma vez que não tentam aproveitar as possibilidades que lhes são apresentadas pelo apoio social. Este factor de recusa, ou mau uso do apoio social, constitui um indicador para considerar a situação voluntária. Por seu turno, os “combatentes” afirmam querer mudar e podem mesmo considerar que são prejudicados pela imagem que os desistentes lhes dão. Este mecanismo distintivo constitui uma estratégia para enaltecer o auto-controlo, capacidades individuais, e eficácia do apoio social, para sair da actual situação. Esta postura ilustra-se em afirmações como “eu não sou sem-abrigo porque estou aqui até querer”.

Nas três cidades existem termos para designar aqueles que se deixaram institucionalizar. Em França a distinção entre clochard e sdf é frequente: “não sou um clochard, sou um sdf (sem domicílio fixo)”, ou seja, tenho a capacidade de encontrar e manter um emprego estável. Neste contexto, o indivíduo responsabiliza-se pela construção de uma solução.

Existem também indivíduos que se auto-definem como possuindo características particulares como ser “descontraído”, “solidário”, “que nunca cria problemas com os outros”, etc.

Para além das duas categorias genéricas identificadas, os testemunhos dos entrevistados evidenciam processos de distinção que levam à identificação de tipos particulares de sem-abrigo:

- **Os excluídos da habitação:** os recursos económicos são negativamente afectados pelo aumento do custo de vida e do mercado habitacional, em paralelo com o desemprego e a escassez e insuficiência dos benefícios sociais. Nesta categoria incluem-se os sem-abrigo que “são boas pessoas e até têm um emprego” mas que simplesmente não podem suportar financeiramente habitação. Estes indivíduos caracterizam-se como “obrigados a estar nas ruas e a utilizar centros”. Juntamente com outros a sua situação é um acidente.

- **Os acidentais:** pessoas que de um dia para o outro perderam tudo porque foram vítimas de um divórcio, desemprego, causas naturais, guerra, etc. Vêm-se nas ruas mas tentam ultrapassar a situação e encontrar a solução. É visto como um processo que passa por uma acumulação de situações não visíveis que poderiam ser previamente sinalizadas, tal como a falta de pagamentos de renda antes de uma acção de despejo. As situações de dívida tendem a acumular-se. Os contactos com os serviços sociais são vistos como uma engrenagem que leva a que depois de assumido o estatuto de assistido se fique encurralado, ou seja, passando-se do acidental ao assistido.

- **Os isolados e perpetuamente excluídos:** são idosos, não têm qualquer apoio familiar, não têm inserção no mercado de trabalho, alguns possuem pensões muito baixas, ficam nas ruas por longos períodos, sabem que não têm futuro para além de andar de centro em centro, e

provavelmente vão acabar com problemas psiquiátricos. Estão desacreditados nas possibilidades de sair da situação já que não possuem colocação no mercado de trabalho. Tornar-se-ão clochards.

- **Os ‘clochards’ e doentes mentais:** é quando questionados acerca de “quem são os sem-abrigo” que os entrevistados mais frequentemente referem a doença mental, retratando os casos que consideram mais extremos, ou clochards. A perspectiva é que estavam em hospitais psiquiátricos e tiveram de sair, ou depois da vida das ruas perderam o sentido de realidade e noção de cuidado de si. É mencionado que é muito difícil partilhar um quarto com um sem-abrigo que vive num visível grau de falta de higiene e doença, devido a aspectos como o mau odor. Habitaram-se de tal forma ao estilo de vida das ruas que é quase impossível virem a reintegrar-se e vão provavelmente morrer prematuramente. Ser clochard é um “estado de espírito”, ou “parte da natureza daquela pessoa”. Será sempre assim pois, mesmo que momentaneamente tenham uma habitação e emprego, regressarão sempre às ruas, tal como os toxicod dependentes. O clochard é o incapaz de ter qualquer interesse ou iniciativa e que não deseja fazer parte da sociedade. Em suma, mesmo que lhes sejam dadas alternativas não as saberão utilizar para sair da situação - desistiram.

Como já foi referido, gostar ou tomar a opção de estar sem-abrigo é de discutível simplificação. Todavia, alguns entrevistados foram peremptórios ao afirmar que existem indivíduos que gostam e escolheram estar nas ruas. Entre estes estão os casos envolvidos de um certo misticismo que mesmo sendo ricos, inclusivamente “mais do que os técnicos sociais”, vivem nas ruas. No entanto, é também defendido que é impossível haver alguém que tenha escolhido “esta vida”.

- **Toxicod dependentes:** o toxicod dependente é mais jovem. Passam o dia a tentar obter droga, inclusivamente roubando nos centros nocturnos, e a viver o dia-a-dia sem quaisquer responsabilidades. A saída da situação de sem-abrigo terá de passar antes de mais pela saída da toxicod dependência.

- **Imigrantes:** em alguns casos particulares, os imigrantes são apresentados como “rivais” da utilização dos serviços e “concorrentes desleais” favorecidos no acesso a determinados benefícios (“é uma confusão de ucranianos”; “andam ai com boas vidas”). Em Lisboa, é mencionado, em duas situações, que os imigrantes de leste se organizam em grupo para a venda da revista Cais, obtendo assim mais lucros pela monopolização de vários pontos de venda. De uma forma geral, a preocupação com este segmento da população está patente nas três cidades. Persistem níveis de aceitação divergentes intra-cidades, havendo os indivíduos que consideram que os imigrantes não deviam ter direitos, pois põem em causa os seus enquanto

cidadãos nacionais; e, os que se sentem alguma empatia pela sua situação e o facto de sofrerem problemas como o desemprego, exploração do trabalho ilegal e a guerra. Por seu turno, os imigrantes podem sentir-se discriminados e considerar que os nacionais não sabem aproveitar o apoio a que têm acesso.

- ***Os que vivem da assistência social:*** é uma forma de estar na vida que não se refere exclusivamente aos sem-abrigo. Inclui indivíduos que, possuindo uma habitação, ainda assim utilizam serviços de apoio, nomeadamente alimentares e de vestuário. É apontado que existem pessoas para quem o apoio é parte integrante do seu modo de vida feito de ilegalidades ao longo de gerações familiares, como prostituição, prisão, dependências, etc. Podem não estar necessariamente gratos e desejar apenas encontrar formas de tirar o maior proveito possível do que é dado (mesmo que deitando a comida e roupa no caixote mais próximo). Em suma, há aqueles que se aproveitam significando que podiam pagar alimentação e habitação mas preferem poupar (exemplo no caso dos imigrantes), e há aqueles que genuinamente precisam e não têm qualquer alternativa. Assim, os entrevistados têm percepções diversificadas acerca dos usos legítimos dos serviços de apoio social.

IX. ANÁLISE EMPÍRICA COMPARATIVA FINAL

Resumo: O presente capítulo sintetiza de forma comparativa os principais resultados empíricos obtidos em torno das várias questões de pesquisa.

IX.I. Processo de Sem-Abrigo e Capitais Chave

A análise das trajetórias de homelessness apoiou-se numa noção de processo, que inclui quer os percursos de vida segundo factores de vulnerabilidade social, quer os factores relevantes para a saída da situação. Neste sentido, sintetiza-se, de forma conjunta, as respostas às questões de pesquisa que se passam a relembrar:

A) Trajectórias de Vida

A1) Quais as dinâmicas estabelecidas entre os diversos tipos de capitais (*físico e saúde mental; social; qualificações profissionais; cultural; económico e simbólico*) em termos de domínios de exclusão social (*habitação, educação e emprego, redes sociais, e apoio social*)?

B) Situação de Sem-Abrigo e Apoio Social

B1) Como são mobilizados os vários tipos de capital (*físico e saúde mental; social; qualificações profissionais; cultural; económico e simbólico*) no acesso ao apoio?

B2) Os capitais determinantes para o acesso aos serviços de apoio (*físico e saúde mental; social; qualificações profissionais; cultural; económico e simbólico*) são semelhantes entre as várias cidades?

O modelo de análise das trajetórias de sem-abrigo segundo a vulnerabilidade social elaborado realçou a inter-dependência, conforme Bourdieu, das várias formas de capital dos indivíduos em situação de sem-abrigo. Salienta-se a sua correlação negativa ao longo de um processo progressivo de exclusão em dois pólos fundamentais: o ponto de partida, ou seja, a fragilidade das possibilidades de inclusão social dos indivíduos, no âmbito de uma transmissão geracional da pobreza e exclusão, que se reflecte nos vários capitais (recursos económicos, inserção escolar, modos de vida, etc.); e o seu agravamento, ou perpetuar, ao longo das várias etapas de vida, no contexto dos constrangimentos conjunturais actuais (precariedade do emprego, aumento do preço da habitação, reestruturações empresariais, aumento do nível de qualificações, entre vários). Assim, identificam-se várias situações habitacionais instáveis (temporária, partilhada, associada ao trabalho) e o emprego não qualificado e precário, quer ao nível familiar, quer ao nível da socialização secundária dos entrevistados.

Neste sentido, verifica-se o pressuposto da continuidade²⁸⁵ “das situações de pobreza na medida em que esta tende a ser vivida, se não como irreversível, pelo menos como condição natural, que se integra num espaço de relações sociais em que o subdesenvolvimento constitui a norma”.

Os entrevistados tendem assim a enquadrar-se em situações-tipo de pobreza²⁸⁶, aplicáveis aos vários contextos nacionais, nomeadamente uma “pobreza rural” associada a um movimento de êxodo para as cidades tendo a situação de vulnerabilidade persistido (habitação degradada, trabalhos não qualificados mal remunerados e precários); “trabalhadores manuais não qualificados”; “idosos e reformados”; “famílias vivendo em zonas degradadas e habitações precárias”; “novos pobres” e “outras situações” associadas a casos específicos como doença crónica, como a doença mental, delinquência, etc. Em relação à tipologia proposta pelo autor, a categoria referente à qualidade da habitação não deixa de ser uma consequência da inserção em outras esferas sociais, como a falta de capital económico consequente do trabalho indiferenciado.

A pobreza reflecte-se ao nível dos modos de vida no sentido de uma “obrigação social”²⁸⁷, já que “os papéis sociais e maneiras de pensar apresentam-se como objectivas na medida em que não são estabelecidas pelos indivíduos, mas antes, recebidas e impostas, nomeadamente pela educação”. Independentemente das manifestações individuais, o facto social assume um carácter impositivo, não bastando “uma simples decisão da vontade” para o alterar.

A categoria dos “novos pobres” é essencialmente associada a uma camada da população sujeita a fluxos de emprego/desemprego, que outrora conseguia sobreviver sem ter de recorrer ao apoio social. Os vários entrevistados salientam as características de risco na modernidade, na mesma linha do que os autores já referidos a este propósito, mencionando um crescimento da presença de famílias e jovens em situação de rua. Para estes, a exclusão é, antes de tudo, desencadeada pela inacessibilidade e precariedade do mercado de emprego.

Destacou-se, seguindo as interpretações de Castel e Paugam, o peso correlacionado de dois factores essenciais para sustentar os indivíduos em momentos de crise: os laços sociais, particularmente a rede de apoio familiar desde a infância, e o acesso a medidas de apoio social.

Grosso modo, as situações familiares dos entrevistados revelaram várias problemáticas, desde escassez de recursos a conflitos, sendo assim uma frágil rede de segurança. O relevo dos

²⁸⁵ Almeida et al., 1994

²⁸⁶ Bruto da Costa, 1985

²⁸⁷ Durkheim, 1993: 23

serviços e benefícios sociais foi evidenciado ao longo da trajetória de sem-abrigo, focando-se o seu papel como mecanismo: de manutenção de “situações de limbo”, como entre empregos; de sobrevivência; de saída da situação de rua (incluindo situações não classificáveis como sem-abrigo em sentido restrito). As situações de dependência de apoio institucional são susceptíveis de ser enquadradas na classificação de categorias de risco propostas pela Comissão Europeia (2007) no quadro de uma construção de políticas preventivas. A susceptibilidade aos momentos de crise baseia-se na inexistência de alternativas e na falta de medidas de apoio em tempo óptimo, levando a que as rupturas se acumulem. Todavia, como realçado pelos técnicos de apoio social, o apoio social assume-se essencialmente como complementar.

O tipo de rupturas (como desemprego, divórcio) não parece ser específico à população sem-abrigo, mas sim a referida ausência de redes de segurança que as permitam travar, sem que se tornem irreversíveis. O ponto fulcral, ao nível dos recursos dos indivíduos entrevistados, é a sua falta de resistência a momentos de crise, quer por factores de ordem psicossocial, quer ao nível de redes de apoio, ou capital social. A título de exemplo, as recensões sociodemográficas, e tal como verificado neste caso, efectuadas acerca da população em situação de rua evidenciam uma maior representação de indivíduos que passaram por uma separação familiar precoce (falecimentos), o que afecta a sua resistência afectiva, para além da sua inserção escolar, habitacional e económica. É por este motivo, entre outros, que se encontram casos pontuais de agentes de apoio social que apontam que falar de reinserção para quem sempre foi excluído se trata de uma hipocrisia.

Para além das rupturas, e a sua combinação com a ausência de meios de superação, importa o seu próprio ritmo e dinamismos. É possível afirmar que maior a vulnerabilidade social dos indivíduos maior é também a sua susceptibilidade a que as várias crises se intersectem, ao ponto de entrar num bloqueio (perda de emprego/habitação/família).

É importante salientar que os sem-abrigo apresentam características e recursos muito variados que condicionam as suas diferentes possibilidades de acesso ao sistema de apoio, e os diversos modos como organizam a sua sobrevivência. Por outras palavras, verifica-se que uma mesma característica (exemplo, problema de saúde, ser mulher) pode, em esferas distintas, assumir quer um peso positivo, quer negativo, em termos da integração dos indivíduos (acesso a benefícios/exclusão do mercado de trabalho). O caso da saúde mental e a existência, ou não, de formas de apoio é outro exemplo paradigmático.

Nas várias cidades analisadas existem dois pólos fundamentais de racionalidade de atribuição de benefícios:

- lógica de perfeccionismo que privilegia o apoio das situações que ainda revelam algum ponto de inclusão (ex. emprego), já que apresentam maiores probabilidades de sucesso;

- lógica de compaixão: situações prioritárias em termos de vulnerabilidade (mulher, crianças, idoso), cujo apoio não promove necessariamente a sua autonomia, mas antes protecção.

O design e filosofia dos serviços de apoio, particularmente pelos conceitos de vulnerabilidade e grupos prioritários, desempenham um papel chave na regulamentação simbólica das características e circunstâncias individuais que são susceptíveis de ser tomadas como um recurso para aceder ao apoio social. Consoante o nível de actuação em que se centraliza o maior investimento de recursos, será uma “desvantagem com vantagens” estar numa situação de precariedade mais extrema, já que ao ser considerado vulnerável um indivíduo será mais facilmente reconhecido como em necessidade. Por outro lado, ser vulnerável, e de certo modo “incapaz e logo a proteger”, pode ser também uma “vantagem com desvantagens”, se as respostas consagradas se basearem numa abordagem de emergência e não no longo termo.

Os indivíduos de forma a serem enquadrados no apoio disponível, ou seja, fazerem parte dos grupos considerados prioritários, desenvolvem estratégias, ora destacando determinados “handicaps reivindicativos de apoio”, ora negando as suas capacidades no sentido de salientar a sua vulnerabilidade.

Estas estratégias de adaptação ao estatuto de beneficiário variam em função das representações que têm acerca do sistema de apoio, bem como da interacção, ao nível das práticas de apoio, com os técnicos. Estes entrecruzam-se já que a imagem em relação ao técnico depende também, de acordo com vários autores, do estágio na carreira de beneficiário. O domínio da interacção entre assistente e assistido é aprofundado seguidamente no âmbito da avaliação dos serviços de apoio especificamente destinados aos sem-abrigo.

A título de síntese dos aspectos principais relativos a uma abordagem da trajectória de homelessness em termos de capitais (seguindo Bourdieu e Marpsat e Firdion), revelaram-se como factores determinantes, ao nível dos percursos de vida, incluindo a situação actual de sem-abrigo, quer como recurso, quer como constrangimento:

Quadro 12. Nível de Trajectória de Homelessness por Tipo de Capital (enquanto Recurso/Obstáculo)

Capital Físico e Saúde Mental

Trajectória	<ul style="list-style-type: none"> - Agravado pelas condições sociais e habitacionais - Condiciona acesso ao mercado de emprego/ causa de desemprego - Consumo de recursos económicos de salvaguarda/poupanças - Hospitalizações associadas a perda de habitação (falta de pagamento, etc.) - Dependências de álcool e drogas afectam gravemente as condições físicas e mentais - Discriminação racial - Desinstitucionalização/desacompanhamento de indivíduos com problemas mentais que caem em situação de rua 	
Sem-Abrigo	Recurso	<ul style="list-style-type: none"> - Ser considerado prioritário no apoio - Hospitalizações e desintoxicações como meio de entrada no sistema de apoio
	Entrave	<ul style="list-style-type: none"> - Agravado pela condição de sem-abrigo - Falta de acesso a serviços especializados e agravamento da situação - Condicionam negativamente as capacidades, resistência e procura de soluções

Capital Social (relações familiares, sociais, profissionais)

Trajectória	<ul style="list-style-type: none"> - Comprometido pela situação familiar (pais desconhecidos, falecidos, itinerantes) - Relações profissionais não oferecem oportunidades de evolução - Ausência de contactos afecta a integração profissional - Rede de sociabilidades associada a situações de delinquência e marginalidade - Vários constrangimentos do sistema de apoio social ao nível da prevenção 	
Sem-Abrigo	Recurso	<ul style="list-style-type: none"> - Relações entre sem-abrigo podem servir de informação e apoio para encontrar soluções - Acesso a formas de emprego socialmente protegidas
	Entrave	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de rede de apoio familiar complementar às medidas de apoio - Vários constrangimentos do sistema de apoio social ao nível da reinserção

Capitais de Qualificações e Profissionais (tipo e nível de competências)

Trajectória	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa escolaridade, absentismo - Profissões vulneráveis ao desenvolvimento tecnológico e crise do emprego - Falta de qualificações ou obsoletas - Falta ou incompatibilidades de reconhecimento das qualificações escolares - Maior vulnerabilidade ao desemprego 	
Sem-Abrigo	Recurso	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio disponível para sem-abrigo, nomeadamente formação e empregos socialmente protegidos
	Entrave	<ul style="list-style-type: none"> - Perpetuação da situação de vulnerabilidade pela falta de saídas profissionais - Perpetuação do estatuto de assistido

Capital Cultural

Trajectória	<p>“Ter uma boa aparência, boa vontade, habilidade para explicar a corrente situação, escolher que dados apresentar e ocultar, estão relacionados com as origens sociais, capital corporal, etc.” (Firdion e Marpsat, 1996)</p>	
Sem-Abrigo	Recurso	<ul style="list-style-type: none"> - Aprender a sobreviver em subculturas de rua é fundamental - Aprender estratégias de interacção com os técnicos de apoio social - Apoios pontuais, como mendigar
	Entrave	<ul style="list-style-type: none"> - Perda de competências sociais essenciais à inserção laboral e autonomia - Aparência de “sem-abrigo” perpetua estigmatização

Capital Económico

Trajectória	<p>“Recurso geralmente escasso entre os sem-abrigo apesar de alguns poderem ter algumas poupanças que constituam alguma forma de apoio, pelo menos no início da situação. Outros podem possuir um salário, uma reforma ou outras formas de rendimento, ou ainda recursos materiais provenientes de actividades ilegais ocasionais.” (Firdion e Marpsat, 1996)</p>	
Sem-Abrigo	Recurso	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso a benefícios mínimos de sobrevivência - Quando existente: possibilita manter a situação “invisível” (pensões); margem de espera nos processos de atribuição de benefícios
	Entrave	<ul style="list-style-type: none"> - Ter algum recurso pode constrianger o acesso a medidas de apoio mínimo - Rendimentos insuficientes para suportar financeiramente habitação no mercado privado

Capital Simbólico

Trajectória	<p>O capital das qualificações e profissionais ao carecer de reconhecimento no mercado de emprego actual não confere aos indivíduos capital simbólico naquela que constitui a esfera social primordial de inserção nas sociedades modernas. Como referido, tal é consequência da inter-dependência de várias formas de capital.</p>	
Sem-Abrigo	<p>“Valor associado à pessoa e reconhecido pelos outros sem que tenham necessariamente a mesma condição habitacional, como por exemplo as assistentes sociais.” (Firdion e Marpsat, 1996) Os restantes capitais são essenciais para que este seja reconhecido e facilite o acesso a apoio. É na interacção com os técnicos, sendo o capital cultural elemento estratégico crucial, que juntamente com outros factores de avaliação (“mérito”, “vontade de reinserção”) se define sua qualidade.</p>	

Entre as várias cidades, apesar da não estipulação jurídica no caso francês e português, a falta de recursos generalizada do sistema de apoio social leva à delimitação comum da referida actuação centralizada em grupos considerados prioritários. Neste sentido, características que representam na actual conjuntura de emprego “handicaps sociais”, como a idade (idosos), género (mulheres) e problemas de saúde, constituem recursos de vantagem em termos de acesso a serviços de apoio. Assim sendo, face a vulnerabilidades sociais partilhadas ao nível macro, a filosofia de “handicapologie” aproxima as três cidades.

Constituem situações particulares, o desfavorecimento dos imigrantes, nomeadamente do leste da Europa, no caso inglês, já que a actual política de redução de sem-abrigo entrava o reconhecimento da sua existência, e, logo, das suas necessidades. Consequentemente, se inexistentes, os serviços não contemplam o seu acolhimento, restando poucas unidades de apoio de acesso directo, à excepção das pontuais estruturas sob a responsabilidade da Igreja. Os pedidos de asilo são também muito superiores em França e Reino Unido, pelo que este estatuto se pode tornar um recurso se houver um investimento nos serviços especificamente reservados a este grupo. Nas três cidades, existem sem-abrigo que vêem a presença de imigrantes como um elemento de competição. Foi ainda referido o exemplo do RMI e como, de acordo com as regras estabelecidas ao nível da assistência social de cada contexto nacional, ser jovem pode constituir um maior ou menor obstáculo.

Assim, aponta-se para uma harmonização geral do sistema de apoio em torno de situações consideradas prioritárias, mas os casos particulares ilustram que o design da assistência delimita o valor, como vantagem, ou desvantagem (ou “vantagem com limites”), das várias formas de capital dos indivíduos. Neste sentido, a composição dos grupos em situação de sem-abrigo reflecte a estruturação do sistema de apoio.

A título de síntese, a relação social à exclusão conforme tipificada por Paugam²⁸⁸ estabelece pontos de correspondência com as situações analisadas. De certa forma, o caso português, como exemplo de uma “pobreza integrada”, consagra a solidariedade familiar como forma de apoio primordial. Todavia no caso dos sem-abrigo, em que para além da pobreza se acumulam vários níveis de exclusão, é imprescindível apelar ao apoio social como forma de compensar as rupturas da rede de sustentabilidade familiar. Por outro lado, as vulnerabilidades de risco e a denominada categoria de “novos pobres” estão também presentes neste país aproximando-o de uma relação social tipificada como “pobreza desqualificante”.

²⁸⁸ Paugam, 1996

No contexto de dinâmicas de risco na modernidade, a preocupação com o aumento deste grupo é partilhada, bem como a necessidade de encontrar soluções de sustentabilidade para os sistemas de segurança social, quando as situações de dependência apresentam um movimento ascendente. As orientações tomadas no sentido de construir soluções nesta matéria parecem convergir para tendências de liberalização do sector social, nomeadamente ao nível das políticas de financiamento das ONG.

Nas três cidades, e ao nível das representações simbólicas acerca dos sem-abrigo, quer pelos técnicos sociais, quer pelos próprios, não deixam de se evidenciar as imagens do marginal desadaptado, ou mesmo aquele que voluntariamente vive do apoio social. Como referido, estes posicionamentos devem ser lidos no âmbito de uma carreira de assistido e das estratégias de adaptação e reconfiguração das identidades, e não como uma mera opção individual que levará a perpetuar divisões como “bons” e “maus” pobres.

Desta forma, o estatuto da pobreza ao nível macro reflecte-se nos níveis de estigmatização mais ou menos forte no plano micro. As relações sociais ilustradas pelos diversos ideais-tipo enunciados pelo autor estão presentes em relação aos sem-abrigo no seio de cada contexto nacional. Como Paugam afirma, e seguindo a metodologia de Max Weber, as situações tipo não são sinónimo de sociedades concretas, e a construção da exclusão social é um processo inacabado e os laços sociais dinâmicos devem ser apreendidos com precaução.

IX.II. Diálogos de Homelessness: Agentes de Apoio Social e os Sem-Abrigo

Propõe-se uma resposta global às seguintes questões que guiaram a análise efectuada:

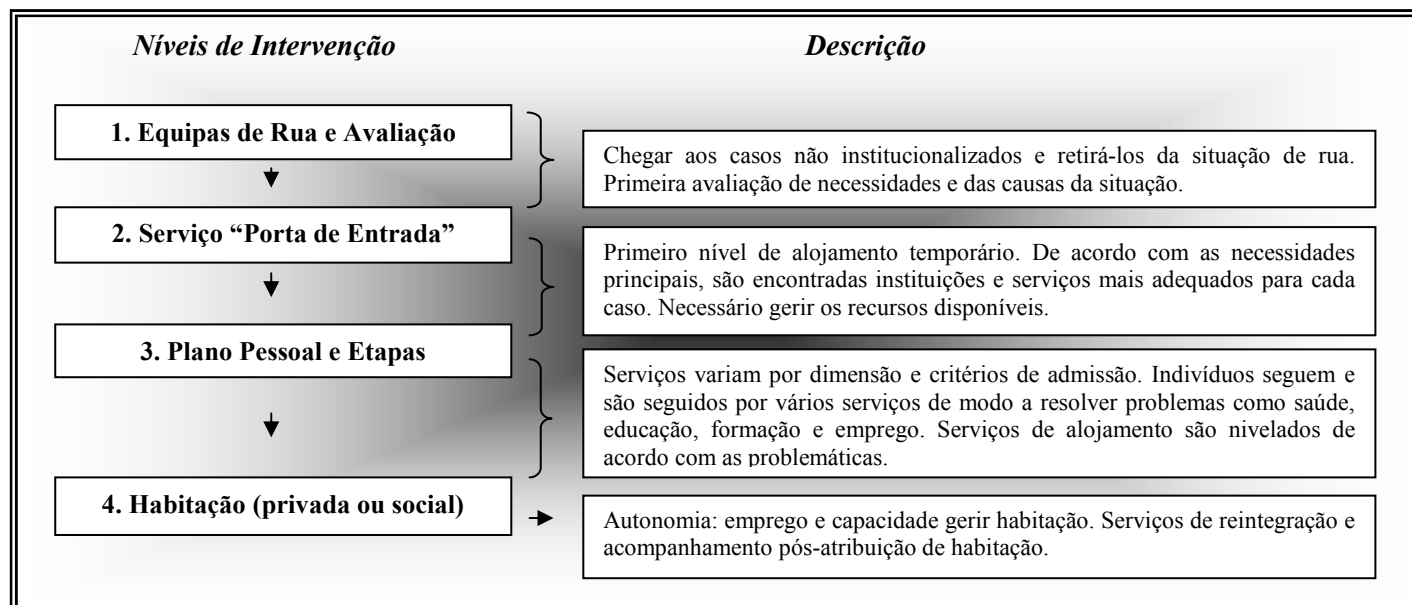
Os discursos dos agentes de apoio social e dos sem-abrigo, estão em congruência, ou discordância, quanto:

- C1) À relevância das dinâmicas de risco na modernidade para a explicação do fenómeno?
- C2) Ao design e filosofia dos serviços de apoio social no terreno?
- C3) À imagem social dos sem-abrigo?
- C4) À imagem social dos técnicos de apoio social no terreno?
- C5) Sugestões para o desenvolvimento dos serviços de apoio?

IX.II.I. Modelo Partilhado de Intervenção no Terreno: Avaliação e Constrangimentos

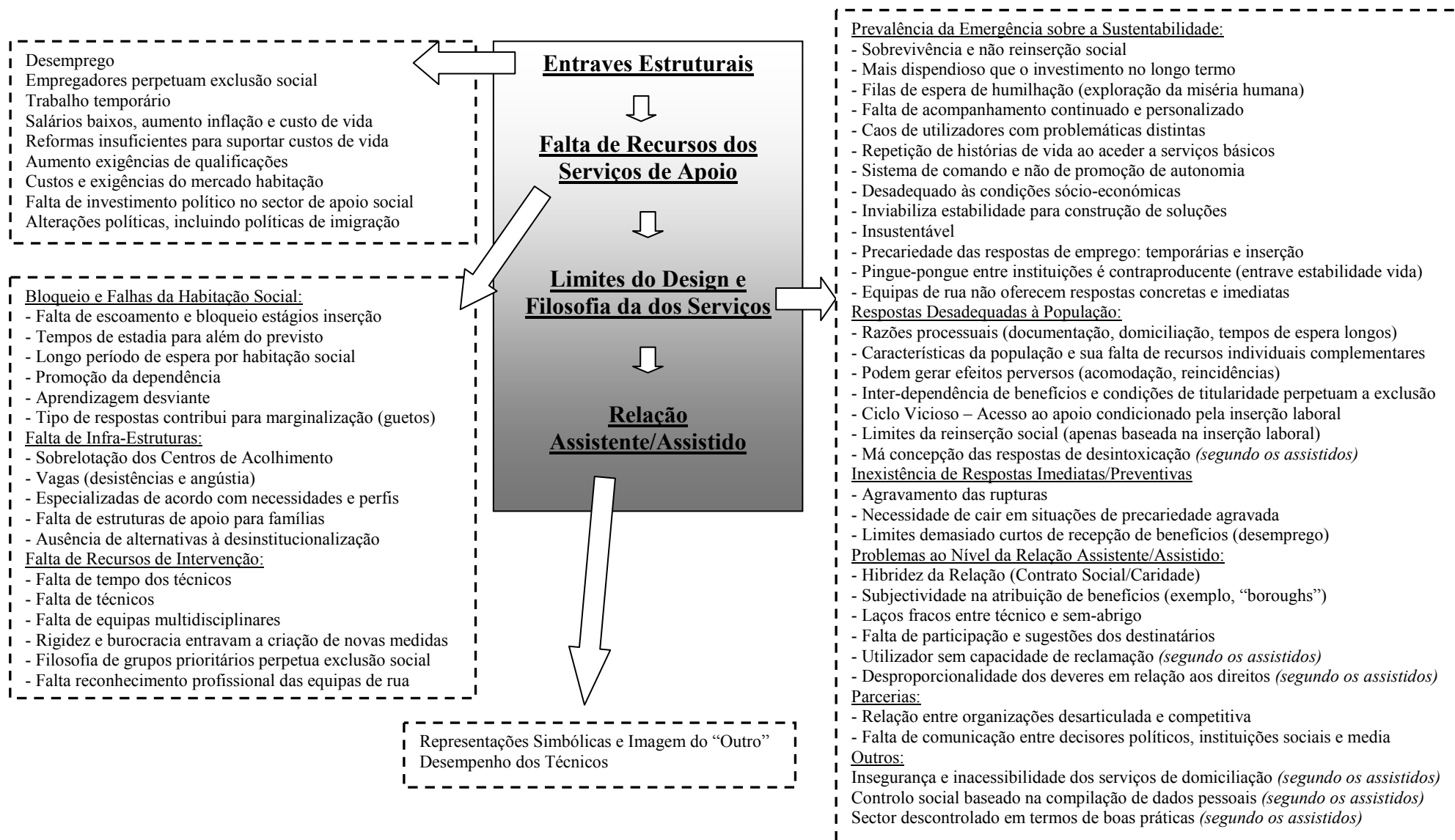
Os vários princípios estruturantes das formas de apoio seguidas pelas várias instituições inserem-se num modelo de intervenção no terreno comum, nomeadamente para as situações de rua:

Fig. 6. Modelo Base dos Serviços Sociais Dirigidos aos Sem-Abrigo



O modelo elaborado resulta de uma redução das especificidades de cada sistema de apoio nacional àquelas que são as linhas de actuação básicas e partilhadas para a mobilização de respostas para os casos encontrados nas ruas, até ao nível de habitação social. A via institucional começa com a identificação dos indivíduos em situação de rua pelas equipas, seguindo-se uma avaliação da situação e levantamento de necessidades, e seu posterior encaminhamento para estruturas de mais longo termo. Para superar os vários níveis os indivíduos terão, de igual forma, ultrapassar vários desafios, como as dependências, inserção em cursos de formação profissional e emprego, para que se autonomizem do apoio social. Este modelo insere-se num contexto mais abrangente que inclui os entraves estruturais existentes. Passando à avaliação conjunta dos principais constrangimentos do sistema de apoio dirigido aos sem-abrigo, segundo estes e os agentes de apoio social:

Fig. 7. Constrangimentos do Sistema de Apoio segundo os Agentes de Apoio Social e Sem-Abrigo



Detalhando os vários níveis de constrangimento identificados:

Os **Entraves Estruturais** são atribuídos quer às causas da situação de sem-abrigo, reincidências e permanência na situação por períodos longos, quer aos constrangimentos experienciados pelo sector de serviços de provisão, nomeadamente pela falta de recursos e viabilidade dos planos de reinserção. De certa forma, é esperado que este sector resolva questões, e desigualdades, que estão presentes ao nível da própria estrutura social e dinâmicas de emprego, habitação e exclusão social.

Na sua generalidade, as percepções dos agentes de apoio social e sem-abrigo são partilhadas quanto à existência de vulnerabilidades sociais, que colocam determinados indivíduos em situação de particular fragilidade. No entanto, as causas e percursos são analisados pelos primeiros separando causas individuais e estruturais. Por um lado, o contexto económico leva a que grande parte dos utentes em respostas de reinserção social aí permaneça muito para além do tempo idealizado. Por outro, os sem-abrigo possuem características que os distinguem da restante população. Para estes, apenas alguns indivíduos contribuem para a sua situação (“os desistentes”). Os sem-abrigo consideram que lhes é exigido serem uma reserva de mão-de-obra (*camaleão do trabalho*).

As permanentes alterações em função das mudanças políticas tornam difícil seguir o processo, particularmente para os utilizadores que desconhecem os seus direitos e como obtê-los. A este respeito, o dualismo entre conservadores e trabalhistas é particularmente referido no caso do Reino Unido, ao passo que em França e Portugal tendem a ser apontadas críticas a nomes concretos de Ministros.

Em suma, esta primeira dimensão estabelece um primeiro ponto de responsabilização pelos constrangimentos encontrados no sector de apoio social: as dificuldades estruturais, essencialmente no domínio do emprego e habitação; a falta de investimento público que se reflecte na falta de recursos e incapacidade de resposta do sector de apoio social; ausência de uma política de habitação definida e oscilações entre a repressão e tolerância nas políticas de imigração.

A **Falta de Recursos dos Serviços de Apoio** afecta várias áreas. Um primeiro aspecto fulcral é a falta de habitação social que condensa toda a eficácia e “turnover” do sistema. O apoio social está bloqueado. Em segundo lugar, as condições oferecidas em termos de alojamento são insuficientes e não disponibilizam serviços especializados por tipos de população, quer do ponto de vista sociodemográfico, quer a respeito das suas problemáticas. A criação de respostas indiferenciadas é negativa quer para os interlocutores, quer para os utilizadores, particularmente para aqueles que se consideram distantes do estatuto de sem-abrigo de longa

duração (“*eu sou sdf, não sou clochard*”). A ineficácia do sistema estigmatiza e desmotiva. A falta de recursos repercute-se também nas condições de trabalho e nas formas de actuação dos técnicos.

Na sua globalidade, ao mesmo tempo que existe toda uma variedade de serviços (alojamento, comida, roupa, duches), a sua qualidade, acessibilidade e disponibilidade não permite dar resposta à totalidade da população em necessidade. Há uma carência geral ao nível da articulação entre as várias instituições sendo fundamental que se venham a superar lógicas de intervenção individualizadas em prol do trabalho para o bem comum.

Os sem-abrigo sintetizam o seu desagrado acerca da relação entre falta de financiamento do sector social e desempenho das instituições como uma perda do “espírito social”, já que estas têm deixado de ter capacidade e vontade de lutar por causas sociais, cobrando serviços (exemplo, refeições) para os quais são financiadas, quer pelo governo, quer por patrocinadores. Trata-se de um “*circo*”, “*negócio*”.

Tal remete para a análise dos **Limites do Design e Filosofia dos Serviços**, uma vez que para além dos constrangimentos ao nível dos recursos do sector social, a sua actuação é em si considerada desadequada por variadíssimos factores.

No seu conjunto, verifica-se que as opiniões de técnicos e sem-abrigo são coincidentes em vários aspectos. No entanto, salientam-se também algumas diferenças, incluindo a respeito do mesmo aspecto criticado. Por exemplo, a desadequação das respostas é pelos primeiros atribuída a características da população sem-abrigo, ao passo que os últimos salientam a falta de participação que possuem. Em comum, há a salientar a rejeição da filosofia da emergência social e sazonalidade (Inverno) de determinadas formas de apoio. Para ambos, o desinvestimento em estruturas de longo termo é mais dispendioso, logo as condições sócio-económicas não poderão servir para justificar esta opção. Há a falta generalizada de respostas imediatas e preventivas.

Apesar da falta de estruturas especializadas por grupos-alvo têm, contudo, sido feitos progressos neste domínio, como para as mulheres, toxicodependência, famílias, imigrantes, etc. No entanto, os homens isolados, com ou sem problemas de toxicodependência, acabam por ter de se socorrer das repostas de emergência, uma vez que não constituem um grupo prioritário de acesso ao apoio, por não serem considerados vulneráveis. Nestes casos, a porta de entrada no sistema de apoio social é habitualmente o alojamento de emergência de saída matinal compulsória, condenando os utilizadores à instabilidade e falta de privacidade.

Para os assistidos, a noção de laboralmente dispensável é agravada pelo bloqueio do sistema de apoio: “dar tudo para nada”. Os passos a seguir implicam deslocações contínuas e

obtenção de comprovativos e documentos, sem nunca se ter garantias de acesso a uma habitação ou emprego. Tal representa angústia e perda de motivação até à desistência e institucionalização da situação de sem-abrigo. A impossibilidade de construir opções de vida sustentáveis refere aspectos como: fazer andar de uma instituição para outra para satisfazer as várias necessidades, os horários de entrada e saída em simultâneo com o ter de carregar os bens pessoais, não ter acesso a conta bancária, habitação, impossibilidade de procurar emprego nestas condições, estando-se num ciclo condenado. Mesmo as respostas de alojamento com duração prevista de permanência mais longa carecem de fornecer um espaço privado em que se possa ter intimidade e conforto – abordagem de disponibilizar mas não que se sintam bem (de acordo com ambos os interlocutores).

Algumas instituições têm procurado incluir os beneficiários no design das respostas que oferecem, ou seja, em desenvolver uma abordagem mais participativa e de empowerment. No entanto, nem todas revelaram interesse, ou possuir os recursos para prosseguir tais objectivos. Habitualmente os espaços de participação são sinónimos de grupos de discussão sem que tenham necessariamente implicações práticas.

A cooperação entre as instituições representa uma mais-valia, mas são vários os entraves que se colocam na prática. A articulação entre o campo da saúde e social tem ainda muitas lacunas, ao nível da clarificação de responsabilidades de actuação e falta de respostas integradas. A falta de eficiência do sistema leva à necessidade de estabelecer relações informais para encontrar soluções de forma menos morosa.

Há também uma carência de respostas de tempo indefinido, ou até mesmo permanente, para os indivíduos sem integração profissional possível. Sendo o trabalho a via de inserção basilar, coloca-se ao Estado uma questão ética e política essencial, que é o reconhecimento de que a sociedade não tem capacidade para incluir estes indivíduos, e conseqüentemente estes serão indefinidamente cidadãos dependentes.

O caso da Inglaterra exige a enumeração de factores específicos: ausência de alternativas à local connection; regras de atribuição de habitação social variam de um “borough” a outro; desperdício do “housing benefit” uma vez que são as “hostels” que aproveitam as comparticipações directamente pagas pelo governo; exclusão dos homens isolados, com mais de vinte e cinco anos, sem problemas de saúde mental ou legais, levando ao paradoxo de ser necessário estar numa situação de ainda maior vulnerabilidade para eventualmente ter acesso a apoio. A respeito deste último aspecto, uma queda que leve a um traumatismo físico, ou o uso de drogas, pode funcionar como critério de prioridade para que os indivíduos possam ser considerados vulneráveis, e assim obterem um acesso mais facilitado a habitação temporária

apoiada pelo Estado. Tal, não deixa de depender das avaliações de cada técnico em particular e dos “boroughs” a que pertencem.

Apesar dos constrangimentos apontados, os utilizadores dos serviços referiram alguns aspectos positivos, como a assistência mínima gratuita (alojamento, alimentação e saúde) e a valorização da formação profissional recebida, incluindo aprender a ler e escrever, nomeadamente no caso dos utilizadores de centros de maior duração.

Também se constata haver avaliações neutras, ou “politicamente correctas”, semelhantes a “mostly is good and bad things to everything and is difficult to attain everybody’s needs because for a 1000 people you have 1000 different reasons why those people are on the streets.” (Londres, N°8, Rua). Dito de outra forma, apesar das críticas, são reconhecidos entraves estruturais que afectam as possibilidades de desenvolvimento do sector, havendo alguma solidariedade para com os técnicos. Para os sem-abrigo, o sistema de apoio tem de lidar com muitos casos distintos, vários idiomas, a par dos indivíduos que se resignaram à situação de sem-abrigo. É necessário gerir o aumento de sem-abrigo devido a factores estruturais, como a imigração e o desemprego, que dificultam a capacidade de intervenção.

É essencial tomar em consideração a relação entre usos dos serviços de apoio e os recursos dos indivíduos. A título de exemplo, as pensões (hostels em Londres) são utilizadas quer de forma socialmente apoiada, quer através de recursos individuais. Por conseguinte, um indivíduo que esteja a dormir numa pensão pode percepcionar-se como sem-abrigo (sem emprego, sem capacidade de suportar outro tipo de habitação, dependendo do apoio social que paga a sua estadia), bem como desempregado transitório (à procura de emprego mas ainda com capacidade de a pagar por si). Assim, depende da inter-relação entre situação individual e tipo de alojamento utilizado.

No domínio da **Interação entre Assistente e Assistido** entram em cena as representações acerca do “outro” e intra-categorias. Estas podem colocar em causa a viabilidade das formas de apoio existentes, assim como salientam processos simbólicos de distinção identitária, que se passam seguidamente a considerar em mais detalhe.

IX.II.II. Interações de Risco?²⁸⁹

Parte dos sem-abrigo em situação de rua e centros entrevistados, em termos da sua tipificação de acordo com os dois eixos fundamentais de inclusão considerados – laços sociais e valor no

²⁸⁹ A este respeito recomenda-se o filme “Welfare”, Frederick Wiseman, 1975, 167’, EUA, que se dedica a documentar as relações entre técnicos sociais e beneficiários, nos EUA.

mercado de trabalho – segundo Paugam²⁹⁰, representam beneficiários do Tipo 3. Estes viveram a experiência de uma queda e encontram-se numa situação de isolamento e exclusão profundos. Todavia, entre os assistidos (Tipo 2), em que há um afastamento do mercado de trabalho compensado por laços sociais, encontram-se também jovens e famílias em situação de sem-abrigo. De certo modo, os assistidos não integrados apresentam uma inserção relativa superior aos excluídos (Castel), uma vez que os últimos se encontram numa fase de marginalidade em relação à carreira de apoiado (Paugam). Os assistidos estão na situação de vulneráveis no sentido em que possuem uma integração e inserção mínimas (Queloz).

Para Paugam, tendo-se verificado a possível aplicação da sua tipologia aos contextos analisados, o posicionamento dos beneficiários em relação ao apoio social é visto como uma carreira, salientando-se como exemplo os “pobres com vergonha”, numa primeira fase de fragilidade e perda de auto-confiança, que se exterioriza num distanciamento em relação aos serviços. Distância esta que se verifica também numa fase mais extrema de ruptura ou marginalidade. A assistência ou dependência, como fase intermédia, está presente nas noções de haver “técnicos simpáticos”, “reivindicar apoio a que se tem direito”, etc. Nesta etapa, os sujeitos desistiram, ou perderam a motivação, de ingressar no mercado de trabalho, eclodindo por vezes conflitos com os técnicos, para quem o trabalho não deixa de ser a via de inserção primordial. Os assistidos insatisfeitos reclamam apoio e os técnicos afirmam não ser possível ir mais longe. Neste contexto, os técnicos surgem retratados negativamente, como os testemunhos recolhidos corroboram.

Messu realça, a par de categorias de assistido, as estratégias que os mesmos desenvolvem. O “envergonhado” *sujeita-se*, no sentido de uma atitude de reserva ou recusa passiva, já que contactar as instituições sociais lhe vem reforçar o sentimento de humilhação e falta de auto-estima, podendo haver lugar, quer a relações de conflito e ruptura, quer de carácter afectivo, com os assistentes sociais. Foram encontrados entre os entrevistados exemplos que se enquadram neste caso, nomeadamente aqueles para quem a situação actual é um episódio transitório e são recém-beneficiários. De certa forma, os beneficiários mais recentes são também os que mais acreditam que irão sair da situação a curto prazo. Por seu turno, outros salientam uma posição de ambivalência, ou de conflito de valores, em que, por um lado, se sentem obrigados a evidenciar as suas vulnerabilidades pois necessitam de apoio, mas, por outro, requerem da parte do apoio respostas efectivas para sair da situação actual. Para o autor, estes tendem mais tarde a juntar-se à categoria dos dependentes, que afirmam que têm

²⁹⁰ Soulet, 2000

direito e estrategicamente tentam manter a sua dependência. Nestes casos, os indivíduos (como os entrevistados o comprovaram) salientam o seu empreendedorismo no âmbito da necessidade de dominar o sistema de apoio social e visitando os “técnicos simpáticos”.

Nesta investigação, foram várias as categorias de sem-abrigo apontadas pelos mesmos: os “excluídos da habitação” e “acidentais”, na sequência das dinâmicas de vulnerabilidade social das sociedades ocidentais actuais; os “isolados e perpetuamente excluídos” e os “‘clochards’ e doentes mentais” num nível de não socialização total; e, os que “vivem da assistência social”, como um modo de vida, em parte apreendido ao longo de gerações familiares.

Uma vez que os vários indivíduos apresentaram a sua relação com os serviços de apoio ao longo das suas trajectórias de vida, encontra-se, para cada caso singular, semelhanças com cada uma das categorias e estratégias identificadas pelos autores. Dito de outra forma, as fases do processo de apoio, desde a elaboração do projecto terapêutico, colocar em acção e abandono, conforme enunciadas por Declerck, aplicam-se também aos casos de desmotivação com os serviços e técnicos encontrados entre os entrevistados. Por conseguinte, considerou-se relevante, ao invés da delimitação de fases, apontar as representações acerca do “outro”, quer “inter”, quer “intra”, agentes de apoio social, e sem-abrigo, que condicionam a delimitação de estratégias diversificadas:

Quadro 13. Imagens “Inter” e “Intra” Categorias dos Técnicos e Sem-Abrigo

<i>Actor</i> <i>Alvo</i>	Técnicos	Sem-Abrigo
Técnicos	<p>(Alguns) Falta de profissionalismo, competência e ética Incapacidade de diagnosticar em áreas de saúde Falta de formação das equipas de rua</p>	Falta de preparação técnica, competências e profissionalismo Falta de objectividade (compadrios; avaliações subjectivas) Falta de tempo (“linha de produção”; “olhar o relógio”) Falta de educação, simpatia e empatia (“humilham”) Falta de métodos de trabalho (repetição de interrogatórios) Falta de propostas concretas e efectivas Falta de adaptação às necessidades de cada caso concreto Maus gestores de conflitos
Sem-Abrigo	A sua mobilidade prejudica eficiência Falta de recursos complementares: - Individuais (qualificações) - Familiares Dependências Problemas Mentais Falta de competências sociais (disciplina)	<p>(Alguns) Falta de higiene extrema, sem responsabilidade, mal-educados e abusivos, com toda a espécie de bloqueios, desmotivados, incapazes de procurar apoio, problemas mentais e dependências</p> <p>(Dicotomias) Os instalados no apoio/ Os que se querem autonomizar É confortável viver da assistência/ A assistência é uma humilhação Os “combatentes”/ Os “desistentes”</p>

Torna-se visível que para os sem-abrigo, não olvidando o reconhecimento do impacto das condições estruturais, os técnicos são parte do sistema. É em parte nesta identificação que surge um dos pilares da natureza conflitual da relação entre ambos. Por exemplo, são “eles” que fazem uma série de perguntas pessoais para apenas dar uma cama e uma sandes; que humilham fazendo esperar em filas para receber uma refeição; que fazem andar de uma

instituição a outra como se de um pingue-pongue se tratasse; que comandam; que atribuem benefícios injustamente a casos “menos necessitados”, etc. De uma forma geral, encontrar “um sensível é uma questão de sorte”. Para os sem-abrigo, os técnicos acreditam já tudo ter visto, não crendo na sua vontade de transformação, e daí que sejam apontadas mais frequentemente críticas aos serviços de apoio ao nível da reparação das situações - “em jovem, poderia ter outra forma de estar na vida, mas agora que me quero mudar, tal não é reconhecido.”

A estratégia para “ser aceite como beneficiário” passa necessariamente por saber ganhar a simpatia do técnico. Para tal, é fundamental saber “ser outra pessoa”, nomeadamente ser afirmativo apenas nas alturas certas, ouvir sem colocar questões, colocar-se no papel da vítima, fazer de humilde, e o sentido de humor e elogios ajudam. Caso contrário, as probabilidades de rejeição aumentam.

Em grande parte, os conflitos surgem, para os beneficiários, da incompreensão do funcionamento das regras de atribuição (subjectividade), a par da dificuldade em superar o estigma do estatuto de apoiado (“incapaz”), pelo que exigem que as práticas de apoio sejam avaliadas (boas práticas).

Por seu turno, os técnicos reconhecem a falta de preparação ao nível das equipas de rua, na área de intervenção da saúde, sendo essencial uma maior interdisciplinaridade e parcerias integradas, bem como o facto de haver alguns mal preparados, que, em casos pontuais, não seguem uma conduta ética. A título de ilustração, a falta de ética pode passar por omitir informações acerca da toxicod dependência de um indivíduo para o “despachar” mais facilmente para outro técnico. Assim, um mau desempenho de um técnico para além de “condenar” a imagem de toda a classe, pode levar a que um indivíduo rejeite indefinidamente recorrer a algum serviço, e de pequenos incidentes podem advir grandes catástrofes.

A imagem dos técnicos acerca dos sem-abrigo salienta os aspectos anteriormente referidos quanto às especificidades que atribuem, de um modo generalizado, à população sem-abrigo, e a forma como, em parte, as mesmas justificam a falta de eficácia dos planos de inserção. Estes atributos (exemplo, falta de disciplina) residem tanto nas causas da situação de sem-abrigo, como nas consequências das condições de vida, particularmente nos casos de rua.

Coexistem, da parte dos técnicos, duas filosofias distintas: a de envolver activamente o beneficiário e respeitar os seus ritmos e tempos de acordo com a sua situação (exemplo, impor prazos para uma desintoxicação é irrealista); e, no pólo oposto, estão abordagens que sublinham a assistência como uma caridade, ou seja, os utentes não têm de porquê reclamar, e

se falham a seguinte oportunidade está sujeita a avaliação. Para os utilizadores, a segunda postura é mais criticável, gerando conflitos entre ambos.

È imperioso incrementar a cooperação entre agentes de apoio social e sem-abrigo através de dispositivos de comunicação e participação, para que os problemas de interação possam ser progressivamente melhorados.

IX.II.III. Sugestões para o Desenvolvimento dos Serviços de Apoio

A título de exemplo de sugestões para o desenvolvimento dos serviços de apoio, referem-se alguns dos testemunhos dos sem-abrigo, numa tentativa de abordagem de tipo participativo:

- Alternativa de blocos habitacionais mobilados:

“Uma espécie de condomínio. Havia um acordo com uma empresa de móveis, por exemplo, a Moviflor. A pessoa ia pagando aquela casa. Teria de ter cozinha.” (Lisboa, N°12, Centro Graça).

- Acompanhamento personalizado e de acordo com as necessidades concretas:

« ... c'est essayer de personnaliser les dossiers de chaque personne. Chaque être humain, chaque sdf est un cas particulier, et un cas qui est particulier va avoir des problèmes différents et donc il faut personnaliser...les besoins.» (Paris, N°1, Rua).

“Ce qui pourrait être fait c'est de me suivre, de discuter avec moi, de prendre le temps de voir ce qui va, ce qui ne va pas et de me donner un toit pour dormir toutes les nuits. » (Paris, N°10, CHU).

- Serviços especializados para os jovens:

« Ces jeunes-là par exemple, il faut les prendre au cas par cas, étudier leur cas, voir leur capacité, essayer de les orienter à partir de leurs capacités, c'est-à-dire qu'un jeune, s'il est doué en mécanique, on essaie de lui trouver quelque chose en mécanique, c'est comme ça qu'il faut faire. ... si on le laisse pousser tordu, il sera tordu. Et si on lui donne un coup de main pour pousser droit, il sera droit. C'est ça les jeunes, il leur faut une structure spéciale, c'est pas ici... . Il y a des jeunes de 19/25 ans, ils sortent à midi, 2 heures l'après-midi, ils vont voler des trucs, des conneries comme ça, ils se retrouvent en prison, c'est comme ça. » (Paris, N°2, Rua).

« Et puis il y a une nouvelle catégorie que j'ai vu aussi, ce sont des jeunes qui commencent à venir. ... Il y a des jeunes qui sont suivis, on nous dit « oui, oui, ils vont à l'école », mais est-ce qu'un enfant qui va à l'école devrait vivre ici? Dans quelles conditions ? Un enfant qui va en formation qui a moins de 20 ans, qu'est-ce qu'il fait ici? C'est pas approprié pour lui ici. Alors vous allez envoyer un clochard à 3h dans sa chambre, vous l'avez ramassé sur la route. Il fait comment pour aller à l'école puisqu'il n'a pas dormi toute la nuit ? » (Paris, N°5, CHU).

- Acessibilidade e divulgação de informação acerca dos services disponíveis: “they should have more information like that for people, because I was so surprised that most people who are homeless that have been here longer that don't know centres, and wanted to have showers and so on.” (Londres, N°12, Hostel).

- Serviços diferenciando situações específicas de sem-abrigo: “I am not in favour of segregation but I think that one solution would be to have separate times for certain groups of people. For example, the people who really are sleeping rough should be able to get in first – get their washing done, their showers and things like that – as it happens now they only allow 4 people to do laundry each day.. which means you have to

be the first 4 in the queue outside to make sure you get your laundry done.. There are people queuing up at 6 o'clock just to make sure that they are in the first 4, so I think it's wrong!" (Londres, N°8, Rua).

- Não impor o apoio e mais serviços disponíveis: "Perhaps it could be a good idea, not to force a person to a shelter, but to give the person a card with a contact. Sometimes a person doesn't want any help.. but later perhaps he finds that card, or just says to himself why not to go speak with someone"... So keep some contact with the person and be reachable for that person." (Londres, N°9, Rua).

Sintetizando os aspectos a melhorar, bem como os já existentes e a promover, na provisão de serviços de apoio à população sem-abrigo, referidos por ambos os níveis de entrevistados:

Quadro 14. Sugestões para o Desenvolvimento dos Serviços de Apoio Segundo Técnicos e Sem-Abrigo

Sugestões	De acordo com os Técnicos	De acordo com os Sem-abrigo
Recursos	(Para Ambos)	
	<ul style="list-style-type: none"> - Habitação social disponível para garantir a eficácia do sistema - Humanos, financeiros e de tempo, incluindo equipas multidisciplinares - Quebrar o bloqueio da inter-dependência de benefícios 	
Respostas	(Para Ambos)	
	<ul style="list-style-type: none"> - Estruturas que integrem diversas respostas (saúde, emprego), independentemente do nível de reinserção - Especializadas por segmentos da população - características sociodemográficas e necessidades 	
	<ul style="list-style-type: none"> - Flexíveis e soluções para os casos sem inserção profissional - De prevenção e imediatas 	<ul style="list-style-type: none"> - Blocos habitacionais já mobilados - Serviços especializados para os jovens - Serviços e técnicos que se deslocam até à população - Estruturas habitacionais de pequena dimensão onde haja tempo para acompanhamento
Intervenção	(Para Ambos)	
	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento personalizado dos planos de inserção de acordo com as necessidades concretas - Acompanhamento psicossocial continuado pós-atribuição de habitação - Investir na participação e empowerment dos utilizadores 	
	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de actividades (ex. ocupacionais) para evitar isolamento - Flexibilização das regras para não excluir os casos "mais difíceis" - Dar direito a recaídas e fracassos 	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação de informação chegando aos recém-chegados - Serviços diferenciando situações específicas de sem-abrigo - Não imposição do apoio - Trabalhar a motivação dos utentes - Avaliação do trabalho dos técnicos sociais e guias de boas práticas para que o sector seja regulado
Parcerias	(Para Ambos)	
	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a comunicação entre técnicos, investigadores, sem-abrigo, mass media, poderes políticos 	
	<ul style="list-style-type: none"> - Grupos técnicos ou redes de trabalho - Cooperação profissional entre os técnicos - Articulação social/saúde (ex. estruturas intermédias) 	
A Promover...	(Para Ambos)	
	<ul style="list-style-type: none"> - Actividades que promovam o debate entre os utilizadores (especialmente os jovens) acerca de temas como a droga e o álcool - Apoio prestado pelas equipas de rua ao trabalho técnico (Lisboa) - Equipamento em centros de dia que permite ocupar o tempo e desenvolver competências (Londres) - Actividades que fomentam a participação dos utilizadores no design dos serviços (Paris e Londres) - A deslocação de técnicos sociais e médicos a centros de acolhimento (Paris) - Respostas articuladas de saúde e social (residências terapêuticas) (Paris) 	

De acordo com as sugestões dos sem-abrigo, um dos pontos que parece ser essencial avaliar e gerir é a margem de intervenção pessoal, ou subjectiva, dos técnicos que actuam directamente

no terreno. Contudo, é esta flexibilidade que pode contribuir para encontrar soluções para além das institucionalmente previstas. Neste sentido, é essencial conciliar flexibilidade e transparência das avaliações do direito a apoio. A preparação dos técnicos ao nível de métodos de trabalho e currículos torna-se fundamental.

Num contexto de filosofia de “handicapologie”, uma das vias de empowerment dos assistidos será incorporar os conceitos de resistência e capacidades, ao nível da negociação do plano pessoal de inserção, para que possa ser abandonada a perspectiva patológica. Por outras palavras, enaltecer as capacidades, ao invés das incapacidades, ou as potencialidades ao invés dos problemas, para que os indivíduos possam participar activamente no delineamento do seu próprio projecto de vida. De acordo com os sem-abrigo, um indivíduo desmotivado não deve ser rejeitado, mas antes incentivado.

Dito de outro modo, que seja compreendido o contexto social, os inputs dos indivíduos e os seus outputs sociais. Poderão ser encontradas potencialidades no contexto social de cada indivíduo, nomeadamente investindo em acções ao nível preventivo e trabalhando em conjunto com redes sociais de apoio como a família, mediadores, comunidade, figuras de referência. As metas alcançadas poderão ser vistas como incentivos para que objectivos seguintes sejam atingidos, não se centrando a postura nos fracassos pessoais.

Deste modo, parece ser imprescindível superar a noção de exclusão como puramente negativa²⁹¹ daqueles aos quais é aplicada. Tal, constitui uma representação mutiladora que nega as expectativas reais das pessoas e a sua capacidade de existir como sujeito. No melhor dos casos, fala-se de incluir ou voltar a incluir, sem tomar em consideração a especificidade da experiência vivida dos “excluídos”, as suas esperanças, o seu desejo de serem reconhecidos pelo que são, e não unicamente pelo que não são.

Salienta-se também a necessidade de respostas preventivas e imediatas para que se evitem rupturas e a acumulação dos seus efeitos. Um outro factor importante é que os apoios com duração limitada não se compadecem com as dificuldades estruturais.

De acordo com a análise das trajectórias dos entrevistados, revela-se essencial trabalhar, de forma negociada e participativa, os vários tipos de capitais que se entrecruzam. A este respeito, constituem exemplos de boas práticas os programas que se têm vindo a desenvolver segundo esta abordagem ajudando a: encontrar aquilo que se procura alcançar conjuntamente com a população assistida; definir acções que estabeleçam objectivos concretos em várias esferas sociais (emprego, habitação, etc.) e a seleccionar os instrumentos de trabalho

²⁹¹ Soulet, 2000

adequados às acções planeadas. Outras medidas trabalham ainda a perspectiva de “clustered” services trabalhando em simultâneo as várias necessidades. O trabalho de rede e a cooperação entre instituições e técnicos é um meio essencial para que estes objectivos possam ser atingidos.

Refere-se, ainda, como exemplo de boa prática o caso holandês do “8-Step-Model”²⁹² em que constituem domínios essenciais de intervenção: as finanças, habitação, comportamento social, condição mental, condição física, motivação, competências práticas e actividades quotidianas. Estas oito esferas são colaborativamente definidas para os vários domínios de necessidades, entre estes, emprego, habitação, saúde. Visa-se, acima de tudo, a sustentabilidade do plano de reinserção.

IX.III. Discursos de Risco de Homelessness

D1) Articulação dos discursos de risco ao nível macro e micro

D2) Modos de aplicação do conceito de risco às práticas de apoio social

A aplicação de uma abordagem de risco aos problemas sociais, neste caso homelessness, alerta o investigador para a necessidade de contemplar os vários usos atribuídos ao conceito, ou seja, os discursos dos vários agentes sociais. Verifica-se que o conceito é aplicado em vários sentidos, desde a caracterização das dinâmicas de desenvolvimento actuais e a vulnerabilidade de determinadas populações em particular, no âmbito da construção de políticas preventivas até à monitorização dos grupos alvo. Apesar de ser possível delimitar uma base comum de entendimento acerca das dinâmicas da modernidade e os factores de risco de homelessness, existem algumas diferenças quanto à sua conceptualização e aplicação ou entendimento prático. Por conseguinte, a natureza polissémica do conceito de risco abarca não só planos de discurso, mas, de igual modo, diversos entendimentos entre os vários agentes sociais no mesmo campo social.

As teorias de risco são mobilizadas fundamentalmente como um instrumento de interpretação das dinâmicas da modernidade com possível correspondência ao domínio de homelessness: delimitar grupos susceptíveis às crises, análise das redes de segurança, dinâmicas globais, racionalização das condutas individuais, mecanismo de atribuição de responsabilidades, individualismo, construção cultural, projecto moral etc.

²⁹² A investigadora encontra-se envolvida num projecto europeu que visa testar a adequação do presente modelo a outros contextos nacionais, nomeadamente o Reino Unido, República Checa e Portugal. (http://www.8-fasenmodel.nl/106215/def/home/methoden/8fasenmodel/english_information/)

As ciências sociais operam através da identificação de factores de risco de homelessness: delimitar os grupos que, no mesmo contexto partilhado de risco, têm maiores probabilidades de se encontrar numa situação de sem-abrigo, através de um resumo sumário das várias condições de desfavorecimento encontradas, particularmente os capitais culturais (competências), económico (associado às condições familiares e de origem) e simbólico. Fornecem assim uma grelha generalista aplicável a praticamente qualquer situação que esteja numa situação de sem-abrigo visível. No entanto, não permitem salientar os processos sociais que medeiam os factores de vulnerabilidade e estar na situação de sem-abrigo. Por outras palavras, as dinâmicas de inter-relação indivíduo e trajetória de forma a filtrar os processos através dos quais as vulnerabilidades se convertem em rupturas. Este é o papel de estudos qualitativos focalizados que actualmente constituem uma prioridade no domínio da investigação social acerca deste fenómeno.

Os técnicos sociais utilizam em geral um discurso polarizado em causas estruturais e individuais, de onde se pode deduzir que são as últimas o factor diferenciador entre os sem-abrigo e a população geral. Neste sentido, as perspectivas dos técnicos são de certa forma compatíveis com o leque abstracto de factores de risco apontados pelas ciências sociais, no entanto, denotando alguma tendência para a necessidade de encontrar a par da causa, uma explicação, ou em última instância, a responsabilidade. Esta responsabilidade salienta uma visão do outro como diferente do resto da população, bem como sustenta a necessidade de seleccionar casos a apoiar no âmbito da escassez de recursos existente. De certo modo, pode constituir uma estratégia para lidar com a incapacidade de apoiar alguns indivíduos.

Tomando em maior detalhe, a análise das entrevistas realizadas aos agentes de apoio social é possível evidenciar que o conceito de risco assume dois significados primordiais no âmbito das práticas de terreno: elemento de diferenciação entre indivíduos para definir situações de prioridade de acesso a apoio; e para sintetizar as dinâmicas da modernidade que se situam ao nível das causas do fenómeno. Porém, a primeira vertente não segue uma estipulação objectiva de parâmetros avaliativos, constituindo uma valoração geral em termos de probabilidades de ocorrência de uma consequência adversa. A título de síntese, o conceito de risco surge aplicado no sentido de:

- Fazer um levantamento do perfil sociodemográfico dos indivíduos e tomá-lo como sinónimo de causas explicativas para a situação actual.
- Avaliar os eventos passados como sinónimo de causas para a situação actual e sem articulação ao contexto económico e social abrangente.

- Encontrar grupos prioritários num contexto de escassez de recursos sem uma contestação da política social que exclui indivíduos não vulneráveis mas sem-abrigo.
- Indicador, mais sensitivo que baseado em parâmetros concretos, para se justificar avaliações de passagem entre estágios de inserção, com a preocupação que só se avança quando se está preparado, ou terá um efeito negativo para o indivíduo e projecto.
- Criar um instrumento para gerir projecto, clientes e comunidade – exemplo do diagnóstico DUL, em que se procura seleccionar os casos que não venham destabilizar os outros clientes, nem o projecto, nem a comunidade onde se insere. Pode ser acrescentado um factor económico uma vez que será preferível que os utilizadores tenham um rendimento. É aconselhável que os indivíduos não possuam antecedentes criminais, nem comportamentos aditivos.

É fundamental, se seguida esta última perspectiva, que sejam criados serviços de apoio para os casos que então ofereçam risco, de modo a que o sistema de apoio não continue a perpetuar a exclusão social ao tomar preferência pelos “casos mais fáceis”. Por outro lado, a aplicação de uma lógica liberal aos serviços de apoio social, e a consequente concepção de cliente, poderá dar lugar a uma preocupação com a sua satisfação. Porém, é questionável se esta lógica permite de facto encontrar um equilíbrio entre a satisfação destes clientes, prossecução de um objectivo social e aceitação da comunidade.

- Salientar os impactos da sociedade de risco, nomeadamente ao nível do peso de factores como a precariedade de emprego, custos da habitação, isolamento social, etc., a par da incapacidade do sistema de segurança social para suster os momentos de crise.
- Construção de uma estratégia de prevenção: identificar momentos de crise (ruptura familiar) e questões cruciais chave antecedentes (não pagar a renda).

Esta é a abordagem dita necessária que, segundo os agentes de apoio social que a defendem, não há possibilidade de praticar por falta de recursos.

Os agentes de apoio social e os sem-abrigo estão de acordo ao afirmar que existem acções pontuais no sentido do controlo social, associadas à preocupação de os tornar invisíveis. As percepções dos segundos salientam como sujeitos sociais principais, os serviços camarários, a polícia, e a população geral, ou comunidades envolventes. Entre as categorias referidas, há os que são tolerantes, e os que o são menos, ou seja, são negadas generalizações.

Os sem-abrigo salientam uma série de razões explicativas para a sua situação que não deixam de constituir uma estratégia justificativa. Revelam uma predisposição para assumir a sua responsabilidade a montante da situação, mas a da ineficácia do sistema de apoio a jusante.

De uma forma geral, as percepções de risco de homelessness daqueles que a vivem actualmente está de acordo com os factores de risco salientados a partir da interpretação das tendências de evolução das sociedades ocidentais actuais: desemprego e estrutura do emprego, habitação, isolamento social, escassez dos benefícios sociais, falências económicas. Do mesmo modo, as suas trajectórias de vida têm correspondência com os factores de vulnerabilidade apontados pelos estudos de investigação social e organizações internacionais. Contudo, os depoimentos recolhidos salientam também as dinâmicas estabelecidas entre os factores de vulnerabilidade, circunstâncias estruturais e pessoais.

No que remete para a percepção individual do risco, esta passou pelo relato dos entrevistados acerca das suas trajectórias de vida. Como os testemunhos o salientam, realizar considerações acerca da racionalidade das opções tomadas e processos de tomada de decisão anteriores, é uma tarefa sociologicamente desadequada, nomeadamente quando se trata de uma população em extrema situação de precariedade social. Neste contexto, considera-se antes pertinente enunciar os factores condicionantes da percepção de risco individual, nos limites daquilo que foi possível apurar:

- **Informação:** é parte fulcral do processo de tomada de decisão. No entanto, contra todas as probabilidades e dados informativos, o indivíduo pode simplesmente optar por ignorá-la. Pode traduzir-se em “não ouvir conselhos”, “não querer saber”, etc. Arriscar um novo negócio ou mudança de vida, pode basear-se num mau cálculo e tudo correr mal daí para a frente. As decisões podem não parecer racionais mesmo para os próprios, especialmente os que afirmam não compreender os seus próprios actos (“não sei o que me passou pela cabeça”). As acções individuais não são sempre racionalmente calculadas e um indivíduo pode actuar de forma diferente àquilo que afirma defender (exemplo da toxicodependência).

- **Recursos:** à partida tendem a não existir. Podem passar por reunir um montante financeiro para mudar a vida profissional, ou para imigrar acreditando que essa quantia será suficiente até se encontrar uma fonte de rendimento no país de destino, mas verificar-se que as condições são mais difíceis do que o que se julgava, e os recursos esgotarem-se.

- **Contingência:** as acções dos vários actores sociais têm também consequências imprevisíveis sobre a vida de outros. Alguma coisa pode acontecer que leve a que o planificado para o futuro não funcione. O risco não tem pré-aviso: pode-se perder tudo de um dia para o outro. Um determinado dia pode-se fazer as malas e simplesmente partir. A vida é cheia de mistérios. “Inch Allah”: nós não somos mestres dos nossos destinos; será o que a vontade de Deus ditar.

Em resumo, e no âmbito dos limites apontados, as percepções dos indivíduos acerca das suas trajetórias de vida salientam factores que condicionam as decisões tomadas como: falta de opções, segurança e informação, rupturas insustentáveis, escassez de recursos, a carência tende a acumular-se, traumas e aspectos emotivos, entre outros. Consequentemente, tudo vai como que acontecendo às margens de conceitos como segurança e controlo. Os casos de dependências e doença mental agravam obviamente a capacidade de controlo, ou seja, a “heurística afectiva”, por exemplo dos toxicodependentes, é manipulada pela necessidade de droga.

Neste sentido, e agindo os indivíduos na lógica, como Bourdieu designa, do “aquilo que há a fazer”, as disposições sociais adquiridas condicionam, de acordo com Slovic, a “heurística afectiva” dos indivíduos. As suas decisões são condicionadas pela “qualidade afectiva” evocada por cada interpretação simbólica, que não deixam de estar condicionadas, em muitos casos, por situações de carência afectiva e fragilidade das relações familiares. O grupo pode ter um valor determinante para atenuar a responsabilização, ou seja, para que, nos casos de comportamentos de absentismo ou consumos, as acções tomadas possam ser atribuídas “às más companhias”. De acordo com Douglas, a educação assume um papel fundamental em relação à ignorância do risco, contudo, os indivíduos são, de um modo geral, fracos em termos de pensamento probabilístico, e a existência de informação não diminui necessariamente o risco.

Ao nível das condições de vida de rua, os sem-abrigo salientaram, de forma mais concreta, os riscos a que estão sujeitos e as estratégias necessárias para conseguir sobreviver, incluindo manter a motivação, a resistência física e mental.

PARTE V

Conclusões

X. DAS DIVERGÊNCIAS CONCEPTUAIS À CONVERGÊNCIA NAS PRÁTICAS

Resumo: É concluída a presente investigação sintetizando as ideias fundamentais e aprofundando a contextualização teórica dos principais resultados empíricos. O presente estudo comparativo debruçou-se sobre a identificação de dilemas partilhados no seio de sistemas de intervenção distintos, mas que, como se verificou, apresentam constrangimentos semelhantes, que alertam para a necessidade de apostar em respostas participativas, concertadas e harmonizadas aos níveis locais e europeu.

X.I. Delimitação e Análise do Conceito de ‘Homelessness’

A interpretação dos testemunhos dos agentes de apoio social permite complementar a análise teórica da construção e operacionalização do conceito de sem-abrigo.

Quer em Portugal, quer em França, não há uma definição legal de sem-abrigo. O que existe é um entendimento tácito, nomeadamente entre os investigadores sociais, do conceito de sem-abrigo como os que dormem nas ruas e centros, ou seja, em sentido restrito. A inexistência de uma classificação comum de centro de acolhimento para sem-abrigo tem como consequência a não inclusão em recensões de determinados casos, como as mulheres vítimas de violência doméstica (em centros específicos).

Nestes países, a definição não tem implicações directas ao nível de uma obrigação governamental em fornecer o acesso a habitação social. Por seu turno, o Reino Unido oferece uma definição legal de statutory homeless directamente associada ao direito à habitação social, e que exclui as situações que não respeitem as condições legais (vulnerabilidade, não intencionalidade, local connection). Os não statutory, como os rough sleepers (nas ruas) e os hidden (exemplo, em casa de amigos), pertencem a um universo distinto. Para estes, as ONG têm assumido um papel fundamental de divulgação.

Neste contexto, é considerado essencial clarificar os critérios de delimitação dos diversos universos de estudo e metodologias seguidas em cada investigação. Alargando a discussão às ONG, a construção de uma definição harmonizada é substituída pela delimitação de grupos alvo, ou clientes/utentes, sobre os quais incide a sua intervenção. A questão da objectividade pode ser resolvida, mas não a problemática da comparação de dados.

É destacado o impacto das definições ao nível da obtenção de dados quantitativos diferenciados, mas não necessariamente quanto ao design de políticas sociais. Por outras palavras, “quantos?” respeita também “para quem?” é necessário apoio respeitando as suas problemáticas específicas. Apesar de cientes de que os casos visíveis são os que tendem a ser apoiados, a construção de uma definição comum é suplantada pelas directrizes de actuação local, num contexto de recursos escassos. Por conseguinte, há uma delimitação de categorias de situações de precariedade habitacional, mas a escassez de recursos do sistema de apoio

leva a que as mesmas sejam operacionalmente supérfluas, e o apoio dirigido primordialmente aos vulneráveis (mulheres, idosos, crianças, etc.).

As objecções do Reino Unido em relação à França baseiam-se em contrariar a noção de emergência social, ao passo que têm uma falta de respostas de acomodação de acesso livre e directo. Por seu lado, França, que também critica o conceito de emergência, vem considerar uma forma de discriminação excluir determinados grupos do acesso a habitação social por não serem considerados statutory homeless. Contudo, também se encontra numa situação de escassez de recursos, em que os que acabam por ter acesso prioritário à habitação pertencem a grupos similares aos definidos legalmente como prioritários no Reino Unido. O mesmo se passa em Portugal. Em suma, face a uma falta de habitação social as diferenças de concepção dos vários sistemas tendem a aproximar-se.

No caso do Reino Unido, as estatísticas de utilizadores de centros de acolhimento temporário e de sem-abrigo nas ruas é individualizada, não equivalendo assim à definição em sentido restrito seguida nos dois outros países. Para chegar ao mesmo nível de resultados haveria que incluir também os dados disponíveis acerca de outro dos subgrupos dos “non-statutory”, os indivíduos em “temporary accommodation”. A este respeito coloca-se um constrangimento central que é as variações de entendimento de alojamento temporário (incluindo pensões e B&B subsidiados), a par do facto de indivíduos pertencentes a diferentes categorias de sem-abrigo partilharem este tipo de resposta de alojamento. Para mais, é fundamental analisar as metodologias de contagem das situações de rua (“rough sleepers”), sendo que é seguido um registo apenas dos casos “de facto a dormir” excluindo-se indícios, como alguém sentado no chão que não esteja adormecido. Um outro factor relevante é saber quem faz as contagens: ONG, polícia, etc.

Este aspecto leva-nos a considerar a existência de posições divergentes: apenas incluir casos apurados, ou, face a um universo que se sabe impossível de conhecer na totalidade, incluir situações baseadas em fortes indícios. Um motivo explicativo da decisão de inflacionar, ou não, as contagens é o financiamento público se baseia na afirmação da dimensão do problema (França, Portugal), ou nas ONG terem de demonstrar resultados efectivos (Reino Unido). No caso do país referido, o financiamento depende de uma demonstração de resultados, ou seja, que o número de sem-abrigo nas ruas diminua, e daí as pressões existentes nesse sentido. No entanto, a tendência de neo-liberalização das políticas sociais é um tema de debate actual e transversal aos vários Estados-membros.

A actual preocupação do Reino Unido é os imigrantes do leste da Europa que não têm acesso a qualquer forma de apoio. Dada a política de redução de sem-abrigo estipulada, há um

impasse quanto à inclusão destas novas situações, que virão obviamente aumentar os números. Há uma posição política prévia a ser tomada.

Nos três países, os utilizadores de um serviço não é sinónimo de sem-abrigo e a distinção nem sempre é realizada. Tal coloca entraves ao uso dos registos administrativos para trabalhos de análise comparativa. O facto dos sistemas de segurança social dos vários Estados-membros serem, por vezes, incompatíveis, e as dificuldades em levar os vários interlocutores locais a trabalhar em conjunto, são apontados como entraves adicionais à realização de análises globais.

Chegar aos “hidden homeless” é uma preocupação crescente. Há dois níveis essenciais de situações não conhecidas – os grupos de reconhecida existência mas excluídos das análises por constrangimentos operacionais (exemplo, mobilidade da população sem-abrigo nas ruas), e os grupos apontados como desconhecidos por incapacidade dos próprios instrumentos e metodologias de medida (exemplo, em casa de amigos e familiares).

No Reino Unido, a definição legal não vem eliminar a subjectividade. Testes, como a vulnerabilidade, deixam margens para avaliações não equitativas, logo, um indivíduo pode, ou não, ser considerado legalmente sem-abrigo consoante a autoridade local que avalia a sua situação. A habitação disponível para atribuição é um factor de influência para a capacidade de aceitar candidaturas. No contexto de uma política de redução de sem-abrigo, é afirmado que alguns casos considerados statutory não são incluídos nas estatísticas.

De certo modo, é mais fácil referir dados quantitativos do que de evolução qualitativa, já que o âmbito de actuação local dos vários agentes de apoio prejudica a sua capacidade de avaliar alterações gerais desse nível. Porém, há uma correspondência entre os factores que caracterizam a conjuntura (desemprego, precariedade do trabalho, aumento dos preços da habitação, aumento da inflação, salários baixos, etc.) e a presença de, nomeadamente, mais famílias, jovens à procura de emprego e indivíduos com qualificações superiores. Os idosos em situações de pobreza e isolamento constituem também uma preocupação. O segmento da população imigrante, e em França e Inglaterra a representação de pedidos de asilo é mais significativo que em Portugal, é mais condicionado por alterações políticas sucessivas.

Em Portugal existe um atraso significativo em termos da produção de dados e estudos nesta matéria. Esta lacuna torna-se uma vantagem relativa em termos de se seguir a definição de trabalho da FEANTSA. A definição europeia vem representar um alargamento da definição em sentido restrito ao incluir dimensões de habitação, como a social, a instabilidade e a insegurança. Para o Reino Unido, os casos classificados como “housing exclusion” são já

considerados “statutory homeless”. Por outro lado, as categorias de exclusão habitacional identificadas dependem das condições de alojamento de apoio oferecido em cada Estado-membro, e não da situação de exclusão habitacional em si. Por exemplo, uma hostel para sem-abrigo de curta estadia (categoria 3) é considerada como exclusão do domínio social, não se passando o mesmo com um centro para mulheres (categoria 4).

Para alguns investigadores, a construção de uma tipologia hierárquica de níveis de exclusão habitacional pode ser discriminatória contribuindo para que seja reconhecida apenas a gravidade do problema das situações mais extremas. Dito de outra forma, a construção de escalas de homelessness, com a assumpção de que os que ocupam o topo são os mais vulneráveis e em maior risco, pode ser enganador uma vez que se baseia no critério de maior visibilidade. É essencial tomar em consideração que existem diversos tipos de vulnerabilidade e de risco.

Ao nível europeu, são três as vertentes de investigação que devem ser desenvolvidas²⁹³: a) o desenvolvimento de linhas de pesquisa longitudinais; b) a inclusão de questões sobre episódios anteriores de homelessness no âmbito de levantamentos gerais da população e o c) chegar aos denominados hidden homeless. Entre outros, constituem metodologias e técnicas essenciais, os Censos dirigidos à população geral (evitar um gueto estatístico dos sem-abrigo); a utilização de registos administrativos e a construção de uma classificação europeia dos serviços disponíveis; captação de situações escondidas desenvolvendo unidades de análise que diferenciem agregados e unidade habitacional; e, trabalhar as dimensões de análise do contrato residencial através de várias dimensões.

As organizações que prestam serviço nesta área desempenham um papel fundamental para a caracterização qualitativa dos vários tipos de apoios disponíveis, nomeadamente o desenvolvimento de um directório de serviços. Este é de importância fundamental para o desenvolvimento de estudos representativos.

Um outro aspecto fundamental para a caracterização dos serviços, bem como para a satisfação da própria população assistida, é a análise de stock (pessoas ou agregados homeless a qualquer momento determinado), fluxos (pessoas que começaram a receber, ou deixaram, apoio durante um período de tempo determinado – inflow e outflow) e prevalência (número de pessoas que foram homeless num determinado período). Tal implica a utilização de um

²⁹³ Constituem documentos de referência: “Measurement of Homelessness at European Union Level” da European Commission- Employment, Social Affairs and Equal Opportunities DG (January 2007); “Conference of European Statisticians Recommendations for the 2010 Censuses of Population and Housing” da UNECE/EUROSTAT, 2006; “The production of data on homelessness and housing deprivation in the European Union: survey and proposals” de Cécile Brousse, 2004, INSEE para o Eurostat.

identificador único que respeite os princípios de privacidade e anonimato dos utilizadores. A este respeito, a aceitação de cada Estado-membro varia e, entre os casos seleccionados, a França apresenta mais reticências, enquanto para a Inglaterra é uma prática corrente.

Por um melhor conhecimento das situações de exclusão habitacional, incluindo as referidas “escondidas”, a provisão de serviços poderá ser adaptada com mais eficiência às necessidades da população, inclusivamente ao nível da prevenção (trabalhando as situações de vulnerabilidade e risco). No âmbito da estratégia da UE para a inclusão social, os vários governos locais devem possuir a informação adequada e necessária para que desenvolvam a provisão de serviços para atenuar e prevenir uma situação de privação habitacional, nomeadamente em termos de: prevenção, identificação das causas e redução dos níveis de homelessness, redução dos efeitos negativos sobre os indivíduos e famílias sem-abrigo e assegurar que os ex-sem-abrigo possam manter a sua habitação permanente e independente.

X.II. Trajectórias de Risco e Desigualdades Sociais

Ao se procurar relacionar o conceito de risco e homelessness, verifica-se que o carácter abrangente das teorias de risco carece do apoio de estudos empíricos focalizados. Estes, por sua vez, não trabalham frequentemente a questão do risco, surgindo uma lacuna teórica nesta matéria. As questões de risco surgem habitualmente associadas a domínios comportamentais, especialmente na área do consumo e saúde. Deste modo, embora que a título exploratório, a análise das tendências de desenvolvimento actuais e trajectórias de vida permite realçar a aplicabilidade de várias noções fundamentais da perspectiva do risco, que se passam a referir. Um aumento das desigualdades sociais poderá levar a que a pertença a uma categoria de risco se venha a tornar duradoura. A categoria não é em si estática, uma vez que, alteradas as condições contextuais, determinados factores de risco poderão deixar de o ser. Tal aplica-se às políticas de protecção social e à sua capacidade em compensar as situações de vulnerabilidade social.

È fundamental olhar a actuação das medidas de apoio social e os grupos que ficam excluídos; compreender o percurso de entrada e saída em momentos de sem-abrigo; os motivos de repetição, etc. Estes factores devem ser considerados em função do contexto macroeconómico, como exemplificam as dinâmicas de desemprego de longa duração associadas à perda de emprego no início de momentos de recessão económica.

A vulnerabilidade aos momentos de crise é determinada por uma falta de rede de segurança que reproduz as desigualdades sociais. A pobreza atrai o infortúnio da abundância de riscos e, por contraste, a riqueza (rendimento, poder, educação) pode permitir adquirir mais segurança.

Por outro lado, alguns grupos são mais susceptíveis à situação de homelessness, não directamente pela escassez dos seus recursos económicos, mas por consequência de uma série de factores relacionados, como falta de apoio familiar, acesso à saúde e educação, etc. (Beck, 1992).

A análise dos percursos de homelessness não dispensa que seja considerado, para além do tipo de ruptura, o seu impacto, ou valoração simbólica. A modernidade não oferece necessariamente um maior leque de combinações biográficas para os indivíduos em situações de vulnerabilidade social. Mais riscos os indivíduos enfrentam, mais decisões têm de tomar, sendo os menos estabilizados os em maior ansiedade, ou seja, há uma distribuição desigual do risco, inversa à distribuição de classes (Beck, 1992). Estes encontram-se “suspensos no vazio”, ou seja, abaixo da escala social (Touraine, 2005).

Uma vez que as formas tradicionais de segurança se encontram ameaçadas, é também possível afirmar que a proporção biográfica a ser individualmente construída está em crescimento. Verifica-se que a forma de providência principal esperada é a família, nomeadamente em países que se incluem num tipo de “pobreza integrada” (Paugam, 1996, 1993). No entanto, no contexto das dinâmicas de risco na modernidade partilhadas, é essencial que haja uma gestão do risco social, considerando que se assiste ao aparecimento de novas categorias de risco na sequência do facto dos sistemas provisionais anteriores (governo, empregadores, famílias) terem deixado de poder oferecer garantias de apoio social. Em suma, a estrutura social do risco é radicalmente nova e impõe-se de maneira dramática ao longo dos cursos de vida (Esping-Andersen, 1999).

O apoio social caracteriza-se por constituir uma forma complementar para a sustentação de situações de limbo. Fica claro a existência de um hiato na continuidade das formas de apoio, que deixa as situações irresolúveis pela primeira instância de protecção geral obrigadas a chegar a um nível de precariedade mais extrema. Por outro lado, a saída da situação depende de que os indivíduos sejam capazes de reconstruir a sua autonomia. Tal é condicionado pela situação de emprego actual e capitais dos indivíduos sem relevo simbólico, ou seja, as suas competências não têm saída no mercado de trabalho, nem permitem auferir salários suficientes para aceder à habitação no sector privado. Isto sem referir toda a série de problemas adicionais de saúde mental, dependências, etc.

A dependência institucional, ilustrada por famílias que sempre tiveram de contar com apoio social, ou indivíduos institucionalizados à infância, salienta que a susceptibilidade à crise se tende a perpetuar ao longo do seu percurso de vida. Os efeitos de boomerang dos riscos globais (Beck, 1992) são transponíveis à pequena escala de trajectos biográficos vulneráveis.

É no âmbito da interacção social que os vários capitais se assumem como favoráveis, ou desfavoráveis. O capital social é condicionado pelas situações de vulnerabilidade familiar de origem, e, com a permanência na situação de rua, são os indivíduos na mesma situação que se podem tornar fonte de apoio, nomeadamente informativo. Os apoios materiais pontuais da comunidade, ou de alguns familiares, são também referidos. O capital económico é evidentemente escasso e condicionado pela fragilidade das qualificações profissionais. Consequentemente, o capital simbólico é diminuto (Bourdieu, 1987, 1995).

O caso dos sem-abrigo é ilustrativo da ausência de relações de evitamento e de ausência de solidariedade, “na medida em que tendo rompido com as normas e instituições vigentes (família, comunidade, hábitos de trabalho, de cuidado de si, ritmos de vida, projectos, etc.), estabelecem relações sociais “na rua”, de evitamento, de competição pelo espaço, de cooperação negativa, marcadas pelo individualismo, que constituem elos sociais de sinal negativo com evidentes repercussões sobre a qualidade de vida destas pessoas.” (Capucha et al., 2002).

Os riscos que ameaçam a integração laboral e habitacional são conhecidos e as tendências de evolução ilustram-no. Para os sem-abrigo, o sistema depende da existência destes trabalhadores não qualificados, à semelhança do “hobo” (Anderson, 1993), e de uma reserva de trabalhadores (Bourdieu, 1989; Foucault in Burchell, 1991). O subemprego vem gerar uma multiplicação de marginalidades dispersas fora do mercado de trabalho organizado (Touraine, 2005). O problema social fundamental é que aqueles que estão em situação de desvantagem não têm meios para alterar a sua condição social. O risco é o contra-conceito de segurança.

O princípio da precaução pode não ter aplicação em situações sociais de precariedade, levando a que frequentemente os indivíduos sejam julgados como inconsequentes (incluindo os próprios). Contudo, é o próprio contexto social que se define estruturalmente de risco (Furedi, 2002). Imprudência, não no sentido de procura de identidade através de correr riscos extremos (Le Breton, 2000, 1998), mas fruto de uma acumulação de traumas, ou de modos de vida segundo um “habitus de risco”, no sentido em que são afectados também ao nível psicossocial pelos efeitos do processo de desqualificação social (Paugam, 1993).

A minimização do risco é nas sociedades modernas actuais a componente essencial das escolhas dos indivíduos em várias esferas, levando a uma transversalidade dos domínios a monitorizar. Consequentemente, as desigualdades sociais são reinscritas numa nova diferenciação: os “cidadãos activos” (capazes de gerir os seus riscos) e “populações-alvo” (em risco) que requerem intervenção (O’Malley in Mitchell, 1999). Estas práticas de divisão

contribuem para estabelecer categorias comparativas no sentido do reforço da normalidade (Foucault, 1975; Foucault in Danaher, 2000).

De acordo com o campo do espaço social em que se situam, os indivíduos, pelas disposições adquiridas (*habitus*), estão predispostos a tratar o risco de um modo específico, sendo as classes inferiores as mais vulneráveis e menos preparadas para os enfrentar (Van Nuffelen, 2004). Dito de outro modo, o *habitus* das populações em situação de vulnerabilidade está desajustado às exigências do “jogo” das dinâmicas de risco na modernidade (Bourdieu, 1998). As considerações até aqui tecidas não procuram afirmar que a causa primordial do fenómeno de sem-abrigo é a pobreza. Todavia, como os autores referidos a partir da interpretação das dinâmicas de risco na modernidade e vulnerabilidades sociais o salientam, o aumento das desigualdades sociais (Touraine, 2005; Bourdieu, 1998; Paugam, 1993; Castel in Soulet, 2000) é uma preocupação social fundamental das sociedades ocidentais actuais. É também partilhada a angústia social actual face à visibilidade crescente dos denominados “novos pobres” (Almeida et al., 1994; Bruto da Costa, 1995; Capucha, 2006; Paugam, 1996, 1993). No entanto, não deve a problematização da nova pobreza levar a ignorar a importância de erradicar aquela que se “herda” (Mougin, 2005).

Estes relacionam-se com estatutos sociais delimitados em torno de categorias de emprego intermédias, multiplicação dos estados incertos e provisórios (“situações ambíguas”) que se associam à proliferação dos riscos de precariedade. Neste contexto, o Estado-providência assume um papel essencialmente compensatório, mas continua a ser um factor de integração social, apesar do seu efeito perverso de consagrar o insucesso (Schnapper in Paugam, 1996).

Foi realçada a importância de considerar todo um conjunto de factores correlacionados, mas não necessariamente consequências directas, que contribuem para que determinadas populações se encontrem mais vulneráveis à situação de sem-abrigo. A intersecção, ao ponto de fusão, de factores estruturais e capital social dos indivíduos como recurso de segurança é imprescindível para compreender os percursos de homelessness evidenciados. Por outro lado, os casos que atingem a situação de privação extrema de rua são, e como as caracterizações sociodemográficas de estudos realizados o evidenciam, os casos em que mais, e com maior intensidade, factores de risco se intersectam. Logo, não implica que apenas estes entrem num processo de queda que os leve a tal situação, mas sim, que sejam os que mais constrangimentos sentem ao nível da construção de soluções para a saída da situação, e assim que tendam a ser mais visíveis nos estudos realizados.

De acordo com uma análise em termos de capitais (Bourdieu, 1987; Firdion e Marpsat, 1996) salientou-se que o apoio social é essencial nos vários eventos-chave, nomeadamente quanto à

prevenção, sobrevivência e reinserção. A primeira vertente é aquela em que vários autores defendem que se deve investir, a par das medidas de recuperação. Por outro lado, verifica-se que a noção de capitais permite estabelecer uma análise dinâmica e estratégica de características sociodemográficas susceptíveis de, ora serem factores de vantagem, ora desvantagem (“vantagem com limites”, Marpsat, 2000). Consequentemente, a situação de desigualdade social é estabelecida por elementos de vária ordem, como o género, grupo étnico, idade, entre outros. Os critérios de acesso a apoio social contribuem fortemente para definir o valor simbólico destes atributos, quer no sentido da exclusão, quer inclusão, em planos diferenciados, como a habitação, emprego, entre vários.

Em síntese, é relevante, no campo das relações objectivas (Bourdieu, 1998), a inter-relação entre o volume e tipo de capital e a sua estrutura, ou seja, o peso relativo dos diferentes capitais. Tal, quer ao nível das trajectórias, quer quanto à construção de soluções de saída da situação de sem-abrigo.

É pertinente uma análise de vários tipos de risco - riscos biográficos (pobreza, estrutura familiar, condição social dos pais, educação, saúde, emprego); riscos sociais (desemprego, evolução mercado habitação, envelhecimento população e aumento da dependência) – que, em função das redes de segurança, ou capital social disponível (incluindo o sistema de apoio social), se tornam susceptíveis de levar a situações de exclusão social.

X.III. Risco no Contexto das Dinâmicas das Práticas de Apoio Social

O design dos serviços de apoio directo dirigidos à população sem-abrigo reflecte, de certo modo, a existência de processos de selecção. Insere-se nesta abordagem antropológica a estruturação de grupos vulneráveis considerados prioritários, em oposição a outros cuja responsabilidade social se situa ao nível da satisfação de necessidades básicas. Assim, pode torna-se uma vantagem ser vulnerável. Ter algum recurso pode ser uma desvantagem, nomeadamente no caso das referidas “situações intermédias” (ainda incluídas por exemplo na esfera do emprego mas sem habitação).

O direito a apoio está também, formal ou informalmente, relacionado com concepções de tipos de condutas de risco moralmente aceitáveis, ou seja, as situações em que o sujeito “nada podia fazer para as evitar” tendem a gerar maior simpatia (Clark, 1987 in Marpsat, 2000).

As estratégias de “ser outra pessoa”, “saber ser humilde”, “boa aparência”, “mostrar vontade de encontrar trabalho (independentemente de tal ser viável”) constituem elementos do capital cultural. Segundo os sem-abrigo, estes são os recursos mais relevantes para obter apoio junto dos técnicos sociais.

Outro desafio com que a tarefa de identificação de grupos de risco se debate, é o de evitar tomar como sinónimo de factores explicativos o mero levantamento das características sociodemográficas, sem se compreender as trajectórias de vida. A delimitação de perfis de sem-abrigo pode contribuir para a sua estigmatização. A imagem de que o sem-abrigo é o “homem, idoso, alcoólico e doente mental” ainda persiste, a par da noção de um novo tipo de pobreza, associado ao agravamento das condições conjunturais para determinados grupos, nomeadamente os denominados “novos pobres”.

Os estudos empíricos desenvolvidos acerca dos factores de risco de homelessness salientam o relevo de, entre outros: pais ausentes e condições sociais modestas; mobilidade geográfica e trabalho itinerante/inseguro; perda de habitação ou nunca ter tido uma; saúde e patologias (relação com absentismo escolar, problemas familiares, comportamentos de risco). Os dados de caracterização dos sem-abrigo entrevistados são, de certa forma, coincidentes: domínio de actividades não qualificadas (presente e última); conflitos familiares; falta de fontes de rendimento em metade dos casos; grande parte dos actualmente empregados inseridos em medidas sociais de emprego (“ateliers protegidos”). No entanto, as conclusões a retirar destes dados vão para além da delimitação de um perfil, tendo-se, neste caso, incidido sobre a trajectória de sem-abrigo, particularmente no modo com os vários tipos de capital são moldados (como recurso ou desvantagem de inclusão) pelas dinâmicas de desenvolvimento actuais e sistema de apoio disponível. É neste sentido que outras características como o género, idade, minorias étnicas, imigrantes, se tornam factores de inclusão/exclusão em relação a várias esferas sociais como o emprego.

Quanto aos cidadãos não nascidos no território nacional, e como os agentes de apoio social evidenciam, ser sem-abrigo não é uma questão de imigração, mas estas condições podem tornar-se factores condicionantes da inclusão dos indivíduos, dependendo das redes de apoio formal e informal que possuem. Deve ser tido em consideração que a população sem-abrigo está em constante alteração e que os constrangimentos e vulnerabilidades sociais assumem fluxos dinâmicos com repercussões globais (exemplo, guerras, perseguições políticas, procura de melhores condições de vida, desastres naturais, etc.). Assim, evidencia-se que a relação entre imigração e sem-abrigo deve ser lida de acordo com os factores denominados “pull” e “push”, que tornam a sua visibilidade dos imigrantes mais fluida e variável que os restantes subgrupos na mesma situação de privação habitacional.

A identificação de situações de risco está associada à implementação de mecanismos de monitorização. As tecnologias de privatização do risco, no âmbito da intervenção social, salientam a perspectiva das “technologies of agency”. Os grupos de risco são levados a

concordar com medidas terapêuticas normalizadoras desenhadas para a promoção da sua autonomia. Os indivíduos devem ser capazes de gerir os seus riscos e adquirir os serviços e instrumentos que necessitam para responder às suas necessidades (Yeatman in Mitchell, 1999). Dito de outro modo, a avaliação e gestão do risco individual prevalece sobre as condições sociais da sua produção (Jackson e Scott, 1999).

É considerado que para reformulação das práticas sociais, quando nas sociedades ocidentais actuais pensar em termos de avaliação de risco é um exercício constante, é fundamental que se reúna informação acerca das mesmas para os indivíduos se auto-monitorizarem (Giddens). Para que não permaneçam num vazio, os vários processos de monitorização carecem de ser sustentados por meios preventivos. As políticas de tipo preventivo devem salientar tipos de abordagem ofensiva (Walgrave in Soulet, 2000), de forma a incluir de forma activa os vários intervenientes (segundo os entrevistados: os media, governos, técnicos e clientes/utentes).

Outra utilização possível dos mecanismos de vigilância é o controlo social. As perspectivas do desvio não deixam de encontrar correspondência com as percepções evidenciadas pelos agentes de apoio social. É socialmente legítimo controlar aqueles que estão em risco de homelessness, pois, em última instância, os sem-abrigo podem representar um risco. Constituem um exemplo as formas de repressão silenciada referidas e protagonizadas pelas Câmaras, comunidade, forças de segurança, etc. No entanto, o seu papel é ambivalente não podendo ser reduzido a uma intervenção de tipo repressivo, ou seja, os discursos de controlo, repressão, protecção, tratamento, intersectam-se ao ponto de ser complexo delimitar um tipo de intervenção único.

O design dos serviços sociais, nomeadamente a dispendiosa abordagem de emergência e temporário, torna a vida dos sem-abrigo estruturalmente difícil, parecendo a marginalidade uma alternativa se não impossível, difícil e dolorosa à normalidade. De certo modo, as dificuldades estruturais são anuladas em prol do fantasma da reinserção, cabendo ao indivíduo demonstrar a sua vontade de se reinserir. É o esforço de procura de emprego que é recompensado, já que é o moralmente esperado e aceite, independentemente dos factores estruturais que inviabilizam o sucesso de tal empreendimento. Para os agentes de apoio social, os beneficiários devem ser vigiados para que não se aproveitem do sistema, zelando pela riqueza dos ricos (Declerk, 2001). Os sem-abrigo têm a mesma noção de que há uns que se “aproveitam”, mas, por outro lado, pode também ser uma necessidade de sobrevivência.

As características que são especificamente associadas aos sem-abrigo comprovam a estigmatização da população (Goffman, 1980), no entanto, originando diferentes privilégios no acesso à assistência: as deformidades físicas podem dar lugar a ser-se considerado

vulnerável; as culpas de carácter individual originam posturas diversificadas consoante vários factores condicionantes, como as características sociodemográficas e postura do beneficiário (humilde, arrependido versus contestatário, provocador, etc.). A título de exemplo, o desemprego em consequência da exploração e trabalho ilegal gera simpatia; devido ao alcoolismo leva mais facilmente a que seja considerado uma culpa individual. Por outro lado, quer entre os agentes de apoio social, quer entre os sem-abrigo, é expressa a ideia de que o agravamento das condições de vida tem trazido para as ruas indivíduos e famílias outrora integrados e autónomos do apoio social, ou seja, estes serão vítimas (“novos pobres”).

Em função das características dos beneficiários, os modos de avaliação de direito a apoio seguem várias imagens: os “slackers”, ou incompetentes devido às suas falhas (preguiça, irresponsabilidade, e a maior parte dos casos de dependência), são considerados apenas merecedores de apoio de emergência; os “lackers” como vulneráveis carecem de protecção, mas as suas ditas incapacidades contribuem para perpetuar a situação de assistido (mulheres, violência doméstica, crianças – grupos prioritários); e, os “unwilling victims” que por motivos estruturais estão temporariamente em situação de exclusão habitacional, mas sem haver perdido as suas competências (Rosenthal, 2000).

Assim, ganhar a simpatia para ter acesso a apoio toma em consideração o valor moral da pessoa em dificuldade; a sua responsabilidade pessoal para o que lhe sucedeu e o resultado da comparação com a situação do técnico social que avalia (Clark, 1987 in Marpsat, 2000). Os grupos considerados prioritários colocam em situação de privilégio as mulheres, crianças e idosos. São os que numa filosofia de “handicapologie” (Marpsat, 2000) podem ser considerados merecedores. A lógica de atribuição de apoio segue várias perspectivas: a de perfeccionismo, ao se estabelecer uma inter-dependência de benefícios em que os de certa forma ainda incluídos apresentam mais hipóteses de sucesso, e para quem se destinam as respostas de longo termo; e, a compaixão que dá prioridade aos casos com problemáticas mais graves e com grandes probabilidades de insucesso (Elster e Herpin in Marpsat, 2000).

As queixas de parte dos sem-abrigo vão para o facto de o sistema seguir uma abordagem de perfeccionismo, que apresenta menores riscos, e assim perpetua a exclusão social ao invés de colmatar. Por outro lado, face à incapacidade em prestar apoio por falta de recursos, a simpatia dá lugar a culpabilizar a vítima de forma a proteger os sentimentos de valor próprio (Clark, 1987 in Marpsat, 2000).

Nos vários contextos analisados, encontraram-se correspondentes às figuras de Wallace (1965 in Bento e Barreto, 2002), como o “cicerone”, que mostra a instituição e participa em entrevistas e programas televisivos, e os trabalhadores sazonais. Os sem-abrigo entrevistados,

nas categorias que delimitam, referem o “clochard”, e os “bufos” que vivem da assistência social. Do mesmo modo, se encontra nos percursos de rua, uma passagem do distanciamento em relação aos outros sem-abrigo, afirmando o indivíduo que o seu caso é um acidente, para as histórias ficcionadas (Anderson e Snow, 1987). No entanto, em situações extremas, sem procurar construir uma identidade, os sujeitos ocupam o seu lugar no passeio auto-destruindo-se até à morte (Declerk, 2001). A este respeito, as representações simbólicas de, quer agentes de apoio social, quer dos sem-abrigo, evidenciaram processos de distinção simbólica que se traduzem na delimitação de tipologias intra-categorias. Neste sentido, os sem-abrigo, distinguem a categoria genérica de sem-abrigo, os vários tipos existentes no seio desta geral, e a forma como se vêem a si próprios enquanto em situação de sem-abrigo.

Em suma, as vulnerabilidades são avaliadas em termos de proximidade à destruição, incluindo-se nestes casos a infância e a velhice. Mas será a existência de sem-abrigo normal? Uma sociedade isenta deste fenómeno seria possível? É necessário, no sentido em que está ligado às condições fundamentais de qualquer vida social mas, precisamente por isso, é útil; porque estas condições de que é solidário são elas mesmas indispensáveis à evolução normal da moral e do direito? (Durkheim, 1993). Para alguns dos sem-abrigo entrevistados, a sua existência representa para os “incluídos” angústia, na medida em que representam a fragilidade do sistema capitalista.

Importa referir que não se considera que o fenómeno de sem-abrigo é um fenómeno recente exclusivamente resultado das denominadas dinâmicas de risco na modernidade. As situações de exclusão social não são um fenómeno novo, mas, contudo, salientam-se novos dinamismos que decorrem da reorganização da estrutura social, nomeadamente a capacidade de adaptação dos indivíduos a um contexto de aumento da flexibilidade acompanhado de falhas na protecção social, o aumento da zona de vulnerabilidade, o enfraquecimento do sistema de protecções sociais, e a instabilidade dos beneficiários das medidas de apoio social (Castel em Soulet, 2000). Castel lança e deixa em aberto a questão: será como Durkheim uma sociedade de sujeitos interdependentes em que cada sujeito ocupa um lugar indispensável à manutenção do todo social, ou uma divisão de eficazes e integrados e “inúteis para o mundo” que continuaremos a cuidar porque não somos maus, mas que renunciaremos a integrar em plena cidadania?

Ou ainda, a respeito dos casos considerados crónicos, nomeadamente ao nível psiquiátrico, que dificilmente se enquadram nos planos de reinserção social (“laboral”) defendidos: está a sociedade disposta a deixar os loucos existir sem exigir contrapartidas (Declerk, 2001)?

X.IV. (De)usos de Risco?

O risco de homelessness é paradoxal envolvendo: medos individuais e direitos sociais; voluntário (culpados) ou imposto pelas dinâmicas de desenvolvimento actuais (vítimas); controlável ou incontrolável; levando a controlar ou a proteger, etc. Consequentemente, diversas preocupações surgem em relação às possíveis aplicações do conceito de risco para delimitar grupos sociais pela sua relação com controlo social, vigilância e atribuição de responsabilidades. Por outro lado, a identificação de grupos em risco é um instrumento fundamental para a construção de políticas preventivas e de actuação imediata. Como evidenciado, a presente investigação procurou questionar os usos atribuídos ao conceito, relevando-se a necessidade de cooperação entre os vários actores sociais para estabelecer campos de entendimento comuns.

Dito de outro modo, as perspectivas mais cépticas alertam para os desusos do risco, no sentido de controlo e discriminação social. Se os sem-abrigo devem ser recenseados e monitorizados, e com que finalidades, depende da forma como os governos, investigadores sociais, media, agentes de apoio social, discutem as responsabilidades do fenómeno. A presente análise demonstrou que o conceito pode ser utilizado para perpetuar lógicas de mérito na avaliação do direito a apoio social, sob noções adjacentes, como grupos prioritários dada a sua maior vulnerabilidade. Num outro pólo, salientou como é essencial chegar aos casos vulnerabilidade evitando que a sua exclusão social se acentue ao ponto de sem-abrigo.

Segundo a perspectiva multi-factorial, vulnerabilidade, crise e risco estabelecem uma inter-relação analítica baseada na enumeração de um conjunto de elementos que prevêem a possibilidade de que a situação de sem-abrigo venha a ocorrer. De certa maneira, estes indicadores de previsão são úteis para identificar indivíduos em risco, e assim construir respostas preventivas. No entanto, é fundamental não cair numa epidemiologia do risco, ou seja, evitando uma mera generalização de factores aplicáveis a qualquer situação sem a compreensão das suas especificidades.

Há uma falta de capacidade ao nível da prática em estabelecer formas de apoio e de chegar aos casos de risco. A dinâmica das vidas individuais é acelerada e imprevisível e os serviços são estandardizados e baseados em demonstração de provas de necessidade, ou seja, é necessário que haja um ruptura e não que esta possa vir a acontecer (exemplo de pagamento de rendas em atraso). Os dados estatísticos não têm a capacidade de captar eventos com probabilidades de acontecer.

Daqui advêm várias questões: como delimitar situações de “possibilidade de ocorrência” evitando que se tornem extremas? Será o levantamento de factores de risco apenas de “uma

nova embalagem” para um paradigma de reinserção social de emergência, sem a capacidade de construir alternativas (Declerck, 2001)? O uso do risco serve para racionalizar desigualdades sociais descomprometendo o Estado de intervir? Poderemos falar de factores de risco como uma “caixa negra” resultante de uma obsessão com a prevenção e controlo, sem compreender os processos sociais subjacentes (Peretti-Watel, 2004)? É o risco a nova forma de discurso do determinismo social?

As respostas residem nos usos e discursos de risco que se verifica servirem a objectivos díspares. Há que clarificar o entendimento do conceito de risco entre os vários sujeitos sociais, particularmente, investigadores, decisores políticos e agentes de apoio social. A esta tarefa surgem associados desafios adjacentes que reportam à questão da avaliação de cada situação particular pelos vários técnicos no terreno. Neste sentido, é imprescindível que haja um investimento social na carreira dos assistentes sociais. Para Bolle de Bal (in Soulet, 2000), os desafios que se apresentam ao novo trabalho social sócio-analítico residem na: pesquisa (investigação-acção), na profissão (incluindo capacidades de ordem psicológica) e formação.

Dadas as coordenadas europeias nesta matéria, nomeadamente a construção de sistemas de prevenção baseados em categorias de risco partilhadas (European Commission, 2007), é imperativo chegar aos casos vulneráveis, todavia no terreno das práticas sociais não existem, ainda, instrumentos metodológicos e avaliativos para corresponder de forma objectiva às prioridades estabelecidas. Estes constrangimentos apenas poderão ser ultrapassados através de uma solução concertada entre os vários agentes sociais, sendo essencial harmonizar as directrizes e finalidades de actuação, tanto a nível local, como transnacional. A criação de redes de intervenção que envolvem interlocutores, desde o plano político aos envolvidos no terreno (exemplo, Rede Social), é uma via actualmente a ser testada. Todavia, parece ser urgente uma mudança das “mentalidades” de trabalho para que se superem actuações individualizadas.

No sentido de progressivamente se irem encontrando possibilidades de resposta, a presente investigação serviu de base de trabalho orientadora a um projecto de investigação europeu²⁹⁴ que dará continuidade à análise das problemáticas suscitadas, numa perspectiva comparativa, permitindo também testar a adequação de modelos de práticas de intervenção social em diversos contextos nacionais.

²⁹⁴ Projecto “Combating social exclusion among young homeless populations (CSEYHP)” é financiado pelo Framework 7 Research programme da União Europeia, e envolve como parceiros o Reino Unido, Holanda, República Checa e Portugal (www.movisie.nl/homelessyouth). Fazem parte da equipa de investigação membros da referida rede europeia CUHP, que sustentou parte do trabalho da presente tese de dissertação, pelo que se estabeleceu um intercâmbio de investigação continuado fundamental.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, João Ferreira de, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Amália Torres (2000), “A sociedade” em António Reis (org.), *Portugal Anos 2000: Retrato de um País em Mudança*, Mem Martins, Círculo de Leitores, pp. 36-72.
- ALMEIDA, João Ferreira et al. (1994), *Exclusão Social - Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta.
- ANDERSON, Elijah (1999), *Code of the Street: Decency, Violence, and the Moral Life of the Inner City*, New York, W.W. Norton
- ANDERSON, Nels (1993), *Le Hobo: Sociologie du sans-abri. L'empirisme irréductible*, Paris, Nathan.
- ANDERSON, L., D. A. Snow (1993), *Down on Their Luck – A Study of Homeless Street People*, USA, The Regents of the University of California.
- ARBONVILLE, Denise (2000), « Normalisation de l’habitat et accès au logement entre 1984 et 1992 – Une étude du « parc social de fait » em Maryse Marpsat, Jean Marie Firdion (org.), *La Rue et Le Foyer – Une recherche sue les sans domicile et les mal-logés dans les années 1990*, Paris, Presses Universitaires de France, pp. 31-61
- BANDEIRA, Mário Leston (1996), *Demografia e Modernidade: Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda.
- BAPTISTA, Isabel e tal. (2002), *O Direito à Saúde – a acessibilidade da população sem abrigo aos cuidados de saúde*, Lisboa, CESIS.
- BARDIN, L. (1988), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- BARROS, C. P., J. C. G. Santos (1997), *A habitação e a reinserção social em Portugal*, Lisboa. Editores Vulgata.
- BAUER, Martin W., G. Gaskell (2002), *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som – Um Manual Prático*, Petrópolis, Vozes.
- BAUMAN, Zigmunt (2000), *The Individualized Society*, Londres, Sage.
- BAUMAN, Zigmunt (1993), *Postmodern Ethics*, Cambridge, Blackwell.
- BECK, Ulrich (2000), *The brave new world of work*, Cambridge, Cambridge Polity Press.
- BECK, Ulrich (1992), *Risk Society. Towards a new modernity*, Londres, Sage.
- BECK, Ulrich, Anthony Giddens, Scott Lasch (2000), *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras, Celta.
- BENTO, António (2001), “Os Sem-Amor, na Era da Exclusão”, *Revista Psiquiatria na Prática Médica*, Vol. 14, N.º 2, pp. 57-59
- BENTO, António, Elias Barreto (2002), “Sem-Amor, Sem-Abrigo”, Lisboa, Confrontações.
- BENTO, António (1999), “Sem-abrigo e media”, *Revista Psiquiatria na Prática Médica*, Vol. 12, n.º 5
- BENTO, António et al. (1999), “Quatro anos de uma equipa de rua da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa”, *Revista Psiquiatria na Prática Médica*, Vol. 12, n.º 5.
- BERICAT, E. (1998), *La Integración de los Métodos Cuantitativo y Cualitativo en la Investigación Social – Significado y Medida*, Barcelona, Ariel.
- BERGER-SCHMITT (2000), *Social Cohesion as an Aspect of the Quality of Societies: Concept and Measurement*, EUReporting Working Paper No. 14, Centre for Survey Research and Methodology (ZUMA), Social Indicators Department, Mannheim
- BERNSTEIN, B. (1975), *Langage et classes sociales. Codes sociolinguistiques et contrôle social*, Paris, Ed. Minuit.
- BLUMER, Martin, CHAMBERLAYNE et al. (2000), *The turn to biographical methods in social science – comparative issues and examples*, Londres, Routledge.
- BOUDON, R. (1973), *L'inégalité des chances*, Paris, A. Colin

- BOURDIEU, Pierre (1994, 1998), *Practical Reason – On the Theory of Action*, Cambridge, Polity Press
- BOURDIEU, Pierre (1995), *La Misère du Monde*, Paris, Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, 2ª Edição, Lisboa, Difel.
- BOURDIEU, Pierre (1987), *Choses dites*, Paris, Les Editions de Minuit
- BOURDIEU, Pierre (1980), *Le sens pratique*, Paris, Les Editions de Minuit
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction, Critique sociale du judgement*, Paris, Les Editions de Minuit
- BRUTO da COSTA, A. et al. (1985), *A Pobreza em Portugal*, Colecção Cáritas, N.º 6, Lisboa
- BOYATZIS, R. E. (1999), *Transforming Qualitative Information – Thematic Analysis and Code Development*, Londres, Sage
- BUCK, David S. et al (2004), “Involving Homeless Persons in the Leadership of a Health Care Organization”, *Qualitative Health Research*, Vol. 14, N° 4, pp. 513-525.
- BURCHELL, Graham, Colin Gordon, Peter Miller (1991), *The Foucault Effect – Studies in Governmentality*, Hertfordshire, Harvester Wheatsheaf.
- BURGESS, G. (1982), *Field Research Techniques: a sourcebook and field manual*, University of Warwick, Lectures in Sociology.
- CAPUCHA, Luís, (2007) "Pobreza e exclusão social" in Maria das Dores, Anália Cardoso Torres e Luís Capucha (Orgs.), *Quotidiano e Qualidade de Vida (Portugal no Contexto Europeu, vol. III)*, Lisboa, Celta Editora
- CAPUCHA, Luís (2006), *Desafios da pobreza*, Oeiras, Celta
- CAPUCHA, Luís, Ana Sofia Marques, José Luís Castro, Carlos Pereira e Paula Monteiro (2002) “Vulnerabilidade à Exclusão Social” in *Portugal 1995-2000*, coordenação DEPP/MTS e Celta Editora
- CARMO, Hermano (1996), *Exclusão social: rotas de intervenção*, Lisboa, ISCSP.
- CASANOVA, José Luis (2007), "Estrutura, orientações sociais e projectos societais" in Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado e Patrícia Ávila (orgs.), *Sociedade e Conhecimento (Portugal no Contexto Europeu, vol. II)*, Lisboa, CIES-ISCTE, Celta Editora
- CASTEL, Robert (1995), *Les metamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*, Paris, Fayard.
- CASTEL, Robert (1991), “From Dangerousness to Risk” em Graham Burchell, Colin Gordon, Peter Miller (org), *The Foucault Effect – Studies in Governmentality*, Harvester Wheatsheaf, Hertfordshire, pp. 281-298.
- CASPI, Avshalom et al. (1998), “Early failure in the labor market: childhood and adolescent predictors of unemployment in the transition to adulthood”, *American Sociological Review*, Vol. 63, pp.424-451.
- CIBOIS, Phillipe (1984), *L'Analyse des données en sociologie*, Paris, Presse Universitaires de France.
- CLANCHE, François (2000), « Le classement des situations de logement – Les sans domicile dans des nomenclatures générales » em Maryse Marpsat, Jean Marie Firdion (org.), *La Rue et Le Foyer – Une recherche sue les sans domicile et les mal-logés dans les années 1990*, Paris, Presses Universitaires de France, pp. 193-207.
- COHEN, A. K. (1969), *Controllo Sociale e Comportamento Deviante*, Bolonha, Il Mulino.
- COHEN, Stanley, Laurie Taylor (1992), *Escape Attempts – The Theory and Practice of Resistance to Everyday Life*, New York, Routledge
- COSTA, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado, e João Ferreira de Almeida (2000), “Classes sociais na Europa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp. 9-46.
- COSTA, António Firmino da et al (1994), “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos sociais” em António Reis (org.), *Portugal – 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 307-330.
- CRANE, Maureen (1999), *Understanding older homeless people: their circumstances, problems and needs*, Great Britain, Open University Press
- CRESWELL, J. W. (1994), *Research Design – Qualitative & Quantitative Approaches*, Londres, Sage.
- CROCK, Stephen (1999) “Ordering Risks” em Deborah Lupton (org), *Risk and Sociocultural Theory: new directions and perspectives*, Cambridge, University Press, pp.160-185.

- CROMPTON, Rosemary, Clare Lyonette (2006), “Work-Life 'Balance' in Europe”, *Acta Sociologica*, Vol. 49, N°4, p. 379-93.
- CULPITT, Ian (1999), *Social Policy & Risk*, Londres, Sage.
- DANAHER, Geoff, Tony Schirato, Jean Webb (2000), *Understanding Foucault*, Londres, Sage.
- DAMON, Julien (2002), *La question SDF – Critique d’une action publique*, França, Presses Universitaires de France.
- DECLERCK, Patrick (2001), *Les Naufragés – Avec les clochards de Paris*, França, Terre Humaine
- DESJARLAIS, Robert (1997), *Shelter Blues: sanity and selfhood among the homeless*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- DELEUZE, Gille, Félix Guattari (1980), *Capitalisme et schizophrénie: mille plateaux*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- DEY, Ian (1993), *Qualitative Data Analysis – A User Friendly Guide for Social Scientists*, Londres, Routledge.
- DEX, Shirley (1991), *Life and Work History Analyses: Qualitative and Quantitative Developments*, Londres, Routledge.
- DOUGLAS, Mary (1992), *Risk and blame: essays in cultural theory*, Londres, Routledge.
- DOUGLAS, Mary (1985), *Risk acceptability according to the social sciences*, Nova Iorque, Russel Sage Foundation.
- DOUGLAS, Mary, Aaron Wildavsky (1982), *Risk and culture: an essay on the selection of technological and environmental dangers*, Berkeley, University of California Press.
- DOUGLAS, Mary, Steven Ney (1998), *Missing Persons: a critique of the social sciences*, Berkeley, U. California Press.
- DUNEIER, Mitchell (1999), *Sidewalk*, New York, Farrar, Straus and Giroux
- DURKHEIM, Emile (1993), *As Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Editorial Presença
- ESPING-ANDERSEN, G. (1999), *Social Foundations of Post Industrial Economics*, Oxford University Press.
- EWALD, Francois (1991), “Insurance and Risk” em em Graham Burchell, Colin Gordon, Peter Miller (org), *The Foucault Effect – Studies in Governmentality*, Harvester Wheatsheaf, Hertfordshire, pp. 197-210.
- FEATHERSTONE, Mike (1992), *Cultural Theory and Cultural Change*, Londres, Sage.
- FERRATI, Franco (1983), *Histoire et Histoires de Vie – la Méthode Biographique dans les Sciences Sociales*, Paris, Librairie des Meridiens.
- FIRDION, Jean-Marie, Maryse Marpsat (2000), *La Rue et Le Foyer – Une recherche sue les sans domicile et les mal-logés dans les années 1990*, Paris, Presses Universitaires de France.
- FIRDION, Jean-Marie, Maryse Marpsat (1998), « Sans Domicile a Paris: Une Typologie de L’Utilisation des Services et du Mode D’Hebergement », *Sociétés Contemporaines*, N.º 30, pp.111-155
- FIRDION, Jean-Marie, Maryse Marpsat (1996), “Becoming Homeless: Who is at Risk?”, *Population & Sociétés*, N.º 313.
- FITOUSSI, Jean-Paul, Pierre Rosanvallon (1997), *A Nova Era das Desigualdades*, Oeiras, Celta.
- FITZPATRICK, S., A. Jones (2005), “Pursuing social justice or social cohesion?: Coercion in street homelessness policies in England”, *Journal Social Policy.*, Vol. 34, N.º 3, pp. 389-406.
- FODDY, W. (1996), *Como Perguntar – Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários*, Oeiras, Celta.
- FOUCAULT, Michel (1991), “Politics and the Study of Discourse” em Graham Burchell, Colin Gordon, Peter Miller (org), *The Foucault Effect – Studies in Governmentality*, Harvester Wheatsheaf, Hertfordshire, pp. 53-72.
- FOUCAULT, Michel (1991), “Questions of Method” em Graham Burchell, Colin Gordon, Peter Miller (org), *The Foucault Effect – Studies in Governmentality*, Harvester Wheatsheaf, Hertfordshire, pp. 73-86.
- FOUCAULT, Michel (1991), “Governmentality” em Graham Burchell, Colin Gordon, Peter Miller (org), *The Foucault Effect – Studies in Governmentality*, Harvester Wheatsheaf, Hertfordshire, pp. 87-104.

- FOUCAULT, Michel (1975) *Surveiller et punir. Naissance de la prison*, Gallimard, Paris
- FOUCAULT, Michel (...), *The Order of Things – An Archaeology of the Human Sciences*, World of Man Library
- FOX, Nick J., (1999) “Post-modern Reflections on ‘risk’, ‘hazard’ and ‘life choices’” em Deborah Lupton (org.), *Risk and Sociocultural Theory: new directions and perspectives*, Cambridge, University Press, pp.12-33
- FRANKLIN, Jane (1998), *The Politics of Risk Society*, Cambridge, Polity Press.
- FUREDI, F. (2002), *Towards Enlightenment*, Londres, The New Humanist.
- GERSHUNY, Jonathan (1998), “Thinking Dynamically” em Lutz Leisering, Robert Walker (org.) *The Dynamics of Modern Society*, Bristol, The Policy Press, pp.34-48.
- GIDDENS, A. (1994), *As Consequências da Modernidade*, Lisboa, Celta.
- GIDDENS, A. (1993), *Sociology*, London, 2ª Edição, Polity Press.
- GOFFMAN, E. (1980), *Estigma*, Rio de Janeiro, 3ª Edição, Zahar Editores.
- GOMES, Luís A. R. (2002), *Feminização dos Sem Abrigo*, Dissertação de Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos, Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas.
- GUASCH, O. (1997), “Observación Participante”, *Cadernos Metodológicos*, N.º 20, Madrid, CIS.
- GUERRA, Isabel (2001), "Intervenções face à exclusão social urbana: uma luta inglória?" in *Cidades: comunidades e territórios*, Junho nº2, pp.47/56
- HARTMAN, David (2000), “Policy Implications from the Study of the Homeless”, *Sociological Practice: A Journal of Clinical and Applied Sociology*, Vol.2, No. 2, pp. 57-76.
- HILL, Martha, Daniel Hill, Robert Walker (1998), “Intergenerational dynamics in the USA” em Lutz LEISERING, Robert Walker (org.) *The Dynamics of Modern Society*, Bristol, The Policy Press, pp.85-107
- HOLLINGER, Robert (1994), “Postmodernism and the Social Sciences – A Thematic Approach”, *Contemporary Social Theory*, Vol. 4, Londres, Sage.
- HONNETH, Axel, Hans Joas (...), *Social action and human nature*, Cambridge, University Press.
- JACKSON, Michael (1995), *At Home in the World*, Londres, Duke University Press.
- JACKSON, Steve, Sue Scott (1999) “Risk anxiety and the social construction of childhood”, em Deborah Lupton (org.), *Risk and Sociocultural Theory: new directions and perspectives*, Cambridge, University Press, pp. 86-107
- JOSÉ, J., P. Munõz (2002), “El Método Biográfico: El uso de las Historias de Vida en Ciencias Sociales”, *Cadernos Metodológicos*, N.º 5, 2ª Edição, Madrid, CIS.
- KETELE, Jean-Marie, X. Roegiers (1993), *Metodologia da Recolha de Dados – Fundamentos dos Métodos de Observação, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos*, Lisboa, Instituto Piaget.
- KOEGEL, Paul et al. (1995), “Childhood Risk Factors for Homelessness among Homeless Adults”, *American Journal of Public Health*, Vol. 85, nº 12.
- KRIPPENDORFF, K. (1980), *Content Analysis-An Introduction to It's Methodology*, EUA, Sage.
- KUHN, R., Dennis P. Culhane (1998), “Applying cluster analysis to test a typology of homelessness by pattern of shelter utilization: results from the analysis of administrative data”, *American Journal of Community Psychology*, Vol. 26, Nº 2.
- LAHIRE, Bernard (2004), *Retratos Sociológicos – Disposições e Variações Individuais*, Porto Alegre, Artmed.
- LE BRETON, David (2000), *Passions du risque*, Paris, Métailié.
- LE BRETON, David (1998), *Les passions ordinaires. Anthropologie des émotions*, Paris, Armand Colin.
- LE BRETON, David (1995), *La sociologie du risque*, Paris, PUF.
- LEISERING, Lutz, Robert Walker (1998), *The Dynamics of Modern Society*, Bristol, The Policy Press
- LÚCIO, José e Kelvin Rysdahl (2007) *Poverty Alleviation: some ethical responses to breaking the chains of poverty*, Geolnova, nº12, Lisbon.

- LUHMANN, Niklas (1993), *Risk: A Sociological Theory*, Berlin, Walter de Gruyter.
- LUPTON, Deborah (1999), *Risk*, Londres, Routledge.
- LUPTON, Deborah (1999), *Risk and Sociocultural Theory: new directions and perspectives*, Cambridge, University Press
- MACHADO, Fernando Luís, António Firmino da Costa (1998), “Processos de uma Modernidade Inacada. Mudanças Estruturais e Mobilidade Social” em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (org.) *Portugal que Modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 17-44
- MAGNET, Myran (2001), *Paradigma urbano: as cidades do novo milénio*, Lisboa, Quetzal.
- MAIN, Thomas (1998), “How to think about homelessness: balancing structural and individual causes”, *Journal of Social Distress and the Homeless*, Vol. 7, N.º 1.
- MAINGUENEAU, D. (1997), *Os Termos-Chave da Análise do Discurso*, Lisboa, Gradiva.
- MARPSAT, Maryse, Albert Vanderburg (2004), *Le Monde d’Albert la Panthère – Cybernauta et sans domicile à Honolulu*, Paris, Bréal.
- MARPSAT, Maryse (2000), “An Advantage with Limits – The lower risk for women of becoming homeless”, *Population: An English Selection*, Vol. 12, pp.1-45.
- MILES, M. B., A. M. Huberman (1994), *Qualitative Data Analysis*, Londres, Sage.
- MILLER, G. A. (1981), *Language and Speech*, San Francisco, W. H. Freeman and Company.
- MILLER, Henry (1963), *Plexus*, N.º 2 – The Rosy Crucifixion, Grove Press
- MINGIONE, Enzo (1996), *Urban poverty and the underclass: a reader*, Oxford, Blackwell.
- MITCHELL, Dean (1999), “Risk, calculable and incalculable” em Deborah Lupton (org.), *Risk and Sociocultural Theory: new directions and perspectives*, Cambridge, University Press, pp. 131-159.
- MOUGIN, Véronique (2005), *Les SDF*, Paris, Editions Le Cavalier Bleu.
- MURIE, Alan (2000), “How can we end inequalities in housing?” em Christina Pantazis, David Gordon (org.), *Tackling Inequalities – Where are we now and what can be done?*, Bristol, The Policy Press, pp. 101-116.
- NEWMAN, Katherine (1999), *No Shame in My Game: The Working Poor in the Inner City*, New York: Russell Sage Foundation and Knopf.
- O’MALLEY, Pat (1998), *Crime and the Risk Society*, England, Ashgate.
- ORWELL, George (1933), *Down and Out in Paris and London*, Harcourt
- PAIS, J. M. (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates*, Porto, Ambar.
- PANTAZIS, Christina, David Gordon (2000), *Tackling Inequalities – Where are we now and what can be done?* Bristol, The Policy Press.
- PAUGAM, Serge (1996), *L’exclusion, l’état des savoirs*, Paris, Éditions la Découverte.
- PAUGAM, Serge (1993), *La disqualification sociale*, Paris, PUF
- PEREIRA, A. P., SILVA, D. S. (1999), “Os arrumadores e os sem-abrigo da cidade de Lisboa: viver da rua, mas nem sempre na rua”, *ANAIIS Série Sociologia*, Lisboa, V. II, pp. 231-239.
- PERETTI-WATEL, Patrick (2004), “Du recours au paradigme épidémiologique pour l’étude des conduites à risque », *Revue française de sociologie*, Vol. 45, N.º 1, pp.103-132.
- PICHON, Pascale (2000), « Premiers travaux sociologiques et ethnographiques français a propos des sans domicile fixe » em Maryse Marpsat, Jean Marie Firdion (org.), *La Rue et Le Foyer – Une recherche sue les sans domicile et les mal-logés dans les années 1990*, Paris, Presses Universitaires de France, pp. 107-123.
- POIRIER, J. et al (1995), *Histórias de Vida – Teoria e Prática*, Oeiras, Celta.
- POUPART at al. (1997), *La Recherche Qualitative – Enjeux épistémologiques et méthodologiques*, Canada, Gaetan Morin éditeur.
- POWER, Robert (2002), “Participatory Research Amongst Marginal Groups: drug users, homeless people and gay men”, *Drugs: Education, Prevention & Policy*, Vol. 9, N.º 2, pp. 125-131.

- QUINTAS, Célia de Jesus Fialho (1995), *Da Exclusão à Inserção Social: a importância da construção identitária*, Tese de Mestrado, Lisboa, ISCTE.
- RIGGINS, S. H. (1997), *The Language and Politics of Exclusion – Others in Discourse*, Londres, Sage.
- RIO, Anabela Sousa (1997), “Os Sem-Abrigo em Lisboa: Caracterização e Conceptualização” em C. P. Barros, J. C. G. Santos (org.), *A habitação e a reinserção social em Portugal*, Lisboa. Editores Vulgata.
- ROSENTHAL, Rob (2000), “Imaging Homelessness and Homeless People: Visions and Strategies Within the Movement(s)”, *Journal of Social Distress and the Homeless*, Vol. 9, N.º2, pp.111-126
- ROWE, William D. (1988), *An Anatomy of Risk*, Florida, Robert E. Krieger.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1992), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, 2ª Ed., Edições Afrontamento.
- SEBASTIÃO, João (1998), *Crianças da Rua: Modos de Vida Marginais na Cidade de Lisboa*, Oeiras, Celta.
- SILVA, Maria Teresa Dinis (1996), *As Organizações da Sociedade Civil face aos Sem Abrigo*, Tese de Mestrado, Lisboa, ISCTE.
- SILVERMAN, David (2001), *Interpreting Qualitative Data – Methods for Analysing Talk, Text and Interaction*, 2nd Edition, Londres, Sage.
- SLOVIC et al (2004), “Risk as Analysis and Risk as Feelings: Some Thoughts about Affect, Reason, Risk and Rationality”, *Risk Analysis*, Vol.24, N.º2, pp.311-322.
- ANDERSON, L. and D. A. Snow, (1987), “Identity Work Among the Homeless: The Verbal Construction and Avowal of Personal Identities”, *The American Journal of Sociology*, Vol. 92, N.º 6, pp.1336-1371.
- SOARES, Inês (2004), *Da Desorganização Social à [Não] Integração: Imigrantes de Leste Sem Abrigo*, Tese de Licenciatura, Lisboa, ISCTE.
- SOULET, Mark-Henry (2000), *Da não-integração. Tentativas de definição teórica de um problema social contemporâneo*, Coleção Serviço Social, N.º 1, Coimbra, Quarteto Editora.
- SPRADLEY, James P. (1970), *You owe yourself a drunk: an ethnography of urban nomads*, Illinois, Waveland Press.
- TAYLOR, Steven J., Robert Bogdan (1984), *Introduction to Qualitative Research Methods – The Search for Meanings*, 2nd Edition, New York, John Wiley & Sons.
- TOURAINÉ, Alain (2005), *Un nouveau paradigme – pour comprendre le monde d’aujourd’hui*, França, Fayard.
- TRIVERS, Max (2001), *Qualitative research through case studies – Introducing Qualitative Methods*, Series Editor: David Silverman, Londres, Sage.
- VALA, J. (1986), “A Análise de Conteúdo” em Augusto Santos Silva, José Madureira Pinto (org.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, pp. 101-128.
- VIEGAS, José Manuel Leite, António Firmino da Costa (1998), *Portugal, que Modernidade?* Oeiras, Celta.
- WACQUANT, Loïc (2002), “Scrutinizing the Street: Poverty, Morality, and the Pitfalls of Urban Ethnography”, *American Journal of Sociology*, Vol. 107, N.º 6, pp. 1468–1532.
- WALKER, Robert, Andrew Shaw (1998), “Escaping from social assistance in Great Britain” em Lutz Leisering, Robert Walker (org.), *The Dynamics of Modern Society*, Bristol, The Policy Press, pp. 221-242.
- WATERSTON, Alisse (1999), *Love, sorrow and rage: destitute women in a Manhattan residence*, Philadelphia, Temple University Press.
- WEBER, Max. (2001), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Lisboa, Editorial Presença
- WEBER, Max (1962, 1990), *Basic Concepts in Sociology*, USA, Carol Publishing Group.
- WHYTE, William Foote (1984), *Learning from the Field – A Guide from Experience*, Londres, Sage.
- YIN, Robert K. (1984), “Case Study Research – Design and Methods”, *Applied Social Research Methods Series*, Vol. 5, Revised Edition, Londres, Sage.
- ZUCKERMAN, M. (1979), *Sensation seeking*, Hillsdale, Lawrence Erlbaum.

Documentação Institucional:

▪ Portugal

BENTO, António et al. (1996), *Os Sem Abrigo nas Ruas de Lisboa*, Projecto Renascer/Horizon, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Lisboa.

BORGES, Genoveva G. (1990), Caracterização socio-económica dos utilizadores do refeitório dos Anjos, Lisboa, Projecto Renascer/Horizon, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Lisboa.

CASTRO e CAEIRO (2004-05), “Estudo dos Sem-Abrigo”, Instituto de Segurança Social, Lisboa.

FIGUEIRA, A. et al. (1995), *Os Sem Abrigo em Lisboa*, Equipa Técnica Departamento de Acção Social da CML, Workshop Maio de 1995, Imprensa Municipal, Lisboa.

PEREIRA, A. P., D. S. Silva (1999), *Os sem-abrigo da cidade de Lisboa : riscos de viver (n)a cidade*, LNEC, Lisboa.

PEREIRA, Álvaro et al. (2000), *Análise longitudinal dos sem-abrigo em Lisboa: a situação em 2000*, LNEC, Lisboa.

PIMENTA, Manuel (1992), “Os Sem-Abrigo da Cidade de Lisboa”, *Colecção Cáritas*, n.º 13, Lisboa.

PORTUGAL, Rui G., F. Vasconcelos (1993), “Os Sem-Abrigo da Cidade de Lisboa”, *Avaliação do estado de saúde dos sem-abrigo utentes do refeitório dos Anjos da Santa Casa da Misericórdia*, Lisboa.

THELEN, Lionel (1996), *Homeless People in Belgium and in Portugal: from the loss of chrono-aesthesia to social nakedness*, European University Institute.

“Guia de Acolhimento e Integração dos Refugiados em Portugal” – Conselho Português para os Refugiados – Parceria de Desenvolvimento do Projecto “Acolhimento e Integração de Requerentes de Asilo” (EQUAL+UE – FSE+MSST)

“Estudo sobre a População de Rua da Cidade de Lisboa”, Relatório Preliminar da Análise de Dados, NID-CML, 2004

Actas do Seminário “Pobreza e Exclusão Social – Percurso e Perspectivas da Investigação em Portugal - Novembro 1999” (2000), Lisboa, Centro Ismaili, Cesis

“Sem Abrigo e Imigração – Olhares sobre a realidade em Portugal”, (2004) Colectânea de Ensaios Cais, Lisboa, Padrões Culturais Editora

▪ França

AVENEL, M., Julien Damon (2003), « Les contacts avec les intervenants sociaux des sans-domicile usagers des services d'hébergement et de distribution de repas chauds – Quel recours aux institutions, aux prestations et aux professionnels des secteurs sanitaire et social? » *DREES*, N.º 277, Paris

BROUSSE et al (2002), « Hébergement et distribution de repas chauds - Qui sont les sans-domicile usagers de ces services », *Insee*, N.º 824.

KOVESS, V. (), “The Homeless Mentally Ill”, Public Health Research Department, MGEN, Paris V University, France.

MARPSAT et al. (2003), *Les personnes sans domicile rencontrées par les services itinérants*, <http://www.social.gouv.fr/hm/pointsur/onpes/marpsat.pdf>

MARPSAT (2002), « Les personnes sans domicile à Paris: Les résultats du programme de recherche de l'INED », *European Population Papers Series No. 3*, Council of Europe.

MONROSE, Murielle (2004), « Les contacts familiaux et amicaux des personnes sans domicile », *DREES*, N.º 311

ROCHÉRE et al. (2003), « La santé des sans-domicile usagers des services d'aide », *Insee*, N.º 893.

ROCHÉRE et al. (2003), « Les sans-domicile ne sont pas coupés de l'emploi », *Insee*, N.º 925.

L'e-ssentiel, Publication électronique de la Caisse nationale des allocations familiales (CNAF), Direction des Statistiques, des Etudes et de la Recherche, N.º 20, Décembre 2003.

BVA/ Association emmaüs (2005), *L'opinion des personnes hébergées dans les centres de l'association Emmaüs*, Décembre 2005. (Estudo decorrido entre 17/11 e 5/12).

▪ **Reino Unido**

BRUEGEL, Irene and SMITH, Joan, *Taking Risks – An analysis of the risks of homelessness for young people in London*, a report for Safe in the City, February 1999, http://www.safeinthecity.org.uk/data/downloads/taking_risks.pdf

SMITH, Joan et al. (1998), *The family background of homeless young people*, London, Family Policy Studies Centre.

CASEREport 10, Annual Report 2000 – Research Centre for Analysis of Social Exclusion, London School of Economics, Economic & Social Research Council (ESRC)

Homelessness Bulletin, N.º 69, October 2005

Crisis, Statistics about homelessness, <http://www.crisis.org.uk/pdf/HomelessStat.pdf>.

Crisis, *How Many, How Much*, 2003

Homelessness Factfile 2003, Crisis, <http://www.crisis.org.uk/>

Crisis – Homelessness Act 2002, http://crisissite.client.fatbeehive.com/about/home_act.php#6

The ODPM Housing Statistics (<http://www.statistics.gov.uk>).

Evaluating the extent of rough sleeping and carrying out a single night street count, ODPM, <http://www.odpm.gov.uk/index.asp?id=1150130#TopOfPage>

ODPM, <http://www.odpm.gov.uk/index.asp?id=1150134>

The Mental Health Needs of Young Homeless People, August 2002, The Mental Health Foundation, www.mentalhealth.org.uk/page.cfm?pagecode=PBBRCY#homelessyp

▪ **Rede CUHP**

Researching Homelessness and Homeless Populations (<http://www.cuhp.org/>)

MARPSAT, Maryse (2005), *The problem of definitions: points of similarity and difference*, Paper to the CUHP thematic network conference, Brussels, 3-4 November Workshop

Une recherche internationale : étude comparative des sans-domicile « au sens restreint » dans les villes de Los Angeles, Sao Paulo, Tokyo, et Paris, Intervention au colloque du PUCA, « Visibles, proches, citoyens, les SDF », 15-16 décembre 2003, Maryse Marpsat, David Snow (contribution présentée par Maryse Marpsat;

RAVENHILL, Megan (2005), *British Homelessness: Theoretical Perspectives*, Short Paper for the 5th workshop of CUHP, <http://www.cuhp.org/admin/EditDocStore/UK-WS5-Theories-final.pdf>

SMITH, Joan Risk, *Exclusion, Moral Order and Social Capital – a first theorising of youth homelessness*, <http://www.cuhp.org/admin/EditDocStore/ACFFF2B.pdf>

SMITH, Joan (2005), *Hidden Homelessness in the UK – some issues for European definitions of homelessness*, Draft long paper, CUHP Milan Workshop, <http://www.cuhp.org/admin/EditDocStore/UK-LP-WS5.pdf>

SMITH, Joan (2003), *Defining Homelessness: The impact of legislation on the definition of homelessness and on research into homelessness in the UK*, CUHP Paris Workshop, <http://www.cuhp.org/parisworkshop.cfm>

▪ **FEANTSA**

AVRAMOV, Dragana (1998), *Youth Homelessness in the European Union*, Transnational Report 1997, Brussels, FEANTSA.

AVRAMOV, Dragana (1995), *Les sans-abri dans l'Union Européenne – contexte social et juridique de l'exclusion du logement dans les années '90*, Quatrième Rapport de Recherche de l'Observatoire Européen des Sans-Abri, Brussels, FEANTSA.

COSTA, Alfredo, Isabel Baptista (2002), *National Report 2001-2002 – Migration and Homelessness*, Brussels, FEANTSA.

COSTA, Alfredo, Isabel Baptista (2001), *Access to Housing: Working Together to Prevent Homelessness among Disadvantaged and Vulnerable Groups*, Draft Version, Brussels, FEANTSA

EDGAR, Bill e Meert, Henk et al. (2005), *Fourth Review of Statistics on Homelessness in Europe – The Ethos Definition of Homelessness*, FEANTSA

EDGAR, Bill e Meert, Henk e Joe Doherty (2004), Third Review of Statistics on Homelessness in Europe – Developing an Operational Definition of Homelessness, FEANTSA

COSTA, Alfredo, Isabel Baptista (2002), “Research Review – Portugal”, FEANTSA, Portugal.

COSTA, Alfredo, Isabel Baptista, (Novembro 2002), “Migration and the Homeless”, FEANTSA, Portugal.

“Networking in the fight against homelessness”, FEANTSA, Summer 2003, Portugal

“Questionnaire for FEANTSA member organisations” FEANTSA, February 2004, Portugal

DOERTHY, Joe, EDGAR, Bill e MEERT, Henk (2004), Towards an Operational Definition of Homelessness and Housing Exclusion, ENHR Conference, July 2nd – 6th 2004, Cambridge, UK, <http://www.enhr2004.org/delegates.asp>

▪ **Entidades Internacionais**

“Measurement of Homelessness at European Union Level”, European Commission- Employment, Social Affairs and Equal Opportunities DG, January 2007

“Conference of European Statisticians Recommendations for the 2010 Censuses of Population and Housing” (2006), cooperation United Nations Economic Commission for Europe e EUROSTAT

“The production of data on homelessness and housing deprivation in the European Union: survey and proposals (2004) de Cécile Brousse, INSEE para o Eurostat unit D2 “Living Conditions and social protection” – Working Papers and Studies – Theme 3: Population and social conditions

Strategies to combat homelessness, UNCHS (Habitat), Nairobi, 2000

OECD, Trends in International Migration, 2003

Eurostat Migration Statistics

Eurostat, Yearbook 2006-07

Eurostat, The Social Situation in the European Union 2004

Eurostat, Population and Social Conditions

Eurostat, “Trends in households in the European Union”, Statistics in Focus, Theme 3 – 24/2003

EU, Employment, Social Affairs and Equal Opportunities, Social protection in the Member States of the European Union, of the European Economic Area and in Switzerland - Situation on 1 May 2004

Social Protection in the Member States in the EU Member States and the European Economic Area - Situation on January 1st 2002 and Evolution-http://europa.eu.int/comm/employment_social/missoc/2003/index_en.htm

National Research Council, Committee on Risk Characterization (1996), *Understanding Risk: Informing Decisions in a Democratic Society*, Washington, DC: National Academy Press

VAN NUFFELEN, Dominique (2004), *The Social Construction of Risk*, Scientific Bulletin, Brussels, Federal Agency for Nuclear Power.

▪ **Outras Fontes On-line**

“Competing Conceptions of Risk”, Thompson e Dean <http://www.piercelaw.edu/risk/vol7/fall/thompson.htm>

“Acceptable Risk: A Conceptual Proposal”, FISCHHOFF: <http://www.piercelaw.edu/risk/vol5/winter/Fischhof.htm>.

Edward S. Herman and Noam Chomsky, 1998, Conclusions excerpted from the book *Manufacturing Consent*, Pantheon Books: http://www.thirdworldtraveler.com/Herman%20Conclusions_ManufacConsent.html

Noam Chomsky Quotes http://www.thirdworldtraveler.com/Chomsky/Chomsky_quotes.html

BLASI, Gary, *Advocacy and Attribution: Shaping and Responding to Perceptions of the Causes of Homelessness* <http://www.igs.berkeley.edu/events/homeless/papers/Blasipaper.html>

BOURDIEU, Pierre (December, 1998), *The Essence of Neoliberalism* in “Le Monde Diplomatique”, <http://mondediplo.com/1998/12/08bourdieu>

▪ **Media**

“Where have all the homeless gone?”, *The Economist*, 14th August 2004, p.21

“Casas a ferver”, Visão, 4 de Outubro de 2007

▪ **Material Audiovisual**

Videoteca da Câmara Municipal de Lisboa

Lisboa solidária - pelouro CML - L0164

Garotos do Futuro - Tv viva . CV 1098

No Place like home- Kathrin Hunt - CV 1217

Noite Sem Abrigo - António Bernardino - CV 1402 e CV 1510

O Cais dos Sem Abrigo- Hugo Correia/Ricardo Reis- CV 2382

O Cais dos em Abrigo - Sandra Pinto/Sofia Espanca - CV 2382

Saco Branco - Mariana Bettencourt/Nuno Barradas - CV 2778

Outros:

“Cathy Come Home”, Kenneth Loach, 1966, 76’, UK.

“Welfare”, Frederick Wiseman, 1975, 167’, EUA

